

FALE
FACULDADE
DE LETRAS

UFMG

UMA ABORDAGEM COGNITIVA DA LINGUAGEM:

perspectivas teóricas e descritivas

ORGANIZADORES
Adriana Maria Tenuta
Sueli Maria Coelho



UMA ABORDAGEM COGNITIVA DA LINGUAGEM:

perspectivas teóricas e descritivas

ORGANIZADORES
Adriana Maria Tenuta
Sueli Maria Coelho

© 2018, Adriana Maria Tenuta, Sueli Maria Coelho



Faculdade de Letras da UFMG
Programa de Pós-graduação em Estudos Linguísticos - Poslin
Av. Antônio Carlos, 6627. Pampulha. CEP 31270-901
Belo Horizonte – MG
Tel.: (31) 3409-5492
Núcleo de Estudos da Língua em Uso
<http://www.lettras.ufmg.br/nucleos/nelu/>

Organização ADRIANA MARIA TENUTA e SUELI MARIA COELHO
Revisão de normalização PRISCILLA TULIPA DA COSTA
Projeto gráfico FERNANDA BRAGA
Produção editorial DÉLIO CAMPOS

Ficha catalográfica elaborada pelos Bibliotecários da Biblioteca FALE/UFMG

A154	Uma abordagem cognitiva da linguagem [livro eletrônico] : perspectivas teóricas e descritivas / organizadoras : Adriana Maria Tenuta, Sueli Maria Coelho. – Belo Horizonte: FALE/UFMG, 2018. 270 p. : il. Texto em português e inglês. Inclui bibliografias. ISBN: 978-85-69628-09-5. Modo de acesso: < http://www.lettras.ufmg.br/site/e-livros/abordagem-cognitiva-linguagem_Adriana_Tenuta_Sueli_Coelho.pdf > 1. Linguística aplicada. 2. Linguagem e línguas – Estudo e ensino. 3. Cognição. 4. Gramática cognitiva. I. Azevedo, Adriana Maria Tenuta de. II. Coelho, Sueli Maria. III. Título. CDD : 401.9
------	--

UMA ABORDAGEM COGNITIVA DA LINGUAGEM: perspectivas teóricas e descritivas



Apresentação

Desde que os estudos linguísticos foram reconhecidos como científicos, a partir do trabalho seminal de Saussure (1916), as investigações sobre a língua(gem) ganharam fôlego e, gradativamente, os fenômenos linguísticos passaram a ser investigados não apenas sob perspectivas teóricas distintas, mas também à luz de abordagens interdisciplinares. Nesse cenário, emergem, no final da década de 1950, estudos em ciências cognitivas como uma forma de resistência à supremacia da corrente behaviorista e, na década seguinte, investigações acerca da relação entre mente e linguagem tornam-se o fulcro do programa de pesquisa dos gerativistas. É, contudo, apenas nos anos finais da década de 1970 e início de 1980, que surge a Linguística Cognitiva, opondo-se aos dois principais paradigmas linguísticos do século XX – estruturalismo e gerativismo – e buscando tanto explicar os fenômenos da língua em termos semânticos e funcionais, quanto entender a contribuição da língua(gem) para o conhecimento do mundo.

Estava inaugurada, pois, uma perspectiva de estudo da língua(gem) que dialoga estreitamente com outras ciências cognitivas das quais incorpora questões epistemológicas e empíricas e com as quais contribui para o estudo da cognição humana. No campo específico da análise linguística, as diversas pesquisas empreendidas segundo essa orientação conceitual têm-se voltado não apenas para a descrição teórica, como também para a investigação de fenômenos gramaticais, pragmáticos e para processos clínicos e patológicos.

Esta coletânea, que reúne pesquisadores das mais diversas universidades do país, visa a contribuir com as pesquisas que integram linguagem e cognição, na medida em que congrega textos cujo escopo volta-se para discussões teóricas e aplicadas. No primeiro capítulo, intitulado *Por uma modelação abdução-dedutiva de interações comunicativas*, **Fábio José Rauen** analisa, a partir da noção teórica de conciliação de metas, a diligência dos seres humanos nas interações comunicativas e propõe uma modelação abdução-dedutiva de tais interações que compreende quatro estágios: (i) eleição de uma meta; (ii) abdução;

(iii) execução e (iv) checagem. Na sequência, **Paulo Henrique Duque** apresenta o modelo ecológico de cognição e discute seus pressupostos no capítulo segundo: *Percepção, linguagem e construção de sentidos: por uma abordagem ecológica da cognição*. Esse modelo vê a linguagem como emergente de uma singularidade formada pela integração entre organismo e ambiente. Na execução de tarefas específicas, o ser humano emprega recursos perceptuais, mas também linguísticos. Nessa visão, uma manifestação linguística não deve ser tomada como independente da interação social na qual ocorre, já que é nessas interações e na experiência no ambiente que os *frames* são remodelados, refinados e integrados a outros *frames*, permitindo, assim, a extensão dos significados a partir de sentidos diretamente relacionados à dinâmica das ações e a expansão da cognição humana. Encerrando a parte destinada às abordagens teóricas, **Heloísa Pedrosa de Moraes Feltes** assina o capítulo intitulado *Modelos culturais e valores culturais: valor-modalidade*. Após uma discussão aprofundada do conceito de valor, relacionando-o com a linguagem, a autora propõe uma abordagem de valores para tratar, na Linguística Cognitiva, de modelos culturais, partindo da noção de valor-modalidade. Ilustra sua argumentação por meio de vasta exemplificação e defende que, para a investigação de sistemas de valores individuais ou coletivos, são necessários estudos empíricos relativos à forma como valores embasam modelos culturais, *frames*, processos metafóricos e ainda outros processos e estruturas cognitivas. Advoga a favor do poder explicativo dessa abordagem para a existência de modelos cognitivos contraditórios ligados a um mesmo grupo cultural e, adicionalmente, reforça a importância de se definirem modelos culturais, a fim de que as investigações em diferentes áreas sejam epistemológica e metodologicamente apropriadas.

Inaugurando a seção destinada à descrição de fenômenos linguísticos, **Mário Alberto Perini** aborda, no quarto capítulo, o processo de atribuição de papéis semânticos relacionados à função sintática de tópico e mostra como essa atribuição ocorre distintamente daquela tradicional, relativa aos participantes diretos da situação expressa pelo verbo, que se dá na dependência da valência verbal. No caso do tópico, tanto daquele resultante do processo de *fronting*, quanto do tópico discursivo, advoga em prol da necessidade de se considerar o esquema cognitivo evocado pelo verbo da estrutura, em um processo que se mostra, inclusive, sensível ao contexto. O texto *The language-cognition interface and topic constructions in Brazilian Portuguese* discute, assim, a necessidade de se utilizarem análises que levem em conta a intrínseca ligação sintaxe/cognição, expressa pela relação entre a estrutura argumental e a conceptual. No quinto capítulo, **Aparecida de Araújo Oliveira** analisa a *Construção transitiva de movimento no português do Brasil: uma herança metafórica*. Apoiando-se na abordagem da Gramática de Construções, proposta por Goldberg (1995), e na noção de transitividade como categoria prototípica, a autora analisa construções de movimento que contrariam o Princípio da Coerência Semântica e propõe

que tais construções, denominadas por ela de Construções Transitivas de Movimento, herdam do protótipo, por extensão metafórica, a sintaxe e as propriedades semânticas de telicidade e de afetação. Mantendo-se as lentes de análise no tema dos verbos de movimento e da transitividade, **Maria Angélica Furtado da Cunha** e **Alan Marinho César** analisam, no sexto capítulo, *A rede construcional dos verbos de movimento transitivos no português do Brasil*. Apoiando-se em uma base teórica que coaduna Gramática de Construções e Linguística Funcional Centrada no uso, os autores investigam construções com verbos de movimentos seguidos de objeto direto e propõem uma rede construcional hierárquica para tais verbos, a partir dos esquemas que eles conceitualizam. Na sequência, **Adriana Maria Tenuta** e **Sueli Maria Coelho** analisam *A gramaticalização da construção V1verbo de movimento + V2gerúndio e a expressão do aspecto iterativo no português* e sistematizam algumas restrições sintáticas advindas do processo de gramaticalização, bem como exploram as motivações cognitivas nele envolvidas. Segundo análise proposta pelas autoras, os verbos de movimento passíveis de se gramaticalizarem em construções aspectuais iterativas, além da natureza atélica, devem perfilar um esquema imagético de TRAJETO subjacente em seu significado lexical; além disso, o verbo principal, caso seja também de movimento, precisa conotar movimento abstrato, sob pena de não permitir a reanálise da oração reduzida de gerúndio. No oitavo capítulo, **Maria Lucia Leitão de Almeida**, **Janderson Lemos de Souza** e **Verena Kewitz** apresentam um estudo sobre *Preposições complexas: moldes e modos*. Adotando uma perspectiva construcional de análise, pautada em Langacker, os autores dedicam-se a descrever preposições complexas e a propor moldes que permitam comparar construções morfológicas e construções sintáticas em termos de duas de suas propriedades: analisabilidade e composicionalidade. Encerrando a seção destinada à descrição de fenômenos linguísticos, **Patrícia Fabiane Amaral da Cunha Lacerda** assina o nono capítulo, intitulado *As principais contribuições da abordagem construcional da mudança no contexto da linguística funcional centrada no uso: evidências a partir de um estudo de caso*. Pautando-se em uma abordagem construcional de análise assentada na Linguística Funcional centrada no uso, a autora discute questões teóricas ligadas à mudança gramatical. Apoiando-se no trabalho de Traugott e Trousdale (2013), ela propõe uma rede construcional para *SÓ QUE [X]*, avaliando as contribuições de duas propriedades da construção – esquematicidade e produtividade – para uma descrição mais sistemática do processo de mudança.

A terceira seção reúne trabalhos de natureza aplicada; assim, os temas discutem questões interculturais e um caso de teoria aplicada ao estudo de patologias. No capítulo décimo, **Ulrike Schröder** investiga sobre *O que a metacomunicação revela sobre nossos processos cognitivos: um estudo sobre a coconstrução de alteridade*. Tomando por corpus vídeos de interações entre participantes de culturas diferentes, a autora analisa como os atos co-

municativos podem desvelar processos cognitivos dos interlocutores, buscando preencher uma lacuna teórico-empírica de interface entre os estudos da análise da conversação, da pragmática e da linguística cognitiva. No décimo primeiro capítulo, intitulado *Talking about learning German and its motivations in Brazil: a metaphor analysis*, **Luciane Corrêa Ferreira** relata um estudo conduzido com alunos de alemão do programa universitário Ciência Sem Fronteiras, interagindo em conversas em grupo a respeito de suas motivações para o aprendizado de uma língua estrangeira e sobre a participação no programa de vivência acadêmica no exterior. A pesquisa visou à análise de metáforas e de metonímias emergentes nessas conversas, corroborando estudos anteriores que mostraram sistematicidade dos mapeamentos metafóricos e dos esquemas imagéticos envolvidos na conceptualização de expectativas, de estratégias e de métodos relacionados a esse tipo de experiência de aprendizagem. Encerrando não apenas a seção, mas também esta coletânea, **Jan Edson Rodrigues Leite**, **Mábia Nunes Toscano** e **Marinésio Joventino Gonçalves** relatam, no décimo segundo capítulo, ocorrência de *Mesclagem e processamento conceptual de inferências na doença de Alzheimer*. Ancorados na Teoria da Mesclagem Conceptual e em pressupostos da Mudança de frames, os autores apresentam dois estudos estatísticos que enfocaram a capacidade de indivíduos idosos diagnosticados com a Doença de Alzheimer processarem humor e inferências em expressões metafóricas, partindo de uma hipótese inicial de que, devido a déficits neurais ocasionados pela doença, tais indivíduos apresentariam essa capacidade reduzida, comparativamente a um grupo de controle. Apesar de haver a indicação de que a pesquisa deva ser mais amplamente replicada para poder ser efetivamente conclusiva, seus resultados corroboram investigações anteriores, de natureza neurológica, sobre essa condição clínica.

Esperamos, pois, que os trabalhos aqui reunidos sejam úteis para fomentar novas investigações e agradecemos a colaboração de todos os colegas que se dispuseram a colaborar conosco neste projeto de *Abordagem cognitiva da linguagem: perspectivas teóricas e descritivas*.

As organizadoras

CAPÍTULO 1

Por uma modelação abductivo-dedutiva de interações comunicativas

Fábio José Rauén

CAPÍTULO 2

Percepção, linguagem e construção de sentidos: por uma abordagem ecológica da cognição

Paulo Henrique Duque

CAPÍTULO 3

Modelos culturais e valores culturais: valor-modalidade

Heloísa Pedroso de Moraes Feltes

CAPÍTULO 4

The language-cognition interface and topic constructions in brazilian portuguese

Mário A. Perini

CAPÍTULO 5

Construção transitiva de movimento no português do Brasil: uma herança metafórica

Aparecida de Araújo Oliveira

CAPÍTULO 6

A rede construcional dos verbos de movimento transitivos no português do Brasil

Maria Angélica Furtado da Cunha e Alan Marinho César

CAPÍTULO 7

A gramaticalização da construção V_1 verbo de movimento + V_2 gerúndio e a expressão do aspecto iterativo no português

Adriana Maria Tenuta de Azevedo e Sueli Maria Coelho

CAPÍTULO 8

Preposições complexas: moldes e modos

Maria Lucia Leitão de Almeida, Janderson Lemos de Souza e Verena Kewitz

CAPÍTULO 9

As principais contribuições da abordagem construcional da mudança no contexto da linguística funcional centrada no uso: evidências a partir de um estudo de caso

Patrícia Fabiane Amaral da Cunha Lacerda

CAPÍTULO 10

O que a metacomunicação revela sobre nossos processos cognitivos: um estudo sobre a coconstrução de alteridade

Ulrike Schröder

CAPÍTULO 11

Talking about learning German and its motivations in Brazil: a metaphor analysis

Luciane Corrêa Ferreira

CAPÍTULO 12

Mesclagem e processamento conceptual de inferências na Doença de Alzheimer

Jan Edson Rodrigues Leite, Mábia Nunes Toscano e Marinésio Joventino Gonçalves

Por uma modelação abduativo-dedutiva de interações comunicativas

Fábio José Rauen¹

Universidade do Sul de Santa Catarina

RESUMO: Neste capítulo, apresentam-se elementos para uma modelação abduativo-dedutiva de interações comunicativas, assumindo que seres humanos são proativamente competentes para elaborar planos de ação intencional em direção à consecução ótima de metas. Fundamentada na noção teórica de conciliação de metas, uma arquitetura descritivo-explanatória em quatro estágios – eleição de uma meta e abdução, execução e checagem de uma hipótese antefactual – é ilustrada num exemplo no qual um agente produz um estímulo ostensivo com o qual demanda a colaboração de outra pessoa.

PALAVRAS-CHAVE: pragmática cognitiva; teoria de conciliação de metas; modelação abduativo-dedutiva de interações comunicativas.

Considerações iniciais:

O objetivo deste ensaio é ilustrar como uma interação comunicativa pode ser analisada numa perspectiva guiada pela noção teórica de conciliação de metas, levando-se em consideração duas questões problemáticas para a teoria da relevância: o reducionismo da ação humana

1 Doutor em Letras/Linguística pela Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), com pós-doutorado em Letras pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUCRS). Docente e Coordenador do Programa de Pós-graduação em Ciências da Linguagem da Universidade do Sul de Santa Catarina (PPGCL/UNISUL). E-mail: fabio.rauen@unisul.br.

à troca de informações e a eleição de uma perspectiva exclusivamente centrada na interpretação. Para tanto, os conceitos centrais e os aspectos abduativos e dedutivos da arquitetura descritivo-explanatória da teoria de conciliação de metas são apresentados nas três primeiras seções do texto, as noções teóricas de conciliação de metas e de relevância são cotejadas na quarta seção, as questões-problema são postas em cena na quinta seção e a análise propriamente dita é desenvolvida na sexta seção. Por fim, argumenta-se na seção de considerações finais que uma análise guiada pela noção teórica de conciliação de metas permite reintegrar à descrição e à explicação linguística a agência proativa do falante e a competência do ouvinte para depreendê-la, sem perder de vista os avanços teórico-metodológicos conquistados pela teoria da relevância.

1. Teoria de conciliação de metas²

Em teoria de conciliação de metas, parte-se do pressuposto de que os seres humanos são capazes de elaborar e executar planos ótimos de ação intencional que os habilitam a atingir metas. Nesses planos, eles elegem uma meta [1] e abduzem uma hipótese de consecução [2] a ser executada [3] e checada [4] (RAUEN, 2013, 2014, 2016).

Nessa arquitetura descritivo-explanatória, os três primeiros estágios são abduativos e os três últimos são dedutivos, como pode ser visto na figura 1, a seguir, na qual Q representa uma meta, P representa certa ação antecedente supostamente capaz de viabilizar a consecução dessa meta e Q' representa a consecução da meta propriamente dita.

Abdução	[1]	Q	
	Dedução	[2]	P Q
	[3]	P	
	[4]	Q'	

Figura 1 – Arquitetura abduativo-dedutiva da teoria de conciliação de metas

Fonte: Elaboração do autor.

² O autor agradece a contribuição de Andreia da Silva Bez, Bazílio Manoel de Andrade Filho, Fátima Hassan Caldeira, Jorge Campos da Costa, Heloísa Pedroso de Moraes Feltes, Leila Minatti Andrade, Marleide Coan Cardoso, Sandra Vieira, Stéphane Rodrigues Dias, Suelen Francez Machado Luciano e Vanessa Isabel Cataneo na formulação e no desenvolvimento das hipóteses e do modelo.

Nesse modelo, assume-se que há *conciliação de metas*³ quando o estado de meta Q' em [4] satisfaz as expectativas de estado de meta Q em [1] e que há *inconciliação de metas* quando isso não ocorre. Dado que a ação antecedente de P em [3] pode não ser executada, assume-se que há *conciliação* ou *inconciliação ativa* quando o indivíduo executa a ação antecedente e que há *conciliação* ou *inconciliação passiva* quando o indivíduo não executa tal ação. Por fim, assume-se que há *autoconciliação de metas* quando o próprio indivíduo avalia a consecução de suas metas e que há *heteroconciliação de metas* quando entram em cena processos de consecução colaborativa de metas nos quais trocas comunicativas são imprescindíveis.

Essas diferentes consecuições podem ser resumidas na figura 2, a seguir, na qual o símbolo ← representa a inexecução da ação antecedente P ou a não consecução do estado conseqüente Q' e, desse modo, a inconciliação da meta Q.

Estágios	(1a) Conciliação ativa		(1b) Inconciliação ativa		(1c) Conciliação passiva		(1d) Inconciliação passiva	
[1]		Q		Q		Q		Q
[2]	P	Q	P	Q	P	Q	P	Q
[3]	P		P		← P		← P	
[4]		Q'		← Q'		Q'		← Q'

Figura 2 – Possibilidades de auto e de heteroconciliação de metas

Fonte: Rauen (2016, p. 64).

Do ponto de vista da checagem da pertinência da hipótese abduativa, assume-se que há uma *confirmação de hipótese* quando o estado de meta Q' em [4] satisfaz as expectativas de consecução lançadas pela hipótese em [2]. Além disso, conforme a confiança que o agente deposita no poder preditivo das hipóteses abduativas, assume-se que elas formam uma escala desde *hipóteses categóricas* $P \Leftrightarrow Q$ (admitidas como suficientes, necessárias e certas), passando por *hipóteses bicondicionais* $P \leftrightarrow Q$ (suficientes e necessárias), *condicionais* $P \rightarrow Q$ (suficientes, mas não necessárias) e *habilitadoras* $P \leftarrow Q$ (necessárias, mas não suficientes), até casos de *hipóteses tautológicas* $P - Q$ (admitidas como nem suficientes e nem necessárias). Decorre dessa gradação a noção de *fortalecimento de hipótese*,

³ No sentido contábil aplicado em expressões como “conciliação de extrato” ou “conciliação de balanço”.

quando sucessivas consecuições elevam o grau de confiança que o indivíduo atribui à hipótese, e de *enfraquecimento de hipótese*, quando sucessivos fracassos baixam o grau de confiança que o indivíduo atribui à hipótese⁴.

Essas possibilidades podem ser resumidas na figura 3, a seguir, na qual a letra *V* representa casos de consecução das ações antecedentes *P*, de consecução de estados consequentes *Q* e de plausibilidade prática de cada uma das hipóteses abdutivas antefactuais em cenários de conciliação e de inconciliação ativa ou passiva; e a letra *F*, por sua vez, representa todos os casos inversos.

Conciliações	Proposições		Categórica $P \leftrightarrow Q$	Bicondicional $P \leftrightarrow Q$	Condicional $P \rightarrow Q$	Habilitadora $P \leftarrow Q$	Tautológica $P - Q$
	P	Q					
(1a) Conciliação Ativa	V	V	V	V	V	V	V
(1b) Inconciliação Ativa	V	F	F	F	F	V	V
(1c) Conciliação Passiva	F	V	F	F	V	F	V
(1d) Inconciliação Passiva	F	F	F	V	V	V	V

Figura 3 – Gradação de força das hipóteses abdutivas antefactuais

Fonte: Rauén (2016, p. 64).

2. Estágios abdutivos

Num argumento abductivo de escopo antecipatório, tal como se modela nos estágios [1]-[3] da arquitetura descritivo-explanatória da teoria de conciliação de metas, assume-se que os indivíduos *i* projetam certo estado de meta *Q* no futuro e abduzem, *ex-ante-facto*, uma hipótese de que existe certa ação antecedente *P* no presente que eles consideram como pelo menos provavelmente suficiente para atingir esse estado consequente *Q*. Segue-se dessa abdução que os indivíduos *i* se sentem autorizados a executar esta ação antecedente *P*.

Tome-se, por exemplo, o caso de um indivíduo *i* que, ao entrar em casa, depara-se com a porta trancada. Nesse caso, se abrir a porta é tomado como um estado de meta *Q* futuro, a hipótese antecipatória H_a mais plausível, dadas as suas experiências pregressas, é a de que o uso da chave dessa porta lhe permite abri-la, de tal modo que a ação de usar a chave *P*

⁴ Sobre a noção de fortalecimento e de enfraquecimento de hipóteses, confira-se Bez (2016).

passa a ser tomada como uma *inferência à consecução ótima*⁵ da ação de abrir a porta *Q*⁶.

Essa noção de *abdução a priori* decorre de uma analogia com *abduções explicativas* produzidas *a posteriori*. Em abduções explicativas, os indivíduos *i* observam um evento *Q* e, *ex-post-facto*, estabelecem uma hipótese de conexão *nomológica*⁷ entre certa causa antecedente *P* e esse evento, que é tomado como um estado consequente *Q* decorrente dessa causa antecedente *P*. Segue-se dessas operações cognitivas que a causa *P* é a melhor explicação⁸ para a emergência desse evento consequente *Q* (PSILLOS, 2002; HARMAN, 1965).

Tome-se, por exemplo, o caso de um indivíduo *i* que, ao sair de casa, depara-se com a rua molhada. A hipótese explicativa H_e mais plausível, dadas as suas experiências pregressas, é a de que a rua está molhada porque havia chovido antes, de tal modo que a chuva *P* passa a ser tomada como melhor explicação para a rua estar molhada *Q*⁹.

Observe-se que, numa abdução explicativa, o indivíduo parte de certo fato no presente e assume que esse fato é consequência de certa causa no passado. Essa inferência deriva de uma *presunção de causalidade* que, por sua vez, deriva da emergência ontológica de um mundo prevalentemente estável de sucessão de eventos. Posto isso, a adesão à força explicativa de uma *hipótese abductiva pós-factual* é diretamente proporcional à força das sucessivas confirmações dessa presunção de causalidade.

O que se faz em teoria de conciliação de metas e, por hipótese, o que se sugere acontecer na ontologia cognitiva de cada indivíduo é um deslocamento temporal dessa presunção. Dessa forma, certo estado no futuro pode ser tomado como fato e, assumindo a presunção de causalidade decorrente de um mundo prevalentemente estável de sucessão de

⁵ Em textos seminiais (RAUEN, 2013, 2014, 2016), propôs-se a noção de inferência à melhor consecução, numa franca analogia com a noção de inferência à melhor explicação de Harman (1965). Mais recentemente, tem-se usado a expressão inferência à consecução ótima, pois essa noção mais atenuada é coerente com a noção de presunção de relevância ótima proposta por Sperber e Wilson (1995). Trata-se de uma inferência abductiva ad hoc que, simultaneamente, vale a pena ser processada cognitivamente e considera as habilidades e as preferências do agente.

⁶ Veja-se que o que está em questão em teoria de conciliação de metas é uma verdade de escopo prático e não epistêmico. Evidente que a chave pode não funcionar por diferentes razões – a chave quebra; a porta está empenada, etc. – e, nessas situações, a hipótese abductiva pode ser enfraquecida.

⁷ Por conexão *nomológica*, do grego *nomos* “lei” ou “prescrição” e *logos* “discurso”, define-se certo nexos causal ou lei prescritiva entre uma causa antecedente e um efeito consequente.

⁸ Ou, de modo atenuado, inferência à explicação ótima.

⁹ Obviamente, a rua pode estar molhada por outras razões – um caminhão pipa pode ter molhado a rua; uma adutora da companhia de águas pode ter sido rompida, etc.

eventos, certa ação no presente pode ser tomada como causa para o atingimento desse estado no futuro. Logo, a adesão à força consecutiva de uma *hipótese abductiva antefactual* é proporcional à força das sucessivas confirmações dessa presunção.

Essas relações podem ser vistas na figura 4, a seguir.

Estágios	Abdução ex-post-facto		Abdução ex-ante-facto	
	Passado	Futuro	Presente	Futuro
[1]		Q rua molhada		Q abertura da porta
[2]	P chuva	Q rua molhada	P uso da chave	Q abertura da porta
[3]	P chuva		P uso da chave	

Figura 4 – Estágios de uma abdução ex-post-facto e de uma abdução ex-ante-facto

Fonte: Elaboração do autor.

3. Estágios dedutivos

A arquitetura descritivo-explanatória da teoria de conciliação de metas, contudo, não termina na etapa de execução da ação antecedente em direção ao atingimento da meta, mas na checagem da consecução dessa meta que, por sua vez, extrapola o desenho abductivo. Para tanto, assume-se que a hipótese abductiva antefactual é uma verdade por *default* e consideram-se os três últimos estágios do modelo [2]-[4] como um argumento dedutivo.

Levando-se em conta essas operações lógico-cognitivas, a hipótese abductiva antefactual de conexão nomológica entre uma ação antecedente no presente e um estado consequente no futuro pode ser tomada como *premissa maior*; a ação antecedente pode ser tomada como *premissa menor*; e o estado consequente pode ser tomado como uma *conclusão* deduzida a partir dessas premissas.

Retomando o exemplo, assumindo-se como uma verdade por *default* que chaves abrem portas trancadas num mundo prevalentemente estável de sucessão de eventos, *premissa maior*, o indivíduo está autorizado a usar a chave, *premissa menor*, e a inferir que a porta será aberta mediante o uso da chave, *conclusão*¹⁰.

Esse argumento dedutivo pode ser visto na figura 5, a seguir.

¹⁰ Ou, em termos de um silogismo aristotélico de primeira figura: chaves abrem portas – premissa maior; o indivíduo usa a chave – premissa menor; o indivíduo abre a porta – conclusão.

Estágios	Presente	Futuro
[2]	P uso da chave	Q abertura da porta
[3]	P uso da chave	
[4]		Q' abertura da porta

Figura 5 – Estágios dedutivos na arquitetura abductivo-dedutiva

Fonte: Elaboração do autor.

Observe-se que, em uma *abdução abductiva antefactual*, o indivíduo *i* fixa a meta *Q* e busca a hipótese *H* supostamente mais eficiente para sua consecução. Após essa etapa, uma vez que se está modelando uma razão de caráter prático, a checagem dedutiva da hipótese independe de sua verdade epistêmica. Em outras palavras, o caráter ampliativo da abdução transfere suas virtudes e fragilidades para a fase dedutiva (PSILLOS, 2002). Como esses procedimentos são ampliativos, tanto abduzir causa a um fenômeno pode ser uma explicação falsa como projetar uma hipótese abductiva antefactual pode fracassar.

Seja como for, e importante para as ciências da linguagem, a fase dedutiva da arquitetura abductivo-dedutiva da teoria de conciliação de metas conflui com a arquitetura dedutiva desenhada para a interpretação de enunciados na teoria da relevância de Sperber e Wilson (1986, 1995), aspecto a ser explorado na próxima seção.

4. Relevância e conciliação de metas

Em teoria da relevância, assume-se que a comunicação é regida por dois princípios. O primeiro, chamado de *princípio cognitivo*, tem a ver com eficiência cognitiva e antecipa que *a cognição humana maximiza a relevância dos insumos que processa*. *Relevância* é concebida aqui como uma propriedade de enunciados, fenômenos observáveis, pensamentos, memórias e inferências. Qualquer estímulo externo ou representação interna pode ser relevante para um indivíduo quando gera efeitos cognitivos positivos¹¹ que compensam os esforços cognitivos despendidos para obtê-los. A ideia é a de que a relevância tanto será maior, quanto maiores forem esses efeitos cognitivos positivos e/ou quanto menores

¹¹ Efeitos cognitivos positivos incluem (a) o fortalecimento de suposições prévias armazenadas na memória enciclopédica; (b) a contradição e/ou eliminação dessas suposições prévias; ou (c) a combinação com essas suposições para a geração de inferências novas e, desse modo, de ampliação das suposições armazenadas na memória enciclopédica.

forem os esforços cognitivos necessários para obtê-los.

O segundo princípio, chamado de *princípio comunicativo de relevância*, assevera que *todo enunciado comunica a presunção de sua própria relevância ótima*. Segundo esse princípio, na contingência de processar um enunciado ou outro estímulo ostensivo, o indivíduo o presumirá como (a) minimamente relevante o suficiente para merecer seu esforço de processamento e (b) o mais relevante compatível com as habilidades e as preferências do falante (SPERBER; WILSON, 1986, 1995; WILSON, 2004). Dada essa presunção, o ouvinte está autorizado a assumir que um falante objetivando relevância ótima tentará produzir efeitos cognitivos pelo menos suficientes para fazer valer a pena o processamento e para evitar causar no ouvinte algum desperdício de esforço cognitivo para alcançar esses efeitos.

Se o falante se empenha por produzir efeitos cognitivos suficientes, conforme a cláusula (a) da presunção de relevância ótima, o ouvinte está autorizado a assumir que o estímulo ostensivo produzirá efeitos cognitivos positivos que superam os esforços cognitivos despendidos para obtê-los.

Se o falante se empenha por evitar causar no ouvinte algum desperdício de esforço cognitivo, conforme a cláusula (b) da presunção de relevância ótima, o ouvinte está autorizado a presumir que o estímulo produzido pelo falante foi o que de melhor ele pôde produzir considerando suas habilidades e preferências. Isso implica duas consequências. A primeira é a de que a primeira interpretação satisfatória que vier à mente do ouvinte deve ser a única interpretação satisfatória, dispensando o ouvinte de desperdiçar energia cognitiva procurando interpretações alternativas. A segunda é a de que se um esforço adicional de processamento é demandado do ouvinte, o estímulo ostensivo deve ter sido projetado para ser compensado por efeitos adicionais ou diferentes.

Considerando o *princípio comunicativo de relevância* e a *presunção de relevância ótima*, foi possível propor uma *heurística*, *mecanismo* ou *procedimento de interpretação guiado pela noção teórica de relevância* nos seguintes termos:

Relevance-theoretic comprehension procedure

Follow a path of least effort in computing cognitive effects:

- a. Consider interpretations in order of accessibility;
- b. Stop when your expectation of relevance is satisfied.

(WILSON, 2004, l. 5, p. 1, adaptado).

Um ouvinte, empenhado em obter o significado do falante¹², deve identificar quais são os significados explícitos e implícitos do enunciado e qual é o contexto apropriado, isto é, qual é o conjunto de suposições contextuais que devem ser mobilizados para obtê-los. O problema é que os enunciados possuem um conjunto de interpretações compatíveis com o significado decodificado da sentença, e essas interpretações não são igualmente acessíveis ou prováveis de vir à mente do ouvinte. Diante disso, a teoria da relevância sugere que os ouvintes estão equipados com uma ferramenta que os habilita a avaliar interpretações *on-line* e, dessa maneira, aceitá-las ou rejeitá-las como hipóteses sobre o significado do falante. Essa ferramenta é poderosa o suficiente para identificar uma interpretação (ou um conjunto restrito de opções), de modo que o ouvinte tem o direito de assumir que a primeira hipótese que o satisfaz (se alguma) é a única plausível. Justo esse é o papel do procedimento de compreensão guiado pela relevância: o ouvinte segue uma rota de menor esforço cognitivo na interpretação de enunciados (ou mesmo de outros estímulos ostensivos), interpreta os estímulos em ordem de acessibilidade e para quando sua expectativa de relevância ótima é satisfeita.

5. Duas questões

Feita essa breve síntese sobre a teoria da relevância, e reconhecendo os méritos dessa linha de argumentação e o poder descritivo-explanatório de sua arquitetura, apresentam-se neste ensaio duas questões teóricas que podem ser mais bem desenvolvidas por uma abordagem abdução-dedutiva e elabora-se um esboço de como a teoria de conciliação de metas pode lidar com essas questões.

Em primeiro lugar, observe-se que toda a argumentação que fundamenta a teoria da relevância está baseada em presunções e, a rigor, presunções são abduções. A ideia central em teoria da relevância é a de que um enunciado é presumido como relevante *a priori* e processado *a posteriori*. Em outras palavras, assume-se *a priori* que há uma interpretação relevante (*presunção de relevância ótima*), e é essa presunção que autoriza a mobilização do procedimento de compreensão guiado pela noção teórica de relevância¹³.

Se isso estiver correto, essa arquitetura corresponde a uma abdução *ex-post-facto*. Parte-

¹² Por significado do falante, concebe-se tudo o que o falante pretende comunicar explícita ou implicitamente por uma sentença enunciada em determinado contexto. Esse significado, por definição, extrapola o significado independente de contexto atribuído à sentença pela gramática.

¹³ A rigor, em nível meta-teórico, a presunção de relevância ótima e o próprio princípio comunicativo de relevância são abduções ótimas para explicar a emergência ostensiva de um enunciado.

-se do fato Q de que um enunciado otimamente relevante foi produzido por um falante racional. Segue-se a hipótese abdutiva de que a aplicação do procedimento de compreensão guiado pela noção teórica de relevância permite eleger pelo menos uma interpretação que se ajusta a essa presunção. Ato contínuo, o ouvinte aplica o procedimento e, dedutivamente, obtém pelo menos uma interpretação que satisfaça essa expectativa.

A figura 6, a seguir, resume essa modelação.

Abdução	[1]		Q presunção de relevância ótima
	Dedução	[2]	P procedimento de interpretação
		[3]	P procedimento de interpretação
		[4]	Q' presunção de relevância ótima

Figura 6 – Arquitetura abdução-dedutiva pós-factual da presunção de relevância ótima

Fonte: Elaboração do autor.

Feitas essas observações, conclui-se que qualquer processo de interpretação é, a rigor, abdução-dedutivo e pode ser modelado em termos de um plano de ação intencional em direção à conciliação de uma meta. Nesse caso, baseado na presunção de que em todo enunciado há uma interpretação relevante, a meta Q do ouvinte é obtê-la e a hipótese abdutiva antifactual ótima é a de que a aplicação do procedimento de interpretação guiado pela relevância P viabiliza a obtenção dessa interpretação relevante Q . Assim, o ouvinte aplica o procedimento P e, em seguida, checka se a interpretação se concilia com essa expectativa Q .

A figura 7, a seguir, resume essa modelação.

Abdução	[1]		Q obter interpretação relevante
	Dedução	[2]	P aplicar procedimento de interpretação
		[3]	P aplicar procedimento de interpretação
		[4]	Q' obter interpretação relevante

Figura 7 – Arquitetura abdução-dedutiva aplicada à presunção de relevância ótima

Fonte: Elaboração do autor.

Em segundo lugar, toda a argumentação que sustenta a teoria da relevância é fundamentalmente reducionista e reativa¹⁴. A arquitetura é reducionista porque restringe a comunicação a trocas informacionais; e a arquitetura é reativa porque dá conta exclusivamente do ouvinte interpretando um enunciado, pouco ou nada dizendo sobre o papel do falante.

Scandell-Vidal (2006) lista essas duas debilidades da seguinte forma:

La principal debilidad del modelo [de relevancia], según sus críticos –véanse, por ejemplo, Mey y Talbot (1988), O'Neill (1988-89), o Walker (1989)–, es la de que la teoría es claramente reduccionista, en el sentido de que parte del supuesto de que la mente humana es exclusivamente un mecanismo de procesamiento de información que, según esta perspectiva, tiene una tendencia natural a mejorar constantemente el conocimiento del mundo que posee. [...] [Todavía] resulta evidente que la información no es el punto central de nuestra actividad comunicativa: cuando sugerimos, ordenamos o pedimos algo, nuestro objetivo no es de naturaleza cognoscitiva. [...] Como consecuencia de ello –se dice–, este enfoque tiende a borrar o desdibujar la dimensión social de la comunicación.

[...]

Un segundo aspecto que puede suscitar críticas es el relativo a la orientación casi exclusivamente interpretativa del modelo [de relevancia] [...]. Pero nada se dice de la faceta contraria, es decir, de la que se refiere a la producción del enunciado por parte del emisor. Sería necesaria una teoría que explicara qué mecanismos intervienen en el paso de la intención del emisor a la verbalización de dicha intención, teniendo en cuenta los ele-

¹⁴ Sobre esse argumento, leia-se, por exemplo, Luciano (2014).

mentos de la situación comunicativa y la identidad del interlocutor. . (SCANDELL-VIDAL, 2006, p. 135-137, grifos nossos).

A teoria de conciliação de metas, de um lado, pretende descrever e explicar a comunicação ostensivo-inferencial em termos de hipóteses abduativas antefactuais em direção à consecução ótima das metas do agente. Esse deslocamento promove uma inversão de prioridades ao reintegrar o protagonismo do emissor e ao propor um olhar proativo para as interações comunicativas, de modo que a noção de relevância passa a ser considerada um predicado dependente de meta¹⁵.

De outro lado, e justamente em função deste deslocamento, a teoria de conciliação de metas reintegra a ação ao cenário descritivo-explanatório, uma vez que parte do processo de interpretação da audiência consiste em resgatar qual é a meta do agente. Consequentemente, intenções comunicativas podem não apenas estar encaixadas no interior de intenções informativas, como já prevê a teoria da relevância, mas também encaixadas no interior de intenções práticas.

6. Ilustrando a modelação abduativo-dedutiva

Para ver como essas questões podem ser modeladas, tome-se o caso em que Pedro precisa abrir uma porta, mas é Ana quem tem a chave. Nessa situação, seu plano de ação intencional¹⁶ para abrir a porta com a chave Q inclui usar a chave de Ana P e, para tanto, ele precisa que Ana lhe alcance a chave O. O obstáculo óbvio aqui é que essa meta O de caráter prático precisa ser comunicada.

Nesse caso, a intenção prática O de que Ana alcance a chave como forma de atingir as intenções práticas P e Q de nível mais alto de Pedro usar a chave para abrir a porta superordena uma intenção informativa N de tornar manifesto ou mais manifesto um conjunto de informações {I} coerente com essa intenção prática O¹⁷. Esta intenção informativa N, por sua vez, superordena uma intenção comunicativa M de, mediante um estímulo ostensivo aberto, tornar mutuamente manifesto ou mais manifesto para ambos, Ana e Pedro, que Pedro torna manifesto esse conjunto de informações {I} coerente com a intenção prática O que superordena essa cadeia de intenções. Finalmente, e coerente com essa intenção prática O que

¹⁵Lindsay e Gorayska (2004, p. 69) definem relevância como um predicado dependente de meta da seguinte forma: “P é relevante para G se e somente se G é uma meta e P é um elemento essencial de algum plano que é suficiente para alcançar G”. Conforme essa definição, um estímulo não é relevante em si mesmo, mas relevante em um contexto que se ajusta a um propósito próprio ou de outrem.

¹⁶ Em teoria de conciliação de metas, o conceito de intenção inclui a meta e, seguindo Bratman (1989), “o plano de ação que o organismo escolhe e se compromete na busca de uma meta” (TOMASELLO et al., 2005, p. 676).

¹⁷ Sobre as noções de manifestabilidade e manifestabilidade mútua, ver Sperber e Wilson (1995).

superordena a cadeia de intenções, Pedro produz um estímulo ostensivo aberto que torna mutuamente manifesto ou mais manifesto para ambos, Ana e Pedro, que ele torna manifesto esse conjunto de informações {I} – intenção comunicativa M propriamente dita.

Essa cadeia de intenções pode ser vista a seguir:

	<i>Intenção Comunicativa</i>	<i>Intenção Informativa</i>	<i>Intenções Práticas</i>
			...(Q) abrir porta, Pedro
			...(P) usar chave, Pedro
[1]			(O) alcançar chave, Ana
[2]		(N) informar pedido, Pedro	(O) alcançar chave, Ana
[3]	(M) comunicar pedido, Pedro	(N) informar pedido, Pedro	
[4]	(M) comunicar pedido, Pedro		
[5]		(N') informar pedido, Pedro	
[6]			(O') alcançar chave, Ana
			...(P') usar chave, Pedro
			...(Q') abrir porta, Pedro

Considerando suas preferências (ele próprio quer abrir a porta) e habilidades (sua *expertise* em interagir com Ana), Pedro poderia dizer o que segue:

Pedro – Você pode alcançar a chave para mim?

Do ponto de vista de Ana, o primeiro passo consiste em mobilizar o procedimento de compreensão. Como esperado, seguindo uma rota de esforço mínimo, Ana encaixa a formulação linguística do enunciado de Pedro (1a) em uma forma lógica (1b) e elabora a explicatura (1c) e a explicatura expandida (1d), que inclui o respectivo ato de fala¹⁸.

(1a) Você pode alcançar a chave para mim?

(1b) (poder alcançar x, y, z).

(1c) você_x [ANA_x] pode alcançar a chave [DA PORTA_y] para mim_z [PEDRO_z].

(1d) PEDRO DESEJA SABER SE ANA PODE ALCANÇAR A CHAVE DA PORTA PARA PEDRO.

A explicatura expandida (1d) corresponde ao significado explícito do enunciado (1a) de Pedro, mas ainda não corresponde ao significado implícito tornado manifesto ou mais manifesto por seu enunciado. Para obter esse significado implícito, Ana deve inferir que Pedro

¹⁸ Sobre a metodologia descritiva, ver Rauen (2011, 2009).

deseja que ela alcance a chave e, para isso, Ana deve ser capaz de produzir, entre outras, a seguinte cadeia de inferências¹⁹:

- S1 – Pedro deseja saber se Ana pode alcançar a chave da porta da casa para Pedro (premissa implicada derivada da explicatura do enunciado de Pedro);
- S2 – $S1 \rightarrow S3$ (inferência por *modus ponens*);
- S3 – A porta provavelmente está trancada (conclusão/premissa implicada);
- S4 – $S1 \wedge S \rightarrow S5$ (inferência por *modus ponens conjuntivo*);
- S5 – Pedro provavelmente quer abrir a porta (conclusão/premissa implicada);
- S6 – $S5 \rightarrow S7$ (inferência por *modus ponens*);
- S7 – Pedro provavelmente quer que Ana alcance a chave da porta para Pedro (conclusão implicada).

É somente quando Ana infere a suposição S_7 , de que Pedro provavelmente quer que ela lhe alcance a chave da porta – intenção informativa N – que ela pode, de fato, entregar a chave para Pedro e, desse modo, atingir a intenção prática O de Pedro.

- S7 – Pedro provavelmente quer que Ana alcance a chave da porta para Pedro (premissa implicada);
- S8 – $S7 \rightarrow S9$ (inferência por *modus ponens*);
- S9 – Ana provavelmente deve alcançar a chave da porta para Pedro (conclusão implicada).

Do ponto de vista do plano de ação intencional de Pedro, quando Ana fornece a chave para ele abrir a porta, três camadas de intenção foram heteroconciliadas. No que se refere à intenção comunicativa M , Pedro tornou mutuamente manifesto ou mais manifesto seu desejo de informar o conjunto de informações $\{I\}$ de saber se Ana poderia alcançar a chave da porta para ele, e Ana dispôs-se a tornar esse enunciado relevante o suficiente para processá-lo. No que se refere à intenção informativa N , Pedro informou o conjunto de informações $\{I\}$ de saber se Ana poderia lhe alcançar a chave da porta, e Ana acionou o procedimento de compreensão para gerar a interpretação correta do enunciado de Pedro. No que se refere à intenção prática O , Pedro sugeriu que a inferência correta no cenário era a de que Ana fornecesse a chave para ele abrir a porta, e Ana procedeu aos cálculos inferenciais pertinentes que permitiram concluir que ela deveria fornecer a chave para Pedro ²⁰.

¹⁹ Nas formulações que seguem, S_1, \dots, S_n representam suposições contextuais enquanto premissas e/ou conclusões implicadas, \wedge representa uma conjunção lógica e \rightarrow representa uma implicação lógica.

²⁰ Vale ressaltar que essa cadeia de inferências pode falhar de diferentes formas, porque dependem do estímulo ostensivo que compõe a ação de nível mais baixo na cadeia de submetas e metas em pauta. Em teoria

Considerações finais

Conforme Tomasello e colaboradores (2005), a diferença crucial entre a cognição humana e a cognição de outras espécies é a capacidade humana de participar de atividades colaborativas com metas e intenções comuns – *intencionalidade compartilhada* ou *intencionalidade “nós”*. No caso em pauta, para Pedro abrir a porta com a chave de Ana, entrou em cena uma cadeia complexa de heteroconciliações e, para isso, Pedro e Ana foram capazes de monitorar o curso das ações – autoconciliações – considerando as metas práticas viabilizadas pelo comportamento ostensivo de Pedro. Justamente porque se parte da assunção de que as metas práticas dos agentes superordenam o processo, argumenta-se que foi possível monitorar esse curso de ação, assumindo que o enunciado de Pedro integra um plano de ação intencional em direção à consecução ótima de sua meta de abrir a porta com a chave de Ana, plano esse que foi colaborativamente monitorado por sua interlocutora.

Além disso, argumenta-se que é possível superar com essa arquitetura o reducionismo intrínseco das descrições e explicações fundamentadas na noção teórica de relevância sem perder seus méritos intrínsecos, uma vez que se assume que a mente humana não apenas processa informações e, desse modo, aprimora seu conhecimento de mundo, mas, e sobretudo, interage com o mundo num contexto de intenções práticas próprias e alheias. Segue-se, portanto, que a arquitetura abdução-dedutiva da teoria de conciliação de metas apresenta um caminho viável por onde se pode descrever e explicar, nos termos de Scandell-Vidal (2006, p. 137), que mecanismos contextualmente situados intervêm na passagem da intenção do falante à sua verbalização e, em nossos termos, como o ouvinte monitora essa cadeia complexa de intenções. Se isso estiver correto, é possível reintegrar à descrição e à explicação linguística tanto o papel proativo do falante, quanto a competência do ouvinte em depreender esse papel proativo no curso dessas interações.

de conciliação de metas, enunciados agem como hipóteses abdução-antefactuais habilitadoras $P \leftarrow Q$, pois, embora necessários, eles não são suficientes para a heteroconciliação de intenções práticas. Sobre falhas de consecução neste exemplo, ver Rauen (2017, no prelo).

REFERÊNCIAS

- BEZ, A. da S. **Conciliação de metas, relevância e reestruturação cognitiva de crenças intermediárias**. 2016. 173 f. Tese (Doutorado em Ciências da Linguagem)-Programa de Pós-Graduação em Ciências da Linguagem, Universidade do Sul de Santa Catarina, 2016.
- BRATMAN, M. E. Intention and Personal Policies. In: TOMBERLIN, J. F. (Ed.). **Philosophical Perspectives**, v. 3. Philosophy of Mind and Action Theory. London: Blackwell, 1989. p. 443-469.
- HARMAN, G. The inference to the best explanation. **Philosophical Review**, v. 74, p. 88-95, 1965.
- LINDSAY, R.; GORAYSKA, B. Relevance, Goal Management and Cognitive Technology. In: GORAYSKA, B.; MEY, J. **Cognition and technology: co-existence, convergence, and co-evolution**. Amsterdam: J. Benjamins, 2004. p. 63-107.
- LUCIANO, S. F. M. **Relevância e conciliação de metas: adequação lógica e plausibilidade empírica**. 2014. 98 f. Dissertação (Mestrado em Ciências da Linguagem)-Programa de Pós-Graduação em Ciências da Linguagem, Universidade do Sul de Santa Catarina, 2014.
- PSILLOS, S. Simple the best: A Case for Abduction. In: KAKAS, A. C.; SADRI, F. (Eds.). **Computational Logic: Logic Programming and Beyond**. Berlin: Springer-Verlag, 2002. p. 605-626. Disponível em: <<http://www.phs.uoa.gr/~psillos/>>. Acesso em: 2 set. 2013.
- RAUEN, F. J. Processos interacionais discente/docente em espaço virtual de aprendizagem: análise com base na teoria da relevância. **Scripta**, v. 12, p. 190-217, 2009.
- _____. Avaliação da habilidade de inferência em leitura: estudo de caso com uma questão da Provinha Brasil. **Linguagem em (Dis)curso**, v. 11, p. 217-240, 2011
- _____. Hipóteses abdutivas antefactuais e modelação proativa de metas. **Signo**, Santa Cruz do Sul, v. 38, p. 188-204, 2013.
- _____. For a goal conciliation theory: ante-factual abductive hypotheses and proactive modelling. **Linguagem em (Dis)curso**, Tubarão, SC, v. 14, n. 3, p. 595-615, set./dez. 2014.
- _____. Hipóteses antedutivas e conciliação de metas. In: GODOY, E. et al. (Orgs.). **Coletânea do II Workshop Internacional de Pragmática**. Curitiba: UFPR, 2016. p. 53-79.
- _____. Conciliação de metas e a noção de intenção. In: **Coletânea do III Workshop Internacional de Pragmática**. Curitiba: FUNPAR, 2017. No prelo.
- SCANDELL-VIDAL, M. V. **Introducción a la pragmática**. 2. ed. Barcelona: Ariel Lingüística, 2006. 256 p.
- SPERBER, D.; WILSON, D. **Relevance: communication & cognition**. 2. ed. Oxford: Blackwell, 1995 [1. ed. 1986]. 338 p.

TOMASELLO, M et al. Understanding and Sharing Intentions: The Origins of Cultural Cognition. **Behavioral and Brain Sciences**, v. 28, p. 675–735, 2005.

WILSON, D. **Pragmática teórica**. Tradução Fábio José Rauen. London: London College, 2004. Disponível em: <<http://www.phon.ucl.ac.uk/home/nick/pragtheory/>>. Acesso em: 4 fev. 2005.

Percepção, linguagem e construção de sentidos: por uma abordagem ecológica da cognição

Paulo Henrique Duque¹

Universidade Federal do Rio Grande do Norte

RESUMO: Neste artigo, apresentamos uma perspectiva ecológica da cognição, de acordo com a qual o organismo percebido e o ambiente percebido constituem a singularidade de onde emerge o comportamento linguístico. De acordo com tal abordagem, por elaborar, refinar e evocar conceitos (*frames*), o comportamento linguístico conduz à ampliação da cognição humana, de modo que, quando recursos perceptuais são escassos, podemos lançar mão dos recursos linguísticos e, assim, executar tarefas específicas, tais como identificar objetos, categorizar, predizer ações etc. Dentro deste enfoque, percepção, ação e linguagem constituem dimensões distintas da cognição humana.

PALAVRAS-CHAVE: percepção; linguagem e cognição; jogos de linguagem; *frame*.

1. Introdução

A integração entre um ser vivo e o seu entorno ocorre por meio de ações exploratórias que capturam informações perceptuais compartilháveis (ou não) entre os membros da

¹ Licenciado em Letras: português/inglês (CESVA/RJ), mestre em Linguística (UFRJ/RJ), doutor em Linguística (UFRJ/RJ). Professor do Departamento de Letras da Universidade Federal do Rio Grande do Norte (DLET/UFRN) e docente do quadro permanente do Programa de Pós-Graduação em Estudos da Linguagem (PPgEL). E-mail: duqueph@gmail.com.

mesma espécie. Na abordagem ecológica², pesquisadores como Bingham (1988), Shapiro (2011), Wilson e Golonka (2013) e Duque (2015b, 2016, 2017) defendem que os seres vivos resolvem problemas aparentemente complexos interagindo de forma direta com o ambiente. Para isso, seus componentes biológicos adaptam-se às mudanças do ambiente. Essa adaptação parece alimentar o processo de desenvolvimento e, com isso, promover a ampliação do inventário de recursos de cada ser durante a vida.

Das relações organismo-ambiente e organismo-organismo, emerge um sistema complexo, dinâmico e adaptativo (DUQUE, 2015b): a cognição. O compartilhamento de informações perceptuais entre seres humanos envolve a utilização de um meio linguístico convencional (HINTON, 2014). Para além da percepção e da atuação direta no ambiente, nós, humanos, desenvolvemos estratégias convencionais de compartilhamento da atenção e, com isso, ampliamos exponencialmente nossa cognição inicial. Nossa relação com o ambiente passa a ser mediada pela linguagem e, com ela, construímos novos sentidos para o nosso entorno.

Cabe ao linguista orientado pela visão ecológica de cognição, portanto, investigar como e em que medida o sentido da realidade é ampliado e modificado a cada nova interação social por meio da linguagem. Neste artigo, em especial, buscamos apresentar, de forma panorâmica, o modelo ecológico de cognição, seus pressupostos, e o papel da linguagem na ampliação da cognição por meio da modelagem de *frames*.

2. Informação Perceptual e Invariantes Perceptuais

Na abordagem ecológica da percepção de J. J. Gibson (1979), o organismo percebido e o ambiente percebido constituem uma singularidade. Na visão do autor, luz, espaço, movimento e outras propriedades dependem também do organismo percebido, descrito como integrado ao ambiente. Nesse sentido, conforme Shaw, Turvey e Mace (1982), o que percebemos, na verdade, são informações, não estímulos.

A diferença entre informação e estímulo torna-se evidente quando analisamos o contexto de informação visual da luz. Segundo Gibson (1979), a luz pode ser categorizada como radiante e ambiente. A primeira diz respeito ao conjunto de raios luminosos que divergem de uma determinada fonte de energia e que é percebida olhando-se diretamente para ela. Nesse caso, o estímulo dos receptores da retina indica apenas que existe uma energia luminosa. Para o autor, quando essa luz radiante incide sobre um meio específico, ela reflete

² O adjetivo “ecológico” diz respeito às relações recíprocas entre organismo e ambiente físico-social-cultural, com base nas quais está ancorada a cognição humana.

em diferentes intensidades e direções, dando origem à luz ambiente.

Tendo em vista que as diferentes superfícies do ambiente variam em relação a domínios como massa, extensão, (im)penetrabilidade, compressibilidade, elasticidade, divisibilidade, descontinuidade e inércia, elas modificam a luz irradiada e, conseqüentemente, revelam estruturas. A refração, portanto, é um fenômeno que estrutura a energia luminosa, de modo que a luz refletida (ou luz ambiente) deixa de ser energia pura e passa a ser a informação que especifica as propriedades dos objetos, tais como o formato e a textura de suas superfícies. Devido à relação direta entre energia ambiental estruturada e propriedades percebidas, a percepção não exige processos inferenciais.

Essa relação de especificidade pressupõe que a energia estruturada no ambiente descreve, de forma invariante, o que a estruturou (GIBSON, 1979). Invariantes, portanto, são parâmetros presentes nos padrões da energia estruturada pelo ambiente que não se alteram diante das transformações desses padrões (invariantes estruturais) ou que apresentam constância de transformação, revelando regularidades nas mudanças (invariantes transformacionais).

A relatividade e a estabilidade de invariantes estruturais podem ser exemplificadas pela percepção visual de um objeto imóvel. Identificamos o objeto por meio da percepção do *layout* de sua superfície (HINTON, 2014). Isso ocorre porque exploramos visualmente as invariantes inseridas no arranjo óptico do ambiente. Existem diversas invariantes específicas para cada contorno de superfície de um objeto, percebidas gradualmente, à medida que exploramos o meio em que tal objeto está inserido.

De acordo com Gibson (1979), a percepção de um objeto está estritamente ligada à detecção de suas invariantes, caracterizadas como ausentes de formas. Ao perceber o contorno de parte de um objeto, percebemos o objeto por inteiro. Nesse sentido, as invariantes constituem um espaço informacional. Nesse espaço, as invariantes são consideradas básicas para a descrição dos eventos que ocorrem no ambiente. Tais invariantes especificam eventos, objetos, lugares e possibilidades de ação disponíveis no meio. A luz, por exemplo, é o meio que permite aos organismos perceber a informação e agir de maneira adequada. À medida que as propriedades do meio (luz, som etc.) se modificam, as ações dos organismos também se alteram. Mudanças na atmosfera, como quedas de temperatura, por exemplo, fazem com que os organismos adaptem seus comportamentos (hibernando, no caso de ursos, ou vestindo roupas adequadas à estação fria, no caso dos seres humanos).

As substâncias, por sua vez, apresentam composições físicas e químicas que formam redes de compostos heterogêneos, interligados e estruturados hierarquicamente, as quais consti-

tuem os componentes (água, terra, árvores, animais etc.) do meio ecológico. Esses componentes possibilitam aos organismos diferentes formas de comportamento, tais como: beber, comer, correr, manipular etc. A maioria desses componentes não se altera estruturalmente, porém, quando ocorre alguma mudança, eles tendem a readquirir o estado de equilíbrio. Essa não alteração estrutural é que possibilita aos organismos perceber invariantes.

No que concerne às invariantes de natureza transformacional, elas apresentam padrões constantes de mudança que facultam a identificação da ação dos organismos no ambiente, por meio da captação de informação. Ao observarmos uma pessoa andando de bicicleta, por exemplo, notamos que, nas pedaladas (que se alternam repetidamente), persiste um padrão de constância que identifica a ação do indivíduo como tarefa crucial do evento PEDALADA_CICLÍSTICA³. Interessa-nos, em especial, o fato de que depreendemos invariantes de qualquer tipo de energia ambiental estruturada, não só da luz, mas também do som, do cheiro, do sabor etc.

A existência de relação de especificidade (1:1) entre os padrões de energia e os estados físicos que configuram esses padrões possibilita a percepção, sem necessidade de qualquer forma de mediação, isto é, existe uma relação de especificidade entre uma determinada propriedade presente no ambiente (por exemplo, dureza, impermeabilidade, solidez etc.) e um determinado padrão de energia estruturada por essa propriedade, a informação. Nesse contexto, caso exista um observador capaz de detectar⁴ essa informação por meio dos seus sistemas perceptuais, a percepção da propriedade ocorre de forma direta.

Um objeto que se desloca no espaço, por exemplo, cria informação para um observador humano à medida que a luz refletida sobre tal objeto é estruturada de acordo com as leis da óptica ecológica para deslocamento. O fluxo óptico é específico ao evento em questão e qualquer organismo que detecte essa informação pode, portanto, perceber diretamente o evento no mundo. O significado da informação, aqui, é a própria dinâmica do evento no mundo, ou seja, o próprio deslocamento do objeto, e é esse significado que o organismo, nesse caso, precisa apreender.

Conforme Duque (2017), a dinâmica de um animal em seu ambiente equivale ao conjunto das ações que ele executa. Sendo assim, ação e significado são equivalentes entre si. Essa parece ser a condição semântica inicial sobre a qual elaboramos significados menos

³ A fim de estabelecermos uma uniformidade notacional, ao tratarmos de enunciados linguísticos, adotamos aspas duplas; e, ao tratarmos de domínios conceituais, utilizamos a fonte em versalete.

⁴ A capacidade de detectar informações do ambiente depende, em grande medida, da configuração corporal de cada espécie e, mesmo, de cada indivíduo: alcance da visão, audição etc., uso de garras, mãos etc., posição dos olhos, formas de locomoção etc.

corporificados, em que o sentido da informação perceptual é a própria dinâmica do evento percebido. Dentro desse enquadre, a fala em si pode ser categorizada como um tipo de evento (WILSON; GOLONKA, 2013) que estrutura padrões acústicos. Qualquer organismo que detecte esses padrões pode, portanto, perceber diretamente o evento de fala. No entanto, o significado da informação, no caso da fala, não é a dinâmica da articulação de palavras em si. O significado que o organismo precisa apreender, nesse caso, é o significado convencional da palavra pronunciada. Os eventos acústicos da fala, por exemplo, dizem respeito a significados convencionais de eventos linguísticos, não dos atos físicos de articulação em si. É devido ao caráter convencional da linguagem que nossa compreensão do ambiente é tão flexível e dinâmica. Isso contrasta com a fixidez e a estaticidade dos significados das dinâmicas das ações diretas dos organismos no ambiente.

3. Informação Linguística e Emergência de Conceitos

De acordo com a abordagem ecológica da percepção e da ação, nossa atuação no ambiente normalmente não exige dispositivos sofisticados e complexos. A homeostase do corpo em integração com o ambiente é suficiente, ou seja, bastam as habilidades do nosso sistema percepto-motor e as propriedades de ancoragem complementar do corpo (por exemplo, a mão humana, suas configurações e alcance, a escala do corpo, o campo da visão etc.) em interação com as propriedades físicas e as possibilidades de comportamento fornecidas pelo ambiente (*affordances*, de GIBSON, 1979).

A execução de tarefas que exigem atenção compartilhada (TOMASELLO, 2008), no entanto, impele-nos a construir e modelar significados indiretamente, por meio da linguagem. Vimos que a percepção direta diz respeito à informação cujo significado está subscrito por um relacionamento de especificação 1:1. No entanto, quando detectamos a matriz acústica /goj.'a.bo/ (“goiaba”), por exemplo, ocorre bem mais que um ato de percepção acústica. Ocorre a evocação de um conceito (GOIABA) subscrito por uma convenção social orientada pela linguagem. Dentro da abordagem ecológica, portanto, a linguagem é o meio cognitivo que possibilita o fluxo da informação linguística através de um meio físico (ar, água etc.) do ambiente (meio-ambiente) de modo a promover o compartilhamento de atenção. Segundo Wilson e Golonka (2013), recorreremos aos recursos linguísticos quando os recursos perceptuais não são suficientes para a execução de uma tarefa.

Informação linguística e informação perceptual, portanto, ocupam diferentes nichos na realização de uma tarefa. Enquanto a informação perceptual auxilia-nos, por exemplo, a interceptar uma bola no ar, a informação linguística auxilia-nos a executar as seguintes tarefas:

1. Estender o conhecimento sobre o ambiente, uma vez que podemos perceber alguns aspectos do ambiente, mas não outros. Podemos visualizar uma casa que está dentro do nosso campo de visão, mas não o que há atrás dela. Para um evento acústico ser informativo, por exemplo, precisamos estar próximos o suficiente de uma fonte de propagação de som. Sendo assim, nossa habilidade de aprender sobre as propriedades do ambiente, via informação perceptual, é limitada ao espaço, ao tempo e à capacidade de o indivíduo detectar informação. Essas restrições se devem à natureza dos meios através dos quais a informação perceptual flui. A informação linguística, por sua vez, não é limitada ao espaço e ao tempo. O usuário de uma língua só precisa estar ao alcance da informação linguística auditiva (ou visual). O evento de fala em si pode ser sobre propriedades do ambiente que não são perceptíveis de um determinado ponto de observação. Nesse sentido, a informação linguística alcança propriedades do ambiente que, muitas vezes, não são percebidas. Esse alcance se deve à natureza do meio através do qual a informação linguística flui, a linguagem. Esse meio possibilita o relacionamento convencional entre informação e significado, isto é, o significado do evento é diferente da dinâmica da ação (por exemplo, a articulação da fala) que possibilita a informação linguística.

2. Executar jogos de linguagem, uma vez que a informação linguística é crucial para a realização de tarefas que não existem sem a linguagem, como por exemplo, categorizar, nomear, adivinhar, narrar e descrever.

3. Criar, reforçar e ativar circuitos neurais (LAKOFF; JOHNSON, 1999), uma vez que a linguagem permite que informações sobre o mundo sejam preservadas por longas escalas de tempo e distâncias por meio de recursos acústicos e gráficos. Essa função da linguagem permite que agentes construam conceitos totalmente novos a partir de conceitos já existentes (emulação). Essa tarefa, em especial, é a fonte de estabilidade de uma cultura.

4. Orientar e diferenciar comportamentos dentro de um ambiente, uma vez que a informação linguística pode ser usada para configurar ações motoras. Por exemplo, uma pessoa que está sentada em frente a dois objetos “pegáveis” pode, com segurança, ser orientada a escolher um em vez do outro, com base em informação linguística. Há uma diferença entre a orientação linguística de comportamento e o comportamento vinculado à informação perceptual. A percepção complementa-se na ação e vice-versa, de modo que o significado de escalar uma árvore é a própria dinâmica da ação de se escalar uma árvore. Esse não é o caso da informação linguística: se alguém diz “suba naquela árvore”, o ouvinte não precisa, necessariamente, cumprir o comando.

Essas quatro tarefas referem-se a atividades que não podem ser executadas sem a informação linguística. As tarefas 1 e 3 referem-se a coisas que estão ausentes. A tarefa 2 só é passível de execução por meio da linguagem. A tarefa 4 é limítrofe, pois o uso de gestos

pode servir para orientar alguém a pegar um objeto específico no ambiente. No entanto, esse direcionamento torna-se mais preciso com o uso da linguagem. As tarefas seguintes dizem respeito a atividades que não precisam necessariamente da linguagem:

5. Estabelecer relações sociais, uma vez que, por integrarmos complexas redes de relacionamento, aprender o significado convencional da informação linguística pode provocar mudanças emocionais de modo a manter, fortalecer ou romper as redes sociais.

6. Fortalecer a autorregulação e a metacognição, uma vez que usamos a informação linguística para compreendermos a nós mesmos e para identificarmos a melhor forma de raciocinarmos sobre o mundo. Nesse sentido, dizemos coisas a nós mesmos a fim de refletirmos sobre acontecimentos e para organizarmos nossos pensamentos. No caso da informação perceptual, a autorregulação dá-se, por exemplo, pela garantia da manutenção do equilíbrio durante a locomoção, e pelo acionamento, na memória, de respostas comportamentais bem-sucedidas às irregularidades da superfície do deslocamento.

Em todas essas tarefas, o alicerce convencional fornece estabilidade à informação linguística, embora convenções possam mudar. Em decorrência disso, o significado orientado pela linguagem é menos estável do que o significado intrínseco à dinâmica da percepção-ação. Tanto a informação perceptual quanto a informação linguística constituem recursos de execução de tarefas específicas (BINGHAM, 1988) configurados pelo organismo para resolver problemas específicos.

De acordo com Wilson e Golonka (2013), embora nossa visão cultural de linguagem esteja fortemente vinculada à noção de definição (como a empregada nos dicionários), a noção de convenção associada ao evento de fala, na perspectiva aqui defendida, não se confunde com a de definição. A noção de convenção é pensada aqui em termos do modo como um agente (humano ou máquina) faz uso de informação linguística em situações de interação agente-ambiente mediadas socialmente. Em outras palavras, o uso adequado da palavra na transformação de conceitos-potenciais em conceitos-especificados-por-contextos evidencia o domínio da informação linguística na extensão do sentido para além dos significados das dinâmicas das ações em si (próprias da informação perceptual).

4. Jogos de Linguagem

Crianças aprendem a usar as palavras executando tarefas específicas em situações de compartilhamento de atenção promovidas, normalmente, por adultos. Nesse contexto, a noção de jogos de linguagem, proposta por Wittgenstein (1975 [1953]), pressupõe que um ato de fala deve ser pensado como parte de uma atividade. Para Tomasello (2003; 2008),

atividades envolvendo linguagem visam ao compartilhamento de atenção cujos mecanismos se tornam mais sofisticados à medida que a criança se desenvolve.

Durante o desenvolvimento da criança, segundo Wittgenstein (1975 [1953]), alguns jogos de linguagem vão sendo elaborados enquanto outros se tornam obsoletos. Assim, por exemplo, embora alguns jogos de linguagem, como os centrados na identificação e na nomeação de objetos (muito executados na interação com crianças mais novas), deixem de ser executados diretamente, eles funcionam como “andaimes” de jogos mais sofisticados, como a identificação do assassino em filmes de suspense, a elaboração de uma lista de compras, a resposta a uma adivinha etc.

Ao adotar a noção de jogo de linguagem para implementar o desenvolvimento de uma língua natural em máquinas equipadas com recursos sensoriais (câmeras, microfones e altofalantes) e de movimento (cabeça, pernas e braços mecânicos articulados), Luc Steels (2012) categorizou e hierarquizou alguns jogos de linguagem de modo a modelar o aprimoramento linguístico de agentes robóticos. Ele categorizou os jogos em: jogos de imitação, jogos de discriminação, jogos de ação, jogos de referência e jogos de descrição, de modo que os robôs fossem capazes de criar denominações para os objetos do entorno, transmiti-las linguisticamente para outros robôs e, até mesmo, desenvolver uma gramática.

Os resultados da pesquisa de Steels interessam-nos, em especial, pois nos fornecem subsídios para a compreensão do desenvolvimento da linguagem humana e nos parecem coerentes com os pressupostos da abordagem ecológica de cognição aqui defendidos. Nesse sentido, é possível que a análise de jogos mais básicos, tais como jogos de imitação, de discriminação e de ação, seja crucial para explicarmos a emergência da informação linguística a partir da informação perceptual; a emergência do significado convencional a partir do significado enquanto dinâmica de ação em si; a emergência de conceitos a partir de meros empilhamentos de objetos similares do ponto de vista perceptual.

Um jogo de linguagem é concebido aqui como uma sequência de tarefas específicas que, de tanto ser executada, retém suas invariantes no cérebro de quem joga, na forma de circuitos neurais. Conforme Steels (2012), executar um jogo de forma bem-sucedida pressupõe conhecer todas as tarefas específicas que o compõem. Para executar o jogo da nomeação, por exemplo, é necessário que um robô aponte para um objeto e pronuncie uma palavra para nomeá-lo; que, em seguida, um segundo robô aponte para o mesmo objeto e repita a palavra pronunciada pelo primeiro robô; que, caso o rótulo e o objeto tenham sido associados corretamente, o primeiro robô emita um reforço positivo e, caso contrário, realize a correção. Nesse exemplo, um conceito de interação social é elaborado: o conceito NOMEAÇÃO. Se o objeto nomeado é uma bola, por exemplo, além do tipo de interação (NOMEAÇÃO), um conceito linguístico também é elaborado: BOLA.

Temos, nesse enquadre, as duas dimensões da informação linguística: a dimensão interacional, de onde a linguagem emerge, e a dimensão linguística, dos conceitos evocados linguisticamente por meio do engajamento colaborativo (TOMASELLO, 2008) e com a finalidade de enquadrar (*to frame*) algum aspecto específico do meio-ambiente.

5. Conceitos, Estados e Contextos

De acordo com Brandon Roy, Michael Frank e Deb Roy (2012), crianças aprendem sua língua materna enquanto executam tarefas específicas em interação com os adultos. Os autores analisaram o modo como crianças aprendem o significado das palavras, por meio da análise de gravações de interações entre crianças e adultos em contextos naturais. No projeto *Speechome*, os pesquisadores gravaram diariamente o desenvolvimento do filho de Deb Roy, coordenador do projeto, em casa, reunindo aproximadamente 100 mil horas de áudio e vídeo de alta fidelidade, do nascimento aos três anos de idade. Até hoje, o *corpus* resultante desse projeto constitui o registro mais abrangente do desenvolvimento de uma criança. Os dados oferecem muitas oportunidades para compreendermos a dinâmica de desenvolvimento refinado da linguagem.

Os autores verificaram, por exemplo, que a palavra “água” [*water*] é ouvida em várias situações no curso da vida diária de uma criança, em situações específicas (banho, escovação, ingestão etc.) e em ambientes (lavabo, banheiro, área de serviço, cozinha, praia etc.) que envolvem o líquido, inicialmente como componente da informação perceptual e, depois, como informação linguística, cujo caráter convencional permite que o estado cognitivo de um conceito possa ser alterado em contextos diferentes.

Um estado cognitivo designa a condição em que um sistema de significados se encontra, de um estado menos específico, como o de FLOR, a um estado mais específico, como o de FLOR_DE_DECORAÇÃO_DE_CASAMENTO. Nessa perspectiva, o conceito não é um recipiente de exemplares, mas sim uma entidade com um estado cognitivo que pode ser alterado por um contexto. Um conceito pode ser melhor caracterizado como um conjunto de elementos (nós) que se conectam por meio de *links*. Essa caracterização corresponde à concepção de *frame* proposta por Duque (2015a). Portanto, as noções de conceito, de categoria conceptual e de *frame* são equivalentes na abordagem defendida aqui.

Para exemplificarmos que a noção de *frame* (FILLMORE, 1976; 1982; DUQUE, 2015a) é coerente com a visão de inovação semântica e expansão cognitiva, defendidas aqui, tomemos o conceito ANIMAL_DE_ESTIMAÇÃO, que em um contexto neutro, normalmente é exemplificado por “cão”, “gato”, “papagaio” etc., mas que, no contexto EXCENTRICIDADE, passa a ser exemplificado por “cobra”, “lagarto”, “aranha” etc. De acordo com Gabora, Rosch e

Aerts (2008), escolhas dessa natureza se justificam pelo fato de existirem diferentes estados para um determinado conceito. Nesse caso, o estado de fundo de ANIMAL_DE_ESTIMAÇÃO corresponderia à não evocação de um contexto específico. É a evocação de um contexto, no entanto, que transforma o estado de fundo em um estado específico, no caso, ANIMAL_DE_ESTIMAÇÃO_EXCÊNTRICO.

Nesse sentido, o estado de fundo de um *frame* é o estado onde esse *frame* não está sob influência de nenhum contexto. Contexto, aqui, corresponde a uma situação de interação organismo-ambiente mediada socialmente: um *frame* interacional. É de onde um evento (*frame*-evento) emerge. Por exemplo, RECEITA pode ser pensada em termos de uma situação envolvendo os preparativos para um JANTAR ou em termos de uma situação de CONSULTA MÉDICA.

A prototipicidade de um *frame*, portanto, só pode ser medida sob a influência de um *frame* interacional e de um *frame*-evento, pois *frames* adquirem e perdem propriedades dependendo do estado específico em que se encontram. Sempre que um *frame* interacional e/ou um *frame*-evento é/são evocado(s), ocorre uma mudança de estado do *frame* lexical de base (em estado de fundo). De acordo com Gabora, Rosch e Aerts (2008), quando o conceito (*frame*) é especificado por um contexto (*frame* interacional e *frame* evento), ocorre um colapso. Em outras palavras, de uma condição de imprecisão, passamos a uma condição de precisão de sentido.

A diferença entre o estado de fundo e o estado específico de um conceito é evidenciada pela tipicidade dos exemplares contemplados pelo *frame* e pelo grau de aplicabilidade de propriedades nos dois estados (no estado de fundo e no estado específico). A aferição conceptual da prototipicidade de um exemplar é realizada em função da influência do contexto (*frame*-interacional e *frame*-evento) sobre o conceito em análise e dos pesos das propriedades em cada estado (estado de fundo e estados específicos). Nesse sentido, propriedades relevantes em uma dada situação podem perder a importância e, até mesmo, deixar de existir em outras situações. Gabora, Rosch e Aerts (2008) exemplificam esse fenômeno por meio do conceito ILHA. Segundo os autores, a propriedade *ser cercada de água* deixa de existir no contexto ILHA_DE_COZINHA. O caráter convencional da informação linguística, portanto, permite a construção de conceitos totalmente novos a partir de conceitos já existentes.

6. Circuitos-de-frames e Discurso

De acordo com a perspectiva assumida aqui, *frame* é uma estrutura cognitiva convencional, dinâmica e flexível, construída e modelada em situações de interação social. *Frames*

são circuitos neurais cuja ativação se deve à detecção de informação linguística e sua modelagem, ao arranjo dessa informação no/pelo discurso. Uma análise baseada-em-*frame* bem-sucedida diz respeito não só ao desvelamento de estruturas em si, mas também à identificação dos estados cognitivos que as instanciam.

Cada palavra que pronunciamos, ouvimos, escrevemos ou lemos ativa um ou mais *frames*. E, conforme Lakoff (2004), quanto mais um determinado *frame* é ativado⁵, mais reforçado ele se torna. Quando o *frame* se torna forte o suficiente, ele passa a definir o senso-comum⁶ de quem o ativa, ou, na perspectiva aqui defendida, adquire um estado de fundo. Esses *frames* não demandam muito esforço de raciocínio (LAKOFF; WHELING, 2012) e podem ser ativados, inclusive, por itens linguísticos isolados.

Conceptualizar, nessa perspectiva, é ativar e modelar circuitos específicos dentre centenas de milhares de circuitos neurais disponíveis no cérebro. Estamos assumindo aqui que conceitos, contextos e propriedades (GABORA, ROSCH e AERTS, 2008) são *frames* que se entrelaçam. A compreensão do que é um hospital, por exemplo, exige que compreendamos o que é médico, paciente, enfermaria, cirurgia, emergência, consulta, exame, cirurgia etc. É no discurso que um *frame* pode ser ativado como contexto ou propriedade de outro *frame*: EXAME_MÉDICO pode ser o contexto em que PACIENTE e MÉDICO são ativados, por exemplo.

O contexto, legitimado pelo *frame* interacional, é constituído não só de informações linguísticas, mas também de informações perceptuais, na execução de uma sequência de tarefas específicas, de um roteiro. EXAME_MÉDICO, por exemplo, envolve tanto o uso de informação perceptual (manuseio de aparelhos, percepção de temperatura, audição de batimentos cardíacos etc.) quanto de informação linguística (escolhas lexicais e emulações conceptuais⁷). LEITURA_DE_FÁBULA, por sua vez, envolve principalmente informação linguística.

Cada *frame* interacional orienta a ativação de aspectos específicos do entrelaçamento de *frames* linguísticos (lexicais e de eventos). Por exemplo, o *frame* interacional CAMPANHA_PUBLICITÁRIA realça os *frames* (propriedades) ATENDIMENTO, ESPECIALIDADES, MÉDICOS e EQUIPAMENTOS do *frame* HOSPITAL. O *frame* interacional PEDIDO_DE_INFORMAÇÃO realça, por sua vez, os *frames* (propriedades) LOCALIZAÇÃO, ESPECIALIDADES, EQUIPAMENTOS do *frame* HOSPITAL. O *frame* (contexto) INTERNAÇÃO_HOSPITALAR

⁵ Mesmo que para ser negado, como em “não pense em um elefante”.

⁶ Conforme o autor, senso comum, aqui, deve ser entendido como conjunto de *frames* que alguém usa para compreender o que experiencia, lê e ouve.

⁷ De acordo com Duque (2016), emulação é o uso do sistema ecológico inicial (invariantes perceptuais) como plataforma sobre a qual sistemas mais abstratos são executados.

congrega muitos *frames* interacionais específicos, como ANAMNESE, RECEITA_MÉDICA, DIAGNÓSTICO, ENCAMINHAMENTO, PRONTUÁRIO_MÉDICO, PEDIDO_DE_INFORMAÇÃO, ANÁLISE_DE_EXAME etc. É no discurso que esses enquadramentos (*framings*) são realizados. Apesar de *frames* sempre integrarem configurações específicas, eles não são restritos a um entrelaçamento apenas. Um mesmo *frame* pode compor diferentes entrelaçamentos. O *frame* ATENDIMENTO, por exemplo, pode ser evocado não só por HOSPITAL, mas também por LOJA_DE_DEPARTAMENTOS, AEROPORTO etc.

A partir de um estado de fundo, um determinado *frame* pode ser instanciado potencialmente por diferentes estados cognitivos. Ao avistarmos uma flor, por exemplo, o estado cognitivo de fundo colapsa no contexto que melhor acomoda tal visualização (se em um jardim florido ou como parte da decoração da sala). Para isso, parte da riqueza da situação específica pode ser descartada para obtermos um meio mais direto de enquadrá-la em termos do que já experienciamos no passado (o que já sabemos de flores). Novas informações perceptuais, por outro lado, podem ser apreendidas em detalhes mais ricos de modo que, além das propriedades já conhecidas, outras propriedades sejam adicionadas. Estas propriedades adicionais tornam a informação mais resistente à conceptualização imediata, pois evocam contextos mais específicos (flor adequada à ornamentação de casamentos; flor a ser usada em velórios etc.).

7. Considerações finais

Embora a abordagem ecológica tenha se desenvolvido no campo da Psicologia, em especial nos estudos sobre percepção visual, de J. J. Gibson, no início da década de 1970, tal perspectiva teórica ultrapassou os limites impostos pelos estudos da percepção direta do ambiente e passou a fundamentar uma nova maneira de compreendermos a cognição em geral. Na ampliação desse escopo, mais do que considerar o corpo e o ambiente como meros coadjuvantes da cognição, passamos a admitir que a interação organismo-ambiente constitui, na verdade, o estado inicial de uma cognição emergente. E essa emergência parece estar diretamente vinculada ao desenvolvimento da linguagem. Faz-se necessário entender, portanto, como e em que medida o significado que, inicialmente, limita-se à própria dinâmica das ações dos organismos no ambiente torna-se dinâmico e flexível a ponto de influenciar a própria percepção do ambiente. Defendemos que a implementação dos jogos de linguagem é o estopim do processo de ampliação cognitiva. Diferentes *frames* de interação social modelados no cérebro passam a situar os significados fora da dinâmica da ação em si. Assim, os significados ganham a flexibilidade necessária para se atualizarem a cada nova situação.

Com base nos pressupostos destacados neste artigo, como circuitos neurais estruturados inicialmente a partir de invariantes recorrentes capturadas pela percepção direta do ambiente, *frames* tornam-se mais e mais complexos. Dentro deste enquadre, o cérebro deve ser entendido como uma ferramenta que modela dispositivos de resposta rápida aos problemas apresentados ao organismo pelo ambiente físico e social. Diante disso, mostra-se importante evitar que uma manifestação linguística qualquer seja tomada independentemente do evento de interação social em que foi produzida. Cumpre enfatizar que, o fato de compartilharmos os mesmos recursos perceptuais e motores, mas desenvolvermos visões de mundo muito diferentes, deve-se ao meio convencional com que modelamos significados: a linguagem. Nos jogos de linguagem, as informações linguísticas mesclam-se com as informações perceptuais para garantir eficiência no compartilhamento de atenção e na realização de tarefas específicas. Em suma, a cada experiência no ambiente e a cada interação social, remodelamos, recombinaos e reintegramos *frames*. O entrelaçamento desses *frames* provoca a emergência constante de novos *frames*. Dessa forma, conceitos menos físicos, como sociedade, justiça, moral etc., são emulados sobre estruturas conceituais mais próximas das experiências perceptuais e motoras diretas, como limite, força, equilíbrio.

Com base nessas considerações, ressaltamos a pertinência da abordagem ecológica para as ciências que estudam o comportamento humano e, sobretudo, para aquelas que estudam comportamentos na esfera social. Compreender a expansão da cognição humana a partir da necessidade de se sofisticarem ou se abolirem certos padrões perceptuais e motores adquiridos na exploração do ambiente, parece ser o ponto de partida para se explorarem, até mesmo, as peculiaridades da vida em sociedade e se explicar a coexistência de visões de mundo tão distintas.

REFERÊNCIAS

BINGHAM, G. Task-specific devices and the perceptual bottleneck. **Human Movement Science**, Amsterdam, v. 7, n. 2, p. 225-264, out. 1988.

DUQUE, P. Discurso e Cognição: uma abordagem baseada em frames. **Revista da ANPOLL**, Florianópolis, v. 1, n. 39, p. 25-48, jul./ago. 2015a.

_____. Por uma abordagem ecológica da linguagem. **Pontos de Interrogação**, Bahia, v. 5, n. 1, p. 55-78, jan./jul. 2015b.

_____. A emergência do comportamento linguístico. **Revista Virtual de Estudos da Linguagem - ReVEL**, Porto Alegre, v. 14, n. 27, p. 151-172, ago. 2016.

_____. De perceptos a frames: Cognição Ecológica e Linguagem. **Revista Scripta**, Belo Horizonte, v. 21, n. 41, p. 21-45, jan./jul. 2017.

FILLMORE, C. J. Frame semantics and the nature of language. In: **Annals of the New York Academy of Sciences: Conference on the Origin and Development of Language and Speech**, New York, v. 1, n. 280, p. 20-32, out. 1976.

_____. Frame Semantics. In: THE LINGUISTIC SOCIETY OF KOREA (Eds.). **Linguistics in the Morning Calm**. Seoul: Hanshin, 1982. p. 111-138.

GABORA, L.; ROSCH, E.; AERTS, D. Toward an Ecological Theory of Concepts. **Ecological Psychology**, Kelowna BC, v. 20, n. 1, p. 84-116, mar. 2008.

GIBSON, J. J. **The ecological approach to visual perception**. 1. ed. Boston: Houghton Mifflin, 1979. 332 p.

HINTON, A. **Understanding Context: Environment, Language, and Information Architecture**. 1. ed. Sebastopol, CA: O'Reilly Media, 2014. 440 p.

LAKOFF, G. **Don't Think of an Elephant: Know Your Values and Frame the Debate**. 1. ed. Vermont: Chelsea Green, 2004. 121 p.

LAKOFF, G.; JOHNSON, M. **Philosophy in the flesh: the embodied mind and its challenge to western thought**. 1. ed. New York: Basic Books, 1999. 624 p.

LAKOFF, G.; WEHLING, E. **The Little Blue Book: The Essential Guide to Thinking and Talking Democratic**. 1. ed. New York: Free Press, 2012. 139 p.

ROY, B.; FRANK, M.; ROY, D. Relating Activity Contexts to Early Word Learning in Dense Longitudinal Data. **Proceedings of the 34th Annual Meeting of the Cognitive Science Society**, Sapporo, Japan, v. 1, n. 34, p. 935-940, ago. 2012.

SHAPIRO, L. **Embodied Cognition**. 1. ed. New York: Routledge Handbook Press, 2011. 400 p.

SHAW, R.; TURVEY, M.; MACE, W. Ecological psychology: The consequence of a commitment to realism. In: WEIMER, W.; PALERMO, D. (Eds.). **Cognition and the symbolic processes II**. Hillsdale, NJ: Erlbaum, 1982. p. 159-226.

STEELS, L. Self-organization and selection in language evolution. In: STEELS, L. (Ed.) **Experiments in Cultural Language Evolution**. 1. ed. Amsterdam: John Benjamins, 2012. 306 p.

TOMASELLO, M. **Constructing a Language: A Usage-Based Theory of Language Acquisition**. 1. ed. Cambridge, MA: Harvard University Press, 2003. 388 p.

_____. **Origins of Human Communication**. 1. ed. Cambridge, MA: The MIT Press, 2008. 393 p.

WILSON, A.; GOLONKA, S. Embodied cognition is not what you think it is. **Frontiers in Psychology**, Swiss Federal Institute of Technology Lausanne, v. 4, n. 58, p. 1-13, fev. 2013.

WITTGENSTEIN, L. **Investigações filosóficas**. 1. ed. Tradução José Bruni. São Paulo: Editora Nova Cultural, 1999 [1953]. 226 p. (Coleção Os Pensadores, v. XLVI).

Modelos culturais e valores culturais: valor-modalidade

Heloísa Pedroso de Moraes Feltes¹
Universidade Federal de Caxias do Sul

RESUMO: Objetivamos demonstrar a importância do construto valor em estudos em Linguística Cognitiva que têm a pretensão de introduzir *modelos culturais* como parte de sua ontologia teórica. Com esse intuito, apresentamos uma breve revisão teórica sobre valores culturais (MONCADA, 2001; ROKEACH, 1968; KROEBER, 1993; RABUSKE, 1987; HESSEN, 2001; BARTMIŃSKI, 2009) e de sua relação com modelos culturais (KRONENFELD, 2008, D'ANDRADE, 1987, 1992; KÖVECSES, 1995). A partir dessa discussão, delineamos uma proposta de abordagem de valores em modelos culturais a partir da noção valor-modalidade, ilustrada através de vários exemplos. Em seguida, utilizamos o Sistema da Metáfora Moral (LAKOFF; JOHNSON, 1999) como um exemplo de como modelos culturais e valores podem ser tratados metaforicamente. Nesse momento, comentamos a relação entre modelos culturais e metáforas (YUANQIONG, 2009). Finalmente, discutimos a noção de valor-modalidade com relação a escalas de valoração (MALTEVA; D'ANDRADE, 2016) e a formas alternativas de se avaliarem quali e quantitativamente valores-modalidade.

PALAVRAS-CHAVE: valores; modelos culturais; valor-modalidade.

¹ Bacharel em Letras, licenciada em Letras/Português, especialista em Linguística (PUC/RS), mestre em Linguística Aplicada (PUC/RS) e doutora em Linguística Aplicada (PUC/RS). Professora da Área do Conhecimento de Humanidades da Universidade de Caxias do Sul (UCS) e docente do quadro permanente dos Programas de Pós-Graduação em Letras e Cultura (UCS) e de Doutorado em Letras, Associação Ampla UCS/UniRitter. E-mail: helocogn@terra.com.br.

Introdução

Nesta introdução, temos o propósito de tratar do construto *valor*. Fazemos a discussão a partir de um conjunto de abordagens, talvez ainda num desenho acanhado, para que sirva ao propósito de minimamente organizar a proposta que é objeto deste capítulo: a relação entre modelos culturais e valores-modalidade. O termo “valor-modalidade” é cunhado com o propósito de se apresentar um desenho inicial para o tratamento operacional de valores culturais, em Linguística Cognitiva, que vai além de, mas não exclui, a costumeira forma de se medirem valores por meio de escalas de intensidade ou importância.

Moncada (2001), no prefácio da tradução da obra de Johannes Hessen, *Filosofia dos Valores* ([1932] 2001), afirma:

Vivemos numa época em que se tornou hábito falar muito em valores, mesmo fora da ciência e da vida econômicas. Expressões tais como: valores morais ou éticos, estéticos, literários, religiosos, políticos, jurídicos, teóricos, etc., andam de boca em boca de toda a gente. O vocábulo tornou-se banal; sofreu inflação [...]. Todos mais ou menos o empregam sem o menor embaraço, muitos com ênfase, uma ênfase de que bebe do fino em matéria de cultura filosófica nas mais diferentes situações da vida. E contudo poucos terão talvez uma exacta consciência do alcance filosófico deste misterioso conceito, para não falar já na vastíssima problemática que ele faz levantar ou que com ele se relaciona nos mais variados domínios da especulação. (MONCADA, 2001, p. 21).

Por essa passagem de Moncada, na qual valor é referido como “um misterioso conceito”, é possível compreender por que nas ciências, entre elas a Linguística Cognitiva, há dificuldades em tornar esse construto minimamente operacional.

Rabuske (1987), por sua vez, apresenta uma conceituação simples de valor, que ele toma como ponto de partida para uma discussão mais detalhada sobre uma teoria dos valores. O autor (1987, p. 74) diz que “Valor é aquilo que é bom para alguém. Ou, valor é aquilo que satisfaz um desejo (uma tendência, uma necessidade). O termo ‘aquilo’ pode designar uma coisa, uma pessoa, uma atividade, uma situação, etc.”. Verifica-se que é uma conceituação simples e também uma conceituação vaga. Entretanto, ela nos oferece os primeiros *insights* para se tratar a modalidade de valores nos termos da proposta que se faz neste capítulo. O autor introduz o que virá a ser duas das modalidades que se estabelecem para valores, quais sejam: a do *desejável*² e a do *necessário*.

Por outro ponto de vista, Rokeach (1968) considera valor um tipo de crença, que está

² Hessen (2001) rejeita a ideia de que valores, em essência, sejam “desejáveis”, como afirmam outros pensadores. Mas aqui não falamos da essência do valor como desejável, mas de uma de suas modalidades.

centralmente localizada no sistema total de crenças de alguém, sobre como alguém pode ou não pode se comportar, ou sobre algum estado-fim da existência que vale a pena ou não ser alcançado. Valores são ideais abstratos, positivos ou negativos, não ligados a qualquer atitude, objeto ou situação específicos, que representam a crença da pessoa sobre modos ideais de conduta e objetivos finais ideais. (ROKEACH, 1968, p. 124).³

A partir de Rokeach, com uma adaptação, introduz-se a modalidade do *dever*: o valor como regulador do que se deve (ou não) almejar ou realizar. Desse modo, tem-se uma espécie de construto com a forma de atitude proposicional: é *desejável* que *p*, é *necessário* que *p*, é *dever* que *p*, em que *p* toma a forma de *se seja x* ou *se tenha x*, fórmulas em que *x* pode ser, respectivamente, um adjetivo (e.g., BOM, JUSTO, SEGURO, BELO, CORRETO) ou um substantivo (e.g., JUSTIÇA, CONFIANÇA, SEGURANÇA, LIBERDADE).

Kroeber ([1952] 1993) provê mais elementos para o entendimento da noção de valor. Para ele, valores são “um ingrediente essencial da cultura”, e o fato de serem subjetivamente mantidos não impede que sejam descritos de forma objetiva, de serem comparados e de terem analisadas suas interassociações. Kroeber ressalta que

O que talvez tenha dado origem a que os valores tenham sido evitados durante tanto tempo, nos estudos ligados à cultura, é o seu lado afectivo. Um mito ou um dogma podem ser enunciados de forma coerente, ao passo que um valor é muitas vezes uma qualidade resultante de outra coisa qualquer. No entanto os valores são parte demasiado integrantes da cultura para não serem tomados em consideração. (KROEBER, [1952] 1993, p. 15, grifo nosso).

O autor assinala que valores socioculturais possuem aspectos psicológicos, mas reduzir sua explicação à terminologia psicológica e desta para as fisiológica e bioquímica destruiria as propriedades essenciais desses valores como produtos da cultura.

Hessen (2001), por sua vez, afirma que

Os valores não são algo de meramente subjectivo, algo que dependa apenas do arbítrio ou do capricho do sujeito a quem eles se revelam. Todo o seu mundo, o mundo espiritual [não sensível], é, pelo contrário, um mundo supra-individual e objectivo. Não existe só para este ou aquele homem, mas para todos os seres que tenham um rosto humano [...]. (HESSEN, 2001, p. 52-53).

Para o autor (2001, p. 56), a cultura “humana é, na íntima essência, uma realização de

³ No original: “centrally located within one’s total belief system, about how one ought not to behave, or about some end-state of existence worth or not worth attaining. Values are thus abstracts ideals, positive or negative, not tied to any specific attitude object or situation, representing a person’s beliefs about ideal modes of conduct and ideal terminal goals.” Todas as traduções são de responsabilidade da autora do capítulo.

valores”. Nesse sentido, entendemos que há um relativo consenso sobre o fato de a cultura comportar padrões de conduta, e os indivíduos, para serem aceitos como membros de grupos, comunidades e instituições, precisarem se ajustar a tais padrões por meio de aprendizagem e pela internalização de valores (culturais). Valores culturais compartilhados, portanto, regulam a vida no plano individual e coletivo: são coordenadas que regulam o comportamento sobre o que é desejável ou não, necessário ou não, por dever ou não.

Bartmiński (2009), no âmbito da Etnolinguística Cognitiva, trata do que chama *visão de mundo linguística*: uma interpretação (não um reflexo) da realidade “impregnada de linguagem”, que pode se expressar na forma de julgamentos sobre o mundo, as pessoas, as coisas ou os eventos. Essa interpretação é subjetiva, antropocêntrica e (socialmente) inter-subjetiva, como resultado da percepção e conceptualização da realidade pelos falantes de uma dada língua, unindo as pessoas num dado ambiente social, criando uma comunidade de pensamentos, sentimentos e *valores* e influenciando a percepção e o entendimento da situação social por membros da comunidade. Valor, para o autor, é “aquilo que à luz da linguagem e da cultura as pessoas consideram precioso”⁴ (BARTMIŃSKI, 2009, p. 39). Desse modo, a visão de mundo linguística deriva de um sistema de valores, e esses, portanto, conectam-se com perspectivas de ver o mundo e constituem a identidade cultural e social do falante. Para Bartmiński, a linguagem relaciona-se com valores de três formas: (i) a linguagem como uma ferramenta de valorização (possui expressões valorativas); (ii) a linguagem como uma fonte de informação sobre os valores aceitos pelos falantes (informações sobre valores são “extraídos” da linguagem); e (iii) a linguagem como portadora de valores (valores atribuídos à própria linguagem).

Uma das abordagens sobre valores citadas por Bartmiński é a de Krzeszowski, para quem há uma axiologia semântica baseada na perspectiva teórica de Lakoff e Johnson, para os quais, Krzeszowski (1999) afirma, há uma conexão entre linguagem e valores. Segundo esse autor, emoções e valores determinam o processamento da informação e a estrutura conceptual, de modo que os “valores constituem um componente indispensável da *descrição do significado*’ entendida como uma conceptualização da realidade” (KRZESZOWSKI, 1999, p. 18, apud BARTMIŃSKI, 2009, p. 39, grifos nossos)⁵. O autor defende, ainda, que o parâmetro axiológico é estabelecido por meio de esquemas de imagens preconceptuais (e.g., PARA CIMA/PARA BAIXO, FRENTE/TRÁS, PARTE/TODO, CENTRO/PERIFERIA) e, dessa

⁴ No original: “[...] which in light of language and culture people consider precious.”

⁵ No original: “values constitute an indispensable component of meaning description’ understood as a conceptualization of reality”.

maneira, “valores somáticos, sensoriomotores, são básicos, e que experiências corpóreas subjazem tanto a conceitos concretos como abstratos”⁶, do que resulta que “extensões metafóricas originam significados abstratos, incluindo conceitos avaliativos éticos”⁷ (KRZESZOWSKI, 1994, p. 30, apud BARTMIŃSKI, 2009, p. 39). Nessa direção, apresentamos, na seção 2.1, o Sistema da Metáfora Moral (LAKOFF; JOHNSON, 1999), que dá sustentação ao que é afirmado por Krzeszowski. Quanto aos esquemas de imagens, identificamos aqui alguns exemplos: IDONEIDADE É PARA CIMA (“subir ou descer no conceito de alguém”) ou CARREIRA É PARA FRENTE (“seguir uma carreira”).

Para Bartmiński (2009), a informação sobre valores advém de seus nomes como palavras-chave culturais (e.g., “dignidade”, “honra”, “tolerância”, “trabalho”, “carreira”, “autoridade”, “patriotismo”, “fé”, “igualdade”), as quais são objeto de vários estudos semânticos e são examinadas por diferentes métodos.

Estudos em diferentes áreas apresentam como valores, por exemplo: FAMÍLIA, PAZ, SAÚDE, TEMPO, FORÇA DE VONTADE, PROPRIEDADE, SEGURANÇA, TRABALHO, RELIGIÃO, LIBERDADE, SUCESSO, PODER, PRESTÍGIO, CONFIANÇA, HONESTIDADE, LEALDADE, COMPAIXÃO, RESPEITO, RESPONSABILIDADE, TOLERÂNCIA. Esses valores podem ainda receber uma subcategorização: PAZ INTERIOR, PAZ ENTRE PESSOAS, SAÚDE MENTAL, SAÚDE FÍSICA, SAÚDE ESPIRITUAL, SEGURANÇA INTERIOR, SEGURANÇA FÍSICA, SUCESSO PESSOAL, SUCESSO PROFISSIONAL etc. Valores podem ser acessados de várias formas, podem ser hierarquizados e, nesse sentido, podem ser medidos por graus de valorização. Em nosso entendimento, além dos graus de valorização numa hierarquia axiológica, haveria, para cada valor, uma modalidade, como se verá na seção 2.

Interessa-nos, neste capítulo, tratar da relação entre modelos culturais e valores. Para isso, é importante compreender o que são, em geral, modelos culturais, tema que é objeto da seção 1.

1. Modelos culturais e valores

‘Modelo cultural’ é um construto que é introduzido na literatura da Linguística Cognitiva advindo das investigações em Antropologia Cognitiva, sem que, nesses estudos, seja tratada sistematicamente a questão dos valores em um sistema cultural.

⁶ No original: “somatic, sensorimotor values are basic and that bodily experiences underlie both concrete and abstract concepts.”

⁷ No original: “[that kind of experience that via] metaphorical extensions gives rise to abstract meanings, including ethical evaluative concepts.”

Kronenfeld (2008), como antropólogo cognitivo, entende modelos culturais como modelos cognitivos distribuídos que incorporam o conhecimento de como se comportar de diferentes formas, de como se interpretar o comportamento de outros e de como se definir a pertença a um grupo e, por consequência, a pertença a entidades sociais. O autor (2008, p. 176-200) define modelos culturais como “unidades básicas de conhecimento cultural no que se refere à ação⁸ e “têm sido desenvolvidos dentro da antropologia cognitiva com base no modelo da teoria do esquema em psicologia cognitiva e inteligência artificial”⁹. Ele afirma que esquemas são, de forma simplificada, “estruturas cognitivas relacionadas a valores, objetivos, planos e conhecimento da ação (incluindo *inter alia*, o processo de ação, de interpretação de ação e conversas sobre ação)”¹⁰, que “produzem o comportamento específico e detalhado de pessoas individuais” (KRONENFELD, 2008, p. 200)¹¹. Afirma que modelos culturais envolvem decisões, objetivos, valores e afetos. Desse modo, “modelos culturais poderiam ser vistos simplesmente como esquemas que são amplamente compartilhados” (KRONENFELD, 2008, p. 200)¹².

Para o autor, a extrapolação da representação individual (o esquema) para a representação coletiva (os modelos culturais) situa-se no fato de que os indivíduos variam entre si quanto aos detalhes de suas versões, incluindo, entre outros elementos, ações reais, valores específicos, preferências, interpretações e usos; e não há qualquer mecanismo por meio do qual um esquema de um indivíduo possa ser diretamente transferido para outro, já que a maior parte do conhecimento cultural é inferida de variadas experiências diretas e indiretas, que não são ensinadas e que não emergem à consciência. Para Kronenfeld (2008), modelos culturais advêm do conjunto de representações individuais daquilo que categorias de pessoas fazem numa dada comunidade. Entretanto, esses modelos culturais abstratos, compartilhados e recebidos em uma comunidade, “parecem intrinsecamente diferentes dos esquemas individuais ativos construídos pelos membros daquela comunidade – mesmo se tais modelos culturais sejam inferidos pelos seus usuários a partir de tais esquemas individuais” (KRONENFELD, 2008, p. 201)¹³.

8 No original: “the basic units of cultural knowledge regarding action.”

9 No original: “[Cultural models] have been developed within cognitive anthropology, on the model of schema theory in cognitive psychology and artificial intelligence.”

10 No original: “[Schemas] can be seen [...] as cognitive structures relating values, goals, plans, and knowledge to action (including, *inter alia*, the process of action, the interpretation of action, and conversation about action).”

11 No original: “[cognitive structures] that produce the specific and detailed behavior of individual people.”

12 No original: “cultural models might be seen simply as schemas that are widely shared.”

13 No original: “[Cultural models] seem intrinsically different from the active, constructed individual schemas of members of that community – even if cultural models are inferred by their users from such individual schemas.”

Essa definição de modelos culturais como esquemas compartilhados está presente em D’Andrade (1987, p.112), para quem modelo cultural (ou modelo *folk*) é “um esquema cognitivo que é intersubjetivamente compartilhado por um grupo social”¹⁴. Para ele, “Um esquema é *intersubjetivamente compartilhado* quando todos num grupo conhecem o esquema, e todos sabem que alguém mais sabe o esquema, e todos sabem que alguém sabe que alguém sabe que alguém sabe o esquema” (D’ANDRADE, 1987, p. 113)¹⁵. De modo geral, uma das propriedades de um esquema é a de ser uma organização abstrata da experiência.

Em nosso ponto de vista, o compartilhamento de modelos e esquemas e, o mais radical, o *compartilhamento mútuo* expresso em *eu sei que ele sabe que eu sei que ele sabe que eu sei* é uma *idealização* da intersubjetividade. Sperber e Wilson (1995) discutiram extensamente a questão do conhecimento mútuo no processo de comunicação. Os contextos de comunicação criam, no máximo, as condições para uma *manifestabilidade mútua* de suposições relevantes e não para um *conhecimento mútuo*, mesmo que se reformule a proposição para uma versão mais fraca, mas ainda assim não realística, de crença, como: *eu suponho que ele supõe que eu suponho que ele supõe que eu suponho...* O compartilhamento, portanto, não seria uma propriedade do *conhecimento* (de esquemas/modelos), mas de suposições mutuamente manifestas quando da ostensividade de dados estímulos, as quais emergem em condições pragmáticas, em interações e sob negociações, e que se ligam, em nosso entendimento, à relevância de motivos-valores. Para o que nos interessa investigar, o “conteúdo” do conhecimento não se confunde com os valores a eles associados e modelos culturais ou esquemas cognitivos, como “pacotes de conhecimento”, não operam cognitivamente, na vida cotidiana, nas interações sociais, sem que valores afetem sua organização interna e externa com outros conceitos e emoções. Dizer-se, por exemplo, “Dou importância a ter filhos” (como conteúdo) nada expressa sobre se a importância advém de algo desejável, necessário ou por dever (maternidade ou paternidade como valores ou expectativas e ideais individuais ou culturais).

D’Andrade (1992) apresenta um problema: diz-se que as pessoas fazem o que fazem porque sua cultura faz com que façam o que fazem. A questão é, portanto, o exame de como a cultura conecta-se com a motivação. Aqui, novamente, parece que em muitas situações em que antropólogos cognitivos falam de motivos ou motivações, poder-se-ia estar falando de valores culturais, os quais, por sua vez, orientam as motivações, ou são delas parte

14 No original: “A cultural model is a cognitive schema that is intersubjectively shared by a social group.”

15 No original: “A schema is intersubjectively shared when everybody in the group knows the schema, and everybody knows that everyone else knows the schema, and everybody knows that everyone knows that everyone knows the schema.”

constitutiva. D’Andrade argumenta que construtos psicológicos como esquemas e motivos (motivação) podem dar conta de como a cultura se relaciona com a ação. Dessa forma, para compreender o processo por meio do qual a cultura influencia a ação, é necessária a introdução de conceitos motivacionais e cognitivos no “vocabulário teórico multicausal” dos antropólogos. Isso porque a maioria dos antropólogos reconhece que a ação, o *self*, a emoção, por exemplo, são influenciados tanto pela cultura, como pela constituição do corpo humano, pelas formas de operação do cérebro, por fatores sociais, econômicos e interesses individuais. O autor, a partir de alguns estudos etnográficos realizados por outros antropólogos, afirma que certos modelos culturais operam não apenas como fontes poderosas de valores, mas também como fontes de *master* motivos. Explicando: para o autor, esquemas podem eliciar a ação. Nem todos os esquemas operam como objetivos, mas todos os objetivos são esquemas. Esquemas de objetivos têm força motivacional, ou seja, a identificação de motivos procede da identificação de esquemas. Para D’Andrade, o desenvolvimento de um *framework* conceptual poderia orientar a etnografia com relação à descrição de propriedades motivacionais de modelos culturais centrais.

O argumento teórico de D’Andrade (1992) envolveria as seguintes asserções: (i) os esquemas, que formam o sistema definidor da realidade dos seres humanos, fornecem informações sobre quais estados do mundo podem e deveriam ser alcançados; (ii) devido ao caráter central dos esquemas para se determinar a ação apropriada, esquemas de nível mais alto tendem a funcionar como objetivos; (iii) desejos, afetos e outras formas de eliciar ações funcionam pela ativação de esquemas-objetivo, e não por eliciar diretamente o comportamento, visto que a ação humana depende de contextos que exigem prévia interpretação cognitiva para a ação. Nesse contexto, D’Andrade distingue três grupos *hierárquicos* de esquemas, de acordo com sua posição no sistema interpretativo: (i) os objetivos mais gerais de um indivíduo (*master motives*); (ii) os motivos de nível médio, que requerem a presença de outros motivos para instigar ação; e (iii) os de nível mais baixo, que quase não instigam ações, exceto quando esquemas de alto nível interagem com eles. Segue-se que a força de eliciação de um esquema pode depender de fatores específicos envolvidos em instâncias interpretativas. Há, entretanto, diferenças entre esquemas quanto ao grau em que funcionam como objetivos autônomos. D’Andrade traz alguns exemplos para ilustrar essas dependências. O objetivo DEPOSITAR DINHEIRO EM UM BANCO é aquele que dispara o esquema ENTRAR NUMA FILA, ou seja, não entro numa fila se não houver um motivo (mais alto) que me leve a essa ação. Outro esquema-objetivo, como REALIZAÇÃO, só atua como um motivo através do reconhecimento de que algo pode ser alcançado, ou seja, depende do que pode ser alcançado, das dificuldades e recompensas envolvidas e da própria situação e habilidades implicadas. Ao mesmo tempo, quanto maior for a necessidade de realização de um indivíduo, mais ele atua para essa realização, empenhando-se indepen-

dentemente de recompensas externas. Por consequência, a motivação é experienciada como um desejo e se-gue-se um sentimento de satisfação se o desejo é preenchido, ou de frustração no caso contrário.

Em suma, modelos culturais teriam propriedades motivacionais, e D’Andrade (1992) propõe que a motivação deve ser entendida em termos de esquemas-objetivos. Os esquemas têm a potencialidade de eliciar ações, funcionando como objetivos ou metas, sendo alguns objetivos parciais, de modo que só se tornam objetivos se outros esquemas-objetivos são também ativados.

Nossa argumentação segue por esse caminho, mas dá saliência à noção de valor. Em nosso entendimento, modelos culturais têm, sim, força motivacional e valores atuam tanto para eliciar uma ação, como para interdita-la. A força motivacional de um valor também segue uma hierarquia, considerando que um sistema axiológico, por definição, supõe hierarquização: valores mais altos, com mais força; e valores mais baixos, com menos força, que dependem da ativação (ou não) de valores mais altos. Por exemplo, o valor RESPEITO (e.g., respeito à autoridade, respeito aos outros) tem a força motivacional tanto de levar a certas ações que confirmem tal respeito, como de interditar ações que desconfirmem tal respeito. Num dado contexto, RESPEITO como um valor mais alto, pode levar à TOLERÂNCIA, que assim se torna um valor a ele submetido. Ao mesmo tempo, diferentes modelos culturais valoram diferentemente a questão do respeito à autoridade.

D’Andrade (1992) afirma, ainda, que: (i) entre um grande número de esquemas aprendidos, uma grande parte tem caráter cultural; (ii) os esquemas são mecanismos interpretativos dependentes de contexto; (iii) e, conseqüentemente, situações podem ser interpretadas diferentemente entre um mero observador e o agente efetivo da ação. Do nosso ponto de vista, essas mesmas condições são aplicáveis a valores culturais, como veremos em exemplos mais adiante.

Finalmente, para o autor, entenderem-se as pessoas exige que se entenda o que as leva a agir do modo como agem e, para se entender isso, é necessário saber quais são seus objetivos, que, por sua vez, exige que se entenda seu sistema interpretativo global. Pensamos isso de outro modo: é necessário saber quais são seus valores e, com isso, têm-se mais elementos para se entender seu sistema interpretativo global.

No âmbito da Linguística Cognitiva, Kövecses (1995, p. 49), por sua vez, define modelos culturais como “um entendimento particular de um aspecto do mundo que é compartilhado”¹⁶, e esses modelos são importantes na descrição e na caracterização do sistema conceptual

¹⁶ No original: “A particular understanding of an aspect of the world that is shared”.

humano. Embora seja uma definição genérica, neste ponto da discussão, percebe-se que modelos culturais são compreendidos em Linguística Cognitiva a partir da mesma perspectiva dos antropólogos cognitivos.

No contexto de uma cultura ou subcultura, onde se incorporam esquemas conceituais de ordem religiosa, ética, regras para relacionamentos interpessoais e de vida comunitária, formação de conceitos, modelos culturais e valores caminham juntos. Estudos que visam a investigar como modelos culturais se formam, se estruturam e se reorganizam precisam integrar em seus instrumentos de pesquisa empírica formas de se acessarem os valores em jogo quando do momento em que um sujeito oferece “informações” sobre seus processos de raciocínio. Portanto, pesquisas quanti-qualitativas de *corpora*, ao mesmo tempo em que contribuem para a compreensão do funcionamento da linguagem em uso, deixam a descoberto o exame de fatores motivacionais e estruturantes desses usos associados a valores, os quais só podem ser acessados com adequação e relativa eficácia com técnicas etnográficas que permitam acesso a variáveis do perfil do sujeito-informante (e.g., idade, sexo, religião, formação escolar, profissão, estado civil, naturalidade, local onde reside, período de tempo em que vive nessa localidade, etnia).

Considere-se, ainda, que, historicamente, a Teoria dos Protótipos construiu-se a partir de estudos com categorias perceptuais (cores e formas) e, mais tarde, tipos naturais e outros conceitos (básicos). A noção de pontos de referência cognitivos foi utilizada para se explicar saliência perceptual e figura-fundo. Aceitar que a percepção, a compreensão e a interpretação dos fenômenos são influenciadas por valores, que colocam certos elementos culturais em perspectiva (figura), não é só intuitivamente correto, como é factualmente verificável por cada um de nós no cotidiano. Como veremos mais adiante, a questão da prototipicidade e de efeitos metonímicos pode ser abordada em termos de valores.

O problema é que a questão dos valores é tratada em diferentes domínios de formas diversas. Entretanto, mais recentemente, como em Bartmiński (2009), em Etnolinguística Cognitiva, a noção de valor adquiriu relevância à medida que dá fundamento a uma visão de mundo, **guiando** objetivos, julgamentos e ações.

2. Valor-modalidade: definição e aplicação¹⁷

Para iniciar a discussão sobre valor-modalidade em modelos culturais apresentamos, brevemente, alguns estudos em Antropologia Cognitiva e em Linguística Cognitiva sobre casamento.

¹⁷ Uma parte das discussões presentes nesta seção foi apresentada em Feltes (2012).

Quinn (1987), em um estudo em Antropologia Cognitiva, encontrou oito esquemas-proposição como constitutivos do modelo cultural de CASAMENTO dos americanos, quais sejam: CASAMENTO É DURADOURO, CASAMENTO É MUTUAMENTE BENÉFICO, CASAMENTO É FALTA DE CONHECIMENTO NO PRINCÍPIO, CASAMENTO É DIFÍCIL, CASAMENTO É ESFORÇO, CASAMENTO É COMPARTILHAMENTO, CASAMENTO PODE SER BEM-SUCEDIDO OU FRACASSAR e CASAMENTO É RISCO. É interessante observar que, nesse estudo, realizado a partir de longas entrevistas com onze casais, não aparece diretamente a questão da fidelidade, por exemplo, que é um valor de alto apelo em relação a casamento em culturas monogâmicas.

Da mesma forma, em Linguística Cognitiva, Lakoff (1987) propõe que há muitos tipos de modelos ideais para CASAMENTO, como, por exemplo:

CASAMENTO BEM-SUCEDIDO: em que as metas dos esposos são cumpridas.

BOM CASAMENTO: em que os esposos acham o casamento benéfico.

CASAMENTO FORTE: aqueles que são duradouros.

Em relação a esses ideais, teríamos:

MARIDO IDEAL: é provedor, **fiel**, forte, respeitado e atraente.

MARIDO ESTEREOTÍPICO: é fastidioso, pançudo e presunçoso.

Para o autor, grande parte de nosso conhecimento cultural está estruturado em termos de um tipo de modelo metonímico: o dos ideais abstratos. Os ideais “não precisam ser típicos nem estereotípicos” (LAKOFF, 1987, p. 87)¹⁸. Essa espécie de modelo, gerador de efeitos de prototipicidade, é utilizado para se fazerem julgamentos (e.g., qualidades, planos para o futuro). A relação entre os casos ideais e os não ideais é assimétrica: o caso ideal tem todas as boas qualidades que os casos não ideais têm, mas não o contrário.

Observe-se que nesse modelo metonímico a questão da fidelidade aparece em MARIDO IDEAL e não na relação ideal entre ambos os cônjuges, já que Lakoff (1987) nada apresenta sobre ESPOSA IDEAL, assim como não explora mais detalhadamente um modelo ideal de CASAMENTO. Isso pode significar, por exemplo, que a orientação de uma pesquisa empírica, como a de Quinn (1987), simplesmente não permita que tal valor seja acessado, caso seja, de fato, de importância.

Para nosso objetivo de refletir sobre valores e modelos culturais, partamos de um conjunto possível de valores que poderia estar, hipotética e arbitrariamente, ligado a um modelo cultural de CASAMENTO, quais sejam: FIDELIDADE, LIBERDADE, HONESTIDADE e ALTERNIDADE. Esses valores estariam no sistema axiológico de um indivíduo que os incorporou

¹⁸ No original: “[Abstract ideal cases] may be neither typical nor stereotypical.”

pelas experiências vividas em uma cultura, uma subcultura e pela pertença a certos grupos sociais, instituições etc. FIDELIDADE, LIBERDADE, HONESTIDADE e ALTERIDADE são valores e, ao mesmo tempo, conceitos abstratos complexos, em função de fatores históricos, sociais, culturais e mesmo individuais. E sobre isso estabelecemos a primeira questão metodológica: como marcar, em uma metalinguagem operacional, quando tratamos de um valor ou de um conceito? Uma notação pode ser útil. Pode-se falar apenas de FIDELIDADE (conceito ou categoria) ou de FIDELIDADE^V (valor).

Neste momento, pensemos em uma situação hipotética, esquematizada como segue:

SITUAÇÃO HIPOTÉTICA

João trai sua esposa.

João sente-se culpado pela traição.

João não conta o fato à sua esposa.

João teme a reação da esposa.

João teme o fracasso de seu casamento.

Esse exemplo de situação serve tão somente para ilustrar um procedimento de análise para a qual se torna necessária uma metalinguagem capaz de marcar certas distinções entre entidades teóricas: conceitos e valores.

Começamos por criar uma possível interpretação para a situação. Essa culpa sentida por João poderia estar atrelada à não valoração de FIDELIDADE^V. Porém, esse valor só existiria em seu sistema axiológico em função de um dado modelo cultural relacionado a CASAMENTO, que envolveria a monogamia e, portanto, a fidelidade. Um modelo cultural para CASAMENTO envolve, segundo Quinn (1997), um conjunto de entendimentos compartilhados que variam de cultura para cultura. Tal conjunto possui informação sobre os benefícios maritais, a realização que o constitui, a vida compartilhada e a compatibilidade. A fidelidade no casamento pode ser hipoteticamente pressuposta como um componente de um dado modelo cultural e, na situação apresentada, supomos que o modelo cultural em questão compartilhado pelos cônjuges, tenha esse componente.

Nesse ponto, pode-se sugerir uma notação para *valor-modalidade*. Por exemplo, FIDELIDADE^{VD} (VD= valor-desejável), FIDELIDADE^{VO} (VO= valor-dever [‘O’ de *ought*]) e FIDELIDADE^{VN} (VN= valor-necessidade).

A traição não implica, necessariamente, que João não tenha para si o valor FIDELIDADE^V (-V= não valor). Esse valor pode estar situado como *valor-desejável*, mas não *valor-necessidade* ou *valor-dever*. Hipoteticamente, João pode ter “exercitado” outro de seus valores, como, para esse caso, LIBERDADE^V: liberdade para agir de acordo com seus desejos íntimos e seguir suas emoções numa dada circunstância. Entenda-se que deve haver mo-

delos culturais para o entendimento de LIBERDADE sob uma perspectiva religiosa, política, moral etc., como deve haver a inter-relação entre diferentes modelos culturais num sistema cultural. Aqui, o princípio é o de que um sistema axiológico organiza os valores hierarquicamente. Essa hierarquia não é estável, pois as posições se reorganizam no jogo das práticas sociais e culturais. Nessa situação, LIBERDADE^V assumiu uma posição mais alta relativamente a FIDELIDADE^V. E FIDELIDADE^{VO} é um valor modalmente mais forte que FIDELIDADE^{VD}, e FIDELIDADE^{VN} é mais forte que FIDELIDADE^{VD}. Porém, as modalidades não são excludentes e podem ser ordenadas segundo a força que adquirem em cada situação social ou contexto pragmático, ou seja, um valor pode ser, ao mesmo tempo, desejável, necessário e de dever.

Não contar o fato da traição à esposa pode estar relacionado a vários fatores, mas, para o exemplo, associemo-lo à manifestação do valor ALTERIDADE^V, através do qual, colocando-se na posição do outro – a esposa –, o marido tem despertada certa compaixão frente à dor, à mágoa ou ao ressentimento que a revelação do seu ato (HONESTIDADE^V) poderia nela causar. Nessa linha de raciocínio, o valor ALTERIDADE^{VD} toma uma posição superior ao de HONESTIDADE^{VD/VN}.

Na sequência, entra a questão de SUCESSO, que é tanto um conceito como um valor em nosso ponto de vista. SUCESSO é um esquema durável e motivacional e é um dos esquemas de grande força de apelo em certas culturas ou subculturas (QUINN, 1997). Entendemos que se pode considerar SUCESSO como um valor, notacionalmente marcado como SUCESSO^{VD}, ou, aperfeiçoando a notação com o símbolo (+), conferimos mais força ao valor dentro de sua modalidade: SUCESSO^{VD+}. Construir um modelo cultural em que SUCESSO^V seja entendido como um conjunto de realizações não implica que essas realizações, para o indivíduo, tenham, cada uma, na descrição, um mesmo valor-modal a ele atribuído, já que podem ter valorações diferentes e serem hierarquicamente ordenadas em condições socio-culturais e situacionais-pragmáticas especificadas. Ao temer a reação da esposa e, ato contínuo, a possibilidade de fracasso da relação, SUCESSO^V entra no raciocínio na relação: *se FIDELIDADE, então SUCESSO*, sendo SUCESSO^V um valor que leva à DURABILIDADE, nos termos de Quinn (1987).

Observe-se que a análise de valores se associa à análise de sentimentos e emoções relacionadas ao modelo cultural, ou aos modelos culturais, em jogo na situação, e, no caso, tem-se culpa e medo.

A questão dos valores, por outro lado, na interface entre Semântica Cognitiva e Pragmática Cognitiva, poderia ser tratada, com uma readequação de dispositivos metodológicos, pela Teoria da Relevância (SPERBER; WILSON, 1995), pois, por hipótese, processos inferenciais são afetados por valores (como no caso da força das suposições contextuais). Usando o

exemplo de João e de sua traição, explorando a situação-problema já introduzida, podemos criar a seguinte situação de conversação:

Maria₁: O que você **acha** de João?

Pedro₁: Olha, soube que ele **traiu** a esposa.

Maria₂: Então ele, **com certeza**, caiu no seu conceito!

Pedro₂: Não, pelo contrário, para trair **tem de se ter** coragem.

Maria₃: Coragem? **Covardia**, isso sim.

A pergunta de Maria₁ incita a um julgamento de João por parte de Pedro. Pedro₁ responde indiretamente à pergunta de Maria, deixando vago o julgamento que faz de João. Maria₂ interpreta a resposta de Pedro₁ como um julgamento negativo de João, pois se infere que Maria₂ assume FIDELIDADE^{VNVO} como um valor em suas suposições contextuais, haja vista que gera a resposta de que João teria “caído no conceito” de Maria. Pela resposta de Maria₂, uma suposição e suas implicações seriam: SER FIEL É SER BOM^V, BOM É PARA CIMA, SER CORRETO É PARA CIMA e, por consequência, AGIR INCORRETAMENTE É PARA BAIXO. Porém, Pedro₂ desconfirma o julgamento negativo de João por Maria₂, pois o valor “relevante”, para o contexto, em seu sistema axiológico, seria, explicitamente, CORAGEMVN (“tem de ter”). E CORAGEM É PARA CIMA, CORAGEM É MAIS. Em Maria₃, mantém-se FIDELIDADE^V na mesma posição, e Maria não negocia o valor FIDELIDADE^{VN} na interação com a resposta de Pedro₂, que propõe CORAGEM^{VN} como seu valor mais alto na situação específica. Maria₃ reforça seu valor, de modo que, ser FIEL É PARA CIMA, ser COVARDE É PARA BAIXO.

Suponhamos, porém, que Maria mantivesse a conversação com Pedro, mas Maria₃ fosse algo como:

Maria₃: De fato ele foi corajoso, ele nunca me pareceu ser capaz disso, mas, ainda assim, foi safado.

Em Maria₃, Maria não está negociando FIDELIDADE^{VNVO}, apenas concorda com o valor ressaltado por Pedro, provavelmente porque CORAGEMVD também se encontra em seu sistema axiológico. O valor FIDELIDADE^{VNVO} (“mas, ainda assim, foi safado”), entretanto, mantém-se na posição mais alta e sustenta a suposição sobre o caráter de João, em Maria₂.

Imaginemos outro caso. Podemos desejar investigar o conceito JUSTIÇA, o qual também é um valor (ser justo, agir de forma justa etc.), de modo que se tem JUSTIÇA^V. Podem-se colocar questões tais como: quão justo é pagar o que se paga de impostos para o governo?; quão justa é a aplicação da pena de morte?; quão justo é o salário que recebemos por nosso trabalho? JUSTIÇA, no tópico sobre o pagamento de impostos, é um conceito cujos esquemas evocados levariam em conta, por exemplo, se na sociedade em questão o governo é ou não é corrupto, se existem ou não obras que

favoreçam a comunidade, se o sistema de saúde público é bom ou precário etc. Na verdade, devemos levar em consideração o que o indivíduo sabe sobre essas questões e como ele estrutura modelos culturais sobre a vida em sociedade. Se PROPRIEDADE^V (ter a posse de uma casa, de um carro etc.) é um valor, e, por ter de pagar tantos impostos, o indivíduo não pode ter o que valoriza para o seu bem-estar e segurança e de sua família, JUSTIÇA adquire um sentido com certos valores e emoções ou sentimentos associados (e.g., raiva, frustração, indignação). No caso da aplicação da pena de morte, podem-se colocar em jogo valores como VIDA^V (manter e tirar a vida de alguém), que se liga, também, a valores de ordem religiosa (VIDA É DÁDIVA DE DEUS, SÓ DEUS PODE TIRAR A VIDA), jurídica (DIREITO À PRESERVAÇÃO DA VIDA) etc.; ou SEGURANÇA^V (sentir-se seguro quando nossa vida não é ameaçada por criminosos renitentes e perigosos que permanecem no, ou retornam ao convívio social). No caso de meu salário ser justo ou não, pode-se pensar, por exemplo, na situação econômica do país, no alto índice de desemprego, de modo que TRABALHO^V, no sentido de se ter um trabalho, manter-se financeiramente por meio de um trabalho, é um valor maior do que a justiça sobre o valor pago por esse trabalho. Em conjunturas econômicas em que há desemprego, diz-se: “já é bom o suficiente ter um trabalho”, “é uma sorte ter um emprego”. Precisamos trabalhar como forma de sustento, de modo que se teria TRABALHO^{VN}. Mas se, noutra situação, o indivíduo trabalha mais por prazer do que por necessidade, o valor PRAZER^V ocuparia a posição mais alta relativa a TRABALHO^V e, quem sabe, no contexto, o que se tem é TRABALHO^{VD}. Entretanto, há, ainda, comunidades em que TRABALHO^V é um valor compartilhado, num dos níveis mais altos do sistema axiológico: “quem trabalha é bom e responsável”; “quem não trabalha é irresponsável, preguiçoso”. E, assim, seria melhor situado, no sistema axiológico, como TRABALHO^{VO}. Além disso, em alguns casos, não basta apenas o valor TRABALHO^{VO}. A ele, associar-se-ia um valor do tipo NÃO BASTA FAZER ALGO (TRABALHAR), É PRECISO FAZER BEM FEITO^V, de modo que se tem, no mesmo nível, DEDICAÇÃO^V, EMPENHO^V.

Finalmente, pode-se ter, num discurso, a questão “justiça para com quem?”. Aplicar-se o conceito JUSTIÇA para criminosos pode levar metonimicamente à interpretação de JUSTIÇA como PUNIÇÃO, já que JUSTIÇA caracteriza-se como um processo em que punição é apenas um dos possíveis resultados; ao passo que, aplicado a crianças, pode levar à PROTEÇÃO. Portanto, há uma escala de valores aplicada a tipos de indivíduos. Como se verificou em nossa pesquisa sobre VIOLÊNCIA¹⁹, primeiro, a gradação da violência baseia-se não apenas na dimensão do DANO, mas também nas características da VÍTIMA ou do AGENTE/PERPETRADOR. É mais violento o ato voltado a crianças, inocentes, incapacitados ou idosos;

¹⁹ A pesquisa *Conceitos Abstratos e Valores Culturais* foi realizada entre 2009-2012

segundo, há mais violência quando o crime é praticado por quem tem vínculo com a vítima. Ou seja, há uma escala de valoração para tipos de PACIENTES/VÍTIMAS. Lembramos aqui que esse seria um caso que, em certo ponto, altera a metáfora da ORDEM MORAL, segundo Lakoff e Johnson (1999), que está baseada na TEORIA POPULAR DA ORDEM NATURAL (ou seja, um modelo cultural da ordem moral), pela qual A ORDEM MORAL É UMA ORDEM NATURAL: o mais forte e melhor dotado tende a dominar o fraco. Para os autores, a hierarquia popular das relações de poder ou de autoridade moral, são: DEUS TEM AUTORIDADE MORAL SOBRE AS PESSOAS, PESSOAS TÊM AUTORIDADE MORAL SOBRE A NATUREZA, ADULTOS TÊM AUTORIDADE MORAL SOBRE AS CRIANÇAS, HOMENS TÊM AUTORIDADE MORAL SOBRE AS MULHERES. A alteração se dá pelo fato de que a violência contra “o mais fraco” – de homens contra mulheres, de adultos contra crianças e de homens contra a natureza – inverte a escala de valores, pois o mais fraco teria valoração maior, exceto no caso de Deus, já que, de acordo com certos modelos culturais, “atos contra Deus” são mais graves.

O que queremos concluir com esses exemplos é que discursos naturais, com técnicas de pesquisa etnográfica, podem trazer maior fidedignidade metodológica para se acessar o modo como conceitos, valores e modelos culturais são estruturados, mesmo que todos sejam construções dinâmicas, pragmaticamente orientadas, de estabilidade relativa, não apenas em sua formulação, mas em sua posição hierárquica num sistema cultural, de modo que discursos naturais sempre capturaram apenas alguns aspectos de qualquer conceito, numa dada situação, num dado contexto de interação. Em suma, encontramos-nos na difícil situação de coletarmos discursos (em situações) naturais, num amplo espectro de contextos de interação, cujos participantes têm propósitos variados frente à discussão de um mesmo tópico ou tema.

Basta o exercício da introspecção para se concluir que nossos modelos culturais não são coerentes nem em si, nem entre si. Estudos sobre a radialidade dos conceitos já demonstraram que *clusters* de modelos para um conceito podem ser incoerentes entre si. E se cada modelo do *cluster* implicar um modelo cultural, o que se tem é a proliferação de modelos e submodelos. Nossos modelos colidem, sobrepõem-se, conflitam. Apenas situacionalmente, caso por caso, pode-se conceber a eventual organização coerente de um modelo, seja lá o que se entenda por coerência: coerência das crenças entre si, coerência das crenças com modos de ação etc.

Nessa direção, tratemos de estereótipos sociais, que são, segundo Lakoff (1987), modelos cognitivos metonímicos²⁰. Os estereótipos sociais, para o autor, são casos em que “uma subcategoria tem um *status* socialmente reconhecido em consequência do que permanece pela categoria como um todo, normalmente para o propósito de se fazerem julgamen-

²⁰ Parte desta revisão encontra-se em Feltes (2007).

tos rápidos sobre as pessoas” (LAKOFF, 1987, p. 79)²¹, ou para o que chama de “salto para conclusões” (*jumping to conclusions*), ou para definir expectativas culturais. Lakoff afirma que os estereótipos sociais são, normalmente, conscientes, são objeto de discussões públicas, podendo sofrer modificações ao longo do tempo. Para exemplificar o comportamento desse modelo, trazemos o conceito MÃE. Para se compreender como se estabelece o processo metonímico, é preciso, em primeiro lugar, mostrar como o conceito está estruturado. Lakoff (1987) sustenta que MÃE é uma estrutura cognitiva complexa, em que modelos cognitivos individuais combinam-se e formam um *cluster* de modelos. Em nosso ponto de vista, Lakoff está tratando de modelos culturais, mesmo que para tal o autor não ofereça sustentação empírica.

Os modelos que convergem para formar o *cluster* de modelos experienciais são:

MODELO DE NASCIMENTO: A pessoa que dá à luz é a mãe.

MODELO GENÉTICO: A fêmea que contribui com o material genético é a mãe.

MODELO DE CRIAÇÃO: A fêmea adulta que nutre e educa a criança é a mãe.

MODELO MARITAL: A esposa do pai é a mãe.

MODELO GENEALÓGICO: A ancestral fêmea mais próxima é a mãe.

Esses modelos são experienciais na medida em que os avanços científicos, por exemplo, vão fornecendo novos critérios de definição para essa categoria, aumentando sua complexidade, ampliando sua relatividade. Segundo Lakoff, saber o que realmente define uma mãe não é possível, pois não existe o que poderíamos chamar de “modelo certo”.

Segundo Lakoff (1987), a mãe prototípica poderia ser a mãe definida pela convergência de todos os modelos, a mãe que reúne todas as características apresentadas em cada um dos modelos, ou seja, a mãe que fornece os genes, pare, cria em tempo integral a criança, é casada com o pai da criança, é de uma geração mais velha que a criança e é, além disso, a sua guardiã legal. Todavia, para o autor, pode haver outra fonte de efeito prototípico: o estereótipo social. Embora não haja no léxico um item singular que expresse a categoria MÃE-DONA-DE-CASA, a categoria existe e, ainda, “define as expectativas culturais sobre o que se supõe que uma mãe seja” (LAKOFF, 1987, p. 79-80)²², tomando-a como o melhor exemplo de mãe. Há, nesse caso, “um modelo metonímico em que uma subcategoria, a mãe-dona-de-casa, representa a categoria toda ao se definirem as expectativas culturais

²¹ No original: “a subcategory has a socially recognized status as standing for the category as a whole, usually for the purpose of making quick judgments about people.”

²² No original: “It defines cultural expectations about what a mother is supposed to be”

sobre mãe” (LAKOFF, 1987, p. 80)²³. Assim, o modelo metonímico do tipo estereótipo social atua sobre um dos modelos cognitivos do *cluster* – o MODELO DE CRIAÇÃO. Em síntese, a melhor mãe, a mãe prototípica, é a que fica em casa para criar seus filhos. Poder-se-ia comprovar isso através do que Lakoff chama de *teste-do-mas*, em que a conjunção adversativa “é utilizada para marcar uma situação que está em contraste com algum modelo que serve como norma” (LAKOFF, 1987, p. 81)²⁴. Assim, poder-se-ia constatar o modelo estereotípico (normal) a partir de uma construção linguística utilizando a estrutura adversativa: *Ela é mãe, mas não é uma dona-de-casa*. O caso normal define a expectativa cultural sobre MÃE: que seja dona-de-casa e, conseqüentemente, que crie em tempo integral o filho. Estranho seria, portanto, para Lakoff (1987), dizermos: *Ela é mãe, mas ela é uma dona-de-casa*. O estereótipo MÃE-DONA-DE-CASA é, ainda, utilizado para se motivar radialmente a subcategoria MÃE-TRABALHADORA, que teria propriedades opostas. A partir do teste-do-mas, teríamos, segundo o autor, *Ela é mãe, mas tem um emprego* (normal) e *Ela é mãe, mas não tem um emprego* (estranho).

Por sua vez, a radialidade do conceito MÃE, para Lakoff (1987), estaria baseada em tipos de mães, que resultam de diferentes relações com os modelos no cluster, conforme se segue:

CASO CENTRAL: definido pela convergência dos modelos no cluster.

MADRASTA (MODELO MARITAL): não forneceu os genes, nem deu à luz a criança, mas é casada com o pai da criança.

MÃE ADOTIVA (MODELO CRIAÇÃO): não forneceu os genes, nem deu à luz a criança, mas a cria, sendo sua guardiã legal.

MÃE-DE-LEITE (MODELO CRIAÇÃO): está sendo paga apenas para nutrir a criança.

MÃE-DE-ALUGUEL (MODELO DE NASCIMENTO): é contratada para dar à luz a criança, mas não, necessariamente, forneceu os genes, não é casada com o pai da criança, não é obrigada a criá-la e é impedida, contratualmente, de ser sua guardiã legal.

MÃE-SOLTEIRA (MODELO MARITAL): não era casada quando deu à luz a criança.

Retomando nossa discussão sobre modelos culturais, entendemos que provavelmente o centro prototípico não se estabelecerá apenas pela concentração do maior número de atributos culturalmente associados à MÃE. Podemos especular que o melhor exemplar de MÃE é aquela mulher que QUER SER MÃE, para quem o valor MATERNIDADE^{VD} encontra-se numa posição mais alta do sistema axiológico. Aplique-se o *teste-do-mas*, como sugere Lakoff (1987):

²³ No original: “a metonymic model in which one subcategory, the housewife-mother, stands for the whole category in defining cultural expectations of mothers.”

²⁴ No original: “[the word but] is used to mark a situation which is in contrast to some model that serves as a norm.”

(a) *Ela é mãe, mas não é casada.*

[MODELO MARITAL: a melhor mãe é casada com pai da criança que ela gerou.]

(b) *Ela é mãe, mas trabalha fora.*

[MODELO DE CRIAÇÃO: a melhor mãe cuida em tempo integral de seu filho.]

(c) *Ela é mãe, mas o embrião era de outra mulher.*

[MODELO BIOLÓGICO: a melhor mãe é aquela de cujo óvulo a criança foi gerada.]

Entretanto, observemos (d):

(d) *Ela é mãe, é casada com o pai, não trabalha fora, era dela o óvulo que gerou a criança, ela gestou e pariu a criança, cuida da criança, mas não a desejava e preferia não ter essa responsabilidade.*

Em (d), colocam-se componentes dos modelos anteriores, mas acrescenta-se a maternidade indesejada. Numa visão puramente “modelística”, não há espaço descritivo ou explicativo para a questão dos valores. Entretanto, verifica-se que em (a) temos o valor CASA-MENTO^V, o valor da formalização civil e/ou religiosa para a “validação” da vida conjugal. Em (b), temos duas situações. Na primeira, segue-se o exemplo de Lakoff, para justificar um não valor para TRABALHO^V ou TRABALHO^{VD} em favor do valor MATERNIDADE^{VD} (MATHERHOOD^{VD}). Porém, consideradas certas situações socioculturais, como lares uniparentais (os pais são divorciados e a mãe cuida da criança sozinha), esperar-se-ia que uma mãe pudesse e devesse sustentar seu filho, de modo que, contrariamente ao que propõe Lakoff (1987), (b) já não seria “estranho”, porque está em conformidade com outro MODELO DE CRIAÇÃO, pelo qual seria “estranho” a mãe não prover o sustento de seu filho mediante trabalho e remuneração. Nessa situação, os valores TRABALHO^{VO} ou TRABALHO^{VN} e MATERNIDADE^V não entram em conflito, principalmente se for o caso de MATERNIDADE^{VD}. Em ambos os casos, seriam boas mães, segundo valores culturais diferentes. Entretanto, temos dois modelos culturais divergentes quanto a [CRIAÇÃO + TRABALHO^{VD}] e [CRIAÇÃO + TRABALHO^{VNVO}].

Alguém poderia sugerir que, por exemplo, para o conceito de MÃE, “se construísse” um modelo cultural proposicional que expressasse também valores associados, numa espécie de modelo proposicional com propriedades e atributos para SER MÃE²⁵. A proposta é a de que se pode ter um modelo cultural de SER MÃE (ou vários para diferentes culturas/sociedades) e se associar à estrutura do modelo um esquema de valorações. Esquemáticamente, essa proposta, na perspectiva de uma metarrepresentação proposicional, teria a seguinte forma:

²⁵ Um modelo cultural também pode ser representado no formato de rede. A opção por um modelo proposicional é apenas uma metarrepresentação conveniente para se ilustrar a proposta.

[MODELO CULTURAL DE MÃE [CLUSTER DE MODELOS]]

[MODELO CULTURAL X DE MÃE [[PROPRIEDADES/ATRIBUTOS], VALORES^(-VD ou VO ou VN)]]

Nossa proposta permite que se construa um modelo cultural X, em que se insiram, se for o caso, os modelos relevantes em *clusters*; e que, a cada modelo do *cluster*, com suas propriedades e atributos, possa ser atribuído um valor. Ou seja, poderia haver diferentes MODELOS DE CRIAÇÃO, em que se alteram apenas os valores em suas estruturas, ao mesmo tempo em que um MODELO DE CRIAÇÃO, por exemplo, pode ser mais valorado do que o MODELO GENÉTICO e vice-versa, de modo que, em cada caso, a valores como CUIDADO^V, PROTEÇÃO^V, RESPEITO^V, AMOR^V etc. são atribuídas valorações-modalidade diferentes, de acordo com o que for verificado empiricamente (Ver seção 2.2).

Podemos ainda demonstrar a relação entre valores como REALIZAÇÃO PESSOAL e TRABALHO, trazendo o exemplo de nossa pesquisa, com os conceitos EMPRESA, TRABALHO e REALIZAÇÃO PROFISSIONAL²⁶ (FELTES, 2004, 2007). Nos excertos de (1) e (2) a seguir, entre muitos outros similares nos registros da pesquisa, os diferentes sujeitos responderam a uma questão sobre o significado de TRABALHO.

(1) “Uma **forma de realização**. Pode transformar coisas, aplicar recursos transformando coisas. Fundamentalmente, o **trabalho é uma forma de realização tão indispensável quanto o oxigênio** ou qualquer outra coisa”. (ET; E, A).²⁷

(2) “Oh! Perguntinha danada, né. Trabalho é além da sobrevivência é...**é uma realização pessoal** de cada pessoa. ã. Eu só acredito no trabalho. Eu acho que tudo que... ã que desempenha ã...ã tudo aquilo que desenvolve, que tu **lutá pra consegui, as meta** só consegue com o trabalho. Acho que é tudo na na vida de uma pessoa o trabalho. **É uma realização...da pessoa.**” (W; E, A).

Nesses excertos, os sujeitos relacionaram o trabalho à realização profissional: por meio do trabalho, atinge-se a realização profissional. Esse é um caso em que se poderia ter

26 A pesquisa Modelos Cognitivos que estruturam o domínio abstrato T-E-RP (1995-1999) pretendia acessar modelos cognitivos com relação a TRABALHO, EMPRESA e REALIZAÇÃO PROFISSIONAL.

27 A **notação**, por exemplo (AS; E; A), representa: iniciais do entrevistado (AS); o modo de se obter a metáfora ou a metonímia: E= espontânea, quando o entrevistado naturalmente produzia as metáforas ou metonímias, ou I= induzida, por alguma questão específica através de comparações ou analogias; e A, a categoria à qual o sujeito pertencia (os sujeitos foram enquadrados em 16 categorias - de A a Q), no caso, “A= empresário proprietário de empresa”. Foram entrevistados cinco sujeitos em cada categoria, totalizando 80 entrevistas, com uma média de 70 minutos de gravação. A idade dos sujeitos variou entre 18 e 70 anos, de acordo com cada categoria.

TRABALHO^V hierarquicamente mais alto que REALIZAÇÃO PROFISSIONAL^V. Constatamos, em nossa pesquisa anterior²⁸, que os imigrantes italianos possuíam três valores básicos: TRABALHO, FAMÍLIA e PROPRIEDADE. O trabalho significava a sobrevivência; a união da família (com muitos filhos) significava garantir o trabalho com a terra e ter terras significava independência nas colônias. Com o tempo, como se verifica nos excertos acima, além de garantir a sobrevivência, TRABALHO^{VN} é um meio de se alcançar o ideal de REALIZAÇÃO PROFISSIONAL^{VD}.

2.1. Modelos culturais e valores metafóricos

Trazemos para a discussão de modelos culturais e valores o *Sistema da Metáfora Moral*, proposto por Lakoff e Johnson (1999, p. 290-334), que, em nosso ponto de vista, é um modelo cultural constituído por um *cluster* de metáforas. Queremos demonstrar com esse sistema que valores também podem ser tratados metaforicamente, como fica diretamente evidente ao longo de sua descrição.

Cabe esclarecer, primeiramente, a relação entre modelos culturais e metáforas. Yuanqiong (2009), ao discutir a relação entre metáfora e modelos culturais, mais especificamente se as metáforas são constitutivas de modelos culturais ou se meramente refletem modelos culturais, toma a posição de que a metáfora é uma parte constituinte de modelos culturais e que estes selecionam a instanciação de metáforas. A autora não adota nem a posição dos estudiosos que creem que modelos culturais existem sem um entendimento metafórico prévio, ou seja, de que somos equipados com modelos culturais que partem de entendimentos que são primariamente “literais”; nem a dos que creem que os modelos culturais para conceitos mais abstratos sejam inerentemente metafóricos. Seu estudo sustenta três possibilidades: (i) a de que os modelos culturais podem conter metáforas, principalmente em domínios mais abstratos; (ii) a de que os modelos culturais desempenham um papel fundamental em selecionar e dar forma às metáforas; e (iii) a de que novas metáforas podem criar novos modelos culturais. A situação, diz Yuanqiong, é similar ao argumento do “ovo e da galinha”, o que dificulta dizer o que vem por primeiro. O certo é que “metáfora e modelos culturais sempre interagem, e essa interação conduz a seu mútuo crescimento”²⁹. Isso significa que “as metáforas, especialmente as metáfo-

28 A pesquisa Modelos Culturais que estruturam o DMCPTFR(2003-2005) visava a analisar os modelos cognitivo-culturais que estruturam os domínios de mito e crença de propriedade, trabalho, família e religião, a partir dos discursos de sujeitos de antigas colônias de imigrantes italianos, em fontes documentais.

29 No original: “metaphor and cultural models always interact with each other, and this interaction leads to their mutual growth.”

ras novas, possuem a habilidade natural de enriquecer modelos culturais; enquanto, por outro lado, modelos culturais dão origem a novas metáforas” (p. 130)³⁰.

Como afirmam Lakoff e Johnson:

Tão importante quanto observar o papel que a moralidade metafórica desempenha em nossas decisões morais manifestas [...], é igualmente importante reconhecer quando nosso sistema moral entra de uma forma oculta em **áreas vitais de nossa cultura: política e religião**. (LAKOFF; JOHNSON, 1999, p. 334, grifos nossos)³¹.

Segundo Lakoff e Johnson (1999, p. 290), “nosso inconsciente cognitivo é povoado de um sistema extensivo de mapeamentos metafóricos para conceptualizar, raciocinar e comunicar nossas ideias morais”³². Para os autores (1999, p. 325): “virtualmente todos os nossos conceitos morais abstratos – justiça, direitos, empatia, proteção, força, retidão e assim por diante – são definidos por metáforas”³³.

Os domínios-fonte das metáforas para moralidade advêm do que as pessoas, de acordo com a história e através das culturas, entendem como aquilo que contribui para seu bem-estar. Desse modo, as teorias populares básicas do que constitui tal bem-estar formam a base para os sistemas de metáforas morais em todo o mundo. Por outro lado, o sistema de conceitos morais não é monolítico, pois há diferentes modos de se estruturar a noção de BEM-ESTAR e o uso de uma ou outra metáfora dependerá da estrutura “imposta pelos sistemas morais baseados na família, assim como nossos propósitos, interesses e o contexto particular em que nos encontramos” (LAKOFF; JOHNSON, 1999, p. 330)³⁴. O *Sistema da Metáfora Moral* pode ser resumido, para nossos propósitos, como segue.³⁵

30 No original: “metaphors, especially novel metaphors, possess the natural ability to enrich cultural models; while on the other hand, cultural models give rise to novel metaphors.”

31 No original: “As important as it is to be able to notice the role metaphorical morality plays in the overt moral decisions [...], it is equally important to recognize when our moral system enters in a hidden way into vital areas of our culture: politics and religion.”

32 No original: “our cognitive unconscious is populated with an extensive system of metaphoric mappings for conceptualizing, reasoning about, and communicating our moral ideas.”

33 No original: “virtually all of our abstract moral concepts – justice, rights, empathy, nurturance, strength, uprightness, and so forth – are defined by metaphors.”

34 No original: “imposed by family-based systems as well as our purposes, interests, and the particular context we find ourselves in.”

35 Para uma análise do Sistema da metáfora Moral aplicado à cultura religiosa dos descendentes italianos da RCI no RS, ver Feltes (2007), Feltes e Granzotto (2007) e Granzotto e Feltes (2007, 2011).

A METÁFORA DA CONTABILIDADE MORAL envolve oito esquemas: (1) RECIPROCIDADE: baseia-se em ações morais do tipo: (a) se você faz algo de bom para mim, então **lhe devo** algo: estou em **débito** com você; (b) se faço algo igualmente bom para você, então eu **pago de volta** e estamos **quites**. Ação moral é dar algo de valor positivo, enquanto ação imoral é dar algo de valor negativo. Há um imperativo moral no sentido de se pagarem os débitos morais, e não o fazer é imoral. (2) RETRIBUIÇÃO e VINGANÇA: baseia-se na metáfora da ARITMÉTICA MORAL: **X**, ao causar algum dano a **Y**, coloca **Y**, potencialmente, em um dilema: se **Y** realiza algo igualmente danoso a **X**, então: (a) **Y** age imoralmente por causar um dano; ou (b) **Y** age moralmente por pagar seu débito moral. Porém, se **Y** não faz nada para punir **X**, então: (a) **Y** age moralmente por evitar um dano; ou (b) **Y** age imoralmente porque não deixou **X** pagar pelo dano que causou. Como consequência desse esquema moral básico, HONRA é uma forma de capital social que se adquire ao se pagarem os débitos morais num sistema de retribuição: a pessoa cuja honra é desafiada tem o dever de defendê-la; ao ser injuriada, ela tem o dever de causar dano equivalente à pessoa que a desafiou. (3) RESTITUIÇÃO: baseado na ARITMÉTICA MORAL, esse esquema não provoca, entretanto, um dilema. Eis a relação: (a) **X**, ao causar algum dano a **Y**, dá-lhe algo de valor negativo e toma-lhe algo de positivo; (b) então **X** deve pagar **Y** com algo de equivalente valor positivo. (4) ALTRUÍSMO: se **X** faz algo de bom para **Y**, então, pela ARITMÉTICA MORAL, **X** dá a **Y** algo de valor positivo, ficando **Y** com um débito com relação a **X**. Entretanto, no esquema do altruísmo, **X** cancela o débito, não desejando nada em pagamento e, ao mesmo tempo, eleva seu crédito moral. (5) DAR A OUTRA FACE: este esquema envolve a aceitação da bondade básica, operando através da CONTABILIDADE MORAL. Ao causar um dano, **Y**, pela metáfora BEM-ESTAR É PROSPERIDADE, dá a **X** algo de valor negativo e, pela ARITMÉTICA MORAL, toma algo de valor positivo, mas **X**, ao dar a outra face, faz com que **Y** sinta-se ainda mais culpado e ainda mais endividado com relação a **X**. (6) KARMA: CONTABILIDADE MORAL COM O UNIVERSO: este esquema baseia-se na ideia de que há um equilíbrio de coisas boas e más que acontecerão a um indivíduo através de suas ações: obtém-se o que se merece. Quanto mais coisas boas um indivíduo faz, mais coisas boas acontecem a esse indivíduo e vice-versa. (7) EQUIDADE: a justiça é entendida como equidade. De acordo com a metáfora da CONTABILIDADE MORAL, a justiça é o acerto de contas, resultando em um equilíbrio nos livros (contábeis morais). (8) DIREITOS COMO A MORAL DO “I.O.U” (*I owe you*): de acordo com a metáfora da CONTABILIDADE MORAL, os direitos são cartas de crédito. O direito é uma forma de capital social metafórico que permite que se reivindiquem certos débitos de outras pessoas. Um dever é concebido como um débito que se deve pagar, quaisquer que sejam tais débitos morais. Assim, os conceitos de DIREITO e DEVER são conceitos metafóricos de segunda-ordem: débitos abstratos e créditos que existem considerando-se os débitos morais específicos e os créditos gerados.

Há a METÁFORA DA FORÇA MORAL, segundo a qual a força de vontade é uma condição essencial para a ação moral. Ela envolve: (a) força para se manter uma postura moral equilibrada, e, visto que a postura reta requer equilíbrio, há um acarretamento metafórico: SER BOM É ESTAR EQUILIBRADO; e (b) poder para superar as forças do mal, que nos podem fazer cair ou perder o controle. Desse modo, tem-se: SER MORAL É TER RETIDÃO, TER RETIDÃO É SER BOM, SER IMORAL É SER INFERIOR/BAIXO, O MAL É UMA FORÇA (INTERNA ou EXTERNA), MORALIDADE É FORÇA PARA RESISTIR, FORÇA PARA RESISTIR É VIRTUDE MORAL e FALHAR É FAZER O MAL.

A METÁFORA DA ESSÊNCIA MORAL parte da ideia de que as pessoas nascem com virtudes (propriedades morais) ou vícios (propriedades imorais). O conjunto de ambos forma o caráter. Por consequência dessa concepção: (a) caso se saiba como uma pessoa tem agido, sabe-se qual é o caráter dessa pessoa; (b) caso se saiba qual é o caráter da pessoa, sabe-se como essa pessoa agirá; e (c) o caráter básico da pessoa é formado ao longo do tempo, até se tornar adulta. Outra metáfora é a da PUREZA MORAL. Há uma relação entre “pureza” e “limpeza”, que gera a metáfora PUREZA É LIMPEZA. Então, se a moralidade é conceptualizada como pureza e esta, como limpeza, surgem as metáforas: MORALIDADE É LIMPEZA e IMPUREZA É IMORALIDADE. A metáfora da PUREZA MORAL e a da ESSÊNCIA MORAL estão associadas pela questão da “reabilitação” moral, qual seja: é possível limpar o ato de alguém e restaurar a pureza da vontade.

A METÁFORA DA MORALIDADE COMO SAÚDE implica que a imoralidade é entendida como uma doença ou uma praga que infecta pessoas e sociedades. Assim, pode-se falar de medidas de HIGIENE MORAL. Da mesma maneira que uma pessoa infectada deve ser isolada para se evitar o contato com outras pessoas e infectá-las, as pessoas imorais devem ser isoladas para não influenciarem outras pessoas: impurezas podem ser tóxicas e afetar nossa saúde. Desse modo, vê-se a relação entre MORALIDADE COMO SAÚDE e MORALIDADE COMO PUREZA.

A METÁFORA DA EMPATIA MORAL estrutura-se a partir da seguinte lógica: (a) se você sente o que outra pessoa sente e (b) se você quer sentir uma sensação de bem-estar, então (c) você quer que essa pessoa experiencie uma sensação de bem-estar. Age-se, portanto, para promover o bem-estar de outros. Na empatia moral, fazemos dos valores de outras pessoas nossos próprios valores. Os autores distinguem dois tipos de empatia: (a) a *empatia absoluta*, em que se sente o que a outra pessoa sente, sem laços de ligação; porém, como doutrina moral, ela é problemática, pois se reconhece que algumas vezes outras pessoas possuem valores impróprios ou imorais; e (b) a *empatia egocêntrica*, que é uma forma de se tentar se ligar a outras pessoas, ao mesmo tempo em que se preservam os próprios valores.

A METÁFORA DO CUIDADO (PROTEÇÃO) MORAL requer empatia. Para se cuidar de outros, precisamos saber do que necessitam. Os autores têm em mente o caso das crianças, que têm o direito a proteção e cuidados, enquanto os pais têm a responsabilidade de prover essa proteção e esses cuidados. Nessa concepção de moralidade, a noção de moralidade baseada na família é projetada para a sociedade. A hipótese de Lakoff e Johnson (1999, p. 313) é a de que são “modelos de família que ordenam as metáforas para moralidade numa perspectiva ética relativamente coerente, por meio das quais vivemos nossas vidas”³⁶. Para seguir com essa hipótese, é necessário se investigarem dois modelos fundamentais de família que consistem em idealizações, os quais criam diferentes orientações morais: A MORALIDADE DA FAMÍLIA DO PAI SEVERO e A MORALIDADE DOS PAIS PROTETORES. A MORALIDADE DA FAMÍLIA DO PAI SEVERO emerge de um modelo idealizado de família nuclear tradicional onde o pai é o provedor e o protetor da família e tem autoridade moral para estabelecer as regras que governam a família e que devem ser obedecidas sob seu comando. Em geral, as regras morais são impingidas através de punições e gratificações. Nesse modelo, a mãe tem o papel de cuidar dos filhos e tomar conta da casa, abraçando, naturalmente, a autoridade do pai. Desse modo, esse modelo prioriza as metáforas de AUTORIDADE MORAL, FORÇA MORAL e ORDEM MORAL e as metáforas da EMPATIA MORAL e da PROTEÇÃO MORAL são a elas subservientes. Já a MORALIDADE DOS PAIS PROTETORES baseia-se em outro modelo idealizado de família, em que apoio e proteção são parte dos cuidados. A obediência e o respeito são aprendidos através do amor, e não através do medo e da punição. A METÁFORA DA ORDEM MORAL não desempenha nenhum papel nesse modelo e a de FORÇA MORAL atua apenas no sentido de os pais protetores terem a obrigação de ser moralmente fortes, exercendo essa força para proteger e tomar conta dos filhos.

A METÁFORA DA FAMÍLIA DO HOMEM compreende basicamente três metáforas. A de DEUS COMO PAI SEVERO baseia-se no fato de que, na maioria das religiões, DEUS, o PAI, é a autoridade moral última, o SER perfeito e todo-poderoso que estabelece a ordem moral. De acordo com Lakoff e Johnson (1999), a moralidade religiosa do PAI SEVERO definiu amplamente a tradição moral ocidental. DEUS TODO-PODEROSO criou tudo de acordo com seu plano divino e ordem moral, sendo nosso dever aprender Suas leis e desenvolver a força moral para obedecê-las num mundo em que, por toda a parte, encontra-se o MAL (INTERNO ou EXTERNO), já que, no Juízo Final, seremos punidos ou recompensados por nossos atos morais. A metáfora do DEUS COMO PAI PROTETOR é um caso prototípico que enfatiza a metáfora de DEUS COMO AMOR. Deus é um SER apaixonado, “todo-amor”.

³⁶ No original: “Models of family that order our metaphors for morality into relatively coherent ethical perspectives by which we live our lives.”

Não há a moralidade da obediência às leis morais da autoridade divina. Por conseguinte, a metáfora da SOCIEDADE COMO FAMÍLIA tem por base que o último candidato para a moral dos PAIS é a sociedade em geral. Esta é entendida como FAMÍLIA. A metáfora do PAI SEVERO estabelece as normas sociais, que, por sua vez, são concebidas como NORMAS DA FAMÍLIA (Exemplos: *A sociedade condena o abuso infantil*, *A sociedade não tolera comportamentos obscenos*).

Observa-se, nesse sistema moral, a presença de valores como EQUIDADE, RELIGIÃO, BEM, FAMÍLIA, GRATIDÃO, HONRA, FORÇA DE VONTADE etc., os quais envolvem esquemas de imagens, tais como: PARA CIMA-PARA BAIXO, FORÇA, EQUILÍBRIO. Esses valores também são metaforicamente referidos como CRÉDITOS/DÉBITOS, PURO/IMPURO, LIMPO/SUJO, ALGO DE QUE SE TEM A POSSE. O entendimento de que valores podem ser tratados metaforicamente é fundamental à medida que modelos culturais podem ser estruturados por metáforas.

2.2. Valor-modalidade e escalas de valoração

Como afirma Hessen (2001, p. 80, grifo nosso), “A verdade é que *nós tomamos contato com as coisas não só pensando-as, como valorando-as*”. Entende-se aqui que a valoração é escalar. Nesse sentido, pretendemos discutir a questão da valoração por escalas hierárquicas quantitativas e sua relação com a noção de valor-modalidade que propomos.

Malteva e D’Andrade (2016) desenvolvem um projeto etnográfico que procura avaliar, quantitativamente, normas, atitudes e valores coletivos e individuais, modos de vida de grupos e comunidades. Afirmando (2016, p. 153) que, nos debates antropológicos, “termos [como] *costume, traço, valor, crença, norma, instituição, mazeway³⁷, visão de mundo, significado, ideologia, modelo, meme, prática e discurso* têm sido utilizados para referir conteúdos específicos da cultura”³⁸. Os autores introduzem, ainda, o termo orientação, cujo “significado básico envolve a posição de alguém em alguma direção” (2016, p. 163)³⁹, envolve “objetos cognitivo-afetivos que podem ser medidos por escalas multi-item” (2016, p. 153)⁴⁰, tais como normas, atitudes, valores e modos de vida. Esse tipo de escala, num primeiro momento, envolve um *frame* de avaliação: avaliar o grau em que o sujeito concorda, aprova, valora ou

apoia o item, ou o grau em que o sujeito sente que o item descreve bem alguém ou algo, ou o grau em que o sujeito pensa que o item é bom/importante; ou, ainda, o grau em que ele tem algum sentimento pelo item.

Num segundo momento, é feita a seleção dos itens a serem avaliados. Os autores consideram que esse tipo de escala permite que se investigue “como as pessoas experienciam seus mundos”⁴¹ (MALTEVA; D’ANDRADE, 2016, p. 155). Por exemplo, uma pesquisa dos autores investigou os valores individuais associados ao *frame* “*Eu não sei sobre os outros, mas para mim pessoalmente...*”. Os valores individuais a serem avaliados eram: “evitar guerra”, “ser um líder”, “ter sucesso”, “ser capaz de se ajustar” e “ser ambicioso”. A escala envolvia: “não é de modo algum importante” (1), “é pouco importante” (2), “é [somewhat] importante” (3) e “é muito importante” (4). Outra escala baseada em um *frame* do tipo pergunta – “*Quão importante é para você o que segue?*” – poderia ser: “nem um pouco”(0), “pouco”(1) “moderadamente”(2), “muito”(3) e “extremamente”(4). Em todos os casos, o resultado é uma escala numérica. Por exemplo, na pesquisa realizada pelos autores para uma escala de valores individuais nos EUA, evidenciou-se que, nos 25 itens com mais altas somas entre 68 itens-valor ipsativos, no bloco de valores para “Viver uma vida boa”, o item “ter uma vida pessoalmente realizada” recebeu o escore mais alto da escala (3.7) e “viver em harmonia com a natureza” e “gostar de arte e literatura” tiveram os escores mais baixos (ambos 2.8); enquanto no bloco de valores para “autodeterminação” o escore mais alto foi para “ser imaginativo” (3.3) e o mais baixo foi “resistir à autoridade” (1.9); no bloco “ter sucesso material”, mais alto na escala estava “ser um sucesso”(3.2) e, mais baixo na escala, estava “ter status social” (2.3); e, no bloco de “valores conservadores”, o valor mais alto na escala foi para “lei e ordem”(3.0), e o mais baixo foi para “ter forte fé religiosa” (2.0). Desse modo, o uso de escalas multi-item implica em uso de métodos estatísticos. Em termos de correlações, os autores (2016, p. 168) observam que escalas de personalidade são, muitas vezes, sistematicamente correlacionadas com escalas de valores e suspeitam que a maioria das diferenças são “resultado do conjunto cognitivo induzido pelos *frames* de avaliação ao invés de o resultado de qualquer diferença substancial no que está sendo referido”⁴².

Para Malteva e D’Andrade (2016, p. 162), nas escalas, “os itens parecem fazer referência a ideais ou virtudes que não são bem definidos e que existem apenas porque as pessoas os experienciam como ideais”⁴³. Por exemplo: seria esperado, para os autores (2016, p.

37 *Mazeway envolve crenças sobre Deus, propósito da vida, código moral.*

38 *No original: “terms custom, trait, value, belief, norm, institution, mazeway, worldview, meaning, ideology, model, meme, practice, and discourse have all been used to refer to the specific content of culture.”*

39 *No original: “basic meaning involves the stance of someone in some direction.”*

40 *No original: “cognitive-affective objects that can be measured by multi-item scales.”*

41 *No original: “how people experience their worlds.”*

42 *No original: “the result of the cognitive set induced by the evaluation frames rather than the result of any substantial difference in what is being referred to.”*

43 *No original: “the items appear to have reference to ideals or virtues which are not well defined, and which exist only because people experience them as ideals.”*

168), que valores estivessem associados a atitudes, de modo que “se alguém é contra a guerra no Iraque (uma atitude), então deveria ser o caso de que essa pessoa tem o critério de valor pelo qual a guerra no Iraque é avaliada e considerada como imoral ou desnecessária ou mal planejada”⁴⁴. Os autores admitem que o problema com o termo *valor* é que é difícil se encontrarem equivalentes universais de tradução (como no caso do Japonês e Chinês). Mas, em alguns estudos, houve bons resultados para uma variação do tipo “importância como um princípio que guia minha vida”. Ou seja, a própria versão de valor como um *princípio-guia/norteador da vida* revela sua influência em nossas formas de pensar, sentir e agir ordinariamente.

Com essa menção a estudos quantitativos sobre valores, queremos distinguir três cenários possíveis. Em primeiro lugar, o *Cenário 1*, em que a abordagem quantitativa como a de escala *multi-item* não se aplicaria bem à noção de valor-modalidade, para a qual o que conta é a detecção da modalidade do valor, que é um critério qualitativo passível de ser avaliado no discurso dos informantes em entrevistas semiestruturadas, por exemplo. A grande diferença é que a escala numérica de importância não captura a modalidade do valor, apenas sua importância relativa a outros valores. Em segundo lugar, no *Cenário 2*, a ideia de “escala” seria transposta para valor-modalidade apenas no caso de, por exemplo, avaliar-se o modo como o informante, mediante a formulação de *frames*, conecta-se com o valor, realizando-se a contagem simples das ocorrências de cada valor-modalidade dentro da população: “dever” “muito necessário”, “necessário”, “muito desejável”, “desejável”, “nulo”. Desse modo, podemos ter, por exemplo, em uma população de 80 informantes, a diferenciação de modalidade como, respectivamente: SUCESSO^{VO}($\Sigma=30$), SUCESSO^{VN+}($\Sigma=20$), SUCESSO^{VN}($\Sigma=10$), SUCESSO^{VD+}($\Sigma=10$), SUCESSO^{VD}($\Sigma=05$) e SUCESSO^V($\Sigma=5$). O problema com uma soma simples é a não decidibilidade entre valores-modalidade com somas idênticas (bastante prováveis). Em terceiro lugar, como *Cenário 3*, o método de escalas quantitativo não seria incompatível com a avaliação de valor-modalidade. Esses podem ser instrumentos diferentes, mas complementares. Pode-se, nesse sentido, atribuir a um valor como SUCESSO uma avaliação do tipo zero (0), em que não se dá importância alguma a SUCESSO, num dado contexto, mesmo que se considerasse desejável valorar ter sucesso. Essa é a diferença entre SUCESSO^V, não valorado e não praticado, e SUCESSO^{VD}, não praticado, mas considerado, ainda assim, desejável. Ou seja, a noção de valor-modalidade, como a que propomos, daria conta tanto do valor efetivo atribuído por uma prática (+V ou -V), como do valor passível de ser atribuído em função de expectativas, ideais, desejos, necessidades e deveres individuais ou instituídos socialmen-

⁴⁴ No original: “if someone is against the war in Iraq (an attitude) then it should be the case that this person has value criteria by which the war in Iraq has been assessed and found to be immoral, or unnecessary, or badly planned”.

te por meio de modelos culturais. Finalmente, no *Cenário 4*, haveria uma *forma arbitrária* de se quantificar modalidade. No caso de se apresentar um *frame* do tipo “Como você define a importância de” e tendo-se como item “sucesso”, as respostas poderiam ser:

“nula”= 0 ($\bar{X}= 0,0-0,5$),

“desejável”= 1,0, ($\bar{X}=0,6-1,5$),

“muito desejável”= 2,0 ($\bar{X}= 1,6-2,5$)

“necessário”= 3,0 ($\bar{X}= 2,6-3,5$),

“muito necessário”= 4,0 ($\bar{X}= 3,6-4,5$) e

“dever”= 5,0 ($\bar{X}= 4,6- 5,0$).

O *Cenário 4* parece ser o que consegue capturar tanto o valor-modalidade, como uma medida quantitativa de referência.

Estudos preliminares demonstram como valores relevantes, na cultura religiosa dos descendentes de italianos da Região de Colonização Italiana do Rio Grande do Sul: FÉ (metaforicamente entendida como dádiva/tesouro e luz), PERSEVERANÇA (como a luta contra o pecado e as tentações), AMOR (como cuidado e proteção), OBEDIÊNCIA (a Deus e seus preceitos, ao que se liga também temor), JUSTIÇA (mediante fé e obediência), DISCIPLINA (com relação a se seguirem rituais e regras de conduta), com base em um modelo cultural muito similar ao Sistema da Metáfora Moral de Lakoff e Johnson (1999). Entretanto, é necessário tratar esses valores nos termos em que se propõe nesta seção. É importante ressaltar que há a possibilidade de um caminho de duas mãos: partir-se dos valores para a reconstrução dos modelos culturais, ou reconstruírem-se os modelos culturais (e.g., por meio de entrevistas semiestruturadas) para, então, analisarem-se os valores culturais subjacentes. Em um ou em outro caso, o que se propõe no *Cenário 4* seria parte constitutiva dos instrumentos a serem utilizados.

Considerações finais

Apenas estudos empíricos podem dar conta de se verificar a adequação e proficiência do que foi objeto de nossas discussões neste capítulo, se aceita sua relevância. De qualquer modo, é fundamental que se iniciem investigações relativas aos sistemas axiológicos dos indivíduos e comunidades, especificamente, quanto ao modo como valores (culturais) influenciam a organização de modelos culturais, efeitos de prototipicidade; estruturas e processos de memória e de inferências; formação de estruturas radiais; estruturas conceituais metafóricas e metonímicas; consolidação de *frames*, *scripts* e outros modelos cognitivos.

Se, por hipótese, valores forem tratados no âmbito dos estudos sobre como modelos culturais são organizados e atuam no plano perceptual, cognitivo, sociocultural, comportamental, poderíamos dar conta de alguns dos diferentes modos como modelos culturais contraditórios ou inconsistentes podem conviver em dada cultura, subcultura ou comunidade.

Parece pelo menos razoável problematizar a noção de modelos culturais – os modos como se definem modelos culturais, as repercussões que as definições têm na condução de investigações em diferentes áreas, assim como sua relação com valores individuais e culturais.

A interface tão necessária com as antropologias não pode levar a empréstimos conceituais, definicionais ou metodológicos, como se esse “trânsito” ou “diálogo” não passasse por questões fundamentais da Filosofia da Ciência. Ao mesmo tempo em que não se pode mais pensar em cápsulas disciplinares, o trabalho multidisciplinar (ou transdisciplinar como preferem alguns) deve se empenhar em formular e tentar responder a questões epistemo-metodológicas implicadas na construção de interfaces metateóricas. Metáforas como “diálogo com” (as disciplinas x) ou “trânsito entre” (disciplinas x, y) etc. são problemáticas quando acarretam o mero empréstimo ou o empréstimo convenientemente adaptado de conceitos e de metodologias como um mero meio para se robustecerem os modelos teóricos, tornando-os mais “abrangentes”, mas internamente obscuros ou, até mesmo, conflitantes. São problemáticas porque se deve ter em conta o problema do relativismo ontológico: teorias são sistemas e seus enunciados são variáveis ligadas. Por essa razão, é importante se pensar em um *design* teórico-metodológico coerente, que tenha adequação descritivo-explanatória, para as pesquisas com múltiplas interfaces.

REFERÊNCIAS

- BARTMIŃSKI, J. [ZINKEN, Jörg (Ed.)] **Aspects of cognitive ethnolinguistics**. London: Equinox, 2009. 256 p. (Série Advances in Cognitive Linguistics).
- D'ANDRADE, R. A folk model of mind. In: HOLLAND, D.; QUINN, N. (Eds.) **Cultural models in language and thought**. Cambridge: Cambridge University Press, 1987. p. 112-148.
- D'ANDRADE, R. Schemas and motivation. In: D'ANDRADE, R.; STRAUSS, C. (Eds.) **Human motives and cultural models**. New York: Cambridge University Press, 1992. p. 23-44.
- FELTES, H. P. de M. George Lakoff's theory of cognitive models: a metatheoretical and methodological assessment based on an analysis of abstract concepts (W-C-PF). In: SILVA, A. S. da; TORRES, A.; GONÇALVES, M. (Orgs.). **Linguagem, cultura e cognição: estudos em Lingüística Cognitiva**, v.II. Coimbra: Almedina, 2004. p. 227-244.
- FELTES, H. P. de M. **Semântica cognitiva: ilhas, pontes e teias**. Porto Alegre: Edipucrs, 2007. 392 p.
- FELTES, H. P. de M. Conceptualização de TERRORISMO e VIOLÊNCIA: relações semântico-epistêmicas e papéis semânticos no quadro de uma semântica do entendimento. **Antares: Letras e Humanidades**, v. 4, p. 29-58, 2012.
- FELTES, H. P. M.; GRANZOTTO, C. M. N. Semântica Cognitiva: o modelo do PAI PROTETOR no Sistema da Metáfora Moral. **A Cor das Letras (UEFS)**, v. 8, p. 241-251, 2007.
- GRANZOTTO, C. N.; FELTES, H. P. de M. O modelo de Deus Pai Severo e a metáfora de Deus como Juiz no sistema moral religioso dos imigrantes italianos. **Organon**, n. 43, p. 53-68, 2007.
- GRANZOTTO, C. M. N.; FELTES, H. P. de M. Rituais como submodelo metonímico da categoria Religião: o papel estruturante do Sistema da Metáfora Moral. **Antares: Letras e Humanidades**, n. 5, p. 92-120, 2011.
- HESSEN, J. **Filosofia dos valores**. Coimbra: Almedina, 2001 [1932]. 253 p.
- KÖVECSES, Z. Metaphor and folk understanding of anger. In: RUSSELL, J. A. et al. (Eds.) **Everyday conceptions of emotions: an introduction to psychology, anthropology and linguistics of emotion**. Springer-Science+Business Media Dordrecht, NATO ASI Series, S. D. **Behavioural and Social Science**, v. 81, p. 49-72, 1995.
- KROEBER, A. L. **A natureza da cultura**. Lisboa: Edições 70, 1993[1952]. 255 p.
- KRONENFELD, D. B. **Culture, society, and cognition: collective goals, values, action, and knowledge**. New York: Mouton de Gruyter, 2008. 291 p.
- LAKOFF, G. **Women, fire, and dangerous things: what categories reveal about the mind**. Chicago: The University of Chicago Press, 1987. 632 p.
- LAKOFF G.; JOHNSON, M. **Philosophy in the flesh: the embodied mind and its challenge to Western thought**. New York: Basic Books, 1999. 624 p.
- MALTEVA, K.; D'ANDRADE, R. Mult-item scales and cognitive ethnography. In: KRONENFELD, D. B. et al. (Eds.) **A companion to cognitive anthropology**. Chichester, West Sussex/Oxford: Wiley Blackwell, 2016. p. 153-170.
- MONCADA, L. C. Prefácio do tradutor. In: HESSEN, J. **Filosofia dos valores**. Coimbra: Almedina, 2001. p. 21-27.
- QUINN, N. Convergent evidence for a cultural model of American marriage. In: HOLLAND, D.; QUINN, N. (Eds.) **Cultural models in language and thought**. Cambridge: Cambridge University Press, 1987. p. 173-192.
- QUINN, N. Research on shared task solution. In: STRAUSS, C.; QUINN, N. (Eds.) **A Cognitive theory of cultural meanings**. Cambridge: Cambridge University Press, 1997. p. 137-188.
- RABUSKE, E. **Epistemologia das ciências humanas**. Caxias do Sul: Educs, 1987. 144 p.
- ROKEACH, Milton. **Beliefs, attitudes and values: a theory of organization and change**. San Francisco: Jossey-Bass Publs., 1968. 214 p.
- SPERBER, D.; WILSON, D. **Relevance: communication & cognition**. 2. ed. Oxford: Blackwell, 1995. 338 p.
- YUANQIONG, W. On the relationship between metaphor and cultural models - with data from Chinese and English language. **Metaphorik.de**, n. 17, p. 115-134, 2009.

The language-cognition interface and topic constructions in brazilian portuguese¹

Mário A. Perini²

Universidade Federal de Minas Gerais

ABSTRACT: The topic in certain constructions in Brazilian Portuguese cannot be assigned a semantic role by syntactic function in the traditional way. The role of the topic must be assigned by direct connection with the schema evoked by the verb. An instance is *esse cano sai fumaça* ‘smoke comes out of this pipe’: the topic *esse cano* ‘this pipe’, demonstrably not the subject, can be the Source or the Goal of the motion, according to context, namely the location the speaker places himself in. The conclusion is that models of analysis limiting role-assignment to the action of the verb and its valency must be complemented with a mechanism of direct connection between syntactic structures and variables in the evoked schemata. The methodology used in this study depends in part on a corpus of utterances observed in concrete communicative situations.

KEYWORDS: semantic roles; topics; Brazilian Portuguese.

¹ An earlier version of this paper was read at the 2016 International Symposium on Verbs, Clauses and Constructions (Logroño, Spain, October 2016).

² Ph.D. in Linguistics (University of Texas). Professor emeritus at Faculdade de Letras (Universidade Federal de Minas Gerais). E-mail: marioperini7@gmail.com.

1. Introduction: semantic roles

In this paper I am concerned with the assignment of semantic roles to constituents of sentences. Without going into a discussion of the various conceptions of semantic (or ‘thematic’) role, I feel it is convenient to make explicit the sense in which I use this notion in the present paper, so that no misunderstanding results.

Let us start with the notion of ‘elaborate cognitive relation’ (**ECR**), defined as a cognitive relation between a thing and an event or state – a relation that may be linguistically signalled, and represented by morphosyntactic means, but is not linguistic *stricto sensu*, being rather part of our understanding of sentences. For instance, when we hear

[1] That naughty boy crumpled my passport.

we understand that the passport underwent a change of state, and that the boy caused it; all this comes from the linguistic signal in the sentence, but it is not linguistic information. It is, rather, information about an event in the real world. In other words, we are dealing here with the relation between an event (CRUMPLE) and its participants (BOY, PASSPORT): what we understand can be represented as a cognitive structure based on the schema (or ‘frame’) CRUMPLE, plus its core participants. I call this cognitive structure a mental landscape³: for instance, sentence [1] evokes a mental landscape consisting of a boy crumpling a passport. The landscape includes more than the relations provided by the linguistic sign: we construct a visual image of the event, for instance. But the process starts from the semantic interpretation of the sentence, which depends in part on its formal features.

It must be understood that the mental landscape has nothing abstract about it – it is a piece of information that is accessible only by introspection, but is part of our data just the same. It does not depend on a theory: any theory of language must incorporate this particular cognitive structure, however it is to be analyzed. The term **ECR** refers to a pretheoretical relation that describes one aspect of the raw data any theory must account for. Sentence [1], then, can be analyzed as containing a “crumpler” (*that naughty boy*) and a “crumpled thing” (*my passport*), besides the expression of an event (*crumpled*).⁴

³ Castelfranchi and Parisi (1980, p. 121 ff) call it a **rete di conoscenze** ‘network of knowledge’, but this term seems more adequate to designate a permanent structure in memory, rather than an ad hoc cognitive construction directly derived from the understanding of an utterance. Talmy (2006) calls this a **cognitive representation**, and Schlesinger (2013) speaks of a **scene**, also referring to the same entity.

⁴ There is of course a lot more to be said about semantic roles; for further discussion I refer the reader to my book (Perini, 2015, chapter 3; see also Schlesinger, 1995). In my book I call the ECR a ‘CSR’ (cognitive semantic relation), a less adequate label.

Now, whenever a particular language has a special way of coding an ECR (or, more often, a set of ECRs), we call this a **semantic role**. For instance, in [1] the ECR of *that naughty boy* is the “crumpler”; in other sentences we find the “eater”, the “killer”, the “kicker”, etc. All these ECRs are bunched together in Portuguese (and in English), so that their syntactic coding is always the same – very prototypically, as the subject⁵. We then include in the grammar of the language not the individual ECRs, but the more schematic relation Agent – which is a semantic role, that is, **a set of ECRs which are not distinguished in the grammatical structure of the language**. This is expressed by Jackendoff in the following way:

“argument structure” can be thought of as an abbreviation for the part of conceptual structure that is “visible” to the syntax. (JACKENDOFF, 1990, p. 48)

We can understand semantic roles as components of the argument structure, whereas ECRs are part of the conceptual structure. Each complement in a sentence must have a semantic role, which is understood as a different ECR in each case, following a process of elaboration. Elaboration can be understood as a process that relates (relatively schematic) semantic roles and (relatively elaborate) ECRs – for instance, an Agent is elaborated into a “crumpler” due to semantic features of the main verb, here *crumple*⁶. ECRs are essential to the definition of semantic roles; as Tuggy (2007) points out,

Schemas are constituted as such by virtue of their relationship to their elaborations, the specific subcases that give the same information at a higher level of detail. It does not make sense to call a concept a “schema” or say it is “schematic” except in the context of specific cases relative to which it is abstract or whose information it represents at a coarser level of detail. Similarly, it makes no sense to speak of an “elaboration” except in the context of a concept which is schematic for it. (TUGGY, 2007, p. 83-84).

Let us then make clear that semantic roles are schematizations of their corresponding ECRs, and the latter are elaborations of their schemata.

2. Assignment of semantic roles to the complements of a sentence

It is usually assumed that semantic roles are assigned by the verb (sometimes with the intermediation of the VP) on the basis of the syntactic function of each complement. Thus, the verb *melt* assigns the role Agent to its subject, and Patient to the direct object:

⁵ A survey of 232 constructions that include the Agent occurring in the Valency dictionary of Brazilian Portuguese shows that this role is coded as the subject in all cases but four (about 98 %).

⁶ I follow the convention of notating semantic roles with capitals (Agent), and ECRs in quotes (“crumpler”).

[2] The morning sun melted the ice.

Assignment is conditioned by the construction the verb occurs in; *melt* can assign the role Patient to the subject of a passive or an ergative construction⁷:

[3] The ice was melted by the morning sun. [passive]

[4] The ice melted. [ergative]

In any case, the interplay between the verb and the syntactic function of complements is believed to be crucial for the correct assignment of roles to complements. This works in many examples, of course, and explains the thematic difference between [4] and

[5] The dog jumped. [intransitive]

In [4] the subject is Patient, and in [5] it is Agent, and this can be attributed to the difference in verbs, since the syntactic structure is the same in both sentences. This phenomenon is usually expressed by stating that *melt* occurs in the ergative construction, while *jump* occurs in the intransitive, never in the ergative – or in other words, *melt* and *jump* have different **valencies**.

These constructions are then defined by certain semantic roles associated with certain syntactic functions: the ergative construction is defined as having a subject Patient, the intransitive and the transitive have both subject Agent, and the transitive has, in addition, an object Patient.

3. Discourse topics

The mechanism sketched above works in many cases, perhaps most. But some other examples strongly suggest that syntactic function may be sometimes irrelevant in the assignment of semantic roles. There are several such situations, and here I will survey only one, **topic constructions**⁸.

Brazilian Portuguese has at least two kinds of topic constructions; one of them is found in many related languages, and consists simply in the fronting of a constituent, as in

[6] Essa cerveja eu não bebo. ‘this beer I won’t drink’

Apart from the sentence-initial position, the topic here has a semantic function parallel to the same constituent when not fronted:

⁷ The ergative is also called “inaccusative”, and sometimes “inchoative” (Levin, 1993).

⁸ A more complete picture of the several role-assignment mechanisms can be found in Perini (2015, p. 115 ff).

[7] Eu não bebo essa cerveja. ‘I won’t drink this beer’

This kind of topicalization applies to several syntactic functions (object, adverbial complements, etc.), and as seen occurs also in English.

The other kind of topic (which we may call **discourse topic**) is characteristic of Brazilian Portuguese and other, but not, I think, all languages. It has the form of an NP, also fronted, but does not semantically correspond to a nonfronted constituent. One example is

[8] Esse cano sai fumaça.

‘smoke comes out of this pipe’ [lit.: ‘this pipe comes out smoke’]

If we want to say the same without fronting the topic, the constituent *esse cano* will have to be preceded by the adequate preposition, here *de*, which is a marker of the role Source:

[9] Sai fumaça **desse** cano. ‘smoke comes out of this pipe’

As seen, we now have *desse cano* ‘from this pipe’, instead of the NP *esse cano*⁹.

Discourse topics are very frequent in spoken Brazilian Portuguese; they were first studied in some detail by Pontes (1986; 1987), who provides many examples taken from actual utterances. One important feature is that discourse topics may convey several different semantic roles, without any formal marking to distinguish between these roles. In [9] the topic is the Source; other examples, with different roles, are

[10] O meu carro furou o pneu. ‘my car blew a tire’¹⁰

Possessor

[11] O quintal, sai pela porta branca.

Goal

‘(to go to) the backyard you leave by the white door’ [lit.: ‘the backyard you go out by the white door’]

[12] Aquela escola deles, rouba tudo! [EP]¹¹

Location

‘in that school of theirs everything gets stolen’ [lit.: ‘that school of theirs, steals everything’]

[13] Meu óculos, você apanhou a capa? [EP]

Possessor

⁹ *Desse* is an agglutination of the preposition *de* ‘from’ plus *esse* ‘this’.

¹⁰ In this particular case the English sentence is parallel to the Portuguese: *my car* is the Possessor, *a tire* is the Possessed thing (besides being the Patient).

¹¹ Examples marked ‘EP’ are taken from Pontes (1987).

‘did you bring the case of my glasses?’ [lit.: ‘my glasses, did you bring the case?’]

In all these sentences, the topic is an NP, without preposition; but if we prefer not to topicalize it, a preposition must appear, respectively

[14] Furou o pneu **do** meu carro. ‘my car blew a tire’ [lit.: ‘blew the tire of my car’]

[15] Sai pela porta branca **para** o quintal.
‘(to go to) the backyard you leave by the white door’

[16] Rouba tudo **na**quela escola deles! ‘in that school of theirs everything gets stolen’¹²

[17] Você apanhou a capa **do** meu óculos? ‘did you bring the case of my glasses?’

[10] – [13] and [14] – [17], respectively, are synonymous, apart from the topicalization effect. The preposition cannot be omitted if there is no topicalization:

[18] * Furou o pneu o meu carro.

[19] * Sai fumaça esse cano.

[20] * Sai pela porta branca o quintal.

etc.

Some of these sentences can be rescued, in informal spoken language, by marking the relevant NP intonationally: the final NP is pronounced in a lower pitch, preceded by a rising intonation:

[21] Furou o pneu[↑],[↓] o meu carro.

[22] Sai fumaça[↑],[↓] esse cano.

This intonational contour is another mark of the topic, so that we still have the same phenomenon here. Curiously, though, this does not work for [21]; there must be, then, some still unknown limitation on this structure.

4. Semantic role assignment

We now have a problem: the topic in these structures has a semantic role, and it varies from sentence to sentence, but is not morphosyntactically marked. The topic is always an NP, which is a thematically opaque structure. This raises the question: how does the receptor know which the semantic role is, if there is no formal clue about its identity? A well-established principle states that no constituent (among those eligible) can lack a semantic role.

¹² *Naquela* is an agglutination of *em* ‘in’ plus *aquela* ‘that’.

This is stated in generative works as part of the (grammatical) **theta criterion**, but I tend to think instead of it as a condition on the well-formedness of mental landscapes. Castelfranchi & Parisi (1980) put it, adequately, thus:

A network [that is, a mental landscape / MAP] is a set of items of knowledge such that, starting from any of them it is possible to arrive at any other item of knowledge in the set, by going from item to item, or from a node to any other node. (CASTELFRANCHI; PARISI, 1980, p. 122)¹³.

Consequently, the topic needs a semantic role, otherwise the sentence will be filtered out as ill-formed¹⁴. But all we have for the moment is the traditional mechanism that sees assignment as an exclusive task of the main verb; we might try to apply it, saying for instance that with the verb *sair* ‘go out’ the topic (first NP in the sentence) is always the Source. This works in [9], but fails in

[11] O quintal, sai pela porta branca.

Goal

‘(to go to) the backyard, you leave by the white door’ [lit.: ‘the backyard, go out by the white door’]

where the verb is also *sair* but the topic is the Goal. And, worse, it can perfectly well be understood as the Source. In [11], as translated here, one images the speaker and hearer to be both in the house; but suppose someone is in the backyard, and gives directions about how to go from the backyard to the house – then the speaker can say [11], and it will mean ‘(to leave) the backyard you leave by the white door’, where *o quintal* is the Source.

We thus have here cases involving well-known semantic roles, but the assignment seems to be conditioned by nongrammatical factors – for instance, by the position of the participants with respect to the backyard. In no way can these facts be captured by the traditional role-assignment device, which is based on lexicogrammatical factors, such as the valency of the main verb.

5. Assignment by default

A way out of the dilemma presented in the previous section requires a short digression on the ECRs and their function in the building of mental landscapes.

One of the basic functions of a sentence is to relate formal grammatical elements and ECRs. For instance, in

¹³ My translation – MAP.

¹⁴ This filtering operates on ECRs, not on semantic roles, of course.

[1] That naughty boy crumpled my passport.

an essential component of the mental landscape is that *that naughty boy* is understood as the “crumpler”, and *the passport* as the “crumpled.thing”. In this particular case, the ECRs are derived by elaboration from semantic roles (respectively Agent and Patient), and we may understand elaboration in the way explained by Langacker in a wider sense:

It is typical in a construction for one component structure to contain a schematic substructure which the other component serves to elaborate, i.e. characterize in finer-grained detail. In *jar lid*, for example, *lid* evokes a schematic container specified in finer detail by *jar* [...]. (LANGACKER, 2008, p. 198).

In our particular case, elaboration refers to the distinction between semantic roles (schematic) and ECRs (elaborate). Thus, upon hearing [1], one does not understand an Agent: this role is but a means to relate the NP *that naughty boy* with the ECR “crumpler”, by reference to the context element represented by the verb *crumple* and its semantic matrix. But it must be kept in mind that semantic roles are not merely more schematic – they are schematic precisely to the point where they find morphosyntactic expression in a particular language. **Agent** is an abstraction, created by linguists in order to analyze certain aspects of the phenomenon: in other words, Agent is a relation present in the structure of the Portuguese language. But “crumpler” is a cognitive relation, in principle independent from its morphosyntactic realization. The relation “crumpler” is part of the data, not a theoretical construct. This does not mean that semantic roles such as Agent and Patient are not needed; but they have a different status, and depend on theoretical argumentation for their use in the analysis of a language – whereas “crumpler” is a pretheoretical relation, directly understood by the language user and liable to representation by other means, for instance as part of a visual image of the scene described in [1].

Interpreting a sentence involves establishing relations between linguistic units (say, an NP, a prepositional phrase, and so on) and ECRs. This can be effected in more than one way; one is by reference to the valency of the verb, when we say that *crumple* can appear in the transitive construction, that is, with a subject Agent and an object Patient. But for *esse cano* ‘this pipe’ in

[8] *Esse cano sai fumaça.*

‘smoke comes out of this pipe’ [lit.: ‘this pipe comes out smoke’]

this does not work, for the reasons given in section 3 above. In [8], to be sure, the traditional process does work for the NP *fumaça* ‘smoke’: it is the Theme (the entity that undergoes motion) by virtue of the valency of *sair* ‘come out’. We can say that with *sair* the subject is the Theme, and that is why the subject *fumaça* ‘smoke’ is understood as the Theme. But as we saw the topic NP requires some other mechanism.

I propose the following analysis: first, let us consider that the verb *sair* evokes a schema, COME.OUT; this schema has the core variables “theme” (“thing.that.comes.out”) and “source” (“place.the.Theme.comes.from”). The mental landscape is built on this basis; the “thing.that.comes.out”, recognizable as an elaboration of the Theme, is the subject NP *fumaça* ‘smoke’ – this is a lexicogrammatical fact of Portuguese, stated in the valency of *sair*. Now, the construction has no room for another NP, since *sair* ‘come out’ never occurs in a (traditionally recognized) construction with two NPs. Therefore, as far as lexicogrammatical processes are concerned, *esse cano* ‘this pipe’ remains without an ECR.

But it is well known that role-less constituents cannot occur. Given the impossibility of assigning a role to *esse cano* in [8] by grammatical means, the system has recourse directly to the schema, on the following lines: if the schema COME.OUT has a “theme” and a “source”, and the “theme” is denoted by the subject *fumaça* ‘smoke’, we must understand the remaining constituent, *esse cano* ‘this pipe’, as denoting the “source”. The inacceptability of [19] shows that this only works when the remaining constituent is a topic; since this is the case in [8], we end up with an association established between the topic *esse cano* and the ECR “place.the.Theme.comes.from” (an elaboration of Source). In this particular case, this is the only way to rescue the sentence from being marked as ill-formed, therefore unacceptable.

Let us call this way of assigning ECRs **assignment by default**. The system is context-sensitive in a way that regular assignment by valency is not. Assignment by default does not work on grammatical information, but rather on cognitive conveniences: all it is concerned with is that the utterance make sense, and since with COME.OUT both the “source” and the “goal” yield well-formed mental landscapes, either can in principle be used to complete the assignment to *esse cano*.

This mechanism results in a great variety of ECRs being attributed to topic NPs, and the requirement of cognitive well-formedness is reasonably evident in all cases. For example, in

[12] *Aquela escola deles, rouba tudo!* [EP]

‘(in) that school of theirs everything gets stolen’

aquela escola deles ‘that school of theirs’ could, in principle, be understood as the subject, and therefore the Agent, of *rouba* ‘steals’; but *rouba* can also be understood as having an indeterminate Agent (‘gets stolen’), and in this case the initial NP cannot be integrated into a regular construction. It is then filled in by reference of the main schema (STEAL), which admits of a location; and since a school is a location, that is what it is understood to be. As seen, in the latter case the assignment is a cognitive, not a grammatical process.

In

[13] *Meu óculos, você apanhou a capa?* [EP] ‘did you bring the case of my glasses?’

the sequence *você apanhou a capa?* is grammatically processed to yield the reading ‘did you bring the case?’ But then the initial NP, *meu óculos* ‘my glasses’¹⁵ has no place in the structure. The assignment system has to search for a way to integrate it, and ends up doing so by assigning *meu óculos* the role of Possessor (of the case). The reason for this choice, again, is not grammatical but broadly cognitive: if *meu óculos* is the Possessor of the case, the resulting semantics makes sense¹⁶.

Some other examples, with different ECRs, are:

[23] Minha casa deu ladrão. [EP] “location”
 ‘a burglar broke into my house’ [lit: ‘my house there came a burglar’]

[24] A Joana não se deve confiar. [EP] “stimulus”
 ‘one should not trust Joana’ [lit: ‘Joana one should not trust’]

Confiar ‘trust’ requires a preposition, *em*, with the Stimulus; but it does not appear in this sentence. If the phrase were not the topic, we would have

[25] Não se deve confiar na Joana.¹⁷
 ‘one should not trust Joana’

This system is in harmony with the idea that humans are meaning-searching creatures; and it shows that in this particular we are prepared to use a variety of means in order to attain our aims. What is most interesting to linguists is the limits of this meaning-searching effort. That there *are* limits is shown by the fact that a phrase composed of *without* + NP, even if a topic, cannot be interpreted as a Location, or a nontopic object NP as an Agent. There are thus lexicogrammatical indications that override the needs of meaningfulness; how far this goes is an interesting question for linguists and cognitive scientists alike.

6. Conclusion

The main point made in this paper is that semantic role assignment is not always a grammatically-conditioned process, but depends in many cases on cognitive factors not directly represented in language structure. In particular, discourse topics are assigned their thematic relations by reference to cognitive and contextual elements.

¹⁵ In written Portuguese, *meus óculos* (plural); in the spoken language, *óculos* is generally used as a singular.

¹⁶ Note that the process ends up adding an ECR (“possessed.thing”) to a *capa* ‘the cover’ as well. This may also be an effect of the requirement that utterances make sense: if the case has nothing to do with the glasses, it will become impossible to construct a unified landscape out of [14].

¹⁷ Na is the agglutination of the preposition *em* and the feminine article *a*.

REFERENCES

- CASTELFRANCHI, C.; PARISI, D. **Linguaggio, conoscenze e scopi**. Bologna: Il Mulino, 1980.
- LANGACKER, R. W. **Cognitive grammar** – a basic introduction. New York: Oxford University Press, 2008.
- LEVIN, B. **English verbs classes and alternations: a preliminary investigation**. Chicago: The University of Chicago Press, 1993.
- PERINI, M. A. **Describing verb valency: practical and theoretical issues**. Cham, Switzerland: Springer, 2015.
- PONTES, E. **Sujeito: da sintaxe ao discurso**. São Paulo: Ática, 1986.
- PONTES, E. **O tópico no português do Brasil**. Campinas: Pontes, 1987.
- SCHLESINGER, I. M. **Cognitive space and linguistic case: Semantic and syntactic categories in English**. New York: Cambridge University Press, 1995.
- SCHLESINGER, I. M. Semantic features in argument selection. **Open Journal of Modern Linguistics**, v. 3, n. 3, p. 233-251, 2013.
- TALMY, L. Grammatical construal: The relation of grammar to cognition. In: GERAERTS, D.; DIRVEN, R.; TAYLOR, J. R. (Eds.). **Cognitive Linguistics Research**. Berlin: Mouton-De Gruyter, 2006.
- TUGGY, D. Schematicity. In: GEERAERTS, D.; CUYCKENS, H. (Eds.). **The Oxford Handbook of Cognitive Linguistics**. Oxford: Oxford

Construção transitiva de movimento no Português do Brasil: uma herança metafórica

Aparecida de Araújo Oliveira¹
Universidade Federal de Viçosa

RESUMO: Discutimos a expressão de eventos de movimento por meio de orações transitivas, na abordagem da Gramática de Construções (GOLDBERG, 1995), assumindo a noção de transitividade como categoria prototípica. Diferentemente dos eventos transitivos prototípicos, os casos que analisamos apresentam apenas um participante que se desloca ao longo de um trajeto, contrariando o Princípio da Coerência Semântica entre construção e predicado. Argumentamos que esse padrão de descrição de eventos de movimento, o qual denominamos Construção Transitiva de Movimento do português, é uma extensão semântica da Construção Transitiva prototípica, motivada pela metáfora MUDANÇA É MOVIMENTO PARA UMA NOVA LOCALIZAÇÃO e pelo efeito pragmático de afetação do Agente. A Construção Transitiva de Movimento herda do protótipo a sintaxe *Suj. V. Obj.* e as propriedades semânticas *telicidade* (como aspecto inerente do predicado) e *afetação*.

PALAVRAS-CHAVE: transitividade; movimento; construção; protótipo; metáfora conceitual.

¹ Licenciada em Letras: português/inglês, mestre em Linguística Aplicada ao Ensino e aprendizagem de Língua Estrangeira (UFMG) e doutora em Linguística Teórica e Descritiva (UFMG) com pós-doutorado em Linguística Teórica e Descritiva (UFMG). Professora do Departamento de Letras da Universidade Federal de Viçosa (MG). E-mail: aparecida.oliveira@ufv.br ou cidaaraujo007@gmail.com.

1. Introdução

A definição mais aceita de uma oração transitiva é a que se baseia na presença de dois argumentos representando **dois participantes** que interagem em um evento, em contraste com eventos com um único participante obrigatório, os quais são expressos por orações intransitivas (DIXON, 1979; NÆSS, 2007). Com exceção das línguas ergativas, no que concerne à representação sintática de tais eventos nas orações transitivas, o participante representado pelo Sujeito é normalmente o Agente, cuja atuação afeta o segundo participante, o Paciente, representado pelo Objeto.

Numa perspectiva talmyana de dinâmica de forças (TALMY, 2000)², a transferência de energia/atividade entre os dois participantes constitui o componente central do significado da oração transitiva prototípica. Além disso, o evento transitivo mais típico, presente em todas as línguas, é aquele cujo efeito no Paciente é mais perceptível e duradouro (LEVIN;HOVAV, 2008 (2005); NÆSS, 2007). Essas características são encontradas nos dois exemplos a seguir, cada um com um Sujeito Agente e um Objeto Paciente.

1) Edmundo_{AGENTE} quebrou o equipamento do cinegrafista_{PACIENTE}.³ (par=13537)⁴

2) Eu_{AGENTE} comi o último sanduíche_{PACIENTE}.

Contudo, definir transitividade é uma tarefa mais complexa por causa dos múltiplos tipos de fenômenos que podem ser expressos por uma oração transitiva e da variação que se observa nos padrões de ocorrência desse tipo de oração nas diferentes línguas do mundo. Tal diversidade impede a postulação de um sentido esquemático para a noção de transitividade, com pelo menos um atributo comum a todos os fenômenos nessa categoria. Por isso, as abordagens semânticas mais aceitas são aquelas que tratam a transitividade como uma categoria prototípica, como categorias naturais (ROSCH; MERVIS, 1975; ROSCH, 1978). Hopper e Thompson (1980) e Dowty (1991) são duas dessas abordagens, mostradas neste texto. Do mesmo modo, como é comum no quadro teórico da Linguística Cognitiva, a Gramática de Construções de Goldberg (1995) também segue um modelo prototípico de categorização.

Dada a sua importância na caracterização das construções, cabe um olhar mais atento ao sentido do termo “participante de uma oração”. Empregamos aqui a definição oferecida por Langacker (1991) em seu modelo de palco (*stage model*) para conceitualização da estrutura de

² Cf. também o modelo de Cadeia de Ação, em Langacker (1991) e em Hopper e Thompson (1980).

³ Quando se tratar de um sintagma nominal complexo, este será sublinhado para ficar evidente que o rótulo com o papel semântico se refere ao todo.

⁴ Exemplos com codificação entre parênteses foram recolhidos do corpus CETENFolha, na Linguateca. (SANTOS, D.; SARMENTO, L., 2003)

eventos. De acordo com sua definição, um participante é concebido como uma entidade análoga a um ator que se move, que interage ou que se localiza em relação a um cenário, que, por sua vez, é análogo a um palco. Atores tipicamente interagem entre si, mas nem sempre com o palco. O palco não é, nesse caso, um participante da oração.

Neste estudo, analisamos eventos de movimento direcionado, sem uma causa explícita, com um único participante que se desloca em relação a um objeto de referência, expressos por verbos como *atravessar* e *rodear*. No modelo de cadeia de ação, de Langacker, esse participante recebe o rótulo *Mover* (do inglês), isto é, aquele que se movimenta em relação a um cenário (*setting*). Apesar de *Mover* soar muitíssimo adequado, denominamos tal participante Tema porque esse é o rótulo empregado no modelo teórico de construções que adotamos (GOLDBERG, 1995) e, principalmente, porque Tema é encontrado na literatura com outros sentidos relevantes para o estudo da transitividade, tais como ‘aquele que sofre mudança’ (DOWTY, 1991).

Em coerência com o primeiro parágrafo deste texto, na língua portuguesa, eventos dessa natureza são frequentemente expressos por orações intransitivas, com um sintagma preposicional representando o trajeto. Na verdade, a semântica da construção intransitiva de movimento (Figura 1) é extraordinariamente semelhante ao sentido básico dos verbos de movimento direcionado no português (*ir*, *entrar*, entre outros), assim como ocorre com *go* da língua inglesa (GOLDBERG, 1995) e, por isso, a fusão entre esses predicados e a construção é perfeita. Ainda que possa eventualmente estar implícita, fato representado pela linha pontilhada, a Meta é um componente obrigatório na construção e no verbo. A notação OBL corresponde a um sintagma preposicional de direção.

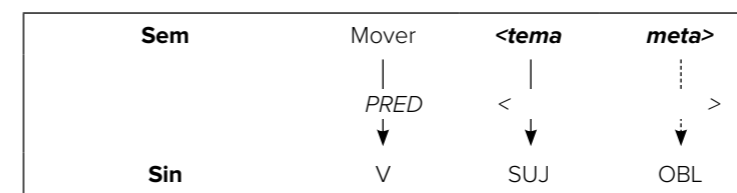


Figura 1 – A construção intransitiva de movimento.

Fonte: Goldberg (1995, p.78).

Porém, nem todo tipo de evento de movimento com um participante é expresso por uma oração intransitiva, do mesmo modo que nem sempre os argumentos de uma oração transitiva evocam os papéis semânticos Agente e Paciente, especificamente. Esse é o caso do padrão que aqui denominamos **construção transitiva de movimento**, no português do Brasil, representada pelos exemplos (3) e (4) a seguir. Ela incorpora propriedades semânticas da constru-

ção intransitiva de movimento (um participante, o Tema, na posição de Sujeito, e um trajeto) e propriedades sintáticas da construção transitiva (Sujeito e Objeto Direto; possibilidade de passivação). Dizemos, por essa razão, que se trata de uma construção distinta da transitiva típica com um Agente e um Paciente⁵. Nesses exemplos, o Objeto Direto evoca uma parte do cenário em que a ação se desenvolve, correspondente ao trajeto percorrido pelo Tema. A Figura 2 mostra uma representação provisória dessa construção.

3) O nadador_{TEMA} rodeou a piscina_{TRAJETO} antes de iniciar o treino.

4) O engenheiro_{TEMA} atravessou o Pinheiros_{TRAJETO} pela ponte do Morumbi. (Cotidiano-94b-2)

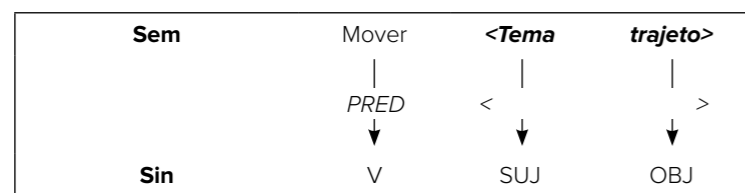


Figura 2 – Esquema provisório da construção transitiva de movimento do português.

Fonte: este estudo.

Outras duas propriedades semânticas frequentemente associadas às orações transitivas são **telicidade** e **afetação**. Um evento é descrito como télico quando é conceitualizado como uma ação completa. Afetação, por sua vez, diz respeito ao impacto da atividade sobre o Paciente em um evento transitivo. Nos exemplos (1) e (2), telicidade e afetação estão interligadas, pois, à medida que a ação se desenrola, caminhando para um término, o Paciente é mais e mais afetado pela ação do Agente. Já nos exemplos (3) e (4), a telicidade faz parte do sentido inerente dos verbos, isto é, verbos de travessia como *rodear*, *atravessar*, *cruzar*, entre outros, evocam o esquema de um TRAJETO completo, delimitado nas duas extremidades⁶, elaborado pelo SN correspondente ao Objeto Direto, do mesmo modo que o Paciente de (1) e (2). Eles contrastam com verbos como *ir* e *vir*, que evocam um trajeto delimitado em apenas uma extremidade.

⁵ Langacker (1991, p. 548) emprega o termo “construção gramatical” também em um sentido amplo, em referência a uma família de variantes construcionais unidas por relações de categorização. Isso implica que é possível afirmar que os exemplos 1-2 e 3-4 incorporam a construção transitiva ou que 1-2 incorporam a construção transitiva e 3-4, uma variante da construção transitiva.

⁶ Outros verbos pertencentes a esta categoria, retirados de Borba (1990): *circundar*, *dobrar (uma esquina)*, *escalar (uma montanha)*, *percorrer*, *transpassar etranspor*.

Propomo-nos, então, a explicar a motivação semântica para a expressão de eventos de movimento com um só participante por meio de uma construção transitiva. Para isso, também recorreremos à Teoria das Metáforas Conceituais (LAKOFF; JOHNSON, 1980) e à Teoria das Metáforas Primárias (GRADY, 1997), bem como a análises tipológicas de outros padrões transitivos.

2. Sobre construções

Na visão de Langacker (1987; 1991), a gramática de um idioma corresponde a um inventário de unidades simbólicas simples e complexas, sendo uma unidade simbólica a associação convencionalizada de uma forma fonológica e de um componente conceitual. Para ele, uma **construção** é qualquer padrão convencionalizado identificável de combinação de unidades simbólicas simples em estruturas simbólicas complexas. Além disso, um esquema construcional é “uma estrutura simbólica complexa que representa os aspectos comuns observáveis em um conjunto de expressões complexas específicas, cuja formação segue um padrão identificável” (LANGACKER, 1991, p. 546, tradução nossa)⁷. Esses padrões podem ser morfológicos ou sintáticos.

Seguindo os princípios da Gramática Cognitiva de Langacker, a Gramática de Construções de Goldberg (1995) trata especificamente de construções de estruturas argumentais e tem por propósito identificar e descrever os esquemas construcionais com os quais os predicados se associam. Segundo essa abordagem, “o verbo principal combina com uma construção de estrutura argumental (transitiva, intransitiva, bitransitiva, etc.)”⁸ (Cf. PERINI, 2015, p. 8). Uma construção é, portanto, um padrão de associação entre forma e significado, que independe do item lexical que combina com ela (GOLDBERG, 1995).

O significado das construções de estrutura argumental envolve primordialmente papéis semânticos básicos (Agente, Paciente, Meta, Recipiente, Beneficiário, Resultado, por exemplo) em associações específicas com os argumentos de uma oração básica em uma dada língua (Sujeito, Objeto e Oblíquo). Uma vez que, nessa perspectiva, é a construção, e não o verbo, que determina os argumentos de uma oração, e o número de construções em uma língua é muito menor que o número de verbos e de tipos de eventos descritos, o nível de transparência desses mapeamentos forma-função varia. Por exemplo, a construção de movimento causado,

⁷ Do original: “Constructional schema: A schema that characterizes a grammatical construction. A symbolically complex structure representing commonality observable across a set of specific complex expressions whose formation follows a discernible pattern” (LANGACKER, 1991, p. 546).

⁸ Do original: “[...] the main verb combines with an argument structure construction (e.g. transitive, intransitive, ditransitive, etc.).” (GOLDBERG, 2006, p. 6)

que combina uma construção transitiva com uma construção intransitiva de movimento, está presente em (5) e em (6) a seguir. Nesses casos, o Sujeito é sempre o Agente que causa o movimento do Tema, que é o Objeto (GOLDBERG, 1995). Porém, embora pareça menos problemático definir o Agente, essa é também uma noção pouco precisa, visto que a ‘volição’, observada em (5), não ocorre em (6), que tem como Sujeito uma causa natural, e não um ser humano.

5) Aos 14m, Denílson_{AGENTE} só empurrou a bola_{TEMA} para o gol. (par=26950)

6) A pressão dos órgãos abdominais_{AGENTE} empurra o diafragma_{TEMA} para cima. (par=803)

Na verdade, na construção transitiva não existe um papel semântico específico que possa ser sempre atribuído ao Sujeito ou ao Objeto Direto, como também demonstram os exemplos (7) e (8). Neles, os Sujeitos recebem papéis semânticos semelhantes, igualmente volitivos. Porém, o Objeto na oração com *construíram* é um Paciente **efetivado**, isto é, que não existia antes do início da ação, mas o Objeto da oração com *danificou* é um Paciente pré-existente, **afetado** e modificado pela ação.

7) Os cossacos_{AGENTE} aí construíram os seus fortes, mosteiros e monumentos_{PACIENTE}. (par=3776)

8) Ele_{AGENTE} danificou carros_{PACIENTE} com tinta em spray e ovos. (par=Mundo--94b-2)

Entretanto, como se verá ao longo do texto, as construções impõem restrições semânticas em relação aos itens lexicais com os quais elas se combinam.

3. Alinhando participantes e argumentos

Tanto verbos quanto construções especificam papéis semânticos. Porém, de acordo com o Princípio da Coerência Semântica (GOLDBERG, 1995, p. 50, tradução nossa), sobre a combinação entre predicado e construção, somente “papéis que sejam semanticamente compatíveis podem ser fundidos”⁹. Isso quer dizer que, para que um participante seja mapeado a um determinado argumento, a relação semântica presente no sentido do verbo deverá ser uma especificação, uma instância da relação semântica mais esquemática que é parte da construção.

O verbo *entrar*, por exemplo, evoca um participante que se move para dentro de um espaço delimitado esquemático. Esse participante elabora o Tema na construção intransitiva de movimento.

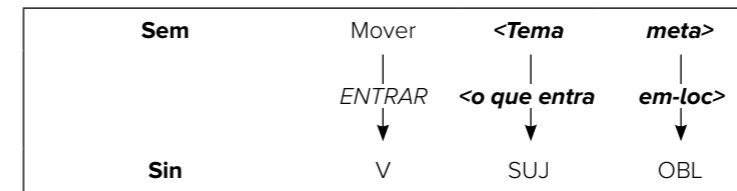


Figura 3 – Estrutura fundida composta: construção intransitiva de movimento + *entrar*.

Fonte: elaboração da autora.

Tomemos outro exemplo. O verbo *comer*, que aparece em *(eu) comi o último sanduíche*, apresenta um “participante que come”, sem dúvida uma instância do papel Agente na construção transitiva. Essa fusão é representada na seção 5, onde discutimos outra propriedade do Agente, não atribuída por Dowty (1991) ao Proto-Agente.

Por outro lado, embora não seja transparente, a motivação para a fusão de um único participante não Paciente de predicados como *atravessar*, *dobrar* e *rodear* com o Objeto da construção transitiva trata-se de um fato natural das línguas. Apesar de a presença de um Paciente ser a característica mais típica da transitividade, outros papéis semânticos são codificados como Objetos Diretos, como, por exemplo, o Estímulo na oração *I like beer*, da língua inglesa. Como as línguas variam na expressão dos participantes em função de interpretações (*construals*) convencionalizadas, culturalmente motivadas, esse mesmo participante seria descrito como um Oblíquo (ou Objeto Indireto) em português – *Gosto de cerveja* – e como Sujeito em espanhol – *Me gusta la cerveza* –, língua que codifica o Experienciador como Oblíquo – *Me gusta...*

Além disso, o Paciente na função sintática de Objeto Direto também pode apresentar propriedades esquemáticas diversificadas. Perini (2015, p. 100-101) destaca tipos diferentes de Pacientes no português do Brasil: afetados (*O José rasgou meu livro*), de resultado (*Ludwig compôs uma nova sonata*) e de contato (*A mãe acariciou o bebê*). Em uma análise um pouco diferente, Beavers (2011, p. 336) ilustra como uma propriedade esquemática como ‘afetação’ pode variar quanto ao nível de concretização.

9) *John ate the apple up.* (A maçã desapareceu por completo.)

John_{AGENTE} comeu a maçã_{PACIENTE} completamente.
‘John comeu a maçã inteira.’

10) *John cut the apple.* (A maçã é cortada, não se sabe até que ponto.)

John_{AGENTE} cortou a maçã_{PACIENTE}.
‘John partiu a maçã.’

⁹ Do original: “The Semantic Coherence Principle: only roles which are semantically compatible can be fused.” (GOLDBERG, 1995, p. 50)

11) *John kicked the apple.* (A maçã é impactada, não necessariamente afetada.)

John_{AGENTE} chutou a maçã_{PACIENTE}.
'John chutou a maçã.'

12) *John touched the apple.* (A maçã é manipulada, não necessariamente impactada.)

John_{AGENTE} tocou a maçã_{PACIENTE}.
'John tocou a maçã.'

Essas diferenças não são gramaticalmente relevantes para a construção transitiva na língua portuguesa ou na inglesa. Porém, Croft (2012) avalia que não necessariamente um papel semântico determinará as relações de mapeamento com os argumentos de uma construção. Em vez disso, algo mais específico, como uma propriedade semântica, pode fornecer a motivação.

4. Transitividade como categoria prototípica

Duas reconhecidas abordagens à transitividade baseadas em protótipo são a Hipótese da Transitividade, de Hopper e Thompson (1980) e a Hipótese dos Proto-papéis, de Dowty (1991). Mais recentemente, temos a Hipótese dos Argumentos Maximamente Distintos, de Næss (2007). Nos modelos de protótipo, reconhece-se o melhor exemplar da categoria, com o maior número de propriedades definidoras, e também outros membros, que apresentam poucas propriedades da categoria, as quais podem estar presentes ou não no protótipo. A relação entre os membros é do tipo de semelhanças de família (WITTGENSTEIN, 1999 (1953)).

Por serem categorias culturalmente construídas, os idiomas diferem quanto aos critérios para a definição de uma oração “completamente transitiva” do ponto de vista formal e para a inclusão de exemplos não prototípicos na categoria transitiva (GOLDBERG, 1995; NÆSS, 2007). O verbo *enter* da língua inglesa tem origem no latim e combina-se com a construção transitiva de movimento, como no exemplo *John entered the classroom*_{OBJ. META}. Entretanto, suas traduções correspondentes no português e em outras línguas neolatinas combinam com a construção intransitiva de movimento, como em *João entrou na sala*_{OBL.META} e *Jean est entré dans la pièce*_{OBL.META} do francês.

Começando por Hopper e Thompson (1980), a noção de transitividade pode ser definida como uma lista de parâmetros semânticos.

Tabela 1 – Parâmetros de transitividade

	Alta transitividade	Baixa transitividade
A. Participantes	2 ou mais participantes, A e O. ¹⁰	1 participante
B. Cinese	Ação	Não ação
C. Aspecto	Télico	Atélico
D. Pontualidade	Pontual	Não pontual
E. Volição	Volitivo	Não volitivo
F. Afirmção	Afirmativo	Negativo
G. Modo	Real	Irreal
H. Ação	A alto em potência	A baixo em potência
I. Afetação de O	O totalmente afetado	O não afetado
J. Individualização de O	O altamente individualizado	O não individualizado

Fonte: Hopper e Thompson (1980, p. 252).

Dowty (1991) apresenta um estudo na linha dos papéis temáticos, com dois Proto-papéis associados aos argumentos Sujeito e Objeto. Para ele, os protopapéis são listas de acarretamentos individuais. Segundo seu Princípio de Seleção de Argumento (*op. cit.*), em uma oração com dois participantes, aquele que apresentar mais características do protoagente será o Sujeito, e aquele com o maior número de características do protopaciente será o Objeto. Cada propriedade pode ocorrer isoladamente para o Agente e para o Paciente.

Tabela 2 – Acarretamentos do predicado para os argumentos

Protoagente:	Protopaciente:
a. Envolvimento volitivo no evento ou estado;	a. Sofre mudança de estado;
b. “Sentiência” ou percepção;	b. É tema incremental (cf. seção 4.2.1)
c. Causando um evento ou uma mudança de estado em outro participante;	c. É afetado por causa de outro participante;
d. Movimento (em relação à posição de outro participante).	d. É estático em relação ao movimento de outro participante;
e. (Existe independentemente do evento nomeado pelo verbo).	e. (não existe independentemente do evento, ou não existe de modo algum).

Fonte: Adaptada de Dowty (1991, p. 572).

¹⁰ Hopper e Thompson (1980, n. 1, p. 252) empregam A (Agente) e O (Objeto), propostos por Dixon (1979) em referência a uma oração com dois participantes. Eles se abstêm de definir as relações gramaticais entre os argumentos expressos por esses NP e o verbo. Por Paciente, eles se referem a um Objeto que é o ‘receptor da ação de uma oração transitiva fundamental’.

Ambas as propostas permitem a inclusão de membros bastante atípicos na categoria de orações transitivas e são, de certa forma, complementares. De acordo com a hipótese de Hopper e Thompson (1980), o exemplo (2), repetido a seguir, representa um evento transitivo prototípico porque, exceto pela característica ‘pontualidade’, ele apresenta todos os parâmetros na coluna “Alta”. Esse exemplo também preenche os três primeiros critérios da hipótese de Dowty (1991), porque os outros não se aplicam.

13) (2) Eu_{AGENTE} comi o último sanduíche_{PACIENTE}.

14) (3) O nadador_{TEMA} rodeou a piscina_{TRAJETO} antes de iniciar o treino.

Já o exemplo (3) envolve apenas um participante (Tema) que se desloca em relação a uma parte do cenário (Trajeto) e é baixo em transitividade com base no primeiro parâmetro de Hopper e Thompson (1980). De fato, não é possível haver troca de energia se houver apenas um participante no evento, como no caso do verbo *rodear* e de outros semelhantes. Segundo Dowty (1991), apenas a mobilidade se aplica a (3), embora a *piscina* não seja um protopaciente, de acordo com nossa análise, por se tratar de uma parte do cenário. Para definir a construção transitiva, Goldberg (1995) adaptou os protopapéis de Dowty (1991) para as funções de Sujeito e Objeto Direto.

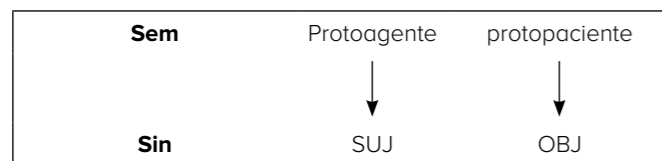


Figura 4 – Esquema da construção transitiva.

Fonte: Adaptada de Goldberg (1995, p. 117).

Ainda que se encaixe como membro periférico da categoria dos eventos transitivos, de acordo com os modelos acima, o exemplo (3) fere o Princípio da Coerência Semântica (seção 3), visto que expressa um evento com um único participante e a construção transitiva pede dois. Além disso, o critério ‘movimento’, proposto por Dowty (1991), também ocorre em orações intransitivas de movimento.

Propomos, então, uma construção transitiva de movimento ligada à construção transitiva por herança metafórica (GOLDBERG, 1995). No modelo de Goldberg, em vez de esquemática, a construção transitiva é um conceito polissêmico, formado por uma rede de sentidos relacionados, tendo como sentido central uma cena transitiva prototípica e prevendo extensões de sentido que herdaram a sintaxe transitiva desse protótipo. Essa cena central é um evento causativo, com um Agente volitivo, cuja ação afeta um Paciente inanimado,

enquanto extensões semânticas capturam usos menos transitivos, como aqueles investigados no presente capítulo e que apresentam apenas algumas das propriedades da categoria. Para explicar o processo de herança capaz de dar origem à construção transitiva de movimento, tomamos os conceitos de telicidade, de afetação, de mudança/movimento e de tema incremental.

4.1 Telicidade

Telicidade é uma noção relacionada ao grau de **completude** de um evento. Não por acaso, é a propriedade tratada por Hopper e Thompson (1980) em seu terceiro parâmetro, **Aspecto**. Ela é mais relevante para a transitividade porque quanto mais completa uma ação envolvendo dois participantes, mais transferência de energia ocorre do Agente para o Paciente. Um predicado é dito “téllico” quando for conceitualizado como eventualmente apresentando um ponto final (GAREY, 1957; COMRIE, 1976). Assim, o predicado *comer um sanduíche* é téllico porque a ação somente estará completa quando, e somente quando, o sanduíche tiver sido totalmente consumido. Predicados “atéllicos”, por sua vez, são aqueles conceitualizados como tendo acontecido em qualquer momento depois de iniciados, porque não ocorre mudança de estado enquanto persistir o processo. Predicados de atividade e de estados, como *dormir*, *andar de bicicleta*, *gostar*, *existir* são atéllicos.

Nos exemplos que analisamos, a telicidade é uma característica inerente ao sentido do radical do verbo. Isso significa que todos os verbos evocam um trajeto esquemático completo, com origem, percurso e meta. Eles diferem nesse quesito de verbos como *sair*, *escapar*, *entrar* ou *chegar*, que também são verbos de movimento direcionado inerente, mas que ocorrem com a construção intransitiva de movimento, como na Figura 3. Estes designam apenas parte do trajeto percorrido pelo Tema; *chegar* e *entrar* perfilam o ponto final do trajeto, isto é, a meta; *sair* e *escapar* evocam a fonte.

A telicidade inerente à raiz do verbo é, portanto, uma restrição semântica na construção transitiva de movimento. Essa é também uma das características em comum com a construção transitiva. É razoável que a telicidade deva ser inerente à raiz do verbo na construção transitiva de movimento, tendo em vista a ausência de um segundo participante que possa ser o alvo da ação nesses eventos. Contudo, falta definir a motivação semântica para a elaboração do trajeto como Objeto Direto.

4.2 Afetação

Além de completude, o significado de telicidade também está pragmaticamente relacionado à **mudança** no decorrer do tempo. Para Dowty (1991), o Agente prototípico é o parti-

cipante volitivo capaz de causar mudança no Paciente. Hopper e Thompson (1980) discutem esse conceito no parâmetro ‘afetação’, o qual talvez seja mais importante para a transitividade que a ‘volicionalidade’ do Sujeito (TSUNODA, 1985 apud LEVIN; HOVAV, 2008 (2005)).

4.2.1 O Objeto afetado

Quando observamos o grau de mudança sofrida pelo Paciente, podemos inferir algo sobre a completude da ação transitiva, isto é, sobre sua telicidade. Para eventos dessa natureza, Dowty (1991) denomina o Paciente **Tema incremental**, conceito baseado na ideia originalmente proposta por Tenny (1987, p. 2, 11, 75, passim.) de que o Objeto “dá a medida do evento”. Para Dowty (1991), cada parte do referente do SN na posição de Objeto corresponde a um estágio do evento. O evento terá sido completado se todas as partes desse referente forem afetadas, como o *sanduíche* comido em (2), ou efetivadas, como os *fortes*, *mosteiros* e *monumentos* construídos em (7). Esses SN são, portanto, Temas incrementais. Os predicados télicos em (15) e em (16) também apresentam Temas incrementais – *as bordas das folhas e seus cabelos* –, que refletem uma mudança com o passar do tempo: gradativamente, as bordas do papel desaparecem e os cabelos mudam de cor. Em consequência, os referentes desses objetos refletem também estágios distintos de um evento. Isso não é possível com predicados atélicos, como (17), com eventos conceitualizados como processos homogêneos.

15) Traças devoraram as bordas das folhas_{TEMA INCREMENTAL}. (Ilustrada--94a-2)

16) Para animar a festa, Ester pintará seus cabelos_{TEMA INCREMENTAL} de verde (par=12823)

17) Almoçava vegetais_{NÃO INCREMENTAL} bebia chimarrão_{NÃO INCREMENTAL}. (Esporte-94a-1)

De acordo com Tenny (1987), o verbo escolhe qual propriedade do Objeto sofre mudança. Isso implica o *tamanho* das bordas das folhas e a cor dos cabelos de Ester nos dois primeiros exemplos acima. Outra propriedade seria a *localização*, cuja mudança pode ser medida numa escala.¹¹ O exemplo a seguir, de movimento causado, demonstra essa observação.

18) Dois jatinhos carregaram a turma_{TEMA HOLÍSTICO} até a elegante ilha de Santa Lucia. (Ilustrada-94a-1)

O Objeto a *turma* sofre mudança de localização ao longo de um trajeto delimitado, expresso pelo sintagma preposicionado *até a elegante ilha de Santa Lucia*. Nesse evento télico, o trajeto é o elemento incremental. O participante sofre mudança de localização em

¹¹ Nossa tradução do original: “[...] a property of the Object is singled out by the verb as the locus of change. That changing property of the internal argument, location, is measurable on a scale.”

estágios, mas como essa mudança não se dá parte por parte, é chamado “Tema holístico” (DOWTY, 1991, p. 569). A mudança de posição é metaforicamente comparável a uma mudança de estado (cf. seção 5).

Neste estudo, o tipo de trajeto que nos interessa particularmente é aquele delimitado em ambas as extremidades, presente esquematicamente na raiz do verbo inerentemente télico, e elaborado pelo Objeto Direto de uma oração transitiva. Esses são os chamados Temas incrementais de Trajeto.

4.2.2 O sujeito afetado

A função de Tema incremental é tipicamente associada ao Objeto, e o verbo nos fornece quase nenhuma informação sobre alguma mudança que tenha ocorrido no Sujeito (Tenny, 1987). Por sua vez, Dowty (1991) reconhece a existência de Sujeitos incrementais. Consideremos eventos como ‘comer’ e ‘beber’, que têm um Tema incremental: além do Objeto, o Sujeito também é afetado, embora esta não seja uma característica terrivelmente saliente, à primeira vista, na nossa concepção. Nesses casos, o Agente também passa por mudança incremental (MALCHUKOV, 2015).

Comer e *beber* são os casos de Agente afetado encontrados com maior frequência na literatura linguística sobre o assunto. Porém, afetação do Sujeito não é uma propriedade semântica gramaticalmente relevante na língua portuguesa.¹² A estrutura argumental de verbos “ingestivos” revela nossa conceitualização dessas ações tendo o Objeto Paciente como o participante mais afetado. Porém, há idiomas que codificam Agentes afetados de maneira distinta de não afetados.

Næss (2007) observa os exemplos da língua brasileira Bororó, do tronco Macro-gê, em que o Objeto do verbo correspondente a *comer* é marcado como um Oblíquo (21) da mesma forma que Objetos não afetados de verbos de percepção (20), verbos *dicenti* e os Objetos de “alcance” (trajeto) de verbos de movimento. Esse tipo de flexão não aparece nos Objetos de verbos transitivos prototípicos nessa língua (19). Exemplos de Crowell (1979, p.23, 29-30):

19) E-re karo bowije

3_{PL-NEUTRO} peixe 3_{SG}.cortar
‘Eles cortam o peixe.’

¹² Pontes (1987, p. 24) argumenta que informação contextual é o que determina se o Sujeito de orações transitivas como *O João arrancou um dente* é um Agente (um dentista) ou Paciente (alguém que teve seu dente arrancado). Neste último caso, tanto o Sujeito João quanto o Objeto dente seriam afetados.

20) lmedi joridi-re karo-ji
 Homem ver-_{NEUTRO} peixe-_{OBL}
 ‘O homem viu o peixe.’

21) Okoage-re karo-ji
 3_{SG}-comer-_{NEUTRO} peixe-_{OBL}
 ‘Ele comeu peixe.’

Næss (2007) ainda apresenta o exemplo da língua isolada Trumai, também falada no Brasil, discutido por Guirardello (1999, p. 352). O argumento afetado desse exemplo e de outros verbos para ‘comer’, assim como o argumento não afetado de muitos verbos de percepção e de atividade mental, são igualmente codificados como Oblíquos.

22) Ha-Ø ma-tke t’ak-e-s
 1-_{ABS} comer-_{DES} mandioca.pão-_{EPÊNTESE-DAT}
 ‘Eu quero comer pão de mandioca.’

Além disso, a literatura mostra que Agentes afetados de eventos transitivos recebem tratamento de sujeito intransitivo em várias línguas. Ilustra esse fato o chamado comportamento de Apagamento de Objeto Indefinido, que ocorre com verbos de ‘comer’ na construção intransitiva (NÆSS, 2007, p. 54).

23) He is eating the apple/an apple/apples. (Inglês: Indo-europeu)
 ‘Ele está comendo a maçã/ uma maçã/ maçãs.’ (Português: Indo-europeu)

24) He is eating.
 ‘Ele está comendo.’

25) Uqa sab je-i-a (Amele: Trans-Nova Guiné, Madang; em Roberts, 1987, p. 68)
 3SGcomidacomer-3_{SG-PST}
 ‘Ele comeu comida.’

26) Uqa je-i-a
 3 SGcomer-3_{SD-PST}
 ‘Ele comeu.’

Em eventos de movimento intransitivo, como em (27), e nos eventos de movimento analisados neste artigo, o Sujeito é o argumento afetado em função da **mudança** de localização que sofre no espaço, ao longo de um trajeto delimitado. A ação ocorre se o Tema se movimentar **através de** (e não **para**) uma localização (TENNY, 1987). Se o verbo for inerentemente télico, fundindo Movimento e um Trajeto **delimitado**, como em (28), o Objeto elabora esse trajeto, que fornece a medida da completude do movimento e é considerado Tema incremental de trajeto.

27) 150 lavradores **viajaram** de Rio Maria para Belém para assistirem ao julgamento. (Brasil-94b-2)

28) (4) O engenheiro **atracessou** o Pinheiros pela ponte do Morumbi. (Cotidiano--94b-2)

A origem do rótulo “Tema incremental” está na polissemia do conceito Tema, que vai além de sua aplicação mais tradicional como ‘objeto que se desloca’. Dowty (1991) incorpora à definição de Tema a de Paciente no sentido tradicional, que sofre mudança definitiva de estado: é ‘afetado’, ‘efetivado’, ‘destruído’. Essas duas noções – “medida de um evento” e “Tema incremental” – são importantes para a definição de transitividade porque salientam o fato de que o grau de **afetação** infligida ao Paciente revela o grau de “transferência” da ação entre Agente e Paciente. Nosso estudo não se baseia na Hipótese dos protopapéis temáticos, de Dowty (1991), nem na Hipótese da Interface Aspectual, de Tenny (1987). Entretanto, trata-se de insights valiosos para a pesquisa sobre transitividade, que não dependem de nenhuma teoria, como afirmado pela própria Tenny (1987). Além disso, são ideias baseadas na natureza pragmática da expressão de eventos, o que é relevante para a Linguística Cognitiva.

5. Motivação metafórica

Podemos explicar o fato de a categoria Tema incremental englobar movimento espacial e mudança com base nas metáforas conceituais UM ESTADO É UMA LOCALIZAÇÃO E MUDANÇA É MOVIMENTO PARA UMA NOVA LOCALIZAÇÃO (LAKOFF, 2006). Argumentamos que, conceitualmente, existe um esquema de TRAJETO no movimento espacial e um TRAJETO metafórico análogo nos eventos de mudança de estado, e mapeamentos metafóricos entre diferentes estados e diferentes localizações sobre esse trajeto. Dessa forma, explicamos o fato de as mudanças no Objeto representarem diferentes estágios do processo que o afeta.

O esquema imagético de TRAJETO (JOHNSON, 1987) motiva essas metáforas a partir de uma consequência de sua topologia: a posição de uma pessoa em um trajeto conta a distância já percorrida e a que falta até o final (JOHNSON, 2005, p. 22). Em um movimento télico, isso significa a distância até a meta. E em um evento de mudança de estado, o grau de afetação do Paciente. Encontramos evidências dessas metáforas na gramática do português, nas quais verbos de Movimento direcionado inerente se fundem a construções resultativas (Cf. também GOLDBERG, 1995, p. 83). Os trajetos expressos pelos sintagmas preposicionais são espaciais em (29) e em (31) e metafóricos em (30) e em (32).

- 29) Ele chegou a Moçambique.
- 30) Ele chegou a embaixador.
- 31) Marcela entrou num helicóptero.
- 32) Marcela entrou num estado de euforia. (=tornou-se eufórica)

Processos metafóricos como esses fornecem a principal explicação para o emprego da construção transitiva para exprimir eventos de movimento com apenas um participante, pois nos permitem explicar a polissemia dessa construção. Partimos dos chamados predicados “ingestivos”, que ocorrem em português em orações transitivas diretas e representam o paradigma dos predicados que evocam Agente e Paciente afetados (NÆSS, 2007). Esses eventos fornecem a cena primária que dá origem à extensão metafórica representada pelo uso periférico na categoria da construção transitiva, com um Sujeito afetado e um Tema incremental de trajeto como Objeto Direto.

À parte do trajeto, outro fator favorece a metáfora, sem, contudo, envolver um processo de analogia. Grady (1987, p. 20) propõe que as metáforas conceituais podem ser motivadas por “correlação de experiência” em uma cena primária, a qual combina um evento básico e suas consequências. Tais eventos básicos são interações com nosso entorno, que vivenciamos com frequência. A reiteração desses eventos faz com que retenhamos em nossa memória a resposta cognitiva a eles. Assim, por exemplo, uma consequência óbvia de se comer algo é o seu desaparecimento paulatino, o que nos leva à constatação de que o evento (téllico) caminha para um final, quando o alimento terá desaparecido totalmente.

A afetação do Objeto é, portanto, uma expectativa natural no significado de uma oração transitiva. Contudo, outra consequência desse mesmo evento é que o Agente também pode experimentar uma mudança de estado, de faminto para saciado, por exemplo. Em outras palavras, o Agente também é **afetado** de alguma maneira. Essa é uma instância típica de **cena primária** na definição de Grady (1987). Observemos a Figura 5, representando apenas a construção, e a Figura 6, com o predicado e os papéis semânticos fundidos à construção.

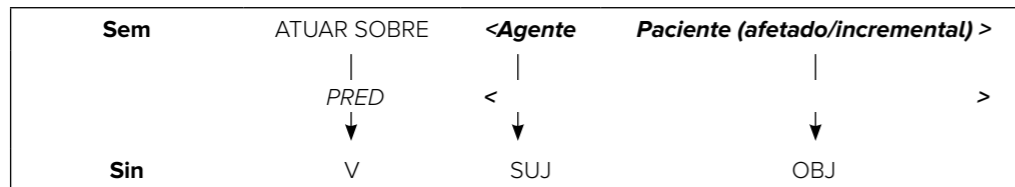


Figura 5 – Construção transitiva prototípica no português.
Fonte: elaboração da autora.

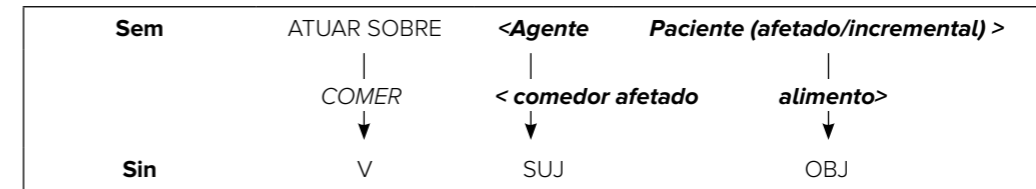


Figura 6 – Estrutura fundida composta: construção transitiva + *comer*.
Fonte: elaboração da autora.

A afetação do Sujeito, entretanto, é uma característica de uma classe particular de verbos (por exemplo, os verbos *comer* e *beber*) que combinam com todas as outras propriedades da construção transitiva tradicional. Como demonstramos anteriormente, esses verbos podem ocorrer com construções intransitivas, com um Sujeito afetado.

Voltando à herança metafórica, quando vivenciamos cenas primárias repetidas vezes, nossa mente estabelece uma associação conceitual (**correlação de experiências**) entre o evento e nossa resposta cognitiva a sua ocorrência, o que nos permite, em outra oportunidade, lembrarmos tal resposta sem a ocorrência da experiência perceptual que deu origem à correlação. Nos eventos de ingestão, essa resposta pode ser o reconhecimento de que o Sujeito é afetado.

A incorporação desse fenômeno à língua é natural. Trata-se da codificação do envolvimento do falante, de sua resposta cognitiva, um fenômeno discutido por Traugott (1988) no processo de gramaticalização chamado de “reforço pragmático”. Assim, é possível que uma oração com a sintaxe transitiva venha a exibir um Sujeito que não atue sobre o Objeto, e que seja, ele mesmo, o participante afetado pela ação. Nesse caso, o Sujeito sofre mudança de localização compatível com mudança de estado. O Objeto, por sua vez, mede a completude do evento como o Objeto de *comer*, mas sem ser afetado. Os papéis semânticos que ocupam a função de Sujeito e de Objeto não correspondem àqueles da construção transitiva prototípica. Por isso, nós a consideramos outra construção (cf. Figura 2 e Figura 7).

Explicamos, assim, a herança metafórica (GOLDBERG, 1995) entre a construção transitiva (dominante) e a construção transitiva de movimento (dominada): as diferentes localizações do Sujeito são mapeadas a diferentes estados de um Sujeito afetado, e o Trajeto espacial, a uma propriedade do Objeto capaz de “dar a medida do evento”. Desse modo, uma diferença semântica que pode ser inferida entre a construção transitiva prototípica e a construção transitiva de movimento é a ausência de energia sendo transferida, visto que a ação recai sobre o próprio Agente/Tema. Por conseguinte, enquanto na Figura 5, a semântica do predicado é “ATUAR SOBRE”, na Figura 7, é “MOVER”. Esta última notação é um apro-

fundamento da Figura 2, que apresentava um esquema provisório da construção transitiva de movimento.

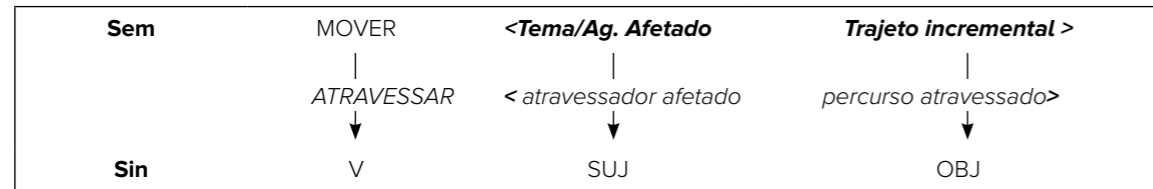


Figura 7 – Estrutura fundida composta: movimento transitivo + *atravessar*.

Fonte: elaboração da autora.

Além de algumas propriedades semânticas e da estrutura sintática, a construção dominada herda o potencial de passivação do protótipo. Uma vez que esse é um teste reconhecido de transitividade, os exemplos de movimento (33) e (34) oferecem suporte adicional à proposta de que a construção transitiva de movimento é um membro periférico na rede polissêmica da construção transitiva. Eles compartilham a construção passiva com o exemplo (35), baseada em *Comi o último sanduíche*.

33) Fica impossível decidir qual das fendas **foi atravessada** (pelos átomos). (Brasil-94b-1)

34) O espaço **foi percorrido** em 12 minutos. (Cotidiano--94b-2)

35) O último sanduíche **foi comido**.

6. Conclusão

Discutimos neste capítulo a expressão de movimento causado em português do Brasil por meio de uma classe de verbos télicos de movimento, que designam inerentemente um trajeto delimitado nas duas extremidades, por exemplo, os predicados *atravessar* e *dobrar*. Embora sejam expressos com uma construção transitiva, incorporam apenas um participante. Esse único participante é um Tema, que ocorre na posição de Sujeito. Tais usos também não apresentam um Paciente afetado no lugar do Objeto Direto como nas orações transitivas prototípicas. Esse argumento é ocupado por uma parte do cenário, o trajeto. Apesar da diferença, consideramos que se trata de Objetos com Temas incrementais, porque eles “medem” o nível de completude do evento, como se observa com Objetos Pacientes de orações transitivas prototípicas.

Tendo em vista que esses usos violam o Princípio da Coerência Semântica do Modelo de Construções, consideramos que se trata de outra construção, com relações de herança

metafórica com a construção transitiva prototípica (dominante). À construção dominada, chamamos construção transitiva de movimento. Essa conclusão vai ao encontro da natureza prototípica das abordagens ao fenômeno da transitividade nos quais se baseou este estudo, que nos permite postular a existência de uma rede de construções transitivas relacionadas por herança ao protótipo. A construção dominada herda as especificações sintáticas da construção transitiva e algumas das características de sua semântica.

As relações de herança aqui estudadas são motivadas pela metáfora conceitual MUDANÇA É MOVIMENTO PARA UM LOCAL DIFERENTE. Também mapeamos o grau de afetação a posições do Tema (Sujeito) ao longo de um Trajeto codificado como Objeto. Para acomodar um Sujeito afetado, procuramos usos da construção transitiva prototípica com os verbos de “comer e beber”. Esses predicados descrevem eventos com o efeito pragmático de afetar também o sujeito. Eles combinam com a construção intransitiva e apresentam comportamento intransitivo em alguns idiomas, incluindo o português. Em eventos expressos por esses verbos em combinação com a sintaxe transitiva, tanto o Agente quanto o Paciente são afetados pela ação, embora de maneiras diferentes. Propusemos que esse efeito passou a ser incorporado pela construção transitiva, formando uma construção transitiva de movimento, por meio de correlação de experiências e reforço pragmático.

Na construção transitiva de movimento, o Sujeito é afetado e considerado um Tema holístico. O Objeto direto é um Tema incremental de trajeto, concebido como uma região percorrida pelo Tema. Essa construção impõe uma restrição semântica aos predicados com que combina, que devem ser inerentemente télicos.

Portanto, a afetação do Sujeito e a telicidade do predicado de movimento (com conseqüente Trajeto incremental) são as características semânticas que marcam a construção transitiva de movimento. Essa afirmação vai ao encontro da tendência de se tratar a semântica dos argumentos em termos de propriedades, e não tanto de papéis semânticos. No caso da construção transitiva de movimento, nossa análise nos aponta essa direção.

REFERÊNCIAS

- BEAVERS, J. On affectedness. **Natural language and linguistic theory** v. 29, n. 2, p. 335-370, 2011.
- BORBA, F. D. S. C. et al. **Dicionário gramatical de verbos do português contemporâneo do Brasil**. São Paulo: Editora Unesp, 1990.
- COMRIE, B. **Aspect: an introduction to the study of verbal aspect**. Cambridge: Cambridge University Press, 1976.
- CROFT, W. **Verbs: aspect and clausal structure**. Oxford: Oxford University Press, 2012.
- CROWELL, T. H. **A grammar of Bororo**. 1979. 270 f. Dissertation. (Doctor of Philosophy). Cornell University, Ithaca, 2002.
- DIXON, R. M. W. Ergativity. **Language**, v. 55, p. 59-138, Linguistic Society of America, 1979.
- DOWTY, D. Thematic Proto-Roles and Argument Selection. **Language**, v. 67, n. 3, p. 547-619, Linguistic Society of America, set., 1991.
- GAREY, H. B. Verbal aspect in French. **Language** v. 33, n. 2, p. 91-110, abr./jun., 1957.
- GOLDBERG, A. E. **Constructions: a construction grammar approach to argument structure**. Chicago, London: The University of Chicago Press, 1995.
- _____. **Constructions at work: the nature of generalization in language**. Oxford: Oxford University Press, 2006.
- GRADY, J. Foundations of meaning: primary metaphors and primary scenes. 1997. 299 f. Dissertation (Doctor of Philosophy). University of California at Berkeley, 1997.
- GUIRARDELLO, R. Trumai. In: DIXON, R. M. W. e AIKHENVALD, A. Y. (Eds.). **The Amazonian Languages**. Cambridge: Cambridge University Press, 1999. p. 351-353.
- HOPPER, P. J.; THOMPSON, S. A. Transitivity in language and discourse. **Language**, v. 56, n. 2, p. 251-299, 1980.
- JOHNSON, M. **The body in the mind**. Chicago, London: The University of Chicago Press, 1987.
- _____. The philosophical significance of image schemas. In: HAMPE, B. (Ed.). **From Perception to Meaning: Image Schemas in Cognitive Linguistics**. Berlin, New York: Mouton de Gruyter, 2005. p. 15-33. (Cognitive Linguistics Research).
- LAKOFF, G. The contemporary theory of metaphor. In: GEERAERTS, D. (Ed.). **Cognitive Linguistics: Basic Readings**. Berlin, New York: Mouton de Gruyter, 2006. 6th. Chap. (Cognitive Linguistics Research).
- LAKOFF, G.; JOHNSON, M. **Metaphors we live by**. 2nd.ed. Chicago, Londres: The University of Chicago Press, 2003 (1980).

- LANGACKER, R. W. **Foundations of Cognitive Grammar: theoretical prerequisites**. Stanford: Stanford University Press, 1987.
- _____. **Foundations of Cognitive Grammar: descriptive applications**. Stanford: Stanford University Press, 1991.
- LEVIN, B.; HOVAV, M. R. **Argument realization**. 4th. printing. New York: Cambridge University Press, 2008 (2005).
- MALCHUKOV, A. Valency classes and alternations: parameters of variation. In: MALCHUKOV, A.; COMRIE, B. (Eds.). **Valency Classes in the World's Languages**. Berlin/Boston: Mouton de Gruyter, v.1, 4th. Chap. 2015. p. 73-130.
- NÆSS, Å. **Prototypical Transitivity**. Amsterdam: John Benjamins, 2007.
- PERINI, M. A. **Describing verb valency: practical and theoretical issues**. Heidelberg: Springer, 2015.
- PONTES, E. S. L. **O tópico no português do Brasil**. Campinas: Pontes, 1987.
- ROBERTS, J. R. **Amele**. London: Croom Helm, 1987.
- ROSCH, E. Principles of categorization. In: LLOYD, E. R. B. (Ed.). **Cognition and categorization**. Hillsdale, N.J.: Erlbaum, 1978. p.27-48.
- ROSCH, E.; MERVIS, C. B. Family resemblances: studies in the internal structure of categories. **Cognitive Psychology**, n. 7, n.4, p. 573-605, 1975.
- SANTOS, D.; SARMENTO, L. O projecto AC/DC: acesso a corpora/disponibilização de corpora. In: MENDES, A.; FREITAS, T. ENCONTRO NACIONAL DA ASSOCIAÇÃO PORTUGUESA DE LINGUÍSTICA, 8, 2002, Porto. **Actas...**Porto: APL. 2003. p.705-717.
- TALMY, L. **Toward a cognitive semantics: concept structuring systems**. Cambridge, MA: The MIT Press, 2000.
- TENNY, C. L. **Grammaticalizing aspect and affectedness**. 1987. 322 f. Dissertation. (Doctor of Philosophy). Department of Linguistics and Philosophy, Massachusetts Institute of Philosophy, Cambridge, MA. 1987.
- TRAUGOTT, E. C. Pragmatic strengthening and grammaticalization. In: ANNUAL MEETING OF THE BERKELEY LINGUISTICS SOCIETY, 14, 1988, Berkeley. **Proceedings...**Berkeley: Berkeley Linguistics Society, 1988. p. 406-416.
- TSUNODA, T. Remarks on transitivity. **Journal of Linguistics**, v. 21, n. 2, p. 389-438, 1985.
- WITTGENSTEIN, Ludwig. **Investigações filosóficas**. Tradução José Carlos Bruni. São Paulo: Nova Cultural, 1999 (1953). (Coleção Os Pensadores: Wittgenstein).

A rede construcional dos verbos de movimento transitivos no Português do Brasil

Maria Angélica Furtado da Cunha¹

Universidade Federal do Rio Grande do Norte

Alan Marinho César²

Universidade Federal do Rio Grande do Norte

RESUMO: Este texto examina a construção com verbos de movimento seguidos por um objeto direto no Português do Brasil. O suporte teórico combina os princípios da Linguística Funcional Centrada no Uso e da Gramática de Construções. A análise mostrou que os verbos de movimento transitivos podem ter diferentes *frames*, que são parte de dois esquemas básicos, movimento e deslocamento. Este trabalho propõe uma rede construcional para os verbos de movimento transitivos, a qual organiza hierarquicamente os esquemas relativamente distintos que esses verbos conceitualizam.

PALAVRAS-CHAVE: rede construcional, verbos de movimento, *frames*.

¹ Licenciada em Letras (português/inglês) pela UFRJ, mestre em Linguística (UnB) e doutora em Linguística (UFRJ). Professora titular do quadro docente permanente do Programa de Pós-graduação em Estudos da Linguagem (PPgEL) da UFRN. E-mail: angefurtado@gmail.com.

² Licenciado em Letras (língua portuguesa) pela UFRN, mestre em Estudos da Linguagem (UFRN) e doutorando do Programa de Pós-graduação em Estudos da Linguagem da UFRN, área de concentração em Linguística Teórica e Descritiva. E-mail: alanrasec@gmail.com.

1. Introdução

Em geral, os verbos que expressam ideia de movimento são classificados como intransitivos, seguidos por um Sintagma Preposicional (SPrep) que indica a origem e/ou a meta do movimento. Contudo, a observação do discurso espontâneo mostra que alguns verbos de movimento podem ser acompanhados por um objeto direto (OD) que codifica o participante afetado pela ação verbal, como em:

(1) ... eu pego óleo ... bastante óleo e coloco numa frigideira... própria pra fritar peixe...(Corpus D&G, Fala, p. 61).

Neste artigo, investigamos os verbos de movimento que se desviam do exemplar intransitivo prototípico, sendo recrutados pela construção transitiva. A partir do exame de seus contextos de uso, buscamos revelar diferenças em termos do significado básico desses verbos e dos papéis semânticos dos seus argumentos, apresentando uma classificação semântico-sintática que se baseia na relação entre o verbo e seus argumentos.

Seguindo as abordagens da Linguística Funcional Centrada no Uso (FURTADO DA CUNHA et al., 2013; OLIVEIRA; ROSÁRIO, 2015) e da Gramática de Construções (GOLDBERG, 1995; CROFT, 2001), a questão central a que procuramos responder é: (i) Os verbos de movimento transitivos (VMT) no Português do Brasil (PB) perfilam *frames* distintos, formando uma rede construcional que revela diferenças de significado quanto ao tipo de movimento que seus participantes executam?

Essa questão está relacionada a duas outras mais específicas:

(ii) O tipo de movimento feito pelo referente do sujeito no evento estabelece a base para a classificação dos VMT?

(iii) Do ponto de vista semântico, qual é a diferença entre “movimento” e “deslocamento”?

A Linguística Funcional (LF) defende que há uma simbiose entre discurso e gramática, uma vez que esses domínios interagem e se influenciam mutuamente (GIVÓN, 1984; BYBEE, 2010). A gramática é entendida como uma estrutura em constante mutação/adaptação devido às vicissitudes do discurso. Desse modo, a análise de fenômenos linguísticos deve estar baseada no uso da língua em situações concretas de intercomunicação. Seguindo uma abordagem cognitiva, a LF analisa propriedades associadas aos princípios de categorização, de organização conceptual, aos aspectos ligados ao processamento linguístico e à experiência humana, no contexto de suas atividades considerando fatores relacionados a atividades individuais, sócio-interacionais e culturais. Para identificar motivações discursivo-pragmáticas e semântico-cognitivas envolvidas no uso de padrões construcionais no nível das proposições, esse modelo examina dados de fala e/ou escrita produzidos em circunstâncias comunicativas reais. Neste trabalho, os VMT no PB serão analisados

com base nos seguintes conceitos: *construção* (GOLDBERG, 1995), *frame* (FILLMORE, 1985; GOLDBERG, 1995; TAYLOR, 2002; CROFT; CRUSE, 2004), *estrutura argumental* (DU BOIS, 2003), *protótipo* (TAYLOR, 2002; BYBEE, 2010), *papéis semânticos* (GIVÓN, 1984, 2001), e *esquematicidade, composicionalidade e produtividade* (TRAUGOTT; TROUSDALE, 2013).

Os dados para esta pesquisa foram coletados do *Corpus Discurso & Gramática* (FURTADO DA CUNHA, 1998), que consiste de textos escritos e falados, produzidos por alunos homogeneamente distribuídos de acordo com as seguintes variáveis sociais: grau de escolaridade, sexo e tipo de escola (pública e privada). Cada informante produziu cinco textos orais e, com base nestes, cinco textos escritos, como segue: narrativa de experiência pessoal, narrativa recontada, descrição de local, relato de procedimento e relato de opinião. Os sujeitos são quatro alunos das seguintes séries: oitava série do Ensino Fundamental, terceiro ano do Ensino Médio e do último ano do Ensino Superior. O material falado consiste de 136.312 palavras, enquanto a amostra escrita consiste de 20.300 palavras, num total de 156.612 palavras. Vale ressaltar que estamos examinando uma amostra do PB, um corpus específico e suas interdições, que, evidentemente, não corresponde à totalidade da língua.

Em geral, buscamos identificar os enquadres semânticos e a configuração argumental dos verbos de movimento transitivos diretos (VMTD), examinando a participação do sujeito, do OD e do SPrep envolvidos em cada padrão analisado, a partir de diferenças de significado quanto ao tipo de movimento e afetamento desses participantes.

Este artigo está organizado do seguinte modo: a Seção 2 introduz os dados. A Seção 3 mostra a classificação sintático-semântica dos VMTD. Na Seção 4, descrevemos a estrutura argumental dos VMTD. Os papéis semânticos desses verbos são investigados na Seção 5. A Seção 6 discute os *frames* dos VMTD. A rede construcional é examinada na Seção 7, em que analisamos o esquema de movimento (7.1) e o esquema de deslocamento (7.2), e exploramos a questão da interseção entre subesquemas (7.3). A última seção traz nossas conclusões.

2. Os dados

Os verbos de movimento no PB são tradicionalmente classificados como intransitivos, já que denotam que alguém/algo se moveu de um lugar a outro. Eles conceitualizam *frames* que envolvem origem (2), trajeto e meta (3), codificados por SPrep, como podemos ver a seguir:

(2) ...porque eu tinha passado num concurso e tinha feito o curso em Brasília ... e quando voltei de Brasília... (*Corpus D&G, Fala, p. 94*).

(3) ... depois a gente veio pra casa né e eu passei um:: um bom tempo sentindo a mesma alegria ... (*Corpus D&G, Fala, p. 75*).

Contudo, a observação de dados de fala e de escrita mostra que também há verbos de movimento transitivos, que são muito menos investigados. Em nossa amostra, encontramos 31 tipos de VMTD, distribuídos em 382 ocorrências. Desses, três verbos – *colocar* (30% dos dados), *levar* (13%) e *botar* (11%) – correspondem a pouco mais da metade de todas as ocorrências. Nas próximas seções, analisaremos os VMTD no PB com relação a seu tipo sintático-semântico, sua estrutura argumental, os papéis semânticos desempenhados por seus argumentos, os frames que eles representam e sua organização em uma rede hierárquica.

Cabe esclarecer que, neste trabalho, a classe dos VMTD engloba os verbos que conceitualizam uma cena em que algo ou alguém muda de um lugar a outro. Assim, a coleta dos dados se fundamentou em considerações semânticas, uma vez que foi feita com base no tipo de movimento praticado pelos participantes do evento e o tipo de mudança ou afetamento que podem experimentar em consequência da ação designada pelo verbo. Foram, portanto, considerados verbos que implicam alguma espécie de movimento, como *colocar*, e verbos que perfilam o deslocamento de uma entidade de um lugar a outro, como *trazer*. Trata-se de uma distinção semântica fina, não contrastiva, tendo em vista que *deslocamento* pressupõe *movimento* e manifestam uma relação hiponímia-hiperonímia.

3. Tipo semântico-sintático de VMTD

Na análise dos VMTD, trabalhamos com as classes dos verbos de ação e de ação-processo (CHAFE, 1970). Os verbos de ação denotam um evento em que um agente se desloca de um ponto a outro; os de ação-processo indicam o afetamento de uma entidade, manuseada ou transportada pelo referente do sujeito.

A classificação dos VMTD como verbo de ação justifica-se pelo deslocamento do sujeito e o OD, incluído na moldura do verbo, é não afetado, ou seja, sua posição física não é alterada no evento, como se pode ver em (4) e em (5).

(4) ... tudo que tá preservado pela natureza ... eu acho bonito ... tem as pedras ... que a gente pula pra água ... (Corpus D&G, Fala p. 370).

(5) ... quando você termina de subir a escada ... em frente ... tem o quarto principal ... né ... que é o meu quarto ... (Corpus D&G, Fala, p. 58).

Os verbos *pular* (4) e *subir* (5) conceitualizam o deslocamento do referente do sujeito (*a gente*, *você*, respectivamente), mas não do OD (*que = as pedras*, *a escada*), que não é afetado pela ação verbal, representando o caminho percorrido.

Os VMTD de ação-processo apresentam um sujeito agente e um objeto afetado. As orações sublinhadas em (6), com *colocar* e *pôr*, exemplificam essa classe, pois apresentam um

agente responsável pela ação (*eu*) e uma série de pacientes afetados/deslocados (*umas cebolinha*, *umas coisas de tomate*, *umas rodela de limão*, *a salada*, *o arroz e o peixe*).

(6) ... coloco umas cebolinha ... bem cortada ... bem fina em cima desse peixe ... umas coisas de tomate também ... que é pra ... e umas rodela de limão ao lado do peixe ... porque determinadas pessoas gostam que ele fique mais puxado pro limão ... aí eu coloco ... então esse prato tá arrumado ... então eu ponho a mesa ... aí ponho a salada ... o arroz e o peixe ... (Corpus D&G, Fala, p. 61).

Quando ocorre o afetamento do OD, cumpre ao SPrep indicar o local de onde ou para onde se move esse referente. Em (6), esses pontos são codificados por *em cima desse peixe* e *ao lado do peixe*.

A distinção entre verbos de movimento de ação e de ação-processo possibilita a proposição de dois significados básicos, de movimento e de deslocamento, relacionados à construção com VMTD (ver seção 7). Essa construção, por sua vez, representa um nó ou subesquema da construção transitiva. Não nos deteremos, aqui, na relação entre a construção transitiva e a construção com VMTD, foco deste trabalho.

4. A estrutura argumental dos VMTD

Os estudos sobre a configuração argumental de um dado verbo consideram os aspectos semântico-sintáticos dos argumentos obrigatórios ou opcionais relacionados a ele. As exigências temáticas dos VMTD, ou seu *frame*, perfilam seus complementos sintáticos. Desse modo, estruturalmente esses verbos podem codificar um sujeito, um OD e um SPrep, ocorrendo em dois tipos de estrutura argumental: S+ VMTD + OD ou S + VMTD + OD + SPrep. O sujeito e o OD são elementos obrigatórios, ao passo que o SPrep ocorre em orações que especificam uma localização. Portanto, os VMTD têm, no mínimo, dois argumentos: um interno (sujeito) e outro externo (objeto direto), animados ou não. A esses verbos correspondem, então, dois *frames*, com base no tipo de movimento dos referentes de seus argumentos, como se verá na seção 6.

Recapitulando, o verbo de movimento implica o deslocamento de pelo menos uma entidade de um determinado ponto no espaço a outro. Essa entidade pode ser o sujeito, o OD ou até mesmo ambos. Nesse sentido, o movimento pode envolver três cenas diferentes:

(i) apenas o referente do sujeito se move, como em (7):

(7) ... a gente foi lá pro morro com minha prima ... descemos o morro com uma tauba de morro ... foi muito bom lá ... (Corpus D&G, Fala, p. 424).

(ii) apenas o referente do objeto se move, conforme (8):

(8) ... aí prepara o mingau ... o de ameixa que no caso no fogo bota ... a calda de ameixa né ... no mingau ... prepara ... pronto basicamente é essa a receita ... (*Corpus D&G, Fala, p. 287*).

(iii) ambos os referentes do sujeito e do objeto se movem, exemplificado em (9):

(9) Este plano utilizava os pinguins como arma secreta, onde cada pinguim levava um míssel que seria detonado automaticamente (*Corpus D&G, Escrita, p. 317*).

Em (7), o movimento é efetuado apenas pelo sujeito ($\emptyset = nós$), enquanto o OD (*o morro*) permanece no mesmo local e representa o caminho por onde se deslocou o sujeito. Já em (8), apenas o OD (*a calda de ameixa*) muda de lugar; o sujeito ($\emptyset = a gente$) apenas realiza um movimento com parte do seu corpo, manuseando os ingredientes da receita e colocando-os em outro lugar, codificado pelo SPrep *no mingau*. Por sua vez, em (9), ambos os participantes do evento (*cada pinguim e um míssel*) sofrem mudança quanto a seu local de origem.

Prototipicamente, em eventos com VMTD, o agente desempenha a função sintática de sujeito. Quanto ao OD, seu afetamento depende do tipo semântico de VMTD – verbo de ação ou de ação-processo. Já o papel semântico do SPrep – contêiner, origem, trajeto ou meta – é crucial para identificar os tipos de microconstruções relacionadas aos VMTD.

5. Papéis semânticos dos argumentos dos VMTD

Nas orações com VMTD analisadas, o sujeito sempre é agente, o OD pode desempenhar três papéis semânticos (paciente, locativo e associativo) e o SPrep, quatro (contêiner, origem, trajeto e meta). As orações destacadas em (10) e em (11) ilustram tais diferenças.

(10) Em uma certa ocasião, quando estavam com fome, a cachorra trouxe uma caça e a sinhá ficou feliz, fazendo uma festa ao beijar a boca da cachorra (*Corpus D&G, Escrita, p. 91*).

(11) Deixamos o carro e subimos uma duna, com vegetação, até o seu topo. Qual não foi a nossa surpresa quando olhamos para baixo e encontramos um bosque de árvores muito altas, algumas sem folhas (*Corpus D&G, Escrita, p. 169*).

Em (10), o referente do sujeito (*a cachorra*) é o agente, por ser responsável pelo evento de trazer, causando afetamento no referente do OD (*uma caça*), que foi levada de um ponto A para um ponto B. Por sua vez, em (11), o sujeito ($\emptyset = nós$) também é agente, mas o OD (*uma duna*) não é afetado pela ação verbal, pois permanece no mesmo lugar. Como vimos, o paciente é a entidade afetada pela ação verbal; em outras palavras, é aquele que sofre mudança de localização pela ação de um agente, como a caça em (10). As orações sublinhadas nos três fragmentos seguintes ilustram esse tipo de participante:

(12) ... aí eu corto em pedaços menores ... coloco a salsicha dentro ... enrolo e coloco lá no ...no ... no forno né ... e a pizza também é só ... coloca no forno e dá uns dez ... uns dez minutos ... (*Corpus D&G, Fala, p. 41*).

(13) ... então quando ela pegou o carro do jeito que ele queria ... super veloz ... minha filha ...botou ... pé na tábua ... aí levou ele até o hotel ... (*Corpus D&G, Fala, p. 240*).

Em (12), o referente do sujeito ($\emptyset = eu$) muda o OD de lugar ($\emptyset = a salsicha$), por meio de movimento de certa parte do corpo, permanecendo no mesmo lugar. Igualmente, o OD (*ele*) é afetado em (13), mas o tipo de ação do sujeito ($\emptyset = ela$) revela que o esquema acionado pelo verbo *levar* é diferente, já que nessa situação há deslocamento de um ponto a outro dos referentes do sujeito e do OD. Esse tipo de afetamento é causado por dois modos de ação do sujeito/agente: (i) movimento de parte do corpo, com manipulação do paciente; (ii) deslocamento, com transporte do paciente a outro ponto, como será visto na seção 6.

O OD também pode desempenhar o papel de locativo, quando ele não muda de lugar pela ação do agente e indica um lugar. Nos dados analisados, esse participante expressa o caminho percorrido pelo referente do sujeito, como uma duna em (11), e o OD da oração em destaque a seguir:

(14) o pai e a mãe também, mas foi tarde demais o menino foi atravessar a rua e um caminhão o atropelou (*Corpus D&G, Escrita, p. 46*).

Em (14), *a rua* é locativo. Esse participante não é afetado pela ação; ao contrário, ele designa o caminho percorrido pelo agente. O papel de locativo perfila um subesquema de trajeto para os verbos de movimento, como veremos na seção 6. O VMTD seguido de OD locativo é um verbo de ação, uma vez que não há afetamento do OD.

O terceiro tipo de papel semântico que o OD dos VMTD pode desempenhar é o de associativo (GIVÓN, 2001). Embora esse referente se mova, seu movimento independe da ação do agente. Desse modo, a principal característica do associativo é o seu deslocamento em concomitância com o do agente, sem sofrer interferência direta deste, como exemplificado a seguir:

(15) então os pinguins começam a voltar pra gruta e Batman vai seguir os pinguins e vai chegar até à gruta ... (*Corpus D&G, Fala, p. 307*).

Em (15), o referente do OD (*os pinguins*) é perseguido pelo sujeito (*Batman*). Note-se que não há nenhum contato direto entre esses participantes que ocasione o deslocamento do OD: eles apenas se movem ao mesmo tempo. O papel de associativo está relacionado a situações envolvendo trajeto.

Nas instanciações da construção com VMTD, o SPrep pode desempenhar quatro papéis semânticos diferentes: contêiner, origem, trajeto e meta. O papel semântico desempenhado pelo SPrep influi na classificação semântico-sintática dos VMTDs. A maioria desses verbos ocorre com um argumento que indica lugar, codificado ao menos por um SPrep. Apesar de não ser geralmente considerado um argumento nuclear, esse elemento possui forte integração com alguns verbos de movimento, fazendo parte de sua estrutura argumental,

por exemplo em orações com *colocar* e *remover*. Em alguns casos, o SPrep é selecionado pelo VMTD, e pode vir expresso ou pode ser recuperado do contexto discursivo. Em outros, ele não faz parte da cena evocada pelo verbo, como com *abrir* e *subir*. Em outros, ainda, ele pode ou não ocorrer, como com *tirar*. Logo, nem sempre o SPrep é parte integrante do *frame* do VMTD. É o que ilustram os dados abaixo.

(16) ... depois eu pego um prato e:: cubro esse prato com alface e jogo essa salada por cima ... né ... e ponho na geladeira ... (Corpus D&G, Fala, p. 60).

(17) ... então eu retiro esse arroz da panela e coloco na forma e deixo ele esfriar bem socado... (Corpus D&G, Fala, p. 60).

(18) ... aí foi aí seguiu o cara né ... seguiu o cara... ele tava sempre assim um pouco de longe ... uma certa distância ... aí seguiu até lá em cima né ... (Corpus D&G, Fala, p. 29).

(19) ... o filme começa quando ... o nascimento de Pinguim ... um dos personagens do filme ...ele nasce deficiente ... a família dele com vergonha ... por pertencer a uma alta sociedade ...decide jogá-lo no rio ... é ... e joga-o no rio ... (Corpus D&G, Fala, p. 305).

Em (16), o SPrep *na geladeira* desempenha o papel semântico de contêiner, local onde se coloca o paciente (*essa salada*). Prototipicamente, os verbos de movimento *botar*, *colocar* e *pôr* têm um SPrep contêiner, introduzido pela preposição *em*. Em (17), o SPrep *da panela* desempenha o papel de origem, lugar de onde o paciente afetado (*esse arroz*) foi removido. Verbos como *arrancar* e *tirar* acionam SPrep origem, introduzido, comumente, pela preposição *de*. O terceiro papel semântico do SPrep é trajeto. Em (18), o referente do sujeito (\emptyset = *ele*) do verbo *seguir* acompanha o referente do OD (\emptyset = *o cara*) até um determinado ponto, descrito na oração como *até lá em cima*. A escolha da preposição *até* enfatiza a existência de um ponto inicial e final do caminho percorrido. Em (19), o SPrep é meta, indicando o lugar para onde se envia uma entidade. Verbos como *lançar*, *jogar*, *chutar* tomam esse tipo de SPrep direcional. No caso da oração sublinhada em (19), o agente (*a família dele*) joga o referente do OD (*o = o pinguim*) no rio. *Em* e *para* são preposições usadas para introduzir esse tipo de SPrep.

Embora pareçam semelhantes, os papéis semânticos de trajeto e de meta diferem em seus usos com VMTD. O primeiro expressa o local por/até onde o agente e/ou o paciente se move, enquanto o segundo expressa o local para onde o OD é levado. Portanto, o movimento está centrado no deslocamento do sujeito e/ou do OD em orações com VMTD que selecionam o papel semântico de trajeto e está centrado apenas no deslocamento do OD quando o VMTD seleciona o papel meta.

Resumidamente, no PB, o papel semântico do SPrep é marcado pela preposição que o introduz. Prototipicamente, com SPrep contêiner, a preposição *em* aponta para o recipiente

onde se põe o paciente. Com SPrep origem, a preposição *de* indica o local de onde o paciente é removido. Com SPrep trajeto, as preposições *até* e *por* expressam a área por onde ou para onde se deslocam os participantes do evento. Finalmente, com SPrep meta, as preposições *para* e *em* são usadas para indicar o lugar para onde o paciente é deslocado.

Os diferentes papéis semânticos que o SPrep pode desempenhar contribuem para a distribuição dos VMTD em *frames* distintos, como veremos na próxima seção.

6. Frames dos VMTV

Quando selecionamos um verbo de movimento, ativamos nossa experiência sobre movimentos corporais, manipulação de objetos, trajetórias, entre outras coisas. Isso é possível porque somos capazes de reconhecer diferenças de sentido no uso de determinados verbos, ainda que eles façam parte da mesma classe semântica. No caso específico dos VMTD, seus diferentes *frames*, ou enquadres, determinam subclassificações distintas. Com base na classificação apresentada na plataforma FrameNet, podemos ter os seguintes tipos de VMTD no PB:

1. Trajeto (*traversing*)

(20) Um dos momentos mais emocionantes foi quando subi uma duna de areia, sentei e fiquei observando os últimos raios de sol sobre a vegetação mais à frente. (Corpus D&G, Escrita, p. 169).

Nesse frame, apenas o sujeito se move de um ponto A para um ponto B, enquanto o referente do OD (*uma duna de areia*) não sofre alteração espacial, ou seja, permanece no mesmo lugar. A estrutura argumental desse enquadre não implica a participação de um SPrep, uma vez que o próprio OD representa a área percorrida. Verbos típicos desse frame são *atravessar*, *subir*, *descer*.

2. Colocação (*placing*)

(21) ... primeiro os ovos com a margarina e a manteiga ... depois coloca o resto dos ingredientes ... é:: bate na batedeira ... depois co/passa manteiga na forma ... passa ma/coloca pó Royal e coloca os ingredientes na forma ... depois coloca no forno pra assar e está pronto... (Corpus D&G, Fala, pag. 416).

Nesse caso, apenas os referentes do OD (*o resto dos ingredientes* e *os ingredientes*) são afetados. O referente do sujeito (\emptyset = *você*) realiza um movimento com parte do corpo, per-

manecendo no mesmo ponto. A ação está centrada no manuseio de um objeto que muda de localização. Os SPreps (*na forma* e *no forno*) têm participação obrigatória no *frame* de colocação, pois identifica o local para onde o OD é deslocado (contêiner). Alguns verbos típicos desse *frame* são *colocar*, *botar* e *pôr*.

3. Transporte (*bringing*)

(22) ... Num dia muito ensolarado a família junto com o velho foram fazer um pique-nic, numa parte que tinha muito verde. Levaram a comida para lá. (*Corpus D&G*, Escrita, p. 46).

Esse *frame* recruta descreve verbos que expressam o movimento de dois participantes distintos: o sujeito (*a família junto com o velho*) e o OD (*a comida*), bem como o caminho por onde o movimento ocorre (*para lá*). Alguns dos verbos típicos desse enquadre semântico são *carregar*, *levar* e *trazer*.

4. Remoção (*removing*)

(23) ... então ele tirou o casaco dele e colocou nela pra pelo menos disfarçar um pouco ... (*Corpus D&G*, Fala, p. 240).

Nesse enquadre, a ação exercida pelo referente do sujeito (*ele*) ocasiona o movimento do OD (*o casaco dele*) de um ponto de origem para outro. O ponto de origem é obrigatório nesse *frame* e, em português, é expresso pelo SPrep *dele*. Esse enquadre cobre verbos que contrastam com os verbos de colocação, por apresentar polaridade contrária. Enquanto estes últimos expressam a ideia de colocação do referente OD em um recipiente, os verbos de remoção conceitualizam a retirada do OD. Alguns verbos típicos desse *frame* são *arrancar*, *remover* e *tirar*.

5. Deslocamento conjunto (*cotheme*)

(24) ... e nesse dia seu Carrilho foi com Jorge e Jorge acompanhou a/acompanhou-lhe até o local onde o fornecedor distribuía o material pra construção ... (*Corpus D&G*, Fala, p. 109).

Nesse *frame*, os referentes do sujeito e do OD deslocam-se ao mesmo tempo. Sua principal característica está no fato de que o referente do OD (*lhe = seu Carrilho*) muda de localização, mas não por causa da ação executada pelo sujeito (*Jorge*). Portanto, esse enquadre agrupa VMTD do tipo semântico de ação, pois o referente do OD controla seu próprio movimento. Nesse caso, o papel semântico do OD é associativo. A participação de um ou mais SPrep nesse *frame* é necessária, uma vez que indica o local para onde os parti-

cipantes do evento se direcionam, como *até o local*. Alguns verbos típicos desse enquadre são *acompanhar*, *seguir* e *perseguir*.

6. Afastamento (*abandonment*)

(25) Deixamos o carro e subimos uma duna, com vegetação, até o seu topo (*Corpus D&G*, Escrita, p. 169).

Nesse enquadre, há uma suposta situação de abandono. O referente do sujeito (*nós*) afasta-se do referente do OD (*o carro*). Aqui, há movimento apenas do sujeito de um ponto A para um ponto B e o OD é “abandonado” ou deixado para trás em um ponto fixo, o qual, quando expresso, é codificado por um SPrep. É típico desse enquadre o verbo *deixar*.

7. Movimento causado (*caused-motion*)

(26)... o rapaz pegou as duas né ... mas aí a noviça caiu no meio do caminho ... caiu do carro ... eles empurraram a noviça ... ela abriu a porta e empurrou a noviça ... (*Corpus D&G*, Fala, pag. 281).

Nesse enquadre, os referentes dos sujeitos (*eles* e $\emptyset = \textit{ela}$) têm controle sobre o referente do OD (*a noviça*). O que diferencia essa moldura do *frame* de colocação é que há certa resistência do participante ao ser movido de um ponto a outro. Dependendo da cena, a entidade representada pelo sujeito pode mover-se ou não, diferentemente do OD, que é sempre afetado. Pode haver nesse enquadre a participação de um SPrep que indica o trajeto que o sujeito e/ou o OD percorrem. Característicos desse *frame* são os verbos *empurrar* e *puxar*.

As orações que instanciam os *frames* de colocação, transporte, remoção e movimento causado são realizações da construção de movimento causado (GOLDBERG, 1995). Essa construção tem uma estrutura triargumental, cujo significado básico é X causa Y mover-se para Z, codificado como S V OD SPrep. Do ponto de vista semântico, um agente efetua uma ação que move o paciente de um lugar para outro. Quando se trata do *frame* de colocação, esse lugar é codificado por um SPrep que desempenha o papel semântico de contêiner. No *frame* de transporte, o SPrep desempenha o papel de meta, lugar para onde se leva o paciente. No enquadre de remoção, o SPrep representa o caso semântico origem, lugar de onde se extrai o paciente. No *frame* de movimento causado, quando um SPrep é expresso, este exerce o papel de trajeto, quando indica o espaço que percorrem os participantes do evento, ou o papel semântico de meta, quando aponta o local para onde se dirigem os participantes.

Os tipos de VMTD descritos acima são semanticamente relacionados de modo que o padrão S V OD (SPrep) pode ser considerado como uma construção que exhibe uma família de sentidos interconectados, ilustrando um caso de polissemia. Esses *frames* demonstram que os VMTD podem ser classificados com base nas diferenças semânticas entre seus três tipos de argumentos. Na próxima seção, propomos uma classificação para esses verbos, na forma de uma rede construcional.

Vale notar que os diferentes tipos de VMTD listados no FrameNet foram por nós assimilados, embora eles ocupem posições distintas na rede hierárquica. Desse modo, alguns tipos (trajeto e transporte) constituem, em nossa proposta, subesquemas, ao passo que outros (colocação, remoção e movimento causado) foram classificados como microconstruções do subesquema de manipulação, e outros ainda (deslocamento conjunto e afastamento) são microconstruções do subesquema de trajeto e de transporte.

7. A rede construcional dos VMTD

Nesta seção, propomos uma rede construcional hierárquica para os VMTD no PB, formulada em termos de esquemas, subesquemas e microconstruções (TRAUGOTT; TROUSDALE, 2013). A esquematicidade dos VMTD se relaciona com a captura de padrões mais gerais codificados por instâncias mais específicas.

As construções com VMTD são esquemáticas porque licenciam uma grande quantidade de verbos de movimento, e porque seus *slots* podem ser preenchidos por elementos de natureza semântica diversa, tais como SN animados ou inanimados, e SPrep contêiner, origem, trajeto e meta, embora haja preferência por determinados itens em algumas posições.

No PB, os VMTD podem ser divididos em dois esquemas: movimento e deslocamento. O primeiro revela apenas o movimento de determinada parte do corpo do participante sujeito, ocasionando obrigatoriamente o afetamento do referente do OD. O segundo expressa o deslocamento do sujeito de um ponto A para um ponto B, ocasionando o afetamento ou não do OD. Ou seja, o que diferencia esses esquemas é o tipo de ação praticada pelo sujeito e o modo como afeta o referente do OD no evento denotado.

Além de esquemática, a construção com VMTD também é produtiva e composicional. Produtiva porque sanciona três tipos de subesquemas, os quais, por sua vez, sancionam oito microconstruções, menos esquemáticas e restringidas pelo tipo de papel semântico desempenhado por seus argumentos.

A composicionalidade da construção com VMTD deve-se ao fato de o significado das orações que a instanciam ser interpretado com base no significado de seus constituintes.

Se tomarmos cada um dos sintagmas individuais que compõem essas orações, veremos que cada um deles converge em termos sintático-semânticos, pois o sujeito faz referência a um agente responsável pela ação, o OD aponta para o segundo participante do evento, afetado ou não, e o SPrep se refere a um local. Desse modo, forma e significado correspondem entre si.

Como resultado de nossa análise, propomos a seguinte rede construcional para os VMTD no PB:

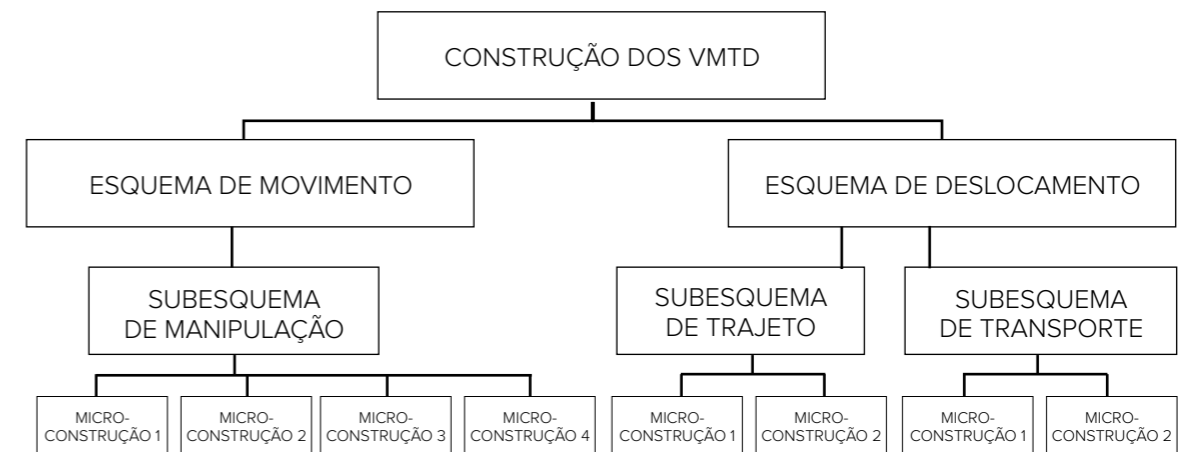


Diagrama 1 – Rede hierárquica dos VMTD

Fonte: Elaboração dos autores.

O Diagrama 1 exhibe a organização em rede dos VMTD, com base em dois esquemas básicos: movimento e deslocamento. Os enquadres semânticos, descritos anteriormente, foram classificados como subesquemas, divididos em três tipos: manipulação (abrange os enquadres de colocação, remoção e movimento causado), trajeto (compreende os *frames* de trajeto, de deslocamento conjunto e de afastamento) e transporte (inclui o enquadre de transporte). As microconstruções serão detalhadas nas subseções seguintes.

7.1 Esquema de movimento

Como vimos, os VMTD acionam dois tipos de eventos, os quais, por sua vez, dividem-se em subesquemas mais específicos. Desse modo, a construção de movimento se organiza em uma rede hierárquica, disposta com base em seu sentido central.

O Diagrama 2 ilustra a rede construcional para o primeiro tipo de esquema, o de movimento.

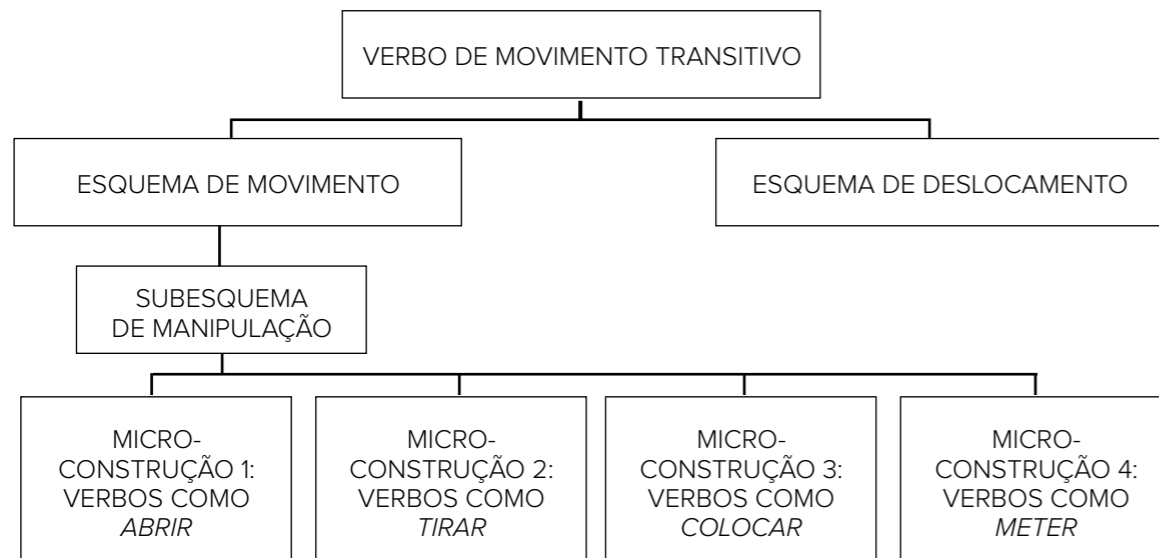


Diagrama 2 – Rede construcional do VMTD – esquema de movimento

Fonte: Elaboração dos autores.

O esquema de movimento se caracteriza pelo movimento de parte do corpo do referente do sujeito, causando mudança de localização do referente do OD. Desse esquema deriva um único subesquema, o de manipulação, subdividido em quatro microconstruções.

7.1.2 Subesquema de manipulação

Esse subesquema corresponde a um evento em que um ou mais agentes produzem um efeito sobre um objeto, acarretando mudança de localização desse participante. As seguintes microconstruções perfilam esse subesquema:

- Microconstrução 1: verbos do tipo *abrir*

Os verbos licenciados por essa microconstrução, como *abrir* e *fechar*, implicam uma mudança de ângulo/estado do OD. Vejamos o dado a seguir.

(27) Ela abriu a porta do apartamento na “hora” e na mesma hora fechou, por isso o seu amante com medo que ela contasse pra polícia e testemunhasse contra ele em um processo que ele já tinha nas costas ... (Corpus D&G, Escrita, p. 298).

Nesse fragmento, um agente (*ela*) realiza um movimento com parte do corpo que afeta o estado e a angulação do paciente (*a porta*), de fechada para aberta e então fechada

de novo. Os VMTD dessa microconstrução não são usados com SPrep locativo. Por outro lado, as microconstruções 2, 3 e 4, do mesmo subesquema de manipulação, são estruturalmente mais complexas por implicarem o sintagma locativo, cujo papel semântico colabora para definir o tipo de microconstrução.

- Microconstrução 2: verbos do tipo *colocar*

Essa microconstrução inclui verbos que designam um evento em que um agente move um paciente para um recipiente, controlando-o desde o ponto A até o ponto B, como *colocar*, *botar*, *pôr* e *descarregar*. Esses verbos correspondem ao maior número de ocorrências de VMTD em nosso corpus. Os seguintes dados ilustram essa microconstrução:

(28) ... pega um ... uma laranja e um limão e espreme ... bota na máquina ... na máquina... deixa até escorrer ... e depois bota no liquidificador ... (Corpus D&G, Fala, p. 424).

Nesse excerto, o SPrep locativo (*na máquina*) designa um contêiner, o que caracteriza essa microconstrução. O agente (\emptyset = *ocê*) coloca o paciente (\emptyset = *uma laranja e um limão*) em um recipiente, movimentando parte do corpo.

- Microconstrução 3: verbos do tipo *tirar*

Nesse *frame*, o SPrep indica o local de onde se tira o referente do OD. Esse tipo de microconstrução tem polaridade inversa à anterior, ou seja, enquanto na microconstrução 2 o paciente é colocado num contêiner, na 3, o paciente é retirado de um recipiente. Os verbos que encontramos no corpus são *tirar*, *puxar*, *arrancar*, *retirar* e *remover*.

(29) Quando eu tiro a pizza do forno enrolo em um plástico tendo o cuidado para não deixar ar, isso se eu quiser guardá-la (Corpus D&G, Escrita, p. 48).

(30) ... aí tinha uma mangueira ... aí tava ... a raiz tava prejudicando ... aí minha ... minha vó mandou arrancar ... (Corpus D&G, Fala, p. 349).

Os VMTD destacados (29-30) conceitualizam a ação de um agente sobre um paciente, que o move de um ponto, codificado por um SPrep com papel semântico de origem.

A maioria dos SPreps nessa microconstrução estão implícitos. A preposição que introduz esse sintagma é *de*, e corresponde apenas a 6% de todas as preposições que formam um SPrep com VMTD, dada sua frequente omissão no discurso.

- Microconstrução 4: verbos do tipo *jogar*

A última microconstrução relacionada ao subesquema de manipulação licencia verbos como *jogar*, *empurrar*, *meter*, *lançar* e *chutar*. Há clara intenção, por parte do agente, de lançar o referente do OD em determinado lugar, codificado pelo SPrep. Encontramos as seguintes ocorrências no corpus:

(31) aí eu não podia dizer que tinha sido eu que tinha trancado ele ... né ... que foi que eu fiz... joguei a chave no lixo ... e saí feito uma louca ... na escola ... procurando o diretor ... (Corpus D&G, Fala, p. 51).

(32)... aí Maria pegou o pau e empurrou ela dentro do:: é:: da:: do fogão ... como empurrou ela no fogão ... o fogão era bem grande ... empurrou ela no fogão né? (Corpus D&G, Fala, p. 439).

Nessas amostras, o agente arremessa o referente do OD para que ele atinja um determinado local. Os OD *a chave* (31) e *ela* (32) representam os pacientes afetados, impulsionados a um local: *no lixo* e *no fogão*, respectivamente.

Vimos que todos os VMTD do esquema de manipulação têm argumentos afetados. Isso nem sempre ocorre com os VMTD que conceitualizam o esquema de deslocamento, como veremos na próxima seção.

7.2 Esquema de deslocamento

Nesta seção, analisamos o segundo tipo de esquema acionado pelos VMTD, o de deslocamento. Esse esquema abrange verbos do tipo de ação e de ação-processo. O primeiro se caracteriza por não afetar o referente do OD e corresponde ao subesquema de trajeto, subdividido em duas microconstruções. O segundo licencia o subesquema de transporte, também subdividido em duas microconstruções, com afetamento do referente do OD. O Diagrama 3 sintetiza esse esquema.

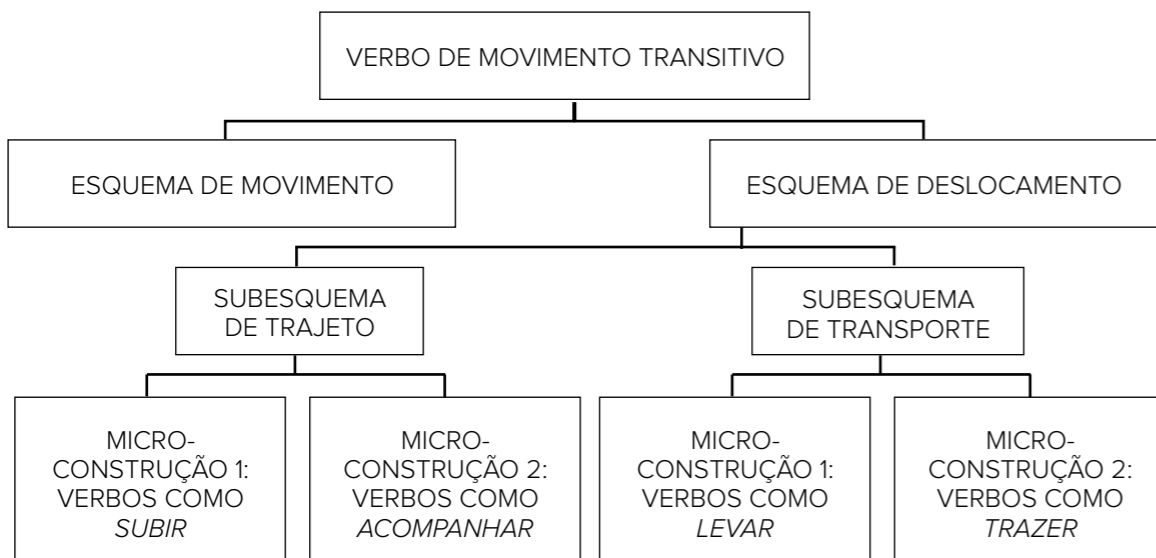


Diagrama 3 – Rede construcional do VMTD – esquema de deslocamento

Fonte: Elaboração dos autores.

Diferentemente do esquema anterior, os verbos sancionados pelo esquema de deslocamento conceitualizam a mudança de lugar do referente do sujeito, enquanto no esquema de movimento, apenas o referente do OD se desloca. A participação do OD nesse esquema define o tipo de microconstrução do subesquema de trajeto, ao passo que o SPrep define a microconstrução de transporte, dado seu papel semântico.

7.2.1 Subesquema de trajeto

O subesquema de trajeto licencia todos os VMTD de ação por não haver, nesse enquadre, afetamento do referente do OD. As duas microconstruções relacionadas a ele estão agrupadas pelo papel semântico desempenhado pelo OD.

- Microconstrução 1: verbos do tipo *subir*

Encontramos, no Corpus D&G, os seguintes verbos relacionados a essa microconstrução: *subir*, *atravessar*, *descer*, *pular*, *sobrevoar* e *ultrapassar*. Esses verbos se encaixam nessa microconstrução porque expressam os casos em que o referente do sujeito se desloca de um lado para outro e o papel semântico do referente do OD é locativo, ou seja, ele não é afetado pela ação verbal, apesar de fazer parte do *frame* do verbo. Frequentemente, o responsável pela ação é um ser animado, intencional, e o OD designa o espaço percorrido por ele.

Nas orações destacadas adiante, o OD também codifica esse nome locativo: *a escada* em (33) e *a rua* em (34).

(33) ... assim que você termina de subir a escada ...tem a sala onde fica ... onde funciona a tesouraria ... a tesouraria do colégio ... (Corpus D&G, Fala, p. 284).

(34) ... e gritaram pelo menino e o menino muito cri/ muito ... muito acriançado ... num entendeu foi nada ... aí atravessou a rua e a carreta pegou ele né ... (Corpus D&G, Fala, p. 30).

- Microconstrução 2: verbos do tipo *acompanhar*

Nessa microconstrução, o referente do OD, assim como o referente do sujeito, se move de um lugar a outro, e tem papel semântico de associativo. Verbos como *acompanhar*, *seguir* e *perseguir* representam essa microconstrução.

Os verbos licenciados pela microconstrução 2, são acompanhados de um OD com papel semântico de associativo, como nas amostras seguintes:

(35) ... e ela tinha que ir ... pros lugares com ele né? é: acompanhá-lo em todos os ambientes ... aí ... ele foi convidado pra ir pra um jantar ... (Corpus D&G, Fala, p.242).

(36) A noviça que estava sempre ao lado da freira “cantora” descobriu onde ela estava, seguindo-os de carro e avisou p/a madre (Corpus D&G, Escrita, p. 299).

Essa microconstrução perfila o deslocamento de ambos os participantes do evento (sujeito e OD) de forma independente um do outro. Nessas orações, os referentes do OD desempenham o papel de associativo, nos termos de Givón (2001): *o = ele* em (35) e *os = eles* em (36).

7.2.2 Subesquema de transporte

Esse subesquema conceitualiza o deslocamento conjunto dos referentes do sujeito e do OD, os quais se dirigem para o mesmo ponto. Mais precisamente, os VMTD desse enquadre descrevem eventos em que o agente transporta o paciente. Ele se realiza por meio de duas microconstruções: uma com verbos que indicam para onde esses participantes se movem e a outra com verbos que indicam de onde esses participantes se movem. Nesse sentido, essas microconstruções denotam polaridades inversas quanto ao movimento de ir e vir.

- Microconstrução 1: verbos do tipo *levar*

Os verbos *levar*, *deixar*, *carregar* e *transportar* comunicam para onde o paciente é carregado pelo agente. Encontramos as seguintes ocorrências em nosso *corpus*:

(37) ... e quando Batman se distanciasse da cidade ... ele poderia levar todos os pinguins para o centro da cidade ... (*Corpus D&G*, Fala, p. 306).

(38) ... às vezes eu tinha que carregar umas coisas com o pessoal da minha igreja ... (*Corpus D&G*, Fala, p. 178).

Nessas orações, o agente transporta o paciente de um ponto A para um ponto B: *todos os pinguins*, em (37), e *umas coisas*, em (38). O SPrep tem papel fundamental no *frame* dessa microconstrução, uma vez que ele identifica o local para onde o agente leva o referente do OD, como *para o centro da cidade*, em (37). Em (38), o SPrep não é explicitado, mas pode ser inferido pelos falantes.

- Microconstrução 2: verbos do tipo *trazer*

Os verbos *buscar* e *trazer* perspectivizam a volta do agente e de onde ele traz o paciente. Nessa microconstrução, o evento consiste no deslocamento do agente, que transporta algo ou alguém de um ponto de origem, como *em casa*, em (40).

(39) ... foi divertido ... minha mãe trouxe ... trouxe ... biquini e essas coisa... maiô ... num sabe? Ela trouxe maiô aí disse ... “ei ... você vai?” (*Corpus D&G*, Fala, p. 337).

(40) ... um príncipe encantado ... viesse buscar ela num cavalo branco e com uma espada aí ela disse que ia buscar as roupa dela em casa e tudo... (*Corpus D&G*, Fala, p. 244).

Em (39), o referente do sujeito (*minha mãe*) trouxe o referente do OD (*biquini e essas coisa ... maiô*) de um certo lugar. Em (40), *ela* e *as roupa dela* se movem como resultado da ação do agente.

Portanto, o subesquema de transporte perfila o efeito da ação do agente sobre outro indivíduo ou sobre um objeto, percorrendo, juntamente com ele, um caminho que os leva a outro ponto.

Na próxima seção, veremos como, dependendo do uso, alguns VMTD podem se enquadrar em mais de um *frame*.

7.3 Interseção entre subesquemas

Alguns VMTD podem estar relacionados a mais de um subesquema devido às suas diferenças de sentido. Os verbos *empurrar* e *puxar*, por exemplo, podem fazer parte tanto do subesquema de manipulação como do de transporte.

A classificação em um ou outro subesquema só pode ser feita pelo contexto. Tanto *empurrar* como *puxar* são verbos de ação-processo; conseqüentemente, o referente do OD sempre é afetado: algo ou alguém é empurrado ou puxado por um agente. Já o referente do sujeito pode praticar a ação descrita por esses verbos movimentando apenas alguma parte do corpo ou deslocando todo o corpo, o que os agruparia no subesquema de manipulação ou de transporte, respectivamente.

Para serem incluídos no enquadre de manipulação, esses verbos devem conotar que o agente empurra/puxa algo ou alguém utilizando força física, como em (41) e (42); isto é, nesses casos apenas o OD se move de um ponto a outro.

(41) quando meu pai viu que o carro ia virar ... aí ... virar não ... que ia bater ... aí ... segurou a barriga da minha mãe ... e empurrou o banco da frente que minha tia estava ... (*Corpus D&G*, Fala, p. 222).

(42) ... aí quando chegou num determinado ponto eu puxei uma corda que tava atrás dele ... aí quando eu puxei ele caiu... (*Corpus D&G*, Fala, p. 397).

Nessa perspectiva, o verbo *empurrar* é licenciado pela microconstrução 4, cuja principal característica é mover o referente do OD (*o banco da frente*) para algum lugar. O verbo *puxar*, por sua vez, ilustra a microconstrução 3, cuja principal propriedade é mover o referente do OD (*uma corda*) de um ponto a outro.

Por outro lado, ambos os verbos podem ser considerados como pertencendo ao subesquema de transporte: *empurrar* da microconstrução 1, e *puxar* da microconstrução 2. Nesse subesquema, o referente do sujeito se desloca junto com o referente do OD de um ponto a outro.

(43) ... aí o velho ficou logo assustado né ... e tudo né ... aí perguntou e aí ele empurrou ele pra fora né ... empurrou o homem pra fora lá ... num quis entrar... (*Corpus D&G*, Fala, p. 32).

(44) ... então eu já puxei o Sandrinho e tava sem violão lá atrás e tudo no ônibus... e eu puxei Sandrinho pra lá e comecei a cantar corinho e tudo ... (Corpus D&G, Fala, p. 176).

Em (43), o sujeito (*ele*) se desloca junto com o OD (*o homem*) até o ponto indicado pelo SPrep (*pra fora lá*). Da mesma forma, em (44), o sujeito (*eu*) causa o movimento do OD (*Sandrinho*) de um ponto de origem (\emptyset) a outro (*pra lá*).

As microconstruções dos subesquemas de manipulação e transporte se distinguem pelo tipo semântico do SPrep. Na microconstrução 1 do subesquema de manipulação, o SPrep é introduzido por uma preposição que codifica o papel semântico de meta (*para*); na microconstrução 2, do subesquema de transporte, a preposição perfila o papel semântico de origem (*de*), implícita em (44), seguido pelo papel semântico de meta (*para*).

O verbo *deixar* pode representar os subesquemas de trajeto e de transporte. Quando usado no sentido de sair de algum lugar, de ir embora, como em (45), é um verbo de ação, e se enquadra na microconstrução 1 do subesquema de trajeto, pois há apenas deslocamento do referente do sujeito ($\emptyset = eu$), enquanto o referente do OD (*minhas malas*) é deixado em certo lugar (*num lugar seguro*).

(45) ... comprei a passagem e... deixei minhas malas num lugar seguro lá na rodoviária ... no porta-malas ... lógico ... (Corpus D&G, Fala, p. 101).

Quando *deixar* é usado com o sentido de levar, como em (46), é um verbo de ação-processo e se encaixa na microconstrução 1 do subesquema de transporte, já que o OD (*me*) é transportado pelo sujeito para o colégio (caso meta).

(46) “Rose ... diga que é mentira ... diga que é mentira” ... menina ... chega ... foi me deixar no colégio ... nesse tempo eu estudava de uma às cinco ... (Corpus D&G, Fala, p. 230).

Embora alguns VMTD se enquadrem em mais de uma categoria, nesta pesquisa eles foram classificados nos subesquemas nos quais tiveram maior número de ocorrências: os verbos *empurrar* e *puxar*, no subesquema de manipulação, e o verbo *deixar*, no subesquema de trajeto.

O subesquema de manipulação, ligado ao esquema de movimento, é o mais recorrente, responsável por 70,94% das ocorrências. Além disso, é o que permite o maior número de microconstruções: 4. Os demais subesquemas (trajeto e transporte) pertencem ao esquema de deslocamento e correspondem a 8,38% e 20,68% dos dados, respectivamente, cada um com duas microconstruções.

Em resumo, vimos que no PB os VMTD podem ser verbos de ação e de ação-processo. Sua estrutura argumental segue o padrão S VMTD OD, mais um SPrep na maioria dos enunciados. Semanticamente, eles perfilam a ação de um agente sobre um OD paciente, quando este é afetado, ou um OD locativo ou associativo, quando não é afetado. O papel semântico do SPrep sempre se relaciona a um locativo. A relação sintático-semântica entre um

VMTD e seus argumentos o agrupa em *frames* distintos, o que possibilita a organização desses verbos em uma rede construcional.

8. Considerações finais

Neste texto, investigamos os verbos de movimento transitivos no PB, focalizando o tipo semântico de movimento expresso pelo verbo, os papéis semânticos dos seus argumentos, bem como o espaço/caminho presente nas cenas descritas nas orações examinadas. O mapeamento sintático-semântico dos elementos que coocorrem com os VMTD mostrou que o tipo de movimento realizado pelo sujeito pode sugerir uma formulação inicial de uma rede construcional para esses verbos, já que o modo como o sujeito realiza a ação define os esquemas de movimento ou de deslocamento.

O sujeito do VMTD sempre desempenha o papel semântico de agente, por causa da necessidade de um desencadeador da ação. Na maioria dos casos, o OD representa o participante afetado pela ação do sujeito, aquele que é deslocado de um ponto a outro. Nessa condição, o OD desempenha o papel semântico de paciente nos subesquemas de manipulação e de transporte. Os casos de OD não afetado foram registrados no subesquema de trajeto, com duas microconstruções: uma em que o OD desempenha o papel semântico de locativo, e outra em que o OD é associativo.

A análise da estrutura argumental dos VMTD mostrou que a ordenação sintática prototípica do português – S V O –, acrescida de um SPrep, está presente na maioria das orações investigadas. As diferentes combinações sintático-semânticas desses verbos indicaram distintas possibilidades de agrupá-los, com base nos papéis semânticos de seus argumentos. Naturalmente, alguns desses verbos podem participar de mais de um *frame*, mesmo em seu sentido básico. Esse ponto não foi explorado aqui.

O acionamento de um dado *frame* está relacionado ao conhecimento comum compartilhado entre os usuários da língua e empregado na tarefa de decodificar categorias envolvidas na interação comunicativa, sejam elas linguísticas ou não. Especificamente, no reconhecimento de um dado enunciado em que há um VMTD, é preciso considerar o tipo de movimento corporal, o modo de manipulação dos objetos e o espaço percorrido pelos participantes do evento.

De acordo com as orações analisadas, a construção com VMTD apresenta um alto grau de esquematicidade, uma vez que diferentes tipos de sujeito e de OD podem preencher seus *slots*. É também produtiva, pois licencia três subesquemas e oito microconstruções. Além disso, é composicional porque o significado das orações que a instanciam é derivável do significado de suas partes. Dito de outro modo, a oração com VMTD é analisável em termos do significado de suas partes componentes.

REFERÊNCIAS

- BYBEE, J. **Language, usage and cognition**. Cambridge: Cambridge University Press, 2010.
- CHAFE, W. **Meaning and the structure of language**. Chicago: University of Chicago Press, 1970.
- CROFT, W. **Radical construction grammar: syntactic theory in typological perspective**. Oxford: Oxford University Press, 2001.
- CROFT, W.; CRUSE, D. A. **Cognitive linguistics**. Cambridge: Cambridge University Press, 2004.
- DU BOIS, J. W. Argument structure. Grammar in use. In: DU BOIS, J. W.; KUMPF, L. E.; ASHBY, W. J. (Eds.). **Preferred argument structure: grammar as architecture for function**. Amsterdam: John Benjamins, 2003. p. 12- 60.
- FILLMORE, C. Frames and the semantics of understanding. **Quaderni di Semantica**, v. 6, p. 222-255, 1985.
- FrameNet. Disponível em: <<https://framenet.icsi.berkeley.edu/fndrupal/>>. Acesso em: 10 abr 2015.
- FURTADO DA CUNHA, M. A. (Ed.). **Corpus Discurso & Gramática: a língua falada e escrita na cidade do Natal**. Natal: EDUFRN, 1998.
- FURTADO DA CUNHA, M. A.; SILVA, J. R.; BISPO, E. B. Linguística funcional centrada no uso: conceitos básicos e categorias analíticas. In: CEZARIO, M. M.; FURTADO DA CUNHA, M. A. (Orgs.). **Linguística centrada no uso: uma homenagem a Mário Martelotta**. Rio de Janeiro: Mauad X/FAPERJ, 2013. p. 13-40.
- GIVÓN, T. **Syntax: a functional-typological introduction**. v. 1. New York: Academic Press, 1984.
- _____. **Syntax: an introduction**. v. 1. Amsterdam/Philadelphia: John Benjamins, 2001.
- GOLDBERG, A. E. **A construction grammar approach to argument structure**. Chicago: University of Chicago Press, 1995.
- OLIVEIRA, M. R. de; ROSÁRIO, I. da C. do. (Orgs.). **Linguística centrada no uso: teoria e método**. Rio de Janeiro: Lamparina/FAPERJ, 2015.
- TAYLOR, J. R. **Cognitive grammar**. Oxford: Oxford University Press, 2002.
- TRAUGOTT, E. C.; TROUSDALE, G. **Constructionalization and constructional change**. Oxford: Oxford University Press, 2013.

A gramaticalização da construção V1_{VERBO DE MOVIMENTO} + V2_{GERÚNDIO} e a expressão do aspecto iterativo no Português

Adriana Maria Tenuta¹

Universidade Federal de Minas Gerais

Sueli Maria Coelho²

Universidade Federal de Minas Gerais

RESUMO: Este trabalho aborda, na perspectiva da linguística cognitiva, a construção V1_{verbo de movimento} + V2_{gerúndio} do português, de valor aspectual iterativo. Observamos certas restrições sintáticas impostas pela gramaticalização dessa perífrase, como o caráter abstrato de V2, e apresentamos motivações cognitivas para essa gramaticalização. Identificamos, nesse sentido, alguns elementos envolvidos na conceptualização do conteúdo primitivo de V1, como, por exemplo, a existência de um esquema imagético de TRAJETO subjacente ao significado de cada verbo participante como verbo de movimento da construção. Vimos que a entidade semântica de MODO, integrante do significado de andar, que expressa o deslocamento por meio de um movimento corpóreo muito básico do ser humano, não integra os demais verbos da categoria V1: *ir*, *sair* e *vir*. Percebemos um valor atélico ligado a V1, revelado tanto por testes de gramaticalidade, como pela coincidência de algumas configurações na representação da maneira como o esquema imagético se aplica ao conteúdo dos verbos de movimento gramaticalizados na construção estudada.

¹ Licenciada em Letras: português/inglês, mestre em Linguística (UFMG) e doutora em Linguística Teórica e Descritiva (UFMG). Professora da Faculdade de Letras da Universidade Federal de Minas Gerais (FALE/UFMG) e docente do quadro permanente do Programa de Pós-Graduação em Estudos Linguísticos (POSLIN). E-mail: atenuta@gmail.com.

² Licenciada em Letras: português/inglês, mestre em Língua Portuguesa (PUC/MG) e doutora em Linguística Teórica e Descritiva (UFMG). Professora da Faculdade de Letras da Universidade Federal de Minas Gerais (FALE/UFMG) e docente do quadro permanente do Programa de Pós-Graduação em Estudos Linguísticos (POSLIN). E-mail: sucoelho@ufmg.br.

PALAVRAS-CHAVE: linguística cognitiva; gramaticalização; verbo de movimento; construção aspectual iterativa.

Considerações iniciais

Ao analisarmos a classe dos verbos no português, não nos resta dúvida de que a categoria de *tempo* é não apenas marcada morfológicamente, como também muito sobressalente, o que, por vezes, leva o falante a associar a classe à categoria, concebendo o *tempo* como a verdadeira alma do verbo. Isso decorre, principalmente, do fato de que, seguindo a tradição das línguas românicas, a “última flor do Lácio” não dispõe de um morfema específico para marcar a categoria de *aspecto*, como o *tem* para outras categorias verbais, a saber: *tempo*, *modo*, *número* e *pessoa*. Assim, segundo Câmara Jr. (1989 [1941], p. 143),

no puro nível gramatical da conjugação a categoria de aspecto funciona subsidiariamente em português. O recurso consiste no uso de conjugações compostas, ou perifrásticas, em que um verbo auxiliar se combina com determinada forma verbal para expressar um dado aspecto, variando concomitantemente para indicar o tempo e o modo.

Vê-se, pois, que, se para expressarmos o *tempo*, categoria dêitica que constitui o eixo das conjugações verbais nas línguas românicas, valemo-nos prioritariamente de morfemas, em se tratando de expressar o *aspecto*, isto é, “a visão objetiva da relação entre o processo e o estado expressos pelo verbo e a idéia de duração ou desenvolvimento [...], a representação espacial do processo” (CASTILHO, 1968, p. 14), vimo-nos impelidos a recorrer a recursos subsidiários de natureza léxico-sintática, principalmente às perífrases verbais. Partilhamos da concepção de Câmara Jr. (1989 [1941]), para quem, nas línguas ocidentais modernas, a categoria de *aspecto* não se suprimiu em proveito da categoria de *tempo*, tratando-se apenas da predominância desta para o sistema de conjugação verbal, dado que “as próprias formas verbais simples, estruturadas nas linhas da categoria de tempo, trazem em si, subsidiariamente, uma significação aspectual” (p. 143). Avaliamos, contudo, que é por meio de perífrases verbais – aqui concebidas como construções, nos termos de Goldberg (1995) – que expressamos, com maior propriedade, tal categoria no português. Assim como Barroso (1994), entendemos que

a análise do **aspecto verbal** deve basear-se não tanto na conjugação fundamental dos tempos simples, mas sobretudo no sistema complementar [...], constituído, formalmente, por **verbo auxiliar** (= verbo morfemático) + uma forma nominal do verbo principal: **infinitivo**, **gerúndio** ou **particípio**” (BARROSO, 1994, p. 13, grifos do autor).

O próprio Câmara Jr. (1989 [1941]), a despeito de alertar, com propriedade, para a significação aspectual latente nas formas simples do verbo, reconhece que a auxiliarização é um

recurso que subsidia a expressão dessa categoria verbal, por meio da combinação de um verbo auxiliar (V1) com uma forma verbo-nominal (V2), tal como ilustrado em (01):

(01) “*Ando pensando* muito em você.” (CONY, 1996, *Corpus do Português*, grifos nossos)

A construção perifrástica destacada em (01) traduz um aspecto iterativo, já que denota um evento que, do ponto de vista de seu desenvolvimento, sofre interrupções, criando a ideia de repetição³. Esse efeito iterativo é obtido pela combinação do auxiliar *andar* com o gerúndio do verbo *pensar*. Inequivocamente, o verbo auxiliar traduz, como uma forma morfemática, o tempo da conjugação verbal da perífrase, mas é no conjunto como um todo que se manifesta a ideia de pluralização do evento, por meio de interrupções pontuais no curso de seu tempo interno, motivo pelo qual estamos concebendo a perífrase aspectual como uma construção.

É amplamente discutido na literatura (cf. BENVENISTE, (1995 [1966])) que a auxiliarização é um recurso resultante de um processo de mudança linguística denominado *gramaticalização* e entendido, em sentido *stricto*, como uma mudança categorial que envolve a transformação de palavras lexicais em palavras gramaticais. Tal processo implica abstração dos itens envolvidos, o que, segundo Heine, Claudi e Hünne Meyer (1991), já fora aventado desde o século décimo por estudiosos orientais. Hopper e Traugott (1993) avaliam que, em se tratando da teoria gramatical, as especulações mais elaboradas nesse sentido são tributárias de Humboldt, um filósofo humanista alemão que, em 1822, defendeu a tese de que “a estrutura gramatical das línguas humanas era precedida por um estágio evolucionário da linguagem em que apenas as idéias concretas poderiam ser expressas⁴” (HOPPER E TRAUGOTT, 1993, p. 18, tradução nossa). Analisando a construção aspectual ilustrada em (01), percebemos que o verbo *andar*, que se gramaticalizou como auxiliar, passou por um processo de abstração, não expressando mais a ideia concreta de um deslocamento físico no espaço, que expressava, ainda que indiretamente, enquanto categoria lexical. Nessa nova função, *andar* traduz um movimento abstrato, um deslocamento no interior do evento

³ Travaglia (1985, p. 58) defende que repetição é uma noção semântica aspectual que existe “porque existem interrupções no TEMPO de ocorrência de uma situação”, o que leva à interpretação de que há uma coleção de situações (CASTILHO, 1968). Visão distinta tem Costa (1997), para quem “a repetição de um fato não pode, a rigor, ser interpretada como pertinente à sua constituição temporal interna. No caso da interação (sic) têm-se claramente fatos verbais idênticos que se repetem no tempo. São portanto fatos que se sucedem na linha de tempo não se fazendo necessariamente referência à constituição temporal interna de cada um deles. Temos aí portanto o caso de fatos distribuídos no tempo e não de tempo interno ao fato” (COSTA, 1997, p. 25, grifos da autora). Assim como Travaglia (1985) e Castilho (1968), estamos assumindo que a iteração é uma noção aspectual.

⁴ Do original: [...] “the grammatical structure of human languages was preceded by an evolutionary stage of language in which only concrete ideas could be expressed.” (HOPPER; TRAUGOTT, 1993, p. 18).

verbal, o que lhe permite combinar-se com uma forma nominal de gerúndio, cuja natureza adverbial marca essencialmente um processo inconcluso.

Dedicamo-nos, pois, neste capítulo, às tarefas de descrever e de analisar as construções formadas de V1_{verbo de movimento} + V2_{gerúndio} para conotação do aspecto iterativo no português, buscando, à luz do aparato teórico da linguística cognitiva, explicar o papel dos verbos de movimento nessas construções, considerando-se que o gerúndio já traduz, por excelência, um processo em curso. Assim, na primeira seção, descrevemos as construções aspectuais objeto de nosso estudo, analisando as restrições sintáticas impostas pela gramaticalização; na segunda seção, apresentamos as motivações cognitivas para tais restrições e, na terceira, especulamos acerca do aporte semântico dos verbos de movimento para a construção aspectual de gerúndio.

1. A construção V1_{VERBO DE MOVIMENTO} + V2_{GERÚNDIO}

Dado que as construções encabeçadas por verbo de movimento constituem nosso objeto de estudo, cabe-nos, primeiramente, conceituar o termo ou, ao menos, delimitar o que estamos concebendo como *verbo de movimento* no âmbito deste trabalho. A despeito de a noção de movimento encontrar-se presumida em um grande conjunto de verbos da língua, sobretudo se considerarmos os movimentos abstratos, estamos tratando como verbos de movimento, no contexto deste estudo, apenas aqueles verbos que primitivamente, direta ou indiretamente, traduzem o deslocamento físico concreto que um corpo faz no espaço e que integram, nos termos de Talmy (2000), um *evento de movimento* básico. Este consiste, segundo o autor (2000, p. 25) “de um objeto (Figura) em movimento ou localizado em relação a outro objeto (o objeto de referência ou o Fundo). Ele é analisado como tendo quatro componentes: além da Figura e do Fundo, há o Caminho e o Movimento.⁵”. Como verbos (ou eventos) de movimento incluem-se, então, em nossa análise, *chegar, entrar, ir, sair, vir* e *voltar*, além de *andar*, em contextos como estes:

(02) “Voltei até o dormitório e andei entre as camas dos órfãos, atarantado.” (RESENDE, 1963, *Corpus do Português*, grifos nossos)

(03) “[...] e descendo sempre a serra, *chegaram* à periferia de Belém, que agora se chama Japeri.” (CONY, 1996, *Corpus do Português*, grifos nossos)

⁵ Do original: “The basic Motion event consists of one object (the Figure) moving or located with respect to another object (the reference object or Ground). It is analyzed as having four components: besides Figure and Ground, there are Path and Motion. The Path (with a capital P) is the path followed or site occupied by the Figure object with respect to the Ground object” (TALMY, 2000, p. 25)

(04) “Num instante *entrou* no rio e retirou a afogada [...]” (ABREU, 1990, *Corpus do Português*, grifos nossos)

(05) “Ontem à tarde, *fui* ao banco receber um empréstimo que propus.” (BARRETO, 1953, *Corpus do Português*, grifos nossos)

(06) “*Saíram* do teatro, lá fora o movimento da praça era alegre [...]” (OLINTO, 1989, *Corpus do Português*, grifos nossos)

(07) “O Dr. Amorim faleceu hoje, às duas horas da tarde. *Venho* do enterro.” (PEIXOTO, 1982, *Corpus do Português*, grifos nossos)

Em todos os contextos ilustrados acima, os verbos destacados são itens lexicais, já que são dotados de significação extralinguística; além disso, traduzem um movimento físico concreto e possuem um sujeito [+ animado] e [+ agente], capaz de atuar deliberadamente sobre o evento. Considerando-se que o processo de abstração é inerente às línguas, o que contribui tanto para a expansão semântica dos itens no domínio do léxico, quanto para a criação de novas formas gramaticais⁶, esses verbos podem ocorrer em contextos mais abstratos, preservando ainda o estatuto de item lexical (cf. (08) e (09)), ou, esvaziando-se do conteúdo nocional que lhes assegura a natureza lexical, assumir estatuto de item gramatical, funcionando tanto como verbo relacional (cf. (10)), quanto como verbo auxiliar (cf. (11)), conforme ilustrado a seguir:

(08) “Aos poucos a voz recobrava a modulação e as cores *voltavam* ao rosto.” (GARCIA-ROZA, 1996, *Corpus do Português*, grifos nossos)

(09) “Seu nome *andava* na voz do povo, era um homem marcado, sua vida podia ter os dias contados.” (AMARAL, 1992, *Corpus do Português*, grifos nossos)

(10) “Até Aninha *anda* assustada; se benze toda vez que a encontra assim.” (CARVALHO, 1971, *Corpus do Português*, grifos nossos)

(11) “Ele também *anda falando* do mestre, botando para cima dele este negócio de lobisomem.” (REGO, 1943, *Corpus do Português*, grifos nossos)

Dos contextos ora ilustrados, ocupar-nos-emos, conforme já estabelecido, daquele exemplificado em (11), em que o verbo de movimento gramaticalizou-se como auxiliar de uma construção aspectual iterativa. Considerando-se que, segundo Lehmann (1982), o processo de gramaticalização implica, além da abstração semântica, restrição sintática, algumas

⁶ Apesar de o léxico ser mais aberto a incorporações e a gramática mais restrita quanto a isso, processos de ampliação de itens ocorrem nos dois domínios, sendo denominados, respectivamente, de lexicalização e de gramaticalização.

questões se nos impõem: (i) todos os verbos de movimento selecionados gramaticalizam-se como marcadores aspectuais ou existe alguma restrição sintagmática? (ii) se tal restrição existe, o que a determina: a natureza ou o tipo de V2, o grau de abstração ou o tipo de V1, fatores ligados à (a)telicidade das formas...?

Constatado o processo de abstração semântica por que passam os verbos de movimento ao assumirem o estatuto de verbo auxiliar, esperávamos, pois, identificar alguma restrição sintática atuando na construção. Cogitamos, inicialmente, se a classe acional de V2 poderia restringir a combinação, ou seja, se o verbo de movimento não se combinaria com um V2 de determinada(s) classe(s), segundo categorização proposta por Vendler (1967). Dados de *corpora* mostraram-nos, contudo, que não há uma restrição quanto à classe acional vendleriana, já que o valor aspectual iterativo é identificado tanto com verbos de estado, quanto com aqueles de atividade, de *accomplishment* e de *achievement*, segundo ilustram, respectivamente, os dados de (12) a (15):

(12) “*Andava pensando* vagamente em comparecer a uma sessão espírita.” (VERÍSSIMO, 1961, *Corpus do Português*, grifos nossos)

(13) “À medida que o judeu *ia falando*, o rosto do velho ia-se animando com dor e mágoa cada vez mais sentida.” (GAMA, 1950, *Corpus do Português*, grifos nossos)

(14) “[...] eram marcos duma rota interior reconhecida por leituras, conversas e referências ligadas ao mundo que já há muito *vinha construindo*.” (BAPTISTA, 1985, *Corpus do Português*, grifos nossos)

(15) “Diante desse quadro, o Presidente *andou caindo* em matéria de popularidade, segundo órgãos de pesquisa.” (PAES DE ANDRADE, 1997, *Corpus do Português*, grifos nossos)

Embora não haja restrição sintagmática determinada pela classe acional de V2, os dados revelaram que existe alguma restrição determinada pela tipologia verbal. Assim, caso V2 seja também um verbo de movimento, a noção de deslocamento concreto de V1 tende a não se abstrair, o que impede que a oração reduzida de gerúndio que o determina seja reanalisada como uma forma nominal (V2gerúndio) integrante da construção, mantendo, assim, seu valor originalmente modal, conforme demonstram estes contextos:

(16) “E apinhando os dedos atirou um beijo à prima e *saiu correndo*.” (ALENCAR, 1857, *Corpus do Português*, grifos nossos)

(17) “*la andando*, parava de vez em quando, olhava para mim e ria de novo.” (FERREIRA, 1959, *Corpus do Português*, grifos nossos)

(18) “Só muito tempo depois, quando começou a chover, é que ele *veio andando* para casa, sentindo que não podia esperar mais nada da vida.” (RODRIGUEZ, 1944, *Corpus do Português*, grifos nossos)

Essa restrição é reforçada quando analisamos contextos em que a noção de movimento de V2 já é abstrata, isto é, quando esse verbo está sendo empregado em um sentido conotativo. Nesse caso, não há impedimento para a reanálise, resultando, portanto, numa construção aspectual, conforme se observa a seguir:

(19) “Uma vez um capitão de navio, muito rico, *andava* correndo terras in procura de uma moça para com ela se casar [...]” (PAIVA, 1952, *Corpus do Português*, grifos nossos)

(20) “[...] é por causa do marido daquela dondoca com quem Júlio *anda saindo*.” (GARCIA-ROZA, 1996, *Corpus do Português*, grifos nossos)

Essa tese da incompatibilidade entre dois verbos de movimento se enfraquece, contudo, diante da legitimidade de algumas construções aspectuais cuja estrutura é $V1_{ANDAR} + V2_{VERBO DE MOVIMENTO}$, tal como ilustrado a seguir:

(21) “De novo, minha filha?! Você não acha que ela *anda vindo* muito aqui em casa [...]?” (PRESENÇA DE ANGELITA⁷, [20--])

Até onde pudemos verificar a partir da pesquisa em *corpora*, trata-se de uma idiosincrasia do verbo *andar* e que pode ser justificada tanto pela fonte de auxiliarização da forma, quanto por questões cognitivas ligadas a seus esquemas corpóreos. Parece-nos que, nesses contextos, não temos dois verbos de movimento, mas apenas o V2 o é. Estamos propondo que a fonte de $V1_{ANDAR}$ nessa construção aspectual não é o verbo lexical, mas o verbo relacional e, portanto, já esvaziado semanticamente de uma possível noção de movimento concreto, dado tratar-se de um verbo gramatical. Esse raciocínio vai ao encontro da escala de gramaticalização de verbo pleno a auxiliar proposta por Coelho e Vitral (2010, p. 95): “verbo pleno > (verbo relacional) > verbo auxiliar”. Nessa perspectiva de análise, a fonte do verbo *andar* que se gramaticaliza como auxiliar das construções aspectuais com V2 de movimento seria o segundo estágio do *continuum*, isto é, o verbo relacional. Essa interpretação dos fatos coaduna com a visão de Chaves de Melo (1968), segundo a qual a língua portuguesa é muito rica em *liames verbais* ou *verbos de ligação*, os quais são variantes do verbo *ser*, exprimindo um de seus aspectos: “*andar* sugere prolongamento de um estado, incluindo um passado recente e sugerindo um futuro próximo” (CHAVES DE MELO, 1968, p. 198). Logo, a construção de aspecto iterativo é legitimada pela natureza aspectual de um auxiliar relacional e a presença de um verbo de movimento. Para além dessa questão ligada ao *continuum* de gramaticalização de V1, conforme demonstraremos na próxima seção, cognitivamente o verbo *andar* não conota, diretamente, um trajeto/movimento, mas sim um

⁷ PRESENÇA de Angelita. Rede Sim. [S.l.]. [20--]. Disponível em: <<http://www.geocities.ws/mecsen/s01.htm>>. Acesso em: 31 jul. 2017.

modo de movimento, o que, portanto, licencia a construção aspectual, à semelhança dos verbos de movimento abstrato.

Outra restrição sintagmática identificada para as construções aspectuais analisadas diz respeito a V1. Dos sete verbos de movimento estudados, apenas quatro (*andar, ir, sair e vir*) gramaticalizam-se como auxiliares em construções aspectuais. Os verbos *chegar, entrar e voltar* não funcionam como auxiliares aspectuais, já que, em contextos de justaposição com o gerúndio, preservam o valor original do movimento concreto. Essa não abstração semântica de V1 impede a reanálise da oração adverbial modal em V2, conforme demonstrado pelos dados a seguir:

(22) “Há dias, ela *chegou rindo*, doida pra me contar uma coisa que certamente me escandalizaria.” (GATTAL, 1995, *Corpus do Português*, grifos nossos)

(23) “*Entrou gritando* desde a porta da rua pelo Coruja [...]” (AZEVEDO, 1889, *Corpus do Português*, grifos nossos)

(24) “Supôs com isso receber, ainda, a esmola de uma ternura, mas o portador *voltou dizendo* que a carta não tinha resposta.” (D’ALMEIDA, 1943, *Corpus do Português*, grifos nossos).

Certamente uma análise cognitiva dos tipos de movimento desses verbos será capaz de evidenciar outras idiosincrasias. Essa análise, contudo, será objeto da próxima seção. Por ora, dedicar-nos-emos a verificar se traços ligados à (a)telicidade de V1 são também restritivos na construção. Para tanto, vamos submeter os verbos *chegar, entrar e voltar* ao teste da combinação com um sintagma preposicional (SPrep) por *x tempo*, o que indica atelicidade:

(25) * Ele *chegou às reuniões por dois anos*, até ser admitido como pesquisador.

(26) * Ele *entrou no grupo por dois anos*, até ser admitido como pesquisador.

(27) * Ele *voltou às reuniões por dois anos*, até ser admitido como pesquisador.

Embora a substituição acima tenha produzido sentenças agramaticais, sugerindo contextos atélicos, tais verbos suportam o teste da combinação com um SPrep *em x tempo*, o que é um fator indicativo de telicidade:

(28) Após o show, o músico *chegou ao hotel em trinta minutos*.

(29) Após o sinal da produção, o músico *entrou no palco em cinco minutos*.

(30) Ao ouvir os aplausos calorosos da platéia, o músico *voltou ao palco em cinco minutos*.

Antes de tecer alguma generalização mais categórica acerca do papel da (a)telicidade de V1 nas construções aspectuais, cabe-nos submeter os quatro verbos que se gramaticalizam em tais construções aos mesmos testes, para avaliar se apresentam comportamento semelhante:

(31) a. O atleta *andou no calçadão por uma hora* ontem.

(31) b. *O atleta *andou no calçadão em uma hora* ontem.

(32) a. A mãe da vítima *saiu da sessão do júri por uma hora* e depois retornou.

(32) b. (?) A mãe da vítima *saiu da sessão do júri em uma hora* e depois retornou.

(33) a. Aquele trabalhador *foi diariamente à empresa por trinta anos*.

(33) b. * Aquele trabalhador *foi diariamente à empresa em trinta anos*.

Excetuando-se a gramaticalidade discutível (?) de (32.b), cuja aceitabilidade requer uma leitura pragmática de tempo de permanência no local, os testes confirmam que, para além da restrição que veta a combinação de dois verbos de movimento, a possibilidade de V1 figurar em predicados atélicos é também um traço determinante para a gramaticalização dos verbos de movimento em construções aspectuais iterativas. Como já antecipado, outras questões ligadas à motivação cognitiva da gramaticalização de tais verbos serão exploradas na próxima seção, o que poderá, inclusive, trazer alguma outra luz sobre a questão da atelicidade ora formulada, além de auxiliar-nos na identificação de outras possíveis restrições.

2. Explorando a hipótese cognitiva

Para abordarmos a motivação cognitiva para a gramaticalização envolvida na construção aspectual iterativa $V1_{\text{verbo de movimento}} + V2_{\text{gerúndio}}$, iniciaremos por destacar, no contexto da relação entre significado linguístico e percepção cognitiva, a noção de *esquema imagético*, proposta tanto em Lakoff (1987), quanto em Johnson (1987), que, de forma geral, pode ser compreendida como uma estrutura mental de conhecimento, abstraída, armazenada e disponibilizada a partir de experiência recorrente, principalmente de natureza corpórea. No tocante à construção de que nos ocupamos, propomos, de imediato, que os verbos que se encontram na posição de V1, por apresentarem conteúdo lexical originalmente relacionado a movimento, pressupõem, na base desse valor semântico, o esquema imagético FONTE-CAMINHO-META (TRAJETO).

Essa relação dos verbos de movimento em V1 com o esquema imagético do TRAJETO está em congruência com a proposta de Talmy (2000) para os eventos de movimento, definidos e caracterizados na seção precedente. Consideramos também, em nossa análise, a perspectiva semântica de Langacker (2008)⁸, segundo a qual o significado consiste tanto

⁸ Agradecemos a Aparecida Araújo Oliveira pelas contribuições, em comunicação pessoal, acerca de questões referentes ao modelo teórico da gramática cognitiva.

de conteúdo conceitual, quanto da imposição de um *construal* (“nossa habilidade manifesta de conceber e retratar a mesma situação de formas alternativas” (p. 43)) sobre esse conteúdo. Relativamente a *construal*, na delimitação de um significado, são importantes as noções de ‘escopo máximo’, de ‘escopo mínimo’ e de ‘perfil’:

Às vezes precisamos distinguir entre o escopo máximo de uma expressão em um domínio, i.e. toda a extensão de sua cobertura, e um escopo imediato limitado, a porção diretamente relevante para um propósito específico. O escopo imediato está, assim, na figura em relação ao escopo máximo. Metaforicamente, podemos descrevê-lo como a região ‘do palco’, a região de atenção na visualização geral. (LANGACKER, 2008, p. 63, tradução nossa)⁹.

Sob esse tratamento teórico, podemos considerar que os verbos que estamos enfocando em V1, por serem verbos de movimento, têm como escopo máximo os domínios do tempo (verbo) e do espaço (movimento), apresentando, como escopo mínimo, ou seja, como base para cada perfilamento, um trecho específico desses domínios. O perfil, ou seja, “a entidade designada por (...) [a] expressão¹⁰”, em todos os casos, incluiria o TRAJETO, em sua inteireza, ou em parte (fases).

Nossa análise vai, assim, ao encontro da de Sigiliano (2012), que investigou a construção de aspecto inceptivo constituída pelo padrão sintático [V1_{fin} (prep) V2_{inf}] da língua portuguesa, na qual V1 tem flexão de tempo, modo e pessoa e V2 é um verbo no infinitivo. Essa autora também apontou a existência da metáfora de movimento ligada aos verbos não prototípicos em V1 da construção por ela analisada, ou seja, mostrou que o sentido lexical daqueles verbos expressa “a categoria cognitiva de movimento” (SIGILIANO, 2012, p. 35), o que é exemplificado por “Veio-lhe então um sobressalto de contentamento mas logo depois **caiu a entristecer**: sentia-se muito só, não lhe bastava o amor do pai e da velha Barbara; queria uma afeição mais exclusiva, mais dela. (CP, O Mulato, Aluísio de Azevedo, XIX)” (SIGILIANO, 2012, p. 34).

Com o objetivo de reunir subsídios para nossa proposição, começamos, a partir de agora, a descrever mais especificamente o sentido lexical de alguns verbos de movimento em termos do que expressam com relação à experiência corpórea humana e/ou em termos dos elementos que são destacados na conceptualização de seu conteúdo lexical específico

⁹ Do original: “We sometimes need to distinguish between an expression’s maximal scope in some domain, i.e. the full extent of its coverage, and a limited immediate scope, the portion directly relevant for a particular purpose. The immediate scope is thus foregrounded vis-à-vis the maximal scope. Metaphorically, we can describe it as the “onstage region”, the general region of viewing attention. (LANGACKER, 2008, p. 63).

¹⁰ Do original: “[...] the entity designated by (...) [the] expression”. (LANGACKER, 2008, p. 64).

(perfil), ou, ainda, em termos do(s) esquema(s) imagético(s) que estaria(m) subjacente(s) a seus conteúdos lexicais. Enfocaremos, inicialmente, os verbos *andar*, *ir*, *vir* e *sair*, identificados como participantes da construção analisada; adicionalmente, exploraremos alguns outros verbos de movimento, não participantes, para efeito de delimitação da abrangência da construção.

Andar significa caminhar, dar passos; expressa, assim, uma atuação corpórea que, potencialmente, permite deslocamento pelo TRAJETO. A construção do significado desse verbo pressupõe um TRAJETO subjacente sem indicação de pontos de início ou de fim. Assim, uma possível representação para esse trajeto pressuposto, encontrado na base dessa conceptualização, seria----->..... Como já antecipamos, *andar* envolve, em seu recorte conceptual, a expressão de MODO, ou seja, expressa a maneira como se desloca, como se caminha, que é, prototipicamente, usando-se as pernas, dando-se passos. Andar é o único dos verbos de movimento participantes da construção enfocada em nossa análise que expressa essa entidade semântica de MODO¹¹.

Ir tem também, na base de sua conceptualização, o TRAJETO, mas perfila o deslocamento de um ponto a outro, podendo ser representado por A---->B. Apesar de expressar orientação, não especifica direção. Em alguns casos, quando o falante é conceptualizado como um participante da cena, localizando-se no ponto A da representação proposta, esse verbo admite uma leitura dêitica.

Vir, por sua vez, também tem, na base de sua conceptualização, o TRAJETO e perfila o deslocamento de um ponto a outro, podendo ser representado por A<----B. Assim como *ir*, expressa orientação, mas se distingue dele por possuir um caráter dêitico constante, já que o deslocamento, nessa conceptualização, é especificado na direção do ponto A, no qual se encontra também o conceptualizador/falante.

O sentido lexical de *sair* também pressupõe uma base de TRAJETO, mas incorpora outro esquema imagético, o de RECIPIENTE. Na representação da conceptualização desse conteúdo, os colchetes circundando o ponto A do TRAJETO simbolizam o RECIPIENTE, da seguinte forma: [A--]>>B.

Corroborando a restrição sugerida pelos testes semânticos aplicados na primeira seção,

¹¹ Outros verbos de movimento que também perfilam MODO, como *correr*, *nadar*, *voar*, *viajar* etc, apesar de também envolverem um TRAJETO pressuposto em sua conceptualização e modos específicos de deslocamentos por esses trajetos, não se gramaticalizam nas construções que estamos analisando, o que implica que a entidade semântica MODO, nos termos de Talmy (2000), constitui mais um fator restritivo para a construção e reforça a tese de que a fonte de gramaticalização de *andar* licencia sua ocorrência na construção aspectual iterativa, conforme propusemos, com base em Coelho e Vitral (2010).

não há telicidade envolvida na conceptualização de nenhum desses verbos. Isso pode ser percebido, nas representações propostas, por não haver coincidência alguma entre a direção da seta indicativa do movimento e um ponto perfilado no trajeto, ou seja, em destaque na conceptualização.

Cabe-nos agora, então, analisar a estrutura conceptual dos itens lexicais *chegar*, *entrar* e *voltar*, que, embora apresentem também o conteúdo cognitivo subjacente de TRAJETO, não se gramaticalizam, como demonstrado, na construção aspectual iterativa $V1_{\text{VERBO DE MOVIMENTO}} + V2_{\text{GERÚNDIO}}$.

Chegar significa um deslocamento pelo TRAJETO, de um ponto a outro no espaço, perfilando o ponto final desse deslocamento, independentemente da direção do movimento, e não inclui ponto de vista do conceptualizador. Pode ter a seguinte representação: **A----->B**.

Entrar, como *sair*, além de refletir um conteúdo de TRAJETO pressuposto, ou seja, um deslocamento prévio, orientado para uma direção não especificada, reflete ainda um conteúdo de RECIPIENTE, um fechamento referente ao ponto de chegada desse deslocamento. A conceptualização desse conteúdo verbal também não depende da perspectiva do conceptualizador e pode ser assim representada: **[A<--]--B**.

Voltar, por se contrapor a *ir*, teria uma representação semelhante à daquele verbo, apenas com uma indicação de seta também no sentido contrário, por pressupor a ida na conceptualização da volta: **A<----->B**. No entanto, dos dois sentidos da seta, apenas o que aponta para A, ponto de chegada do TRAJETO perfilado, estaria em negrito na representação.

Nossa análise revela que, contrariamente ao grupo dos verbos de movimento que se gramaticalizam como marcadores de aspecto iterativo, nesse grupo, identificamos telicidade envolvida na conceptualização de todos os verbos, confirmando, também sob a perspectiva cognitiva, a hipótese formulada na primeira seção acerca da restrição desse traço semântico para a categoria V1 da construção analisada. Essa telicidade está simbolizada, nas representações propostas, pela coincidência entre a direção da seta indicativa do movimento e um ponto perfilado no TRAJETO, ambos em negrito.

Assim, a partir do quadro teórico da Linguística Cognitiva, que postula a existência de processamentos subjacentes ao uso da linguagem, como a abstração de esquemas cognitivos ancorados na experiência recorrente e a fixação desses esquemas como estruturas de conhecimento disponíveis para o processamento de novas experiências, chegamos às seguintes generalizações acerca dos verbos de movimento participantes da construção aspectual iterativa $V1_{\text{VERBO DE MOVIMENTO}} + V2_{\text{GERÚNDIO}}$:

a) todos os verbos ocupantes da posição sintática V1 são verbos de conteúdo lexical primitivo de movimento conceptualizado a partir do esquema imagético do TRAJETO sub-

jacente, ou seja, todos têm esse esquema em sua base conceptual ou o pressupõem e alguns deles perfilam pontos ou aspectos do deslocamento envolvido nesse esquema. Essa característica, no entanto, não é distintiva da categoria V1, pois os demais verbos de movimento também a apresentam;

b) além de V1 ter, na base de sua conceptualização, um esquema imagético de TRAJETO, essa posição sintática tende a não aceitar verbos que expressam MODO. *Ir*, *vir* e *sair* expressam apenas TRAJETO. Dentre os verbos de movimento que apresentam o elemento semântico MODO, o único que identificamos como passível de ocupar a posição V1 da construção aspectual iterativa é o verbo andar. Talvez possamos considerar que o ato de *andar* destaque-se dentre os atos expressos por verbos de movimento que perfilam MODO por ser mais diretamente corpóreo, ter um *status* de uma movimentação ontogenética mais básica e, de alguma forma, anteceder e/ou acompanhar, na experiência, os atos de *ir*, *vir* e *sair*;

c) os verbos de movimento que ocupam a posição de V1 na construção aspectual analisada são de natureza atélica. No entanto, essa não é condição suficiente para um verbo de movimento ocupar tal posição, já que, dos verbos de movimento investigados e que expressam o elemento semântico MODO, todos se mostraram atélicos, porém, dentre esses, apenas *andar* participa da construção;

d) o esquema imagético do RECIPIENTE, constitutivo da estrutura conceptual de alguns verbos de movimento analisados (*sair* e *entrar*), não configura uma restrição para a gramaticalização de V1, como o demonstraram ser o esquema imagético do TRAJETO, a (a) telicidade e a entidade semântica MODO.

Determinadas as restrições impostas pela gramaticalização aos integrantes da construção aspectual focalizada neste estudo, cabe-nos conjecturar acerca da contribuição de sentido conferida pelo verbo de movimento à referida construção, considerando-se a essência genuinamente imperfectiva do gerúndio. A próxima seção destina-se, pois, a discutir qual é o papel dos verbos de movimento nesse constructo verbal, em face, sobretudo, da propriedade do gerúndio para expressar a temporalidade interna do evento verbal, selecionando, inclusive, as possíveis fases desse tempo.

3. O aporte semântico do verbo de movimento para a construção aspectual iterativa

Segundo Brugmann (1905 apud CÂMARA JR., 1941 [1989]), são seis os tipos de aspecto possíveis de existir em uma conjugação verbal: (i) aspecto pontual ou momentâneo, (ii) aspecto durativo, (iii) aspecto permansivo, (iv) aspecto inceptivo, (v) aspecto cessativo ou conclusivo e (vi) aspecto resultativo. Diz-nos respeito, no escopo deste estudo, o segundo tipo, que tra-

duz “a duração do processo, o qual pode intensificar-se cada vez mais (PROGRESSIVO), ou desenrolar-se simplesmente (CURSIVO), ou repetir-se por uma série de processos pontuais (FREQUENTATIVO OU ITERATIVO)” (BRUGMANN, 1905 apud CÂMARA JR., 1941 [1989], p. 142). Pelo que pudemos averiguar em nossos dados, compete à forma nominal de gerúndio (V2) a expressão mais geral do desenrolar de uma ação em curso, sem qualquer subespecificação. Assim, o aporte semântico do verbo de movimento para a nossa construção diz respeito à subespecificação da iteratividade, advinda da interrupção pontual dos eventos expressos por V1.

Essa interpretação dos fatos ecoa com a escala unidirecional de gramaticalização de categorias proposta por Heine, Claudi e Hünne Meyer (1991):

PESSOA > OBJETO > ATIVIDADE > ESPAÇO > TEMPO > QUALIDADE

Nessa acepção, recorreremos, com base em um expediente metafórico (LAKOFF; JOHNSON, 1980), a um esquema imagético de movimento no espaço para conceptualizar uma duração/iteração no tempo. Assim, V1, expressando movimento (no espaço) combina-se com a duração (no tempo) expressa por V2. O deslocamento por um caminho envolvido no esquema imagético do TRAJETO subjacente aos verbos de movimento permite, assim, a conceptualização de que, em momentos (tempos) diferentes desse deslocamento (T1, T2 etc.), o conceptualizador se “veja” em locais (espaços) distintos (E1, E2 etc.), resultando em sucessivas configurações: T1/E1, T2/E2 etc. Desse modo, na construção enfocada, essa compreensão da trajetória como uma sucessão de conjunções tempo/espaço permite, por extensão metafórica, conceptualizar cada tempo/espaço como uma nova ocorrência do evento descrito em V2, que é exatamente o efeito de sentido da iteração e da habitualidade traduzidas por V1. Assim, nos termos da proposta semântica de Langacker (2008), os domínios do tempo e do espaço encontrados no escopo máximo dos verbos de movimento combinam-se, no âmbito desta construção, com a natureza durativa do gerúndio, de modo a possibilitar a conotação de aspecto iterativo.

Considerações finais

Neste artigo, investigamos a gramaticalização de verbos de movimento (V1) em estruturas compostas com gerúndio (V2), que consideramos ser uma construção aspectual iterativa: $V1_{\text{VERBO DE MOVIMENTO}} + V2_{\text{GERÚNDIO}}$. Os verbos que, em *corpus*, foram identificados como ocorrendo na posição de V1 dessa construção são, respectivamente, *andar*, *ir*, *sair* e *vir*, os quais, abstraídos da noção de movimento concreto, combinam-se, num contexto de justaposição

com uma oração adverbial reduzida modal, com a forma nominal de gerúndio, por meio de um processo de reanálise.

Uma vez que o gerúndio já evoca o sentido da duração, postulamos que a contribuição do verbo de movimento para a construção seria a especificação da nuance iterativa ligada a esse valor imperfectivo durativo mais amplo. Tal conteúdo encontra explicação em uma análise que considera haver uma extensão metafórica de uma sequência de locais concebidos ao longo de um trajeto (espaço) para uma sucessão, uma repetição de eventos no curso do tempo.

Uma análise de caráter cognitivo revelou um esquema imagético de TRAJETO subjacente à conceptualização dos verbos de movimento que ocorrem na posição V1 da construção; revelou também que, à exceção de *andar*, que expressa o deslocamento por meio de um movimento corpóreo considerado muito básico da experiência física humana, os demais integrantes da categoria V1 não expressam essa entidade semântica de MODO, que é muito comum a verbos de movimento. Além disso, os verbos passíveis de figurar na posição V1 são todos atélicos. No tocante a V2, a construção restringe a ocorrência de dois verbos de movimento, o que implica que V2, como verbo de movimento, será licenciado nessa construção aspectual iterativa apenas se ele traduzir um movimento já abstrato.

REFERÊNCIAS

- BARROSO, H. **O aspecto verbal perifrástico em português contemporâneo:** visão funcional /sincrónica. Porto: Porto Editora, 1994.
- BENVENISTE, E. **Problemas de lingüística geral I.** Tradução Maria da Glória Novak; Maria Luísa Neri; Rev. Isaac Nicolau Sulum. 4. ed. Campinas, SP: Pontes, Editora da Universidade Estadual de Campinas, 1995. (Linguagem crítica)
- CÂMARA JR., J. M. **Princípios de lingüística geral:** como introdução aos estudos superiores da língua portuguesa. 7ª ed. rev. e aum. Rio de Janeiro: Padrão Livraria Editora, 1989.
- CASTILHO, A. de. **Introdução ao estudo do aspecto verbal na língua portuguesa.** Marília: Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras, 1968. (Coleção de Teses, 6).
- CHAVES DE MELO, G. **Gramática fundamental da língua portuguesa.** Rio de Janeiro: Livraria Acadêmica, 1968.
- COELHO, S. M.; VITRAL, L.T. O estatuto gramatical dos verbos relacionais. In: VITRAL, L.; COELHO, S. (Orgs.). **Estudos de processos de gramaticalização em português:** metodologias e aplicações. Campinas, SP: Mercado de Letras, 2010. p. 75-104.
- DAVIES, M.; FERREIRA, M. (2006-) **Corpus do Português:** 45 million words, 1300s-1900s. Available online at <http://www.corpusdoportugues.org>.
- GOLDBERG, A. **Constructions:** a construction grammar approach to argument structure. Chicago and London: The University of Chicago Press, 1995.
- HEINE, B.; CLAUDI, U.; HÜNNEMEYER, F. **Grammaticalization:** a conceptual framework. Chicago and London: The University of Chicago Press, 1991.
- HOPPER, P. J.; TRAUGOTT, E. C. **Grammaticalization.** Cambridge: Cambridge University Press, 1993.
- JOHNSON, M. **The Body in the Mind:** The Bodily Basis of Meaning, Imagination, and Reason. Chicago: Chicago University Press, 1987.
- LAKOFF, G. **Women, Fire and Dangerous Things:** What Categories reveal about the Mind. Chicago: The University of Chicago Press, 1987.
- LAKOFF, G.; JOHNSON, M. **Metaphors We Live By.** Chicago: University of Chicago Press, 1980.
- LANGACKER, R. W. **Cognitive Grammar:** A basic introduction. Oxford: Oxford University Press, 2008.

LEHMANN, C. **Thought on grammaticalization.** Munich: LINCOM EUROPA (originalmente publicado como *Thought on grammaticalization: a programatic sketch*. Köln: Arbeiten des Köln Universalien 49 – Projects, v. 1.), 1995 [1982].

SIGILIANO, N. S. Evidências translingüísticas da metáfora de movimento na Construção de Aspecto Inceptivo. **Revista Linguística/Revista do Programa de Pós-Graduação em Linguística da Universidade Federal do Rio de Janeiro**, v. 8, n. 1, jun. 2012. ISSN 1808-835X 1.

VENDLER, Z. **Linguistic in Philosophy.** Thaca: Cornell, 1967.

TALMY, L. **Toward a cognitive semantics:** typology and process in concept structuring. v. 2. Cambridge, MA: The MIT Press, 2000.

TRAVAGLIA, Luiz Carlos. **O Aspecto Verbal no Português.** Uberlândia: Universidade Federal de Uberlândia, 1985.

Preposições complexas: moldes e modos

Maria Lucia Leitão de Almeida¹

Universidade Federal do Rio de Janeiro

Janderson Lemos de Souza²

Universidade Federal de São Paulo

Verena Kewitz³

Universidade de São Paulo/FAPESP

RESUMO: Neste capítulo, propomos a caracterização das preposições complexas com base no modelo construcional proposto por Ronald Langacker ao longo de sua concepção da gramática cognitiva. A partir de preposições formadas por preposições, como *desde* e *perante*, consideramos indispensável prever a posição para duas preposições num molde que admitisse tanto o preenchimento por duas preposições quanto a intercalação por um substantivo, como em *por meio de*, ou por advérbio, como em *acerca de*. Por isso, propo-

¹ Bacharel em Letras, Português-Literaturas (UFRJ), licenciada em Português-Literaturas (PUC- Rio), mestre e doutora em Linguística (UFRJ), pós-doutora em Linguística (UNICAMP). Líder do Grupo de Estudos Semânticos do Português (GESP/UFRJ) e pesquisadora do grupo de pesquisa Investigações (In)Formais em Língua(gem) e Cognição (InFoLinC/UNIFESP). Professora da Faculdade de Letras (UFRJ) e docente do quadro permanente do Programa de Pós-Graduação em Letras Vernáculas (PPGLEV-UFRJ). E-mail: marialucialeitaodealmeida@gmail.com.

² Bacharel em Letras, Português-Inglês (PUC-Rio), mestre em Estudos da Linguagem (PUC-Rio), doutor em Língua Portuguesa (UFRJ). Líder do InFoLinC (UNIFESP) e pesquisador do GESP (UFRJ). Professor do Departamento de Letras da Universidade Federal de São Paulo (UNIFESP/EFLCH). E-mail: janderson.souza@hotmail.com.

³ Formada em Letras (USP), mestre e doutora em Filologia e Língua Portuguesa (USP), pós-doutora em Linguística (UNICAMP). Professora da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da USP e docente do quadro permanente do Programa de Pós-Graduação em Filologia e Língua Portuguesa da USP. Pesquisadora dos projetos temáticos Para a História do Português Brasileiro e História do Português Paulista I e II, desde 1997. E-mail: kewitz@usp.br.

mos uma categoria de moldes, em que o mais esquemático é P(x)P, especificável como PP, PAP e PSP. Tendo em vista que a estrutura das preposições complexas de que participam substantivos guarda a mesma configuração superficial que sintagmas preposicionais, escolhemos o molde PSP para formular uma comparação entre as construções morfológicas e as construções sintáticas em termos de analisabilidade e de composicionalidade.

PALAVRAS-CHAVE: construção gramatical; molde; preposição.

Introdução

Este capítulo apresenta uma nova contribuição à reflexão que vimos desenvolvendo sobre as preposições na língua portuguesa. Em Kewitz et al. (2017), abordamos as preposições simples com base nas noções de modelo cognitivo idealizado e esquema imagético (LAKOFF, 1987; ILARI et al., 2015) e orientação e perspectiva (FILLMORE, 1977, 1982), tendo em vista caracterizar essa classe de palavras como especializada no estabelecimento de uma perspectiva. Neste capítulo, trataremos exclusivamente das preposições complexas, “(...) denominadas locuções prepositivas em nossa tradição gramatical. Seu estatuto é aí mal definido, como já assinalado por Câmara Jr. (1970: 144-146), Lemle (1984: 128 e ss, 160 e ss), Bomfim (1988), Lobato (1989), entre outros” (CASTILHO, 2010, p. 588).

É preciso ter em mente a evolução, na história da linguística, da eleição de segmentos, depois de regras e então de princípios e construções como unidades de análise.

If constructional schemas may be considered ‘templates for the construction and evaluation of novel expressions’ (Langacker, 2005a: 170), the constructional schema (at whatever level) becomes the basic site for any studies of word-formation in Cognitive Linguistics [...] (LAMPERT; LAMPERT, 2010, p. 38).

A adoção de construções, como neste capítulo, exige, por sua vez, a escolha de uma das definições disponíveis (cf. HOFFMANN; TROUSDALE, 2013):

A **construction** is defined as either an expression (of any size), or else a schema abstracted from expressions to capture their commonality (at any level of specificity). Expressions and the patterns they instantiate are thus the same in their basic nature, differing only in degree of specificity. Both specific expressions and abstracted schemas are capable of being entrenched psychologically and conventionalized in a speech community, in which case they constitute established **linguistic units** (LANGACKER, 2009, p. 2).

Importante salientar, acompanhando Langacker (2009), que os moldes (schemas) são abstraídos das expressões reais de uma língua. Portanto, não precedem a elas. Construções

são pares formados por um polo fonológico e por um polo semântico, razão por que são unidades simbólicas, que permitem a abstração de sua estrutura, um molde. Sendo assim, numa abordagem histórica da língua, não cabe a dúvida sobre quando a língua implementou moldes e, então, passou a preenchê-los, mas sim quando expressões reais permitiram aos falantes a abstração de sua estrutura para a formação de novas expressões: “(...) as unidades existentes são as unidades consagradas pelo uso, das quais se poderão depreender esquemas construcionais” (BASILIO, 2010, p. 18).

In this framework, grammatical patterns are captured by constructional schemas, i.e. schematic symbolic assemblies (Langacker 1987a: ch. 10, 1988a, 2000). A constructional schema describes, in schematic terms, how simpler expressions combine to form a more complex expression. It can therefore function as a template guiding the formation of new expressions, and also serves to categorize the relevant facets of such expressions [...] (LANGACKER, 2009, p. 5).

Castilho (2010, p. 588) propõe quatro estruturas de preposições complexas: ADV + PREP, PREP + SUB + PREP, PRED + ADV + PREP e PREP + PREP. Essas estruturas e alguns exemplos podem ser observados no quadro a seguir:

ADV + PREP	PREP + ADV + PREP	PREP + SUB + PREP	PREP + PREP
<i>dentro de</i>	<i>diante de</i>	<i>ao redor de</i>	<i>para com</i>
<i>fora de</i>	<i>debaixo de</i>	<i>em meio de/a</i>	<i>por entre</i>
<i>perto de</i>	<i>por baixo de</i>	<i>em vez de</i>	<i>de a</i>
<i>longe de</i>	<i>em cima de</i>	<i>a respeito de</i>	<i>por trás de</i>
<i>antes de</i>	<i>por cima de</i>	<i>defronte de/a</i>	
<i>depois de</i>	<i>acerca de</i>	<i>em frente de/a</i>	
<i>através de</i>		<i>à beira de</i>	

Quadro 1 - Estruturas das preposições complexas

Fonte: Adaptado de CASTILHO, 2010, p. 588.

O autor também afirma que “[o] que temos aqui na verdade são sintagmas adverbiais ou sintagmas preposicionais” (CASTILHO, 2010, p. 588-589), para os quais apresenta a seguinte generalização: as expressões reunidas na primeira coluna são um sintagma adverbial [advérbio + sintagma preposicional]; as expressões da segunda e da terceira colunas são sintagmas preposicionais [preposição + sintagma nominal ou adverbial], ocorrendo outro sintagma preposicional encaixado no sintagma nominal ou no adverbial; e a quarta coluna

corresponde à sequência de duas preposições cujo complementador coincide [*para ele + com ele > para com ele*].

Aqui propomos que as preposições complexas passam a exibir somente três estruturas possíveis: PREP + PREP, PREP + SUB + PREP e PREP + ADV + PREP. Trata-se de estruturas que permitem definir preposição complexa como construção formada por duas preposições simples entre as quais pode ocorrer um substantivo ou um advérbio. As estruturas se distribuem numa categoria em que a estrutura prototípica é PREP + PREP, como em *para com* e *por entre*, estrutura de que nos parece originar preposições simples como *para* (*per ad*) e *perante* (*per ante*).

A razão para considerar a estrutura PREP + PREP como prototípica é o espelhamento da complexidade semântica na forma: no lugar de uma forma a serviço da perspectivização, há duas, o que é motivado pela necessidade de conciliar duas perspectivas. Das três estruturas descritas acima, será estudada neste capítulo apenas a preposição complexa formada por PREP + SUB + PREP, com foco no substantivo *modo*, que integra uma preposição complexa (*de modo a*) e um sintagma preposicional (*em modo de*), sem que se atribua a ele qualquer papel derivacional, e sim o de preenchimento de um molde a serviço de novas expressões, como previsto por Langacker (2008, 2009).

Tendo em vista que a estrutura PREP + PREP admite a inserção de um substantivo ou de um advérbio, propomos que a caracterização do esquema que reúne as três estruturas seja como P(x)P em que x pode não ser instanciado, pode ser instanciado por uma palavra que destaca coisa (substantivo) ou pode ser instanciado por uma palavra que destaca relação⁴ (advérbio):

Preliminary definitions of some basic classes can now be presented. Each category is characterized in terms of what an expression profiles. Thus a noun is defined schematically as an expression that profiles a thing.

[...]

For now we can simply note that its characterization is quite abstract (any product of conceptual reification), so things are not limited to physical objects.

[...]

The members of other basic classes profile relationships. The term relationship is also used in an abstract, technical sense to be further explicated (LANGACKER, 2008, p. 98-99).

⁴ Para Langacker (2008, 2009), a preposição é uma classe que destaca uma relação. Ao considerarmos que a preposição especifica uma perspectiva (KEWITZ et alii, 2017), temos em mente o papel da heterossema (cf. ALMEIDA; LEMOS DE SOUZA, 2015) na formação e na distribuição semântica entre preposições (perspectiva sobre um complemento na sintaxe) e prefixos (perspectiva sobre uma base na morfologia), fator que Langacker não leva em consideração. Especificar ou indicar uma perspectiva deve ser equiparado a destacar uma relação, ora entre preposição e complemento, ora entre prefixo e base.

Como o próprio Langacker (2008) adverte, o conceito de coisa em sua proposta não exclui a presença de uma relação na conceptualização. Trata-se de uma coisa em destaque. Um substantivo deverbal, por exemplo, preserva do verbo-base a dinamicidade quando apresenta interpretação verbal (ex.: *volta*). Logo, há uma relação na conceptualização de *volta*. O que não há são as categorias verbais (modo, tempo, número e pessoa), o que reifica o voltar, subfocalizando a relação.

Apenas quando apresenta interpretação nominal, o processamento dinâmico dá lugar ao estático, e a nominalização atinge seu grau máximo porque não somente as categorias verbais são eliminadas, como também a dinamicidade verbal desaparece. Se *volta* já não é o ato de voltar, e sim o lugar em volta, há a conceptualização de coisa tal como prevista por Langacker (2008, 2009), o que autoriza o substantivo deverbal a preencher o molde PSP, ora não especificado (*em volta de*), ora especificado (*à volta de*).

Como se vê, substantivo e advérbio são classes definidas com base nas funções semântico-cognitivas que exercem. Daí termos proposto a definição das preposições como classe a serviço da função de perspectivizar (KEWITZ et al., 2017). A compatibilização entre a função de conceptualizar coisa (substantivo) ou relação (advérbio) com a de perspectivizar (preposição complexa resultante) merece investigação que vai além dos limites deste capítulo.

Por ora, ressaltamos que as expressões resultantes da instanciação dos moldes em questão são categorizadas como preposições, tradicionalmente consideradas uma classe fechada. No entanto, a abordagem construcional guarda a expectativa de formação de novas expressões (novas instanciações). Isso implica que as preposições complexas tornam a classe das preposições menos fechada do que se imagina, seja pela natureza indutiva dos moldes, seja pela instanciação por uma classe aberta, a dos substantivos.

Estarmos no terreno das classes de palavras torna o modelo construcional proposto por Langacker capaz de ensejar uma morfologia construcional (cf. LAMPERT; LAMPERT, 2010), e o tratamento do nosso objeto segundo esse modelo nos leva a propor o molde P(x)P como definidor de uma preposição complexa, instanciável como PP, PSP e PAP.

Por mais que a análise diacrônica de *desde*, por exemplo, revele três preposições (*de + ex + de*), primeiro houve o acréscimo de *ex* a *de*, formando a preposição *des*, depois o acréscimo de *de* a *des*, em diferentes processos de aquisição do português como L1⁵:

⁵ Importante ressaltar que a história de uma língua consiste em sucessivas aquisições da língua. Portanto, o devido tratamento da história deve invocar as teorias de aquisição de L1 e de L2 conforme o caso, de modo que se contemplem as aquisições como processos e as diferentes configurações da língua como produtos.

1031. Explicar o vocábulo *des* como proveniente da combinação *de ex* é lançar mão de uma etimologia cômoda e, à primeira vista, razoável. É contudo tal origem posta em dúvida por bons investigadores. Não sei se devemos aceitar o étimo *de ipso*, proposto por Meyer-Lübke, mas descreio da possibilidade de se haver fixado em latim vulgar e no românico o uso de *ex* para uma combinação à parte e pleonástica quando esta preposição já vinha sendo suplantada por *de* e tinha a vitalidade antiga prestes a extinguir-se (SAID ALI, 1921, p. 157).

1032. Como quer que seja, *des* se emprega durante todo o período do português medieval, significando ponto de partida e referindo-se tanto a lugar como a tempo. A forma *desde*, empregada na linguagem da Renascença, nada mais é que o antigo *des* acrescido da preposição *de*, por analogia de *antes de*, *depois de*, etc. O português antigo utilizou-se da forma primitiva:

Desdia de pinticoste (S. Graal 58) – *Des entom nom vivo eu* (S. *Josafate* 11) – *Des omde o mar mais longe espraya ataa terra jumto com a cidade* (Lopes, D. J. 197) – *Des a porta de Samta Catherina ataa torre d'Alvoro Paaez* (*ib.*) (SAID ALI, 1921, p. 158).

Ressalvada a controvérsia quanto à formação de *des*, Said Ali (1921) nos ajuda a estabelecer o molde como consistente em duas preposições simples para fins da formação de uma preposição complexa. O papel da analogia na formação das primeiras colabora com a consolidação do molde e não se confunde com o papel do molde como base para a formação de outras preposições complexas por estarem em diferentes fases da história da língua.

From a cognitive-functional perspective, one should not expect to find a specific number of distinct historical stages occurring in a strictly determined sequence. Nor should one expect the situation at a given stage to be simple and clear-cut. Both meanings and constructions are complex and multifaceted. Certain aspects of their characterization, and the changes affecting them, are matters of degree. And at any one time, a language exhibits competing analyses as well as variants representing multiple diachronic stages (Heine 1992). Dealing with these complexities, either synchronically or diachronically, requires a constructional, usage based framework (Barlow and Kemmer 2000; Langacker 2000) (LANGACKER, 2009, p. 60).

Uma possível confusão entre a notação do linguista comprometido com um quadro teórico e o objeto analisado retrospectivamente poderia levar a supor que moldes se estabelecem do nada e passam a formar novas expressões quando o que se dá é, primeiro, a fixação de um padrão indutivo (formação de preposições por recursividade em diferentes sincronias) e, depois, um padrão dedutivo (formação de preposições por instanciação de moldes em outras diferentes sincronias), numa visão da história com foco nos processos.

1. Preposições complexas e sintagmas preposicionais: polissemia e composicionalidade

Na literatura que trata de preposições complexas, expressões como *fora de*, *perto de* e *antes de* também são consideradas preposições complexas.

Categorizar tais expressões como preposições complexas implica reconhecê-las como morfológicas, posição que assumimos, ao passo que categorizá-las como sintagmas implica reconhecê-las como sintáticas. Tendo em vista que os componentes da gramática são semanticamente motivados em igual medida, tal categorização afasta tanto a noção de regras (corolário da adoção da construção como unidade de análise) quanto o pressuposto de que os componentes constituem níveis aos quais umas regras se aplicam e outras não. A distinção entre morfologia e sintaxe, segundo esses fundamentos, pode ser caracterizada em termos de esquematicidade (moldes) e de especificidade (instanciações).

A construction is simply an assembly of symbolic structures. The CG characterization is basically the same whether a construction is specific or schematic, whether it is fixed or novel, and whether it is morphological or syntactic (LANGACKER, 2009, p. 10).

A nosso ver, preposições complexas diferem de sintagmas preposicionais por exibirem diferentes graus de composicionalidade. A ideia de que uma expressão não tem um sentido determinado completamente deixa espaço exatamente para a contribuição semântica do molde.

Constructional schemas provide the patterns a language makes available for the production of complex expressions. These schemas are themselves symbolic assemblies, hence meaningful, although their meanings are generally quite abstract. Their skeletal meanings are immanent in (i.e. they “lie within”) those of instantiating expressions, which elaborate them (“flesh them out”) in their own individual ways (LANGACKER, 2009, p. 14).

A noção de composicionalidade plena vai de encontro ao modelo construcional por não levar em conta a contribuição do próprio molde e, com isso, remeter ao modelo de regras de combinação. A gradiência, no entanto, nos permite afirmar que sintagmas preposicionais exibem composicionalidade maior (a que nos referiremos como plena para fins operatórios) que preposições complexas exibem (a que nos referiremos como parcial). Langacker (2008) chega mesmo a afirmar que só existiria composicionalidade parcial. Isso porque o significado, ao envolver domínios de conhecimento, ainda depende da atividade de conceptualização.

Maior grau de composicionalidade, por sua vez, implica maior grau de analisabilidade:

When established as lexical items, symbolically complex expressions vary in their degree of analyzability, defined as the extent to which speakers recognize the semantic contributions of component elements. Novel expressions are fully analyzable, since the

speaker has to construct them from component elements on the basis of their meanings. Established expressions may be less analyzable. They come as prepackaged assemblies, whose composite forms and meanings are well-known and well-rehearsed, so it is not essential that the component structures be mentally accessed individually. In fixed and frequently occurring expressions, there is thus an overall tendency for component elements to be activated only to a lesser degree, and perhaps not on every occasion of their use (LANGACKER, 2009, p. 26).

Levada em conta a analisabilidade, podemos estender a gradiência dos sintagmas preposicionais até as preposições simples formadas a partir de preposições simples, como *para* e *perante*: sintagmas preposicionais exibem composicionalidade plena e analisabilidade plena, preposições complexas exibem composicionalidade parcial e analisabilidade plena, preposições simples formadas por preposições simples não exibem composicionalidade e podem diferir quanto ao grau de analisabilidade – maior em *perante* que em *para*, por exemplo.

A gradiência quanto à composicionalidade e à analisabilidade, por sua vez, permite abordar a polissemia dos substantivos que integram as preposições complexas relativas ao molde PSP. Assim, uma preposição complexa como *a fim de* resiste à intercalação de qualquer elemento em sua estrutura graças ao grau de composicionalidade menor que o de um sintagma. Logo, a ocorrência de *ao fim de* indica tanto que *fim* integra a preposição complexa com um sentido e o sintagma com outro quanto que o sentido OBJETIVO caracteriza essa preposição complexa enquanto o sentido TÉRMINO integra esse sintagma preposicional. Nada impede, no entanto, que o substantivo integre uma construção morfológica e uma construção sintática com o mesmo significado: o significado OBJETIVO pode ocorrer num SN livre (*os fins justificam os meios*) ou encaixado num SP (*agiu com o mesmo fim de sempre*).

É esse o caso de *frente*, por exemplo, que integra a preposição complexa *em frente de/a* e o sintagma preposicional *na frente de*. Aqui, a polissemia não vem ao caso, e sim tão-somente os graus de composicionalidade, visto que nada pode ser inserido na preposição enquanto o sintagma pode receber determinantes, como em *na linda frente da casa*. Identificar a motivação semântica para um substantivo integrar dois tipos de construção com o mesmo significado constitui outro objeto de investigação, e uma análise preliminar, também baseada em Langacker, indica que *em frente a/de* conceptualiza faceamento enquanto *na frente de*, sequenciação. Uma evidência formal de que se trata de duas construções é a restrição quanto à preposição simples à direita: *a* e *de* na preposição complexa, apenas *de* no sintagma preposicional.

Por fim, a interpretação verbal ou nominal de um substantivo deverbal pode interferir no grau de composicionalidade. Na seção anterior, usamos *volta* como exemplo de substanti-

vo que destaca uma coisa enquanto subfocaliza uma relação quando esse substantivo apresenta interpretação verbal. Agora, podemos associar a interpretação verbal à construção de um sintagma preposicionado (ex.: *falei que o verei na volta dele*) e a interpretação nominal à construção de uma preposição complexa (ex.: *havia alguns amigos em volta dele*).

Observe-se, incidentalmente, que a constatação de que substantivos deverbais podem ter o significado vinculado à categoria verbo ou à categoria substantivo já fora observada por Basilio (1980), ao empregar os termos “interpretação verbal” e “interpretação nominal”:

(...) tanto nomes morfológicamente básicos quanto nomes deverbais podem apresentar tanto uma interpretação nominal quanto uma interpretação verbal. As várias interpretações de formas nominalizadas foram devidamente enfatizadas na literatura por constituírem um problema crucial para a hipótese transformacionista. Assim, o fato de que formas nominalizadas de verbos podem apresentar várias extensões de significado não constitui novidade alguma (BASILIO, 1980, p. 81).

Mais tarde, a autora dispensa à distinção entre interpretação verbal e nominal uma abordagem cognitivista:

Chamamos de polissemia sistemática a multiplicidade de interpretações de caráter pré-determinado numa forma lingüística. Assim, nas formações lexicais, a polissemia sistemática é uma estratégia valiosa para a utilização de um determinado elemento no exercício de várias funções interligadas. No caso das nominalizações deverbais, a polissemia sistemática corresponde a diferentes instâncias de uso freqüente e necessário, todas relacionadas a um processo global de desverbalização do verbo (BASILIO, 2004, p. 56).

A distinção vem ao encontro dos objetivos deste capítulo por dois motivos. Primeiro, porque a proposta de tratar preposições complexas como construções gramaticais reforça o abandono da noção de regra (em voga quando da proposta oferecida por Basilio, 1980). Segundo, porque ilustra o papel da polissemia na distribuição de substantivos, deverbais ou não, entre construções morfológicas e construções sintáticas que exibam o mesmo grau de analisabilidade e diferentes graus de composicionalidade.

Como a ocorrência de um artigo pode se dever tanto à composicionalidade plena que caracteriza o sintagma preposicional como à instanciação do molde PSP por um substantivo especificado, pode haver artigo em ambas as construções (*na volta de* – interpretação verbal / sintagma preposicional vs *à volta de* – interpretação nominal / preposição complexa), como em *em volta de*.⁶ A necessidade de o substantivo deverbal exibir interpretação nomi-

⁶ Langacker (2009) trata a semântica do artigo pela função de grounding (como a dos quantificadores). Aqui, estamos considerando que o grounding pode se dar tanto em sintagmas, tornando mais granular a composicio-

nal para integrar uma preposição complexa é coerente com o papel da nominalização de desverbalizar, cognitivamente considerado como eliminar a dinamicidade que caracteriza o verbo, não apenas subfocalizá-la. Casos como este diferem de *fim* e de *frente* na medida em que não há contraste entre uma construção sem artigo e outra com (*a volta de x à volta de*, visto que a oposição *em volta de x na volta de* é aparente, dada a interpretação nominal na primeira e verbal na segunda).

A questão é que, contemplada a semântica do substantivo que integra a preposição complexa quando de sua formação, a semântica da preposição formada não corresponde à soma dos significados da preposição à esquerda, do substantivo no meio e da preposição à direita (composicionalidade parcial). A semântica do sintagma preposicional, por sua vez, pode ser entendida como mais próxima à soma dos elementos que o compõem (composicionalidade plena), ressalvado que tanto a construção morfológica quanto a sintática recebem contribuição do molde para seu significado, razão por que se deve entender por pleno como mais granular que parcial, e não em termos absolutos, como em teorias que se fundamentam na autonomia da sintaxe.

Por isso, o sintagma preposicional se caracteriza como construção prototípica enquanto a preposição complexa se caracteriza como construção não prototípica: “(...) (iii) because the composite structure profile is distinct from that of any component”⁷ (LANGACKER, 2009, p. 19). Em outras palavras, o destaque de coisa, contribuição semântica do substantivo, se dissolve no destaque de relação, função da preposição, mas a relação destacada por uma preposição complexa só é mais específica que a relação destacada por uma preposição simples por absorver o destaque de coisa promovido pelo substantivo:

nalidade, quanto em instanciações de moldes, a depender de o substantivo, que sempre destaca coisa, ser do tipo episódio (contável) ou região (incontável). Os conceitos em destaque fazem parte da reflexão do autor mas não são explorados neste capítulo, que se dispõe a conciliar a organização da gramática em construções e a organização da memória em chunks para apontar a gradiência em que se distribuem de modo a e em modo de no português brasileiro.

7 Esta generalização se aplica à composição no padrão verbo-objeto (ex.: mata-mosquito, porta-bandeira), em que o objeto é um marco, já que a cabeça lexical (um verbo, que, portanto, conceptualiza escaneamento dinâmico) não exporta a dinamicidade para o composto, que é um substantivo, logo conceptualiza escaneamento estático (cf. LANGACKER, 1987, 2008, 2009), assim como se aplica à lexicalização, aqui entendida como formação de palavras por preenchimento de um molde compartilhado entre morfologia e sintaxe (ex.: de acordo com, em torno de, em oposição a), já que o molde é preenchido por palavra que destaca coisa mas a expressão destaca relação. A heterossemia na formação de pares preposição-prefixo, o molde compartilhado entre construções prototípicas e não prototípicas e o papel da polissemia e da composicionalidade permitem abordar a distinção entre morfologia e sintaxe em termos cognitivistas.

O uso das locuções prepositivas possibilita um tratamento muito rico das relações espaciais, mobilizando uma combinatória de traços bastante articulada:

- interioridade / exterioridade
- etapas de um trajeto
- dêixis (o falante é ou não é um dos pontos do trajeto)
- proximidade / distância
- localizações relativas na dimensão da verticalidade
- circulação externa
- circulação interna

A capacidade de descrever o espaço de maneira exata e de operar com a combinatória que acabamos de apontar é, provavelmente, a chave para a grande proliferação das locuções prepositivas, e a razão que contribui para elas serem em número potencialmente infinito (ILARI et al., 2015, p. 293).

Entendemos que já se encontra nessa reflexão o gérmen da que estamos desenvolvendo neste capítulo, na medida em que os autores já distinguem entre a transposição que organiza a polissemia e a combinatória que permite às preposições complexas precisar as relações espaciais. O passo que estamos esboçando aqui, no entanto, difere (i) por substituir a abordagem lakoffiana baseada em esquemas imagéticos e modelos cognitivos idealizados pela abordagem langackeriana baseada em construções e (ii) por associar o número potencialmente infinito à composicionalidade plena que caracteriza o sintagma preposicional, com a consequente restrição ao número de preposições complexas pela composicionalidade parcial, ressalvado que a produtividade se deve ao molde, não às classes de palavras envolvidas (cf. ALMEIDA, 2010).

Na próxima seção, apresentamos uma proposta de análise que mobiliza a distinção entre construções morfológicas e construções sintáticas nos termos estabelecidos até aqui e invoca o conceito de *chunking* para descrever a situação intermediária na gradiência prevista por Langacker (2009) para tratar de fenômenos de mudança num modelo baseado no uso.

2. Estudo de casos: de modo a e em modo de

Na introdução, destacamos o molde PSP como fator a considerar na categorização da preposição como classe fechada. Na seção 1, cotejamos a polissemia do substantivo com a composicionalidade das instanciações para distinguir preposições de sintagmas prepositivos. Nesta seção, analisamos uma preposição complexa e um sintagma preposicional em que ocorre o substantivo *modo*, cuja polissemia é um fator a considerar em conjunto com o processo de *chunking* (BYBEE, 2010).

Retomando a função do substantivo de destacar coisa e a da preposição de indicar perspectiva, a compatibilização entre a semântica de um substantivo e da preposição formada por ele promove dois cursos polissêmicos: um mais amplo devido à multiplicidade de coisas, outro mais restrito devido à limitação das perspectivas. Isso explica por que, por exemplo, a semântica de *de* evolui do eixo vertical, no sentido de cima para baixo, para origem e autoria (cf. SAID ALI, 1921; ILARI et al., 2015), que são perspectivas, enquanto a semântica de *pegada* evolui de marca sobre uma superfície para um tipo de atitude, que são referências. A restrição que as classes de palavras exercem sobre o curso polissêmico, no entanto, não interfere na evolução do mais experiencial ao mais figurado, como se vê tanto em *de* quanto em *pegada*.

Por isso, há preposições complexas mais experienciais, como *em frente a*, e preposições complexas mais figuradas, como *em virtude de*. Com o objetivo de comparar o comportamento semântico de uma preposição complexa e de um sintagma preposicional nos quais ocorre o mesmo substantivo (cf. *a fim de* e *ao fim de* acima), escolhemos *de modo a* e *em modo de*, tendo em vista a polissemia do substantivo e o *chunking*, assim definido:

A chunk is a unit of memory organization, formed by bringing together a set of already formed chunks in memory and welding them together into a larger unit. Chunking implies the ability to build up such structures recursively, thus leading to a hierarchical organization of memory. Chunking appears to be a ubiquitous feature of human memory ([Newell, 1990,] p. 7) (BYBEE, 2010, p. 33).

Trata-se de um conceito que Bybee (2010) resgata da literatura e aborda com base nos conceitos de analisabilidade e de composicionalidade de Langacker (1987, 2008). Portanto, estamos na mesma linha teórica, agora estendida à psicolinguística no que tange à organização da memória de longo prazo.

Como veremos, ao lado da preposição complexa *de modo a*, o sintagma preposicional em modo de se organiza como preposição (*em*) + *chunk* (*modo (de) x*). Para tratarmos de ambas as construções, recuperemos a etimologia de *modo*, em atenção ao fundamento segundo o qual as formas exibem comportamento cognitivamente estruturado “da etimologia à pragmática” (cf. SWEETSER, 1990).

Góis (1921, p. 192) trata da raiz *mod-*:

MOD, medida, dimensão. Cf. o lat. *Mod-us*, i. Em mod-o e s. derivados, a saber: a) mod-a (com interf. francesa; cf. *mode*); b) mod-al (donde mod-al-i-dade), mod-ismo, mod-ista (de moda); c) mód-io (medida antiga entre os romanos); d) mód-ico e s. d. mod-ic-i-dade; e) mód-ulo, mod-ul(o)-ar, mod-ul(o)-a(r)-ção; f) com-mod-o, in-com-mod-o, des-com-mod-o e s. d. ac-com-mod-ar, etc.; g) mod-er-ar (através do genitivo provável mod-er-is, do subst. neutro

hipotético mod-us; Bréal) e s. d.; h) mod-esto e s. d.; i) mo(l)d-e (com interf. espanhola) e s. d. mo(l)d-ar, mo(l)d-ura, etc.; j) mod-elo e s. d. mod-el(o)-ar, mod-el(o)-agem, etc.; k) co-mo (quod-modo), conj. modal, ou comparat. Como prefixo *modi*: mod-i-fic-ar, etc. Obs. – Pretendem alguns (Scheler, Clédat) seja seu cognato mod-erno, que outros pretendem filiar a hod-i-erno (do advérb. hodie (hoc-die), hoje).

Já Houaiss (2001) registra o substantivo *modo*:

modo s.m. (sXIV) **1** maneira de ser ou de portar-se; conduta, procedimento (*reagiu de m. irracional*) **2** forma ou maneira de expressão; estilo (*m. brusco de falar*) **3** jeito possível, usual ou preferido de fazer algo (*de que m. se liga este aparelho?*) **4** possibilidade, condição, jeito (*não houve m. de convencê-lo a desistir*) **5** posição ocupada por um ou mais elementos; arranjo, disposição (*preferia os dois sofás de outro m. na sala*) **6** situação, condição, circunstância (*de nenhum m. estava disposto a transigir*) **7** estado, disposição de espírito (*não estar em m. de acatar críticas*) **8** GRAM cada um dos diferentes paradigmas que o verbo apresenta em algumas línguas, como as neolatinas, para indicar a modalidade, a atitude (de certeza, dúvida, desejo etc.) da pessoa que fala em relação ao fato que enuncia [Em português há três paradigmas modais: indicativo, subjuntivo e imperativo.] **9** LÓG forma que o silogismo pode assumir segundo a qualidade (afirmativa ou negativa) e a quantidade (universal ou particular) de suas proposições [...].

Como se vê, ambos os autores registram a polissemia da unidade de análise que elegendem. A escolha de Góis (1921) pela raiz remete à tradição histórico-comparativa do século XIX enquanto a escolha de Houaiss (2001) pela palavra remete à convenção lexicográfica.

Góis (1921) aponta a contribuição do contato entre o português e outras línguas tanto na mudança formal quanto no curso polissêmico da raiz *mod-*, que se aplica à influência do inglês na formação de *em modo de*, em termos que qualificaremos adiante.

Houaiss (2001), por sua vez, registra como primeiro sentido o mais experiencial, fenômeno que, como já vimos, corresponde ao tratamento da polissemia pela linguística cognitiva como categorização de significados do mais ao menos experiencial. Ser e portar-se são formas de um corpo estar no espaço⁸, como já em latim:

modus, -ī m.: mesure; sens général d'où derivent des sens spéciaux : mesure de surface (la mesure de capacité s'exprimant par le dérivé *modius*), et surtout mesure agraire, *modus agrī*. A *modus* <<mesure>> se rattache **modellus*, M. L. 9698. Au sens moral et abstrait <<mesure qu'on ne doit pas dépasser, modération, juste milieu>> (...) Du sens de <<mesu-

⁸ Provavelmente, a expressão idiomática tenha modos remeta à postura física, ao comportamento corporal que se espera numa dada situação social.

re>>, *modus* est passé à celui de <<limite>> (=όρος), et aussi à celui de <<manière de [se] conduire ou de [se] diriger>> (=τρόπος) et, par généralisation, à celui de <<manière, façon de faire>> (...) (ERNOUT; MEILLET, 2001).

Logo, a coisa destacada pelo substantivo *modo* remete a uma propriedade física, corpórea, na relação com o espaço, tanto no latim quanto no português. Para verificar as ocorrências de *de modo a* e *em modo de*, recorreremos a *corpora* brasileiros no âmbito dos projetos coletivos *Para a História do Português Brasileiro* (PHPB) e *História do Português Paulista II* (PHPP II)⁹, que englobam diversos tipos de texto dos séculos XVIII a XX e XVII a XXI, respectivamente. Além desses *corpora*, recorreremos também a jornais online (Estadão e UOL) e à plataforma de busca *Google*.

2.1. de modo a

Há registros da preposição complexa *de modo a* desde o século XIX, como nos exemplos (3) a (5), ainda que sua ocorrência seja mais frequente nos séculos XX e XXI (exemplos 6 a 8):

(3) ANATOMIA PHYSIOLOGICA DO HOMEM. II A' MEUS FUTUROS COLLEGAS OS SENHORES ESTUDANTES I DE MEDICINA II De todos os conhecimentos medicos o mais I difficil é sem duvida o estudo do homem tysico. Mui cedo conhecendo-lhe a importancia, I foi a anatomia theorica e pratica, o objecto I dos meus mais ardentes cuidados, **em modo a** ajudar á meus mestres, no trabalho pra- I tico durante os annos lectivos até que fui I laureado em medicina. [19 2 RJ CL Carta 359]

(4) Tendo pessoas mal intencionadas obtido a fuga dos escravos de minha propriedade, Ernesto, Maria, de côr preta, Luiz, conhecido por Cornelio, Victor, Miguel, Maria Domingas, Maria, de Côr parda, Casimiro e os ingenuos Saul e Auta, protesto não só proceder contra quem quer que os tenha em seu poder **de modo a** conseguir que se torne effectiva a penalidade imposta pela lei, como haver os dias de serviço a que tenho direito, (...) [E]ngenho do Carrapato, 14 de outubro de 1885. II José Vicente Guimarães. [19 2 BA A Carta 375]

(5) De novo submetto ao conhecimento de *Vossa Excelencia* a in- I clusa informação que terá a bondade de devolver- I me, e me foi prestada pelo Medico da Camara, e I das Pri-

⁹ Os *corpora* desses projetos estão disponíveis em <https://sites.google.com/site/corporaphpb/> e <http://phpp.fflch.usp.br/corpus>, respectivamente. As siglas dos documentos usadas nas referências dos exemplos são: CP = Carta Pessoal; WL = Washington Luís; CAP = Carta de Administração Privada; CL = Carta de Leitor de jornal; CR = Carta de Redator de Jornal; A = Anúncio de jornal; SP, RJ, MG etc. = siglas dos Estados. Sempre que possível, indica-se o número do documento correspondente à edição. Os séculos são indicados em números arábicos (19, 20 ou 21), e os números 1 ou 2 correspondem à metade do século.

sões desta Cidade, relativamente dos presos do- I entes que tem sido remetidos para o Hospital da I Caridade, e re-enviados para as respectivas Cadeias I pelo Medico interno do mesmo Hospital, para I que *Vossa Excelencia* se digne de providenciar **de modo a** que I sejam sempre ali recebidos todos os presos remet- I tidos como doentes, visto que são previamente I examinados pelo dito Medico da Municipalidade, (...) [19 2 BA CAP Carta 115]

(6) (...) o tempo tem estado magnifico, **de modo a** poderem passear (...) [20 1 SP CP WL Carta 134]

(7) O pacote de venda de armas é um teste para a política do governo de Obama em relação à China, que os funcionários americanos dizem buscar um reforço na confiança entre os dois países, **de modo a** que as divergências inevitáveis por causa de Taiwan ou do Tibete não revertam os esforços. [BOL Notícias, 30/01/2010]

(8) Dessa forma, em se tratando da linguagem escrita, o texto não deve ser concebido como um emaranhado de palavras soltas e desconexas, mas sim de ideias justapostas entre si, **de modo a** formar um todo compreensível. [UOL Português, s/d.]

Nos termos propostos ao longo deste capítulo, trata-se do preenchimento pelo substantivo *modo* da versão semiaberta *de(x)ado* molde P(x)P. O significado do substantivo se compatibiliza com o da construção a serviço do escaneamento dinâmico (LANGACKER, 1987, 2008), donde *de modo a* ser necessariamente seguido de verbo.

Como possível evidência de que podem ter contribuído para a fixação do molde outras expressões com a estrutura P+S+P, apontamos tanto a ocorrência de outra preposição à direita que não *a* quanto a ocorrência de outro substantivo que não *modo*:

(9) E I o compadre sabe perfeitamente que a variedade deleita, I como dizia o outro. II Era o que faltava que homens que vivem só pensan- I do **no modo de** nos ser *util* e *agradavel* soffressem nos I seus interesses. Nada, não admitto, e para enristar a I lança por elles estar sempre prompto o II seu velho compadre II O ZÉ DA VESTIA. [19 2 SP CL Carta 459].

(10) Este senhor veio (...) arranjar um negocio conosco **de maneira a** tornar possivel a exploração de madeiras aqui (...) [19 2 RJ CP WL Carta 29]

2.2. em modo de

Desde a introdução deste capítulo, coloca-se a necessidade de distinguir entre sequências que exibem uma preposição à direita (v. ADV+PREP) e construções que exibem uma preposição à esquerda, como sintagmas preposicionais e preposições complexas. Na seção passada, passamos a reconhecer sequências como aquelas como *chunks*, em reforço à percepção de que sintagmas preposicionais podem fazer parte delas, ou seja, o *chunking* inclui apenas a cabeça do SP por ser o que dele se repete.

The principal experience that triggers chunking is repetition. If two or more smaller chunks occur together with some degree of frequency, a larger chunk containing the smaller ones is formed. Chunking is of course a property of both production and perception and contributes significantly to fluency and ease in both modes. The longer the string that can be accessed together, the more fluent the execution and the more easily comprehension will occur (BYBEE, 2010, p. 34).

O que não se repete nem poderia repetir-se é o substantivo que encabeça o SN que complementa o SP, ou teríamos relações fixas, e não livres, como as que caracterizam construções sintáticas. Como não estamos tomando morfologia e sintaxe como níveis submetidos a diferentes tipos de regras, e sim como componentes igualmente motivados semanticamente e criadores de unidades simbólicas (construções), comportamentos intermediários são esperados, como o exibido por *a lot of* no curso da gramaticização:

- a. We ate a lot. (*We ate alotta.)
 - b. a whole lot of X (a whole {pile / flock / bunch} of X)
 - c. lots of X ((tons / scads / oodles} of X; a ton ~ tons)
 - d. They're a sorry lot. We should get rid of the lot of them.
- (LANGACKER, 2009, p. 63)

O caso de *em modo de* nos parece análogo porque parece exibir a versão semiaberta *em(x)de* do molde P(x)P, mas admite a inserção de artigo:

(11) Descubra como iniciar **no modo de segurança** no Windows 10 em Configurações, na tela de entrada, usando uma mídia de instalação e uma unidade (...) [https://support.microsoft.com/pt-br/help/.../windows-10-start-your-pc-in-safe-mode]

(12) Primeiramente, o “modo de segurança” é um modo especial de diagnóstico utilizado pelos Sistemas Operacionais (como o Windows, Mac OS X, etc.) como uma opção para solução de problemas. Ao iniciar **em modo de segurança**, o computador estará com suas funcionalidades limitadas e reduzidas, alguns dispositivos de hardware desativados e apenas os componentes de software essenciais para o Sistema iniciar funcionando. [https://www.tecmundo.com.br/windows-xp/910-como-iniciar-em-modo-de-seguranca.htm, 20/4/2017]

Por sua vez, o *chunk* modo de segurança remete ao papel do contato na mudança semântica. Em inglês, pode-se dizer que os *smartphones* estão *on airplane mode*, *flight mode* (cf. *em modo avião* em português), *offline mode*, assim como computadores podem estar *onrest mode* (cf. *em modo de espera* em português).

À primeira vista, parece haver tão-somente a construção (*on(x)mode*). No entanto, *airplane mode*, *offline mode*, *rest mode* e outras sequências ocorrem sem a preposição *on*. Da mesma forma, as sequências *modo de segurança*, *modo de espera* e outras ocorrem sem a preposição *em*:

(13) Saiba como colocar e tirar o iPhone do modo de recuperação | Brused ...

https://brused.com.br/.../saiba-como-colocar-e-tirar-o-iphone-do-modo-de-recuperaca... [29 de abr de 2016 - O iTunes irá identificar que o aparelho está **em modo de** recuperação e irá solicitar para fazer a restauração.]

(14) Como ativar modo de manutenção em minha loja? [https://suporte.lojaintegrada.com.br/.../200383384-Como-ativar-modo-de-manutençã...] 10 de fev de 2017 - ... uma página indicando que a mesma está em processo de criação você pode utilizar o recurso de deixar a loja **em modo de** manutenção:

Então, parece-nos mais adequado identificar que as sequências são formadas por *chunking* e que são elas o N nos SNs encaixados em SPs encabeçados por *em*. O status de unidade dos *chunks* permite a eles ocupar a posição N numa organização sintática não capturável por árvores, na qual a composicionalidade plena que caracteriza a construção sintática convive com a composicionalidade parcial que caracteriza um *chunk*, ressalvado que o SP pode estar em complementação ou em adjunção. Assim,

[...] CG handles the complexities of grammatical structure without positing syntactic tree structures. To the extent that it is valid, the information captured in such tree structures is also captured in the CG account based on symbolic assemblies. Three kinds of information are represented in classic generative phrase trees: constituency, linear order, and category membership (via node labels). It is not denied that these kinds of information need to be provided, only that their expression requires a separate, autonomous formal device (LANGACKER, 2009, p. 34).

Os *chunks*, por sua vez, permitem a abstração de um molde *modo (de)x*, em que *x* é um SN, sem que se altere a possibilidade de as expressões resultantes da instanciação desse molde poderem ocupar a posição N de um SN mais alto, encaixado ou não num SP. Os exemplos (13) e (14) podem ser considerados como exemplos de que modo de *recuperação* e *modo de manutenção* também são *chunks* ou como exemplos da instanciação do molde *modo de x* por substantivos deverbiais tais quais os que integram os *chunks* que serviram de base para a abstração do molde.

A primeira possibilidade de análise se desfaz quando ainda outros substantivos ocorrem. Vejamos outros dados obtidos via Google (BRASIL, 2017):

(15) **Em modo de** provocação. Renan e companhia tentam acirrar a crise para forçar saída negociada a políticos. [Dora Kramer, Estadão, 11/12/2016. <politica.estadao.com.br/noticias/geral,em-modo-de-provocacao,10000093740>]

(16) Como executar o Internet Explorer **em modo de** compatibilidade ... help.guestcentric.com > HOME > ÁREA WEBSITE

PASSO 1: Abra o Internet Explorer. PASSO 2: Clique na tecla “Alt” para abrir o menu superior. E depois vá para Ferramentas> Ferramentas de Desenvolvimento ...

(17) abrir o jogo **em modo de** janela - Boards

<https://boards.br.leagueoflegends.com/.../FPmhgJR1-abrir-o-jogo-em-modo-de-janela> 20 de mar de 2017

(18) O sistema só inicia **em modo de** emergência [Linux Básico]

<https://www.vivaolinux.com.br/topico/.../O-sistema-so-inicia-em-modo-de-emergenci...>

O sistema só inicia em modo de emergência. José Airson mederim (usa Ubuntu). Enviado em 23/05/2016

(19) Adobe Acrobat Pro * Visualização de PDFs

help.adobe.com > ... > Área de trabalho > Como abrir e visualizar PDFs

O criador de um PDF pode configurá-lo para abrir **em modo de** tela cheia. O usuário também pode configurar sua própria visualização. O modo de tela cheia é...

O convívio entre sintagmas preposicionais em que *modo* guarda relação de composicionalidade plena com os demais constituintes, como em (20);

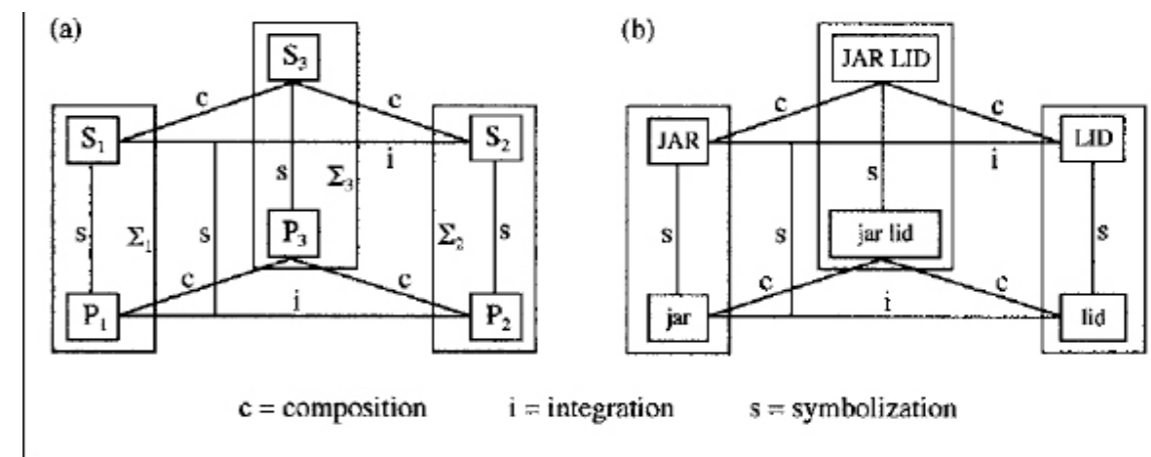
(20) **Em outro modo de** funciona- l mento o computador pode SIMU- l LAR efeitos, equipamentos, e até l um laboratório inteiro. (...) [Acervo Estadão, p.52, 23/11/1969]

chunks em que não ocorre a preposição *de*, como em *modo avião* e o exemplo em (13);

(21) Como o **modo** “defesa contra armas biológicas” do Tesla Model X realmente funciona. (Por: Kiona Smith-Strickland) (<http://gizmodo.uol.com.br/model-x-e-armas-biologicas/>, 1 de outubro de 2015).

chunks ou instanciações ocupando a posição N de um SN encaixado num SP em que a preposição *em* é projetada pelo verbo (complementação), como em (5); e *chunks* ocupando a posição N de um SN encaixado num SP em que a preposição não é projetada pelo verbo (adjunção), como em (4), pode ser considerado uma evidência de mudança em curso, com a gradiência que Langacker (2009) enfatiza na abordagem à história de uma língua do ponto de vista cognitivo-funcional (v. introdução).

A recursividade entre construções pode ser assim representada, ressalvado que, em vez da formação de um SN como *jar lid*, estamos tratando de um *chunk* num SN e desse SN num SP encabeçado pela preposição *em*, resultando em *em modo de*:



Fonte: (LANGACKER, 2008, p. 162)

Propor que o *chunking* atua na formação da família construcional em questão requer que se identifique a motivação semântica desse outro processo cognitivo. Bybee (2010) enfatiza a organização da memória para a formação de *chunks* em geral. Aqui, estamos olhando para dentro destes *chunks* em particular, que se formam com uma palavra que, como vimos, remete a propriedades humanas.

Nesse caso, a motivação seria “colocar em escala humana”: “Dividimos o mundo em entidades em escala humana para que possamos manipulá-las em vidas humanas, e essa divisão do mundo é uma conquista imaginativa”¹⁰ (FAUCONNIER; TURNER, 2002, p. 8, tradução nossa). Trata-se da projeção da experiência humana sobre o comportamento da máquina, o que, para a linguística cognitiva, se dá por meio da seleção de certos aspectos de um *frame* sobre outro (*mapping* ou correspondência) (cf. DANCYGIER; SWEETSER, 2014). Tal projeção, por sua vez, remete a um dos três *is* da mente (identificação, integração e imaginação), a imaginação neste caso (cf. FAUCONNIER; TURNER, 2002).

(22) Entrar **em Modo de** busca - FileMaker

www.filemaker.com/help/13/fmp/pt/html/scripts_ref1.36.30.html

Alterna para o Modo de busca, no qual você pode procurar conjuntos de registros.

(23) PS4 fica entrando **em modo de** repouso ou desligando sozinho - Fórum ...forum.jogos.uol.com.br > PlayStation 4, PlayStation 3, PS Vita

¹⁰ We divide the world up into entities at human scale so that we can manipulate them in human lives, and this division of the world is an imaginative achievement.”

Dancygier & Sweetser (2014) concebem a metáfora COMPUTADORES SÃO PESSOAS. Para reforçarem que a metáfora é um processo unidirecional e seletivo, pois não se trata da projeção de todos os aspectos humanos sobre todos os aspectos computacionais, as autoras especificam a metáfora do seguinte modo: ASPECTOS APARENTEMENTE ERRÁTICOS DO COMPORTAMENTO DO COMPUTADOR SÃO ASPECTOS EMOCIONAIS E TEMPERAMENTAIS DO COMPORTAMENTO DAS PESSOAS.

Dessa forma, podemos esboçar um quadro da correspondência entre os domínios:

PROJEÇÃO DE PESSOA SOBRE COMPUTADOR

FONTE: PESSOA

COMPORTAMENTO DIFERENTE DO ESPERADO
MODOS DE ESTAR NO ESPAÇO
MEMÓRIA
MICRO-ORGANISMO QUE GERA DOENÇA
MORRER

ALVO: COMPUTADOR

FUNCIONAMENTO DIFERENTE DO ESPERADO
MODOS DE FUNCIONAR
CAPACIDADE DE ARMAZENAR DADOS
SOFTWARE QUE AFETA O FUNCIONAMENTO
PARAR DEFINITIVAMENTE DE FUNCIONAR

Dada a unidirecionalidade da metáfora, as autoras concebem também PESSOAS SÃO COMPUTADORES. Ambas as metáforas podem incidir em usos da família construcional, porém o que pretendemos aqui é associar a metáfora COMPUTADORES SÃO PESSOAS ao *chunking* que mobiliza o substantivo *modo* no trato com computadores e telefones (*modo de segurança*, *modo de espera* etc.), e não necessariamente ao molde *modo (de) x* abstraído dos *chunks*.

(24) *Lenny Kravitz faz show no Rock in Rio para plateia em “modo de espera”*

Mesmo com uma banda competente e hits radiofônicos, show foi recebido de maneira morna, a maior parte do tempo

<http://rollingstone.uol.com.br/noticia/lenny-kravitz-faz-show-no-rock-rio-para-plateia-em-modo-de-espera/#imagem0> [01/10/2011, RJ]

(25) Política em Brasília está **em modo de** espera - Jovem Pan Online

<http://jovempan.uol.com.br/opiniao-jovem-pan/politica-em-brasilia-esta-em-modo-de-espera.html>

Política em Brasília está **em modo de** espera. Por Jovem Pan; 25/07/2016 10h46. Ana Volpe/Senado Ana Volpe/Senado Esplanada dos Ministérios (Senado)

O caráter transcultural dessas metáforas permite tratar o empréstimo como compartilhamento de processos cognitivos, e não de formas. Português e inglês já compartilhavam as metáforas PESSOAS SÃO COMPUTADORES e COMPUTADORES SÃO PESSOAS, assim como já compartilhavam o molde que aproxima sintagmas preposicionais e preposições complexas.

Conclusão

Neste capítulo, abordamos as preposições complexas como construções gramaticais nos termos propostos por Langacker (1987, 2008, 2009). Para tanto, propusemos que preposições complexas são instanciações do molde P(x)P, subespecificado nos moldes PP, PSP e PAP.

Definido o objeto, foi necessário delimitar qual dos moldes estudaríamos neste capítulo: PSP. Então, foi possível observar o papel da polissemia e da composicionalidade na distinção entre preposições complexas e sintagmas preposicionais, tendo em vista que a construção morfológica tem seu molde extraído da construção sintática.

A partir da definição de preposição como classe de palavras que destacam uma relação (cf. LANGACKER, 2008, p. 116, figura 4.11), as preposições complexas foram definidas como um subgrupo de preposições que consiste numa construção que se caracteriza pelo molde P(x)P, o qual pode ser especificado como PP, PSP e PAP. O caso de *de modo a* permite atribuir a equivalência a para à contribuição semântica do molde PSP, por sua vez, especificado como *de(x)a*.

Em se tratando de uma construção morfológica (preposição complexa) que compartilha o molde com uma construção sintática (sintagma preposicional), a distinção reside na analisabilidade, quando envolvido o molde PP, e na composicionalidade, quando envolvidos os moldes PAP e PSP. Entre a qualidade de construções prototipicamente morfológicas e prototipicamente sintáticas, o *chunking* atua no aumento da integração entre as unidades simbólicas, viabilizando a composição de estruturas mais complexas. Nesse caso, *chunks* ocupam a posição N de sintagmas nominais, que podem compor sintagmas preposicionais encabeçados pela preposição *em*. O resultado da integração e da composição é a unidade simbólica *em modo de*, que [ainda] não pode ser considerada uma preposição complexa por admitir intercalação, mas que já pode ser considerada como um SP qualquer por exibir o status de unidade de que Langacker (1987) já tratava.

Esboçamos uma análise da preposição complexa *de modo a* e do sintagma preposicional *em modo de* em convívio com os *chunks* dos quais se abstrai outro molde (*modo (de) x*) como ilustrações da produtividade do molde, da composicionalidade parcial que caracteriza as preposições complexas, da composicionalidade plena que caracteriza os sintagmas preposicionais e do papel da polissemia.

A generalização que se insinuou ao longo deste capítulo é que a língua dispõe de processos que permitem à cognição aproveitar moldes sintáticos para a formação de palavras mesmo em classes que, apesar de fechadas em termos gerais, apresentem um subgrupo cujo(s) molde(s) admita(m) a instanciação por palavras de classes abertas.

REFERÊNCIAS

- ALMEIDA, M. L. L. de. Bolsas e cabeças de todos os tipos: a produtividade dos padrões de composição em PB. In: MARÇALO M. J. et al (Ed.). **Língua portuguesa: ultrapassar fronteiras, juntar culturas**. Évora: Universidade de Évora, 2010.
- ALMEIDA, M. L. L. de; LEMOS DE SOUZA, J. Prefixos, preposições e heterossemia. In: **Cadernos do NEMP**, nº 6, vol. 1, 2015. p. 5-16.
- BASILIO, M. **Estruturas lexicais do português**. Petrópolis: Vozes, 1980.
- BASILIO, M. Polissemia sistemática em substantivos deverbais. In: OLIVEIRA, R. P. de; NICOLACÓPULOS, A. (Org.). **Semantics, grammar and use**. Florianópolis: Editora da UFSC, 2004.
- BASILIO, M. Abordagem gerativa e abordagem cognitiva na formação de palavras: considerações preliminares. In: **Linguística**, vol. 6, nº 2, 2010, p. 1-14.
- BYBEE, J. **Language, usage, and cognition**. Cambridge: Cambridge University Press, 2010.
- CASTILHO, A. T. de. **Nova Gramática do Português Brasileiro**. São Paulo: Contexto, 2010.
- DANCYGIER, B.; SWEETSER, E. **Figurative language**. Nova York: Cambridge University Press, 2014.
- ERNOUT, A.; MEILLET, A. **Dictionnaire etymologique de la langue latine**. 4. ed. Paris: Klincksieck, 2001.
- FAUCONNIER, G.; TURNER, M. **The way we think: conceptual blending and the mind's hidden complexities**. Nova York: Basic Books, 2002.
- FILLMORE, C. Frame semantics. In: LINGUISTIC SOCIETY OF KOREA (Eds.). **Linguistics in the morning calm**. Seoul: Hanshin, 1982.
- _____. Scenes-and-frames semantics. In: ZAMPOLLI A. (Ed.). **Linguistic structures processing**. Amsterdam: North-Holland, 1977.
- GÓIS, C. **Dicionário de raízes e cognatos da língua portuguesa**. 3 ed. Rio de Janeiro, São Paulo, Belo Horizonte: Paulo de Azevedo & Cia. Ltda., [1 ed., 1921] 1945.
- HOFFMANN, T.; TROUSDALE, G. **The Oxford handbook of construction grammar**. Oxford, New York: Oxford University Press, 2013.
- HOUAISS, A. **Dicionário eletrônico Houaiss da língua portuguesa**. Versão 1.0. Rio de Janeiro: Objetiva, 2001. CD-ROM.
- ILARI, R. et al. A preposição. In: Rodolfo Ilari (Org.). **Gramática do português culto falado no Brasil**. Vol. IV: palavras de classe fechada. São Paulo: Contexto, 2015 [1 ed. 2008, Editora da UNICAMP].
- KEWITZ, V. et al. As preposições: aspectos históricos e usos atuais. In: LOPES, C. (Org.). **Mudanças sintáticas das classes de palavras**. São Paulo: Contexto, 2017 (no prelo).
- LAKOFF, G. **Women, fire, and dangerous things: what categories reveal about the mind**. Chicago: The University of Chicago Press, 1987.
- LAMPERT, M.; LAMPERT, G. Word-formation or word formation? The formation of complex words in cognitive linguistics. In: ONYSKO, A.; MICHEL, S. (Eds.). **Cognitive perspectives on word formation**. Berlim/Nova York: Walter de Gruyter, 2010.
- LANGACKER, R. **Foundations of cognitive grammar: theoretical prerequisites**. Vol. I. Stanford: Stanford University Press, 1987.
- LANGACKER, R. **Cognitive grammar: a basic introduction**. Oxford, Nova York: Oxford University Press, 2008.
- LANGACKER, R. Investigations in cognitive grammar. **Cognitive linguistics research**, 42. Berlim/Nova York: Walter de Gruyter, 2009.
- SAID ALI, M. **Gramática histórica da língua portuguesa**. 8 ed. Brasília: Editora da Universidade de Brasília, [1 ed. 1921] 2001.
- SWEETSER, E. **From etymology to pragmatics: metaphorical and cultural aspects of semantic structure**. United Kingdom: Cambridge University Press, 1990. (Cambridge studies in linguistics, 54).

As principais contribuições da abordagem construcional da mudança no contexto da linguística funcional centrada no uso: evidências a partir de um estudo de caso

Patrícia Fabiane Amaral da Cunha Lacerda¹
Universidade Federal de Juiz de Fora

RESUMO: Com base na apresentação de um estudo de caso, este trabalho tem como objetivo fundamental tratar das principais contribuições da abordagem construcional da mudança – nos termos propostos por Traugott e Trousdale (2013) – no âmbito da Linguística Funcional Centrada no Uso. Nesse sentido, a partir da proposição de uma rede construcional para *SÓ QUE [X]* na língua portuguesa, será demonstrada de que maneira a proposta dos autores, principalmente em relação às propriedades da esquematicidade e da produtividade, pode trazer importantes contribuições para um tratamento mais sistemático e integrado de processos de mudança gramatical.

PALAVRAS-CHAVE: Linguística Funcional Centrada no Uso. Abordagem construcional da mudança. Construcionalização gramatical.

1. Introdução

A abordagem construcional da mudança, nos termos de Traugott e Trousdale (2013), assume que a língua – tanto no que se refere à gramática quanto ao léxico – é constituída por redes taxonômicas de construções, as quais se organizam de modo hierárquico. Fun-

¹Licenciada em Letras: português/latim (UFJF), doutora em Linguística (UFMG) e pós-doutora em Linguística (UFMG). Professora da Faculdade de Letras da Universidade Federal de Juiz de Fora e docente do quadro permanente do Programa de Pós-graduação em Linguística (PPG-Linguística/UFJF). E-mail: patriciafabianecunha@gmail.com.

damentando-se na proposta da *Radical Construction Grammar* (CROFT, 2001, 2005, 2013), os autores consideram que nenhuma construção é instanciada de modo isolado, visto que a língua seria constituída por redes construcionais hierarquicamente organizadas, em que cada construção representa um nó em particular. Nesse sentido, este trabalho tem como objetivo fundamental tratar das principais contribuições da abordagem construcional da mudança a partir da apresentação de um estudo de caso.

Com base em resultados de pesquisa realizada no âmbito do projeto “Abordagem construcional da mudança: emergência de novos padrões construcionais no português brasileiro”, coordenado por mim na Universidade Federal de Juiz de Fora, discutirei de que maneira a proposta dos autores, principalmente em relação às propriedades da esquematicidade e da produtividade, pode trazer importantes contribuições para um tratamento mais sistemático e integrado de processos de mudança gramatical. Nesse caso, especificamente, será apresentado um estudo de caso, representado pela rede construcional de *SÓ QUE [X]* na língua portuguesa (CUNHA LACERDA, 2016a, 2017), a partir da perspectiva da construcionalização gramatical. Como será demonstrado, a abordagem construcional da mudança permite que padrões construcionais diversos sejam observados de maneira integrada a partir de sua instanciação e emergência em extensas redes construcionais na língua.

Nesse sentido, o esquema representado por *SÓ QUE [X]* é altamente genérico e abstrato, permitindo que, com passar do tempo e com as necessidades comunicativas que se instanciam a partir da interação, ocorra a emergência de diversas construções individuais na língua, as quais se diferenciam por sua forma e por sua função.

Embora Longhin-Thomazi (2003a, 2003b, 2003c, 2004a, 2004b) analise o processo de gramaticalização que origina “só que” – que, segundo ela, constitui uma conjunção de natureza coordenativa que estabelece, como significado básico, cancelamento de pressuposição pragmática –, não há ainda um estudo sistemático que vise a tratar desse objeto de análise a partir da abordagem construcional da mudança, a qual ainda é bastante recente. Além disso, é necessário descrever construções recentes com “só que”, como, por exemplo, “só que não”, “só que nunca”, “só que sim” e “só que jamais”, as quais não foram descritas pela autora.

Desse modo, este trabalho busca, a) em um primeiro momento, contextualizar, de modo breve, a abordagem construcional da mudança no contexto do Funcionalismo e, mais especificamente, no âmbito da Linguística Funcional Centrada no Uso; b) em um segundo momento, discutir algumas das principais proposições de Traugott e Trousdale (2013), principalmente, no que se refere ao princípio de que a língua – tanto em relação à gramática quanto ao léxico – é constituída por redes taxonômicas de construções, as quais se organizam de modo hierárquico; e c) por fim, demonstrar, por meio de um estudo de caso repre-

sentado por *SÓ QUE [X]* na língua portuguesa, de que maneira a proposta de Traugott e Trousdale (2013) – principalmente, em relação às propriedades da esquematicidade e da produtividade – pode trazer importantes contribuições para um tratamento mais sistemático e integrado de processos de mudança gramatical.

2. A abordagem construcional da mudança no contexto da linguística funcional centrada no uso

A Linguística Funcional Centrada no Uso compreende a denominação adotada, mais recentemente, para se referir às pesquisas funcionalistas que coadunam princípios formulados no âmbito do funcionalismo de vertente norte-americana e da Gramática de Construções (BYBEE, 2010; TRAUOGOTT; TROUSDALE, 2013; FURTADO DA CUNHA; BISPO; SILVA, 2013; ROSÁRIO; OLIVEIRA, 2016; BISPO; SILVA, 2016).

Para a Linguística Funcional Centrada no Uso – LFCU – (ou versão contemporânea do funcionalismo), há uma relação estrita e indissociável entre os aspectos formais e os aspectos funcionais de uma construção.

Enquanto no funcionalismo clássico – que, nos termos de Rosário e Oliveira (2016), compreende os estudos pioneiros da vertente norte-americana – assume-se a correlação função > forma, na Linguística Funcional Centrada no Uso, assume-se a bidirecionalidade *função < > forma*. Nesse sentido, forma e função assumem igual estatuto e igual importância (OLIVEIRA; ARENA, 2016).

A publicação da obra *Constructionalization and Constructional Changes*, por Traugott e Trousdale, em 2013, no contexto da Linguística Funcional Centrada no Uso, traz importantes contribuições para o tratamento sistemático de processos de mudança linguística tanto na gramática como no léxico.

Ao proporem um modelo teórico para a compreensão da mudança, Traugott e Trousdale (2013) assumem a centralidade da noção de rede construcional e defendem que a língua, tanto no que se refere à gramática quanto ao léxico, constitui-se a partir de redes taxonômicas de construções, as quais seriam hierarquicamente constituídas e organizadas.

O termo construção, como assumido por Traugott e Trousdale (2013), advém da Gramática de Construções (GOLDEBERG, 1995, 2006; CROFT, 2001; CROFT; CRUSE, 2004; dentre outros), a qual se desenvolveu no âmbito da Linguística Cognitiva. Nesse sentido, com base na definição apresentada por Goldberg (1995, 2006), Traugott e Trousdale (2013) consideram que as construções, a partir do pareamento entre forma e significado, se estabelecem na língua como unidades simbólicas e convencionais. Vale ressaltar que, recentemente, no âmbito da Linguística Funcional Centrada no Uso, tem se assumido que o pareamento

ocorreria entre forma e função (GOLDBERG, 2016), uma vez que a noção de função é mais abrangente e atende ao princípio básico funcionalista de que há uma relação estrita entre a forma e a sua função.

Além disso, fundamentando-se na proposta da *Radical Construction Grammar* (CROFT, 2001), os autores partem do princípio de que nenhuma construção é instanciada de modo isolado, uma vez que a língua seria constituída por redes construcionais hierarquicamente organizadas, em que cada construção representa um nó específico.

A partir das proposições realizadas por Traugott e Trousdale (2013), em sua obra, identificamos três questões abordadas pelos autores que, a nosso ver, constituem sua contribuição em relação a alguns dos pressupostos assumidos pela Gramática de Construções. São elas (FURTADO DA CUNHA; CUNHA LACERDA, no prelo): i) a proposição de um modelo voltado exclusivamente para o tratamento da mudança linguística a partir da compreensão de que as construções que emergem na língua são organizadas em redes taxonômicas hierarquicamente constituídas e organizadas; ii) a proposição de um modelo que compreende a mudança linguística a partir de duas diferentes dimensões, as quais os autores intitulam de mudança construcional e construcionalização; e iii) a proposição de um modelo que visa a dar conta, de maneira sistemática, da mudança que ocorre tanto na gramática quanto no léxico.

No caso específico da diferenciação entre mudança construcional e construcionalização, Traugott e Trousdale (2013) assumem que, enquanto a construcionalização envolve a emergência de novas construções na língua a partir do pareamento entre forma e significado, a mudança construcional está relacionada à dimensão interna da construção, uma vez que são afetados os subcomponentes de uma construção já existente, sejam eles relacionados à forma (subcomponentes de natureza fonética, morfológica e sintática) ou ao significado (subcomponentes de natureza semântica, pragmática e discursiva).

As mudanças construcionais que precedem e que possibilitam a construcionalização envolvem, tipicamente, expansão pragmática, semanticização do componente pragmático, mismatch (desencontro) entre forma e significado e algumas pequenas mudanças distribucionais. Essas mudanças construcionais são denominadas, por Traugott e Trousdale (2013), de pré-construcionalização (PreCxzn CC). Por outro lado, a construcionalização pode ser seguida por mudanças construcionais, o que configuraria a pós-construcionalização (PostCxzn CC). Nesse caso, a pós-construcionalização envolveria, tipicamente, a expansão de colocações e também a ocorrência de redução morfológica e/ou fonológica.

Como afirmam Traugott e Trousdale (2013), a distinção entre construcionalização e mudança construcional “não tem sido realizada em outros trabalhos sobre mudança baseados na perspectiva construcional [...] ou, caso tenha sido realizada, essa distinção é apresentada

de modo diferente” (TRAUGOTT; TROUSDALE, 2013, p. 20). Reconhecemos, portanto, que os autores trazem, de fato, uma grande contribuição em relação às proposições já realizadas no âmbito da Gramática de Construções ao buscarmos, do ponto de vista teórico, a formulação de um modelo que dê conta da mudança linguística a partir de duas dimensões distintas.

A partir da diferenciação entre construcionalização e mudança construcional, podemos, então, observar que, de fato, os autores assumem como fundamental uma compreensão mais detida, fundamentada e abrangente do processo de mudança, visto que buscam dar conta, de maneira bastante rigorosa, dos processos que concorreriam – em um sentido mais estrito – para a emergência de novos padrões construcionais e de esquemas abstratos a que estariam vinculadas as novas construções instanciadas na língua.

3. A língua como rede taxonômica de construções

Traugott e Trousdale (2013), ao defenderem que as construções da língua se organizam, de modo hierárquico, em redes taxonômicas, operam com a distinção entre quatro níveis de esquematicidade, a saber: construto, microconstrução, subesquema e esquema.

Os construtos compreendem as ocorrências atestadas empiricamente, caracterizando-se como sendo o *locus* da mudança. Desse modo, estão relacionados ao número de ocorrências de determinada construção. Por sua vez, as microconstruções compreendem as construções individuais propriamente ditas, que se realizam a partir de um pareamento entre forma e função e já se encontram convencionalizadas e produtivas na língua. Já os subesquemas envolvem o conjunto de similaridades que é observável entre microconstruções diversas. Por fim, os esquemas possuem uma natureza altamente abstrata e esquemática, compreendendo as construções mais genéricas da rede e abarcando as estruturas complexas com possibilidades diversas de preenchimento (*slots*).

Com a intenção de sistematizar um modelo que dê conta do tratamento da mudança linguística a partir da noção de rede construcional, Traugott e Trousdale (2013) assumem a co-ocorrência das propriedades de esquematicidade, produtividade e composicionalidade, as quais estariam envolvidas em vários estágios do processo de mudança.

A propriedade da composicionalidade refere-se ao nível de transparência da ligação entre forma e significado. Essa propriedade pode ser exemplificada por meio dos exemplos a seguir: enquanto construções como *passar a bola* e *chutar o balde* apresentariam um maior grau de decomponibilidade e um sentido referencial, construções como *dar zebra*, *pintar o sete* e *pregar os olhos* revelariam menor grau de decomponibilidade e maior grau de idiomatidade na língua.

Já a esquematicidade constitui, segundo Traugott e Trousdale (2013, p. 13), “a propriedade de categorização que crucialmente envolve abstração”. Nesse sentido, a noção de esquematicidade está, segundo os autores, intrinsecamente relacionada à noção de rede construcional, uma vez que as mudanças linguísticas seriam interligadas e as construções da língua estariam relacionadas a partir do estabelecimento de redes taxonômicas hierarquicamente organizadas.

E, justamente a fim de sistematizar a propriedade da esquematicidade em termos mais práticos, os autores operam com a distinção entre os quatro níveis de abstração – construto, microconstrução, subesquema e esquema – a partir do quais se estabeleceriam as redes construcionais na língua. Portanto, de acordo com Traugott e Trousdale (2013), a língua é organizada como um inventário de unidades simbólicas e complexas, ou seja, como uma rede de relações entre construções. E, nesse caso, a esquematicidade está relacionada à extensão em que padrões mais gerais são recrutados por meio de uma série de construções mais específicas.

Por sua vez, a produtividade de uma construção está indiscutivelmente relacionada, como destacam os autores, à noção de frequência, a qual compreende, nos termos de Bybee (2003, 2011), a frequência *token* e a frequência *type*. Enquanto a frequência *token* está relacionada à extensão de uso de determinado construto por parte dos falantes, a frequência *type* está relacionada ao fenômeno que Himmelmann (2004) intitula de *host-class expansion*, uma vez que as construções, ao possuírem natureza relacional e (relativamente) esquemática, podem, ao longo do tempo, ser empregadas em diferentes colocações.

Conforme discutido em Cunha Lacerda (2016b), no caso específico das propriedades da esquematicidade e da produtividade, o levantamento da frequência de uso poderia, nesse sentido, contribuir para dimensionar a extensão de cada um dos níveis esquemáticos propostos por Traugott e Trousdale (2013) – construto, microconstrução, subesquema e esquema.

Nesse caso, de acordo com Cunha Lacerda (2016b, p. 88-89),

[...] caberia, principalmente, a uma análise qualitativa de dados as seguintes funções: a) caracterizar o pareamento entre forma e significado no nível da microconstrução, do subesquema e do esquema; e b) descrever os contextos de uso em que emergem os construtos na língua. Já o levantamento da frequência de uso, que compreende uma análise de natureza quantitativa, se tornaria fundamental se, por exemplo, nosso objetivo for: d) comprovar como os construtos, devido à sua alta frequência, passam a ser reconhecidos na língua como padrões microconstrucionais, que se estabelecem a partir de um pareamento simbólico e convencional entre forma e significado; e) compreender a extensibilidade dos níveis mais hierárquicos da rede, atestando que, quanto

mais esquemático (com maior número de *slots*²) é um subesquema ou um esquema, maior será o número de padrões microconstrucionais sancionados; e f) verificar que, quanto mais produtivo é determinado padrão microconstrucional, maior é a probabilidade de ele servir de exemplar, a partir do mecanismo da analogização – nos termos de Traugott e Trousdale (2013) –, para a emergência de novos padrões microconstrucionais na língua.

Como se pode observar por meio da discussão empreendida nesta seção e na seção anterior, Traugott e Trousdale (2013) trazem contribuições sistemáticas para o tratamento da mudança, uma vez que, no âmbito da Gramática de Construções, propõem um modelo que visa a dar conta da mudança linguística a partir de categorias bastante definidas e refinadas. A proposição da diferenciação de suas dimensões da mudança – construcionalização e mudança construcional – e a consideração de que há três propriedades – esquematicidade, composicionalidade e produtividade – a partir das quais as novas construções são instanciadas na língua e organizadas em redes construcionais, de fato, a nosso ver, constituem uma grande contribuição da abordagem construcional da mudança.

4. Evidências empíricas acerca da construcionalização gramatical: o caso de só que [x]

Considerando que “só que” envolve uma contraexpectativa – como definido por Heine, Claudi e Hunnemeyer (1991) – e está relacionada a um cancelamento de pressuposição pragmática – como defendido por Longhin-Thomazi (2003a) –, pretendemos, nesta seção, cumprir os seguintes objetivos: (a) descrever as microconstruções com “só que” a partir do pareamento forma-função; b) analisar a construção [SÓ QUE X] com base em um contínuo de (inter)subjetivação; e c) identificar os níveis esquemáticos – esquema, subesquema, microconstrução e construto (TRAUGOTT; TROUSDALE, 2013) – que estariam relacionados a SÓ QUE [X].

A fim de cumprir os objetivos propostos, baseamo-nos numa análise pancrônica de dados que considerou *corpora* compreendidos entre os séculos XIII e XXI. A análise realizada utilizou, nesse caso, o método misto, a partir do equacionamento entre a metodologia qualitativa e o levantamento da frequência de uso.

Os dados diacrônicos foram coletados no “CIPM - Corpus Informatizado do Português Medieval” e no corpus do projeto “Tycho Brahe”. E os dados sincrônicos foram coletados em revistas, *blogs* e redes sociais.

² De acordo com Traugott e Trousdale (2013), a esquematicidade de uma construção está intrinsecamente relacionada com a extensão na qual recruta padrões mais gerais através de uma série de construções mais específicas. Nesse sentido, os esquemas são discutidos a partir da noção de slot: um esquema pode ser composto totalmente por slots ou pode ser parcialmente esquemático, possuindo, ao mesmo tempo, slots e elementos necessários e obrigatórios (TRAUGOTT; TROUSDALE, 2013, p.16).

Para a análise da sincronia atual, operamos com um *corpus* constituído, no total, por 900.000 palavras e organizado a partir de três níveis de formalidade. O nível de formalidade 1 é representado por textos de revistas cuja linguagem é mais formal, como, por exemplo, as revistas “Veja”, “Isto é” e “Época”. Nesse sentido, consideramos que as revistas selecionadas, dentro do *continuum* de formalidade assumido, são mais formais, uma vez que se dedicam a tratar de temas de interesse nacional e internacional. Desse modo, são constituídas por notícias, reportagens e entrevistas sobre política, economia, educação, saúde, cultura, tecnologia e lazer. Já o nível de formalidade 2 é constituído por textos retirados de revistas da Editora Abril menos formais. Para a constituição do segundo nível de formalidade, selecionamos revistas que se comprometem com assuntos mais cotidianos, como, por exemplo, “Ana Maria”, “Caras” e “Cláudia”, das quais selecionamos notícias, reportagens e entrevistas a respeito de moda, decoração, culinária, relação entre pais e filhos, fofoca etc.. Por sua vez, o nível de formalidade 3 corresponde aos textos selecionados de *blogs* e de redes sociais. Podemos observar que, apesar de nesses ambientes circularem diferentes gêneros textuais, a escrita de tais textos caracteriza-se, no geral, por um grau maior de informalidade. O quadro abaixo ilustra a composição do *corpus* que representa a sincronia atual:

Modalidade Escrita	Corpus	Número de palavras analisadas
	Nível de formalidade 1 (revistas formais)	300.000
	Nível de formalidade 2 (revistas informais)	300.000
	Nível de formalidade 3 (blogs e redes sociais)	300.000
Total		900.000 palavras

Quadro 1 - Constituição do *corpus* sincrônico

Fonte: Elaboração da autora

No que se refere ao *corpus* diacrônico, operamos, conforme já apontado, com o período compreendido entre os séculos XIII e XIX. E, nesse caso, trabalhamos com o total de 700.000 palavras, distribuídas em sete séculos, ou seja, analisamos 100.000 palavras por século. Os textos selecionados para a composição do *corpus* diacrônico – mais especi-

ficamente, textos ficcionais e documentos notariais – foram retirados do “CIPM” (*Corpus Informatizado do Português Medieval*)³ e do projeto “Tycho Brahe”⁴.

O “CIPM” constitui um projeto de organização de *um corpus* do Português Medieval, estabelecido a partir da necessidade de se investigar, linguisticamente, o período mais antigo da língua portuguesa. Sendo assim, oferece um banco de dados que vai do século XII⁵ ao século XVI. E, para representar o período entre os séculos XVII e XIX, foram utilizados textos do “*Corpus Histórico do Português Tycho Brahe*”. Esse *corpus* foi desenvolvido no âmbito do projeto “Padrões Rítmicos, Fixação de Parâmetros & Mudança Linguística” e disponibiliza, eletronicamente, 53 textos em português, escritos por autores nascidos entre 1380 e 1845.

O quadro abaixo ilustra a composição do *corpus* que representa a diacronia:

Século	Número de palavras analisadas
Século XIII	100.000
Século XIV	100.000
Século XV	100.000
Século XVI	100.000
Século XVII	100.000
Século XVIII	100.000
Século XIX	100.000
Total	700.000 palavras

Quadro 2 - Constituição do *corpus* diacrônico

Fonte: Elaboração da autora

Após esta breve apresentação de questões de natureza metodológica, trataremos propriamente da análise da rede construcional de *SÓ QUE [X]* nos termos do que é defendido por Traugott e Trousdale (2013). Nesse sentido, apresentaremos, em linhas mais gerais, o esquema e os subesquemas que constituem a rede construcional proposta neste trabalho e, em um segundo momento, descreveremos, de maneira mais minuciosa e específica –

³ Disponível em <http://cipm.fcsh.unl.pt/>. Acesso jan. 2016.

⁴ Disponível em <http://www.tycho.iel.unicamp.br/~tycho/>. Acesso jan. 2016.

⁵ Nesta pesquisa, não foram considerados dados referentes ao século XII por serem pouco abrangentes, uma vez que o *corpus* referente a este século totaliza apenas 1.115 palavras.

por meio de ocorrências retiradas dos *corpora* analisados –, os pareamentos de forma e de função que caracterizam e que constituem o nível microconstrucional. Por fim, forneceremos algumas evidências de natureza quantitativa a partir do levantamento da frequência de uso dos padrões construcionais identificados.

A seguir, apresentamos uma figura que tem a função de ilustrar e de sistematizar de que maneira se organiza a rede construcional representada por SÓ QUE [X]. Como se pode perceber, trata-se de uma rede construcional bastante extensa na língua, a qual organiza, de maneira integrada, diversas construções individuais em que figura “só que”.

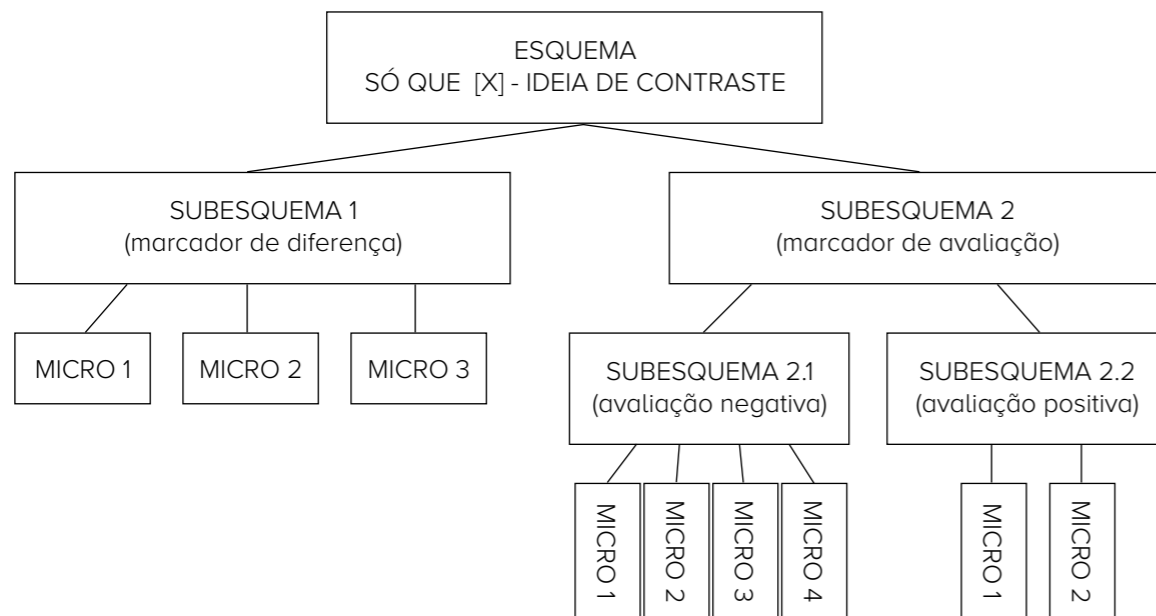


Figura 1 - Representação da rede construcional proposta para SÓ QUE [X]

Fonte: Elaboração da autora

Conforme evidenciado a partir da análise realizada, há um esquema altamente abstrato e geral ao qual estão vinculados todos os níveis menos hierárquicos na rede construcional. Quanto à forma, esse esquema mais geral seria representado por SÓ QUE [X], em que **X** constituiria um slot com possibilidades diversas de preenchimento. Já quanto à função, o esquema teria como característica a expressão da ideia de contraste.

Em um nível menos hierárquico, identificamos dois subesquemas mais gerais, os quais intitulamos, neste trabalho, subesquema 1 e subesquema 2. Como veremos, o subesquema 2

é altamente produtivo, visto que a ele estão vinculadas seis microconstruções, que, devido às similaridades que apresentam entre si, estariam, ainda, vinculadas a outros dois níveis intermediários, os quais denominados subesquema 2.1 e subesquema 2.2.

A fim de organizar e de sistematizar melhor a apresentação da análise, trataremos, separadamente, de cada subesquema mais geral – subesquema 1 e subesquema 2 – com suas respectivas microconstruções.

O subesquema 1 apresenta, como função, a expressão de uma informação com natureza diferente da informação previamente expressa. Nesse caso, consideramos que este subesquema constitui um marcador de diferença e identificamos três microconstruções relacionadas a ele. São elas:

i) Microconstrução 1 do subesquema 1: quanto à forma, esta microconstrução é constituída por *só que* + elemento não-sentencial e, quanto à função, constitui um operador de focalização que destaca que a nova informação apresentada diverge da informação anterior. Vejamos a ocorrência a seguir:

(1) Vão lançar mais uma linha de lápis coloridos, **só que** com cores escuras. (Blog, 2014)

Como se pode observar na ocorrência (1), *só que* ocorre com elemento não-sentencial, uma vez que identificamos, à sua direita, a locução prepositiva “com cores escuras”. E, nesse caso, verifica-se que a construção em questão apresenta, de fato, como função a ideia de que a informação apresentada é divergente da anunciada anteriormente. No caso, o falante indica que a pressuposição inicial apresentada – de que as cores lançadas serão coloridas – deve ser reinterpretada, uma vez que, na verdade, se tratará do lançamento de cores escuras, e não de cores vivas e vibrantes, como se poderia pensar inicialmente.

ii) Microconstrução 2 do subesquema 1: quanto à forma, esta microconstrução é constituída por *só que* + elemento sentencial e, quanto à função, indica que a informação que foi previamente apresentada é inesperada. A ocorrência a seguir ilustra este padrão microconstrucional:

(2) O debate envolveu profissionais irresponsáveis que aceitam esse tipo de procedimento, **só que**, dessa vez, encontramos uma discussão muito mais interessante que foi apresentada pela Ju Romano. (Revista, 2016)

Na ocorrência acima, *só que* ocorre com elemento sentencial e expressa a ideia de que a informação apresentada não era esperada. Nesse caso, não se imaginava, por exemplo, que haveria uma discussão mais interessante do que a que teria sido apresentada por Ju Romano, visto que o debate em questão teria envolvido profissionais que o falante julga serem irresponsáveis.

ii) Microconstrução 3 do subesquema 1: quanto à forma, esta microconstrução é constituída

por *só que + não* + elemento sentencial e, quanto à função, indica que a informação que foi previamente apresentada deve ser refutada, apresentando, assim, as noções de contra-expectativa, nos termos de Heine, Claudi e Hunnemeyer (1991), e de contra-argumentação. Vejamos uma ocorrência que representa o padrão microconstrucional em questão:

(3) Para as pessoas, eu deveria ser castigada. **Só que** eu não acho que as pessoas tenham alguma coisa a ver com uma decisão que é minha. (Blog, 2016)

Como claramente se pode observar, identificamos, na ocorrência acima, a ideia de que o falante está adotando claramente uma postura contra-argumentativa, em que busca romper com a expectativa previamente considerada a seu respeito. Desse modo, o falante indica que não concorda com o fato de as pessoas julgarem uma decisão que é sua. Vale ressaltar que a presença da partícula negativa *não* na instanciação da forma deste padrão microconstrucional está em consonância com o que afirmam Heine, Claudi e Hunnemeyer (1991) acerca da representação formal da noção de contraexpectativa, uma vez que os autores consideram que a presença de um elemento de natureza negativa é fundamental quando há a expressão de uma expectativa que é rompida ou frustrada.

Já no que se refere ao subesquema 2, verificamos que esse subesquema apresenta, como função, a expressão de uma avaliação. Nesse caso, a avaliação se estabelece em relação à informação previamente apresentada. Então, consideramos que esse subesquema constitui um marcador de avaliação. E, como demonstraremos a seguir, ele é composto por dois outros subesquemas que representam um nível esquemático menos geral. Nesse caso, nós identificamos um subesquema menos geral que expressa avaliação negativa – intitulado subesquema 2.1 – e um subesquema menos geral que expressa avaliação positiva – intitulado subesquema 2.2.

O subesquema 2.1 apresenta a forma *só que + X* ^{elemento negativo} e tem como função negar a informação previamente apresentada a partir de um caráter irônico. Já o subesquema 2.2 apresenta a forma *só que + X* ^{elemento afirmativo} e tem como função confirmar a informação previamente apresentada a partir de um caráter também irônico. Como veremos, ao subesquema 2.1, estão vinculadas quatro microconstruções e, ao subesquema 2.2, duas microconstruções. A seguir, apresentaremos cada um dos padrões microconstrucionais identificados.

(i) Microconstrução 1 do subesquema 2.1: apresenta, como forma, *só que + não* (nas redes sociais, pode ser indicada pelo *chunk #SQN*, que representaria um caso de mudança construcional). Já quanto à função, expressa uma avaliação negativa, com valor irônico, direcionada à informação previamente apresentada, como observado abaixo:

(4) Observem o bom posicionamento do goleiro. **#SQN** (Rede Social, 2016)

Como se pode verificar, o falante, por meio da construção *só que não*, representada pelo *chunk SQN*, apresenta claramente uma crítica em relação à atuação do goleiro ao qual ele está se referindo.

ii) Microconstrução 2 do subesquema 2.1: é representada pela forma *só que + nunca* e expressa uma avaliação negativa, com valor irônico, direcionada à informação prévia, sendo [+intersubjetiva] do que a microconstrução anterior. Vejamos uma ocorrência:

(5) Tá tudo dando certo **SÓ QUE NUNCA** (Rede Social, 2016)

Neste caso, vemos que, por meio de *só que nunca*, o falante direciona uma crítica negativa que é ainda mais expressiva e [+intersubjetiva] do que a microconstrução representada, na língua, por *só que não*.

iii) Microconstrução 3 do subesquema 2.1: é constituída pela forma *só que + never*, indicando uma alternância de códigos – neste caso, língua portuguesa e língua inglesa –, o que Labov (1971) intitula de code-switching. Quanto à função, expressa uma avaliação negativa, com valor irônico, direcionada à informação previamente apresentada, sendo [+intersubjetiva] do que a microconstrução anterior. A ocorrência a seguir ilustra o padrão em questão:

(6) A blogueira mais glamourosa sou eu, **só que never** (Blog, 2016)

Como se pode notar, o grau de intersubjetividade é crescente, uma vez que *só que + never* constitui um padrão microconstrucional [+intersubjetivo] do que os anteriores. Neste caso, percebe-se que a crítica negativa e o caráter irônico expressos pelo falante são mais expressivos e veementes.

iv) Microconstrução 4 do subesquema 2.1: esta microconstrução é representada por *só que + jamais* e, quanto à função, expressa uma avaliação negativa, com valor irônico, direcionada à informação previamente apresentada, sendo [+intersubjetiva] do que as microconstruções anteriores. Observemos um exemplo deste padrão:

(7) Hj tenho aula do meu professor mais amado **só que jamais** (Rede Social, 2016)

Neste caso, como se pode observar, o falante é mais expressivo ainda do que nos casos anteriores, uma vez que sua crítica e seu caráter irônico se fazem presentes por meio da expressão do advérbio *jamais*. Nesse sentido, o falante indica que não concorda, de maneira alguma, que o professor em questão seja o mais amado.

A seguir, apresentaremos as duas microconstruções que compõem o subesquema 2.2. Conforme mencionado acima, esse subesquema se caracteriza, do ponto de vista formal, por *só que + X* ^{elemento afirmativo} e tem como função confirmar a informação previamente apresentada a partir de um caráter também irônico.

(i) Microconstrução 1 do subesquema 2.2: quanto à forma, esta microconstrução é representada por *só que + sim* e, no que se refere à função, expressa uma avaliação, com valor irônico, direcionada a confirmar a informação previamente apresentada. Vejamos uma ocorrência de sua presença no corpus analisado:

(8) Cansada **só que sim** e muito. (Rede Social, 2016)

Como se pode notar, por meio de *só que + sim*, a falante visa a confirmar que realmente está cansada, o que é comprovado, inclusive, pelo advérbio de intensidade muito.

(ii) Microconstrução 2 do subesquema 2.2: esta microconstrução é representada por *só que + claro*, indicando que, em relação à função expressa, há um comprometimento muito maior do falante em relação à confirmação da informação previamente apresentada. Nesse sentido, este padrão microconstrucional é [+intersubjetivo] do que o anterior.

(9) Aquela atitude que se observa no dia a dia **só que claro** (Rede Social, 2016)

Como se pode observar, o falante expressa sua total concordância em relação à informação apresentada anteriormente por meio de *só que + claro*, já que a confirma ao dizer que, com certeza, se trata de uma atitude que é observada no dia-a-dia.

No que se refere à análise diacrônica realizada, conforme relatado, foram analisados dados compreendidos entre os séculos XIII e XIX. Apesar de termos nos baseado em um corpus diacrônico com um considerável número de palavras, encontramos apenas uma ocorrência de *só que* nos dados. E, nesse caso, a única ocorrência foi identificada no século XVIII. Esse resultado poderia indicar que o padrão SÓ QUE [X], expressando a ideia de contraste, seria muito recente na língua. Vejamos a ocorrência identificada no século XVIII:

(10) “Não tem feito coisa de consideração; ele saberá o seu natural; vive cá como lá vivia, pelo que apresentou; **só que** se constringeu porque aqui os portugueses são poucos”. (Século XVIII - COSTA, António da. *Cartas do Abade António da Costa*)

Como se pode observar, a ocorrência acima é representada, quanto à forma, por *só que + elemento sentencial* e, quanto à função, indica que a informação que foi previamente apresentada é inesperada, uma vez que o falante indica que o constrangimento ocorrido não era esperado por ele.

Após descrevermos os pareamentos entre forma e função que caracterizam os padrões microconstrucionais identificados, apontaremos algumas evidências obtidas a partir do levantamento da frequência de uso. Nesse caso, apresentaremos resultados referentes às microconstruções pertencentes a cada um dos subesquemas a que estão vinculadas.

Como pode ser verificado na tabela a seguir, no que se refere às microconstruções vinculadas ao subesquema 1, a microconstrução 2 é a mais produtiva, sendo representada por

94 ocorrências, o que corresponde a 57%. Em segundo lugar, a microconstrução 1 aparece com 29% de frequência, uma vez que foram identificadas 48 ocorrências. Já a microconstrução 3 apresentou 23 ocorrências – 14% dos dados. Vejamos esses resultados representados na tabela 1:

Tabela 1 - Microconstruções do subesquema 1

	Número de ocorrências	%
Microconstrução 2 (a informação anterior é inesperada / <i>só que + elemento sentencial</i>)	94	57%
Microconstrução 1 (operador de focalização / <i>só que + elemento não-sentencial</i>)	48	29%
Microconstrução 3 (a informação anterior é refutada / <i>só que + elemento negativo + elemento sentencial</i>)	23	14%
Total	165	

Fonte: Elaboração da autora

Já em relação às microconstruções vinculadas ao subesquema 2.1, verifica-se que, do total de 71 ocorrências, 56 foram atestadas para a microconstrução *só que não*, o que representa 79% do total. Já as microconstruções *só que nunca*, *só que never* e *só que jamais* apresentaram, respectivamente, 04, 05 e 06 ocorrências, o que revela que elas seriam menos produtivas e muito mais recentes na língua. Observemos a tabela 2:

Tabela 2 - Microconstruções do subesquema 2.1

	Número de ocorrências	%
<i>só que não</i>	56	79%
<i>só que jamais</i>	06	8%
<i>só que never</i>	05	7%
<i>só que nunca</i>	04	6%
Total	71	

Fonte: Elaboração da autora

Por sua vez, a tabela 3, referente às microconstruções *só que sim* e *só que claro*, vinculadas ao subesquema 2.2, revela que as duas microconstruções em questão são pouco

produtivas, o que indicaria sua instanciação recente na língua. Nesse caso, do total de 05 ocorrências, 04 foram identificadas para o padrão *só que sim* e apenas 01 para o padrão *só que claro*. Vejamos a tabela 3:

Tabela 3 - Microconstruções do subesquema 2.2

	Número de ocorrências	%
<i>só que sim</i>	04	80%
<i>só que claro</i>	01	20%
Total	71	

Fonte: Elaboração da autora

Ao analisarmos comparativamente os resultados representados nas tabelas 1, 2 e 3, observamos que o subesquema 1 é o mais produtivo, visto que, como se pode notar, sanciona 165 ocorrências. Em segundo lugar, se encontra o subesquema 2.1, com o total de 71 ocorrências. E, em terceiro lugar, está o subesquema 2.2, com apenas 05 ocorrências. Esses resultados sinalizam que os padrões presentes no subesquema 1 são os mais produtivos, o que nos leva, conseqüentemente, a hipotetizar que sejam também os mais antigos na língua. Essa hipótese poderia ser respaldada pelo fato de a única ocorrência diacrônica identificada – datada do século XVIII – pertencer justamente a um padrão microconstrucional pertencente ao subesquema 1. Por outro lado, a baixa frequência dos padrões identificados tanto para o subesquema 2.1 como para o subesquema 2.2 indicaria que as microconstruções vinculadas a eles seriam mais recentes na língua, o que está em total consonância com o fato de todas essas microconstruções terem sido identificadas apenas em redes sociais, as quais integram o nível de formalidade 3 do *corpus* sincrônico analisado.

Outra evidência de sua recente emergência na língua seria o fato de Longhin-Thomazi (2003a, 2003b, 2003c, 2004a, 2004b) não ter tratado dos padrões *só que nunca*, *só que never*, *só que jamais*, *só que sim* e *só que claro* ao descrever e analisar o processo de gramaticalização que teria originado “só que”, uma vez que esse tipo de construção não teria sido identificada por ela na época de realização de sua pesquisa.

Nesse sentido, com base nos resultados quantitativos que acabamos de apresentar, podemos considerar que evidências empíricas relacionadas ao levantamento da frequência de uso podem contribuir, de fato, como afirma Cunha Lacerda (2016b), para a compreensão da extensibilidade dos níveis mais hierárquicos da rede, atestando que, quanto mais produtivo é um subesquema ou um esquema, maior será o número de padrões microconstru-

cionais sancionados. Desse modo, o levantamento da frequência de uso permite associar, de forma bastante clara, as propriedades de produtividade e de esquematicidade que são propostas por Traugott e Trousdale (2013).

5. Considerações finais

Este trabalho se propôs a discutir, a partir da apresentação de um estudo de caso, em que medida a abordagem construcional pode trazer importantes contribuições para o tratamento da mudança linguística. Com base nas proposições apresentadas por Traugott e Trousdale (2013), os quais assumem pressupostos basilares da Gramática de Construções, discutiu-se de que maneira a abordagem construcional da mudança, no âmbito da Linguística Funcional Centrada no Uso, contribui substancialmente para que a língua seja pensada a partir do estabelecimento de extensas redes construcionais, nas quais as construções estariam organizadas e hierarquizadas taxonomicamente em níveis mais e menos abstratos.

A fim de fornecer evidências empíricas acerca do estabelecimento e da organização de uma rede construcional, tal como propõem Traugott e Trousdale (2013), foi apresentado um estudo de caso, representado pela proposição de uma rede construcional para *SÓ QUE [X]* na língua portuguesa. Conforme evidenciado, o esquema representado por *SÓ QUE [X]* é altamente genérico e abstrato, permitindo que novas microconstruções sejam instanciadas, com o passar do tempo, a partir das necessidades comunicativas dos falantes, que buscam, cada vez mais, ser expressivos e intersubjetivos. Nesse sentido, a partir da realização de uma análise pancrônica de dados, a qual equacionou as metodologias qualitativa e quantitativa, buscamos demonstrar que a proposta de Traugott e Trousdale (2013) – principalmente, em relação às propriedades da esquematicidade e da produtividade – pode trazer reconhecidas contribuições para um tratamento mais sistemático e integrado de processos de mudança gramatical.

REFERÊNCIAS

- BISPO, E. B.; SILVA, J. R. **Variação linguística, mudança linguística e construcionalização**. Trabalho apresentado durante o XXI Seminário Nacional e VIII XXI Seminário Internacional do Grupo de Estudos Discurso & Gramática. Rio de Janeiro: UFRJ, 2016.
- BYBEE, J. L. Mechanisms of change in grammaticalization: the role of frequency. In: JOSEPH, B. D.; JANDA, J. (Eds.). **The handbook of Historical Linguistics**. Oxford: Blackwell, 2003.
- _____. **Language, usage and cognition**. Cambridge: Cambridge University Press, 2010.
- _____. Usage-based theory and grammaticalization In: NARROG, H.; HEINE, B. (Eds.). **The Oxford handbook of grammaticalization**. New York: Oxford University Press, 2011.
- CROFT, W. **Radical construction grammar: syntactic theory in typological perspective**. Oxford: Oxford University Press, 2001.
- _____. Logical and typological arguments for Radical Construction Grammar. In: ÖSTMAN, J-O; FRIED, M. (Eds.). **Construction grammars: cognitive grounding and theoretical extension**. Amsterdam: Benjamins, 2005.
- _____. Radical construction grammar. In: HOFFMANN, T; TROUSDALE, G. (Eds.). **The Oxford handbook of construction grammar**. New York: OUP, 2013.
- _____.; CRUSE, A. D. **Cognitive Linguistics**. Cambridge: Cambridge University Press, 2004.
- CUNHA LACERDA, P. F. A. **The development of [SÓ QUE X] in Portuguese language from the perspective of grammatical constructionalization**. Trabalho apresentado durante o 9th International Conference on Construction Grammar – ICCG9. Juiz de Fora: Universidade Federal de Juiz de Fora, 2016a.
- _____. O papel do método misto na análise de processos de mudança em uma abordagem construcional: reflexões e propostas. **Revista Linguística**, v. 1, p. 83-101, 2016b.
- _____. **A gramática em rede em evidência: discutindo contribuições da abordagem construcional da mudança**. Trabalho apresentado em mesa-redonda durante o X Congresso Internacional da Abralín. Niterói: Universidade Federal Fluminense, 2017.
- FURTADO DA CUNHA, M. A.; BISPO, E. B.; SILVA, J. R. Linguística funcional centrada no uso: conceitos básicos e categorias analíticas. In: CEZÁRIO, M. M.; FURTADO DA CUNHA, M. A. (Orgs.). **Linguística centrada no uso: uma homenagem a Mário Martelotta**. Rio de Janeiro: Mauad, 2013, p. 13-44.
- _____.; CUNHA LACERDA, P. F. A. Gramática de Construções: princípios básicos e contribuições. IN: OLIVEIRA, M. R.; CEZÁRIO, M. M. **Funcionalismo linguístico: vertentes e diálogos**. (no prelo)
- GOLDBERG, A. E. **Constructions: a construction grammar approach to argument structure**. Chicago: University of Chicago Press, 1995.
- _____. **Constructions at work: the nature of generalization in language**. Oxford: Oxford University Press, 2006.
- _____. **A constructionist approach to language**. Trabalho apresentado durante o XXI Seminário Nacional e VIII XXI Seminário Internacional do Grupo de Estudos Discurso & Gramática. Rio de Janeiro: UFRJ, 2016.
- HEINE, B.; CLAUDI, U.; HUNNEMEYER, F. **Grammaticalization: a conceptual framework**. Chicago: University of Chicago Press, 1991.
- HIMMELMANN, N. P. Lexicalization and grammaticalization: opposite or orthogonal? In: BISANG, W.; HIMMELMANN, N. P.; WIEMER, B. (Eds.). **What makes grammaticalization – a look from fringes and its components**. Berlin/New York: Mouton de Gruyter, 2004. p. 21-44.
- LABOV, W. The Notion of ‘system’ in Creole Studies. In: HYMES, D. **Pidginization and creolization of languages**, London, Cambridge University Press, 1971. p. 447-472.
- LONGHIN-THOMAZI, S. R. 2002. 211 f. **A gramaticalização da perífrase conjuncional só que**. Tese (Doutorado em Linguística). Instituto de Ensino da Linguagem, UNICAMP, Campinas, 2003a.
- _____. A perífrase conjuncional ‘só que’: invariância e variantes. **Revista Alfa**, v. 47, n.2. Araraquara: UNESP, 2003b. p. 139-152.
- _____. As acepções de sentido da perífrase conjuncional ‘só que’. **Revista Estudos Linguísticos**. São Paulo, 2003c. p. 15-19.
- _____. Gramaticalização de conjunções: o caso da perífrase ‘só que’. **Revista Sínteses**, v. 9, Campinas, UNICAMP, 2004a. p. 231-243.
- _____. A gramaticalização da perífrase conjuncional ‘só que’. **Revista Estudos Linguísticos**, v. 33, São Paulo, 2004b. p. 232-237.
- OLIVEIRA, M. R. de.; ARENA, A. B. **Arquitetura construcional e competição pelo uso**. Trabalho apresentado durante o XXI Seminário Nacional e VIII XXI Seminário Internacional do Grupo de Estudos Discurso & Gramática. Rio de Janeiro: UFRJ, 2016.
- ROSÁRIO, I. da C. do.; OLIVEIRA, M. R. de. Funcionalismo e abordagem construcional da gramática. **Revista Alfa**. São Paulo, 60 (2), 2016. p. 233-259.
- TRAUOGOTT, E. C.; TROUSDALE, G. **Constructionalization and Constructional Changes**. Oxford: Oxford University P

O que a metacomunicação revela sobre nossos processos cognitivos: um estudo sobre a coconstrução de alteridade ¹

Ulrike Schröder²

Universidade Federal de Minas Gerais

RESUMO: A partir de conversas eliciadas entre intercambistas alemães e brasileiros sobre suas expectativas e experiências interculturais, este artigo debruça-se sobre aquilo que é revelado pela metacomunicação em relação aos processos cognitivos envolvidos na coconstrução da alteridade. Com isso, pretendemos contribuir para um diálogo entre, por um lado, abordagens funcionalistas do campo da linguística textual, da análise da conversa e de teorias metapragmáticas, que se dedicam ao fenômeno a partir de diferentes perspectivas e, por outro lado, abordagens cognitivas como a linguística cognitiva. Para tal, demonstraremos como as formas, bem como as funções de atos metacomunicativos,

1 Eu agradeço ao CNPq pela Bolsa de Produtividade (2015-2018), à FAPEMIG pelo apoio que recebi por meio do Programa Pesquisador Mineiro (2015-2017; 2017-2019), à CAPES e à Fundação Humboldt pelo apoio financeiro que recebi dentro do programa CAPES/HUMBOLDT Research Fellowship for experienced researchers (2013-2014) para a realização da minha pesquisa de pós-doutorado na Universidade de Münster na Alemanha de agosto de 2013 a julho de 2014. Também agradeço à Profa. Dra. Susanne Günthner pelo convite a trabalhar no Instituto de Estudos Germânicos na WWU, bem como a Martina Hofer, da International Office, a Susanne Filler, do Departamento ERASMUS, e a Ricardo Schuch e Luciano Januário de Sales, do Brasilienzentrum da WWU, pela ajuda na busca de voluntários para minha filmagem. Finalmente, agradeço a Indra Sülzer e a Thomas Böcker pelo apoio técnico durante a filmagem e na transcrição e aos voluntários que participaram da filmagem.

2 Possui mestrado (1999) em Ciências da Comunicação, Germanística e Psicologia, doutorado (2003) e livre-docência (2012) em Ciências da Comunicação pela Universidade Duisburg-Essen, Alemanha. É Professora Associada da Faculdade de Letras da Universidade Federal de Minas Gerais (FALE/UFMG) e Bolsista da Produtividade de CNPq. E-mail: schroederulrike@gmx.com.

tornam-se pivôs relevantes nessas conversas acerca das expectativas e das experiências relacionadas a possíveis diferenças culturais que os intercambistas podem enfrentar ou já enfrentaram. Sendo assim, os resultados revelam que os atos metacomunicativos foram frequentemente utilizados como estratégias cognitivas para construir, considerar e questionar conceitos-chave culturais tratados como estereótipos de forma explícita no caso da conversa alemã, ao passo que, na conversa entre os brasileiros, foram caracterizados por mais pistas metacomunicativas implícitas como, por exemplo, marcadores discursivos e meios prosódicos. Nos dois casos, porém, fica evidente que os atos metacomunicativos não podem ser reduzidos à sua função prototípica voltada para assegurar a compreensão ou para organizar o discurso; muito pelo contrário, a metacomunicação calibra avaliações e serve para manter ou ganhar face na interação em andamento.

PALAVRAS-CHAVE: atos metacomunicativos; reparo; multimodalidade; processos cognitivos.

1. Introdução

Atos metacomunicativos apresentam *per se* um fenômeno cognitivo. Porém, até hoje, não há quase nenhuma interface entre os estudos no campo da análise da conversa, bem como entre aqueles da pragmática, por um lado, e entre aqueles da linguística cognitiva, por outro. É por essa lacuna teórica e empírica que averiguaremos, neste capítulo, a partir de sequências de interações reais, como atos metacomunicativos dão acesso aos processos cognitivos dos interlocutores.

O linguista, fonético e comunicólogo Gerold Ungeheuer (2004 [1972]) apontou o fato de que o ser humano experimenta processos comunicativos sempre em modo duplo: por um lado, como locutor, na realização de atos comunicativos; por outro lado, como observador (auto-)reflexivo que, colocado em posição externa ao ocorrido, busca sistematizar e classificar os meios linguísticos observados. Tal oscilação entre uma atitude comunicativa, ou seja, participativa, e extracomunicativa, isto é, observadora, já se aplica ao evento comunicativo em si, no qual já se encontram, no nível cognitivo, “perspectivas oscilantes dos participantes acerca do processo da compreensão”³ (LOENHOFF, 2000, p. 286).

Esse entendimento enquadra-se na abordagem de George Herbert Mead (1967 [1934]), cujo interesse primário é voltado para uma fundamentação do processo comunicativo sob

³ Do original: “oszillierender Perspektiven der Beteiligten auf den Verständigungsprozeß” (LOENHOFF, 2000, p. 286).

a inclusão da contribuição social para a formação sociocognitiva da identidade. De acordo com Mead (op. cit.), a relação dupla revela-se no próprio processo comunicativo, uma vez que o locutor não apenas direciona a enunciação ao seu *alter ego*, mas também a si mesmo concomitantemente. Com isso, ele se torna o seu próprio objeto, o que tem como consequência uma auto-observação na qual o indivíduo reage imediatamente aos seus próprios produtos da comunicação.

Enquanto esse postulado da mudança de perspectivas já atraiu muita atenção em termos teóricos e metodológicos,⁴ ainda não se encontram muitos estudos no campo da análise da conversa empírica com foco nesse fenômeno cognitivo que vão além do nível descritivo de um ângulo meramente estrutural-funcionalista ao entender a superfície linguística como verdadeiro “ponto de acesso”⁵ a uma rede cognitiva (LANGACKER, 1987, p. 163). Em oposição a uma visão reducionista, buscaremos a seguir, com base em dados empíricos, perguntar quais as inferências que se podem tirar da oscilação visível entre o nível comunicativo e o extracomunicativo na superfície da comunicação sobre o nível cognitivo da interação em andamento. Para essa finalidade, iremos analisar algumas sequências de conversas eliciadas nas quais um tópico problemático estimula as pessoas a produzirem enunciados autorreferenciais: a construção do outro em falas sobre experiências interculturais que estão ligadas a construções de alteridade.⁶

2. Abordagens teóricas sobre a metacomunicação

Independentemente do ponto de vista teórico, a maioria das abordagens no campo da metacomunicação refere-se aos trabalhos pioneiros de Bateson (1972 [1955]) e de Jakobson (1985 [1957]) como ponto de partida da sua análise. Enquanto Jakobson, no seu modelo das funções linguísticas, delimita a função metalinguística da língua a uma função voltada

⁴ Por um lado, Ungeheuer (2004 [1972]) introduz a distinção entre as perspectivas comunicativa e extracomunicativa com base na filosofia fenomenológica, recorrendo à distinção de *Zuhandenem* (“estar à disposição”) e *Vorhandenem* (“ser existente”) de Heidegger (1957 [1927]) e à diferença entre *fungierend* (“funcionando”) e *thematizierend* (“tematizando”) de Husserl (1921 [1901]). Por outro lado, Ungeheuer segue a abordagem linguística de Bühler (1982 [1934]), que apresenta teorias sobre a língua como ato e como formação, fundamento para uma perspectiva funcionalista do falar, ligada ao sujeito, e uma perspectiva do objeto, desligada do sujeito (BÜHLER, 1932). Bühler, por sua vez, estabelece sua abordagem recorrendo aos conceitos *Ergon* e *Energiea*, de Humboldt, e *Langue* e *Parole*, de Saussure, embora sua dicotomia não coincida com estas duas diferenciações. Com relação à história do problema, veja Kolb (2010).

⁵ Do original: “point of access”.

⁶ A metodologia será descrita mais detalhadamente na seção 3.

para assegurar a compreensão da língua como código, Bateson já advoga uma diferenciação entre "mensagens metalinguísticas" (*metalinguistic messages*), isto é, falar sobre a língua, e "mensagens metacomunicativas" (*metacommunicative messages*), ou seja, um enquadramento de enunciações na interação verbal integrando elementos prosódicos e visuais.

Durante os anos 1970 e 1980, surge uma produção acadêmica intensa voltada para a metacomunicação, especialmente na Alemanha, junto ao crescimento dos trabalhos no campo da linguística textual e da ação linguística. *Grosso modo*, a metacomunicação é entendida como "ato comunicativo com o qual se refere à comunicação e que por si mesmo está inserido nesta comunicação"⁷ (SCHMITTER; ADAMZIK, 1982, p. 61). Entretanto, não há consenso se a metacomunicação deve compreender exclusivamente comunicação verbal ou englobar pistas prosódicas e corporal-visuais. A maioria dos autores prefere uma restrição da noção ao comportamento explicitamente verbal (WUNDERLICH, 1970; MEYER-HERMANN, 1978; TECHTMEIER, 1984, 1985, 1990, 2001), ao passo que Unger (1990), como exceção rara, já toma um rumo em direção a um entendimento mais cognitivo ao ilustrar a limitação de tal exclusão por meio de enunciados elípticos nos quais inferências se dão como "momento da reconstrução" quando "o entendimento é realizado como co-pensamento, inventar-por-si e um pensar-até-o-fim"⁸ (UNGER, 1990, p. 194).

Porém, durante o período mencionado, dominam trabalhos que buscam classificar os atos metacomunicativos, o que explica a visão reduzida no que tange ao nível cognitivo como objeto potencial de pesquisa. Destarte, os critérios dessas classificações seguem a função, a sequência e a forma linguística dos atos metacomunicativos sob investigação. De acordo com essas classificações, atos metacomunicativos servem à organização dialógica, à construção, à manutenção e à ruptura da comunicação, bem como ao esclarecimento, à garantia e à aceitabilidade de outros atos comunicativos (SCHMITTER; ADAMZIK, 1982; TECHTMEIER, 1984, 1985, 2001; MEYER-HERMANN, 1978; SCHWITALLA, 1979). Além disso, Schwitalla (1979) aponta o fato de que atos metacomunicativos frequentemente não servem apenas para assegurar a compreensão mas, muito pelo contrário, são aplicados para evocar uma provação.

Em termos sequenciais, Techtmeier (2001) distingue entre enunciações metacomunicativas "pré-postas", "pós-postas" e "entre-postas". Enquanto enunciações metacomunicativas

⁷ Do original: "kommunikativer Akt, mit dem man sich auf Kommunikation bezieht und der selbst in dieser Kommunikation steht" (SCHMITTER; ADAMZIK, 1982, p. 61).

⁸ Do original: "Moment des Rekonstruierens"; "Verstehen als Mitdenken, Sich-Ausdenken und Zu-Ende-Denken gefaßt wird" (UNGER, 1990, p. 194).

pré-postas muitas vezes incorporam antecipações com o intuito de preservar possíveis reações negativas, enunciações metacomunicativas pós-postas prototipicamente são direcionadas a correções e apoiam a compreensão. Por sua vez, enunciações metacomunicativas entre-postas assumem a função de elo entre enunciados anteriores e posteriores.

No que diz respeito à forma da realização linguística, a maioria dos autores elenca os seguintes meios linguísticos (cf. TECHTMEIER, 2001; WELTE; ROSEMAN, 1990; HÜBLER, 2011; GÜLICH; KOTSCHI, 1983): inserções parentéticas (p. ex., *para dizer a verdade, falando exageradamente*), expressões denominando interações (verbos performativos), ou seja, no sentido mais restrito, *verba dicendi* (p. ex., dizer), verbos que assumem uma função estruturadora do texto (p. ex., *inserir*), substantivos (p. ex., *repetição*), expressões idiomáticas metacomunicativas (p. ex., *assim dizer*), verbos delocutivos (p. ex., *agradecer a alguém*), negações metalinguísticas (p. ex., "Não foi uma dama, foi minha mulher") e metáforas metalinguísticas (p. ex., "Que *tom* é este?").

Nossa análise mostrará que classificações extracomunicativas desse tipo de fato podem ajudar em um primeiro passo para se aproximar do objeto de pesquisa, embora uma mera etiquetagem dos atos metacomunicativos também carregue problemas, uma vez que muitas vezes não é possível atribuir uma categoria à fala em questão de forma inequívoca. Sempre entram elementos não ditos, aspectos implícitos e subentendidos inferenciáveis apenas a partir do contexto maior, de modo que a abstração do fenômeno verbal da coesão comunicativa total frequentemente não reflete a interação real.

Já no campo da pragmática, a metacomunicação é entendida em termos mais gerais, embora chame atenção que o próprio termo é raramente usado. Essa ausência surpreende mais ainda, considerando que o estudo pioneiro de Watzlawick, Beavin e Jackson (1967) se refere com a expressão *metacommunication* ao nível relacional, que, segundo os autores, decorre de modo análogo em oposição ao nível de conteúdo, que é codificado digitalmente. Peter Auer (1999) vê nessa oposição uma paralela à diferenciação entre a função representacional e apelativa como foi estabelecida por Bühler (1982 [1934]), bem como à noção da contextualização, de acordo com Gumperz (1982). Contudo, posteriormente, o termo *metacommunication* parece sumir pouco a pouco, especialmente no espaço linguístico anglo-americano, sendo substituído por outros conceitos.

Os estudos que existem até hoje podem ser divididos em duas vertentes principais: a partir de um ângulo sociolinguístico, a noção *metapragmatics* (LUCY, 1993; SILVERSTEIN, 1993; VERSCHUEREN, 1998) desenvolve-se com base na abordagem de Bateson, na qual diversos conceitos, como *frame* (BATESON, 1972 [1955]; GOFFMAN, 1974), *contextualization cues* (GUMPERZ, 1982) e *reflexive language* (LUCY, 1993), são integrados. A segunda vertente assume a perspectiva da análise da conversa e aproxima-se do fenômeno indiretamente,

uma vez que surge a partir da descrição sequencial do "reparo", embora se observe um interesse crescente pelas implicações cognitivas que acompanham a fala. Não obstante, a análise da conversa explicitamente delimita-se de abordagens que entendem tais momentos como "janela para a mente"⁹ (HAYASHI; RAYMOND; SIDNELL, 2013, p. 1), ainda que esta visão se oponha a teorias introspectivas que infiram da superfície linguística sobre a personalidade. O foco da análise da conversa continua na "infraestrutura processual da interação"¹⁰ (SCHEGLOFF, 1992, p. 1338) e, com isso, o que está no foco são as regras sequenciais que se tornam visíveis na construção da interação.

Ao lado desse campo específico na análise da conversa que nunca usa o termo *metacomunicação* quando investiga reparos, uma abordagem relevante que merece atenção é a metapragmática (*metapragmatics*), na qual "metacomunicação" se insere nessa categoria mais genérica, embora novamente o termo em si seja pouco usado. Lucy (1993) e Silverstein (1993) representam a posição mais radical por descreverem a atividade linguística como inerentemente reflexiva. Para Silverstein (1993), são justamente os elementos prosódicos e não verbais que caracterizam a "implicidade denotacional" (*denotational implicitness*) em oposição à "explicitude denotacional" (*denotational explicitness*), que se refere ao nível verbal. Ora, também no lado explícito da sua escala, Silverstein (op. cit.) integra muito mais elementos na sua definição de metacomunicação do que no sentido supracitado, como comprova a integração das expressões dêiticas, que ele descreve como metacomunicativas por causa do seu caráter indexical. Sendo assim, na compreensão da metapragmática, em primeiro lugar, não se trata de uma questão interacional, mas sim de uma questão estrutural-linguística, ou seja, a língua como sistema e as atividades do falante estão interligadas criando a reflexividade: "a fala é permeada por atividade reflexiva, uma vez que falantes comentam sobre a língua, reproduzem enunciados, indexalizam e descrevem aspectos do evento de fala, invocam nomes convencionais e guiam ouvintes para a interpretação apropriada das suas enunciações"¹¹ (LUCY, 1993, p. 11).

Nos anos 1980, o artigo de Caffi *Some Remarks on Illocution and Metacommunication* lança pela primeira vez uma ponte entre as definições existentes e discute abordagens variadas, especialmente voltadas para a teoria dos atos de fala, de origem inglesa, norte-americana, francesa e alemã. Ela conclui que muitos autores erroneamente equiparam metacomuni-

⁹ Do original: "window into the mind" (HAYASHI; RAYMOND; SIDNELL, 2013, p. 1).

¹⁰ Do original: "procedural infrastructure of interaction" (SCHEGLOFF, 1992, p. 1338).

¹¹ Do original: "speech is permeated by reflexive activity as speakers remark on language, report utterances, index and describe aspects of the speech event, invoke conventional names, and guide listeners in the proper interpretation of their utterances." (LUCY, 1993, p. 11). Cf. também Verschueren (1998, p. 60).

cação a atos performativos e/ou atos ilocucionários explícitos, ao passo que para ela atos metacomunicativos apresentam muito mais "momentos de deslocamento que nos ajudam a localizar, de forma anafórica ou catafórica, unidades de ações que são constitutivas para uma interação dada"¹² (CAFFI, 1984, p. 464). Com isso, ela aponta um novo entendimento de metacomunicação que se vê em abordagens atuais e que integra uma visão cognitiva: Bublitz e Hübler (2007) e Hübler (2011) redefinem metapragmática ao colocar metacomunicação no centro dela e ao focar a metacomunicação implícita, que se torna relevante quando as pessoas usam *shifters* ou vozes implícitas. É por isso que também não se pode diferenciar nitidamente entre os dois níveis de comunicação, pois a transição é corrente (HÜBLER, 2011). Segundo Hübler, a metacomunicação caracteriza-se pelo ato da saída do fluxo comunicativo; é "a ruptura que marca a limitação entre comunicação e metacomunicação: o diálogo em andamento está parando"¹³ (HÜBLER, 2011, p. 113). O ponto decisivo, portanto, é a mudança dos níveis no decorrer interacional: a narração é interrompida e um debate é introduzido, isto é, há um modo neutro em que entra um modo avaliativo, por exemplo, a comunicação 'pula' do modo institucional para o modo interpessoal. Esse aspecto cognitivo que se reflete no nível comunicativo é descrito igualmente nos estudos atuais sobre reparo:

[...] uma enxurrada de fala pode ser caracterizada como envolvendo "reparo" quando (1) o progresso adiante de uma unidade em progresso (neste caso de uma UCT) torna-se momentaneamente suspensa e (2) a atividade focal da interação é removida independentemente da barreira que causa o problema atual. Isto é, quando a produção em andamento daquilo que estava em progresso é suspenso de forma que manejar problemas na fala, no ouvir e na compreensão torna-se a atividade focal da interação, chamamos isso "reparo"¹⁴ (HAYASHI; RAYMOND; SIDNELL, 2013, p. 13).

José Gaston Hilgert (2014) parte do mesmo pressuposto de que há uma operação metaenunciativa na qual o falante se distancia, por um momento, do conteúdo e observa as

¹² Do original: "shifting moments which help us to locate, anaphorically or cataphorically, units of actions which are constitutive of a given interaction" (CAFFI, 1984, p. 464).

¹³ Do original: "the break which marks the boundary between communication and metacommunication: the ongoing dialogic flow comes to a halt" (HÜBLER, 2011, p. 113).

¹⁴ Do original: "... a spate of talk can be characterized as involving 'repair' when the (1) forward progress of an in progress unit (in this case a TCU) comes to be momentarily suspended and (2) the focal activity of the interaction becomes removing whatever barrier to that unit's progress is the current source of trouble. That is, when the ongoing production of whatever else was in progress is suspended so that managing troubles in speaking, hearing, and understanding comes to be the focal activity of the interaction, we will call that 'repair.'" (HAYASHI; RAYMOND; SIDNELL, 2013, p. 13).

palavras com as quais o expressou, modalizando-as, manipulando-as e negociando-as, instalando um outro ponto de vista. Hilgert (op. cit.) dá mais um passo e leva as “metaenunciações” até para o campo da polidez: muitas vezes, o enunciador, explícita ou implicitamente, encenaria um diálogo com o seu interlocutor sobre a propriedade ou conveniência do que foi ou do que será dito no curso da interação. Sendo assim, ele pode se desculpar ou pedir permissão para usar determinadas palavras ou expressões, tratar de determinados assuntos, fazer alusões a outros ou ainda justificar certos procedimentos discursivos.

3. Metodologia

Os dados empíricos a seguir provêm do *corpus* do Núcleo de Estudos de Comunicação (Inter-)Cultural em Interação – NUCOI,¹⁵ cujas atividades foram iniciadas em 2012 na UFMG. O principal alvo desse grupo é a criação de um *corpus* de vídeos e suas transcrições, que se baseiam em interações entre participantes de culturas diferentes, bem como entre participantes que tenham o mesmo pano de fundo linguístico e cultural, para fins de comparação. No centro das conversas, de maioria eliciadas, estão tópicos interculturais. Dessa forma, busca-se revelar como se constituem processos (auto-)reflexivos em dependência da língua e da cultura e como tais processos aparecem nas interações sendo coconstruídos pelos participantes de forma recíproca e multimodal no nível verbal, vocal e visual. O trabalho foi iniciado em 2010 com um projeto piloto no qual filmamos duas interações entre quatro brasileiros e quatro alemães. Dois anos depois, estendemos o projeto a outras nacionalidades. Os participantes são primeiramente pessoas que fazem parte de intercâmbios escolares (*Youth for Understanding*) ou estudantis (*Ciências sem Fronteiras*, *ERASMUS*), fruto de trabalho cooperativo com as respectivas diretorias de relações internacionais, p.ex. na UFMG, na UFV, ou na WWU (Westfälische Wilhelms-Universität Münster), Alemanha.

Depois das filmagens, as interações são transcritas no programa EXMARALDA¹⁶ (SCHMIDT; WÖRNER, 2009), seguindo as convenções de GAT 2 (SELTING et al., 2016).¹⁷ Sendo assim, o *corpus* é criado em conjunto, mas cada membro desenvolve sua própria questão de pesquisa. Alguns dias após as filmagens, são realizadas entrevistas retrospectivas, nas quais os participantes são confrontados com as filmagens e devem comentar o evento.

Os três exemplos apresentados a seguir provêm de dois vídeos gravados na Universidade de Münster (WWU) em 2013. A sequência com os cinco brasileiros foi gravada em agosto

¹⁵ <www.lettras.ufmg.br/nucleos/nucoi>

¹⁶ <www.exmaralda.com>

¹⁷ Um resumo das convenções encontra-se no final do artigo.

de 2013, três semanas após a chegada deles para a realização de um ano de intercâmbio dentro do programa *Ciências sem Fronteiras*. O vídeo com os cinco alemães, por sua vez, foi gravado em dezembro de 2013, logo antes do intercâmbio deles em quatro países europeus dentro do programa *ERASMUS*, a saber, Polônia (destino de dois intercambistas), França, Espanha e Suécia. A discussão foi eliciada por cartões com perguntas sobre as expectativas quanto a possíveis diferenças com relação aos tópicos ‘sociedade’, ‘família’, ‘universidade’, ‘comunicação’, ‘amizade’ etc. A filmagem foi repetida após o intercâmbio, ou seja, no caso dos brasileiros, no final da estadia na Alemanha, mas neste momento as perguntas se referiram às experiências reais. Os seguintes três exemplos escolhidos para análise não são representativos, mas ilustram algumas tendências encontradas¹⁸.

4. Análise

4.1 Preconceito ou estereótipo

Começaremos com um exemplo sucinto que reflete uma tendência quanto ao uso de metacomunicação encontrado na conversa alemã, mas ausente na conversa brasileira, a saber, a tematização de pré-teorias sobre diferenças culturais junto à inevitabilidade da aplicação de atribuições culturais na discussão. O seguinte exemplo ilustra *par excellence* uma reação metacomunicativa, ou seja, um reparo iniciado por si e se referindo à dificuldade de atribuir características a uma cultura como unidade. O que está em debate, nesse momento, é a dificuldade de comparar culturas como unidades monolíticas. A5 está terminando seu turno com o comentário de que seria difícil para ela até descrever a cultura alemã, quando A3 toma o turno:

2013MuA101 ((18:44-18:47))

- 01 A3: <<acc> das STIMMT schon;>
é que é verdade
- 02 aber zum beispiel so (-) <<olha para A4> ´PÜNKTlichkeit?
mas por exemplo tipo pontualidade
- 03 <<p> is das NICH;>
não é

¹⁸ Todas as sequências podem ser acessadas no seguinte site: <https://drive.google.com/drive/folders/0B4065pqma9RCbkRpTENsMVNaWG8?usp=sharing>

04 → (-) ↓oder is das vielleicht auch nur_n <<rindo>
 → VORurteil (.) oder_n klischEe;>
 ou é também só um preconceito ou um estereótipo

05 A1: [((ri))]
 06 A2: [((sorri))]
 07 A3: [((ri))]
 08 A5: [((ri))]

A3 inicia seu turno com um *token agreement* (BROWN; LEVINSON, 1987 [1978], p. 113); porém, pela conjunção adversativa *aber (mas)*, depois, ela direciona a perspectiva conversacional dos coparticipantes para o outro lado do tópico e focaliza o aspecto da pontualidade como exemplo da relatividade de ações culturais. Ela continua seu turno com uma retomada metacomunicativa acerca do enunciado anterior no qual o autorreparo ocorre tipicamente por meio de um trancamento brusco (*cut-off*; SCHEGLOFF; JEFFERSON; SACKS, 1977, p. 367), seguido por uma pausa curta (L04). A expressão *oder (ou)* é introduzida por um pulo entonacional para baixo e o artigo *das (o)*, usado aqui como pronome anafórico, indica a retomada do enunciado anterior, uma vez que poderia ser substituído por “o que eu disse”. Sendo assim, o objeto referencial do *das* tem uma referência metacomunicativa.

No sentido de Unger (1990) e de Hübler (2011), trata-se de metacomunicação implícita, embora seja nitidamente marcada no nível prosódico pela frequência baixa. A participante enxerga a “ousadia” do seu passo, o que se revela pelo uso da partícula modal *vielleicht (talvez)* e pela “pausa de manutenção” (*Haltepause*) (SCHWITALLA, 2012, p. 76) antes de continuar, em meio a risos, a etiquetar sua própria posição como “preconceito” ou “estereótipo”, o que é ratificado pelos risos dos coparticipantes. Com seu próprio riso (cf. também SCHWITALLA, 2001, p. 341), ela sinaliza que sabe que se encontra na situação paradoxal de ter realizado uma afirmação que poderia ser vista como generalização inadmissível, considerando o discurso geral sobre a problematização de categorizações culturais: “onde tais comentários são autocríticos, eles muitas vezes apresentam uma medida preventiva para antecipar críticas de outros”¹⁹ (HÜBLER, 2011, p. 110).

4.2 Exprimido diplomaticamente

Para o próximo exemplo, precisaremos de uma análise em três passos. No primeiro trecho, A5 introduz uma nova pergunta que está no cartão:

¹⁹ Do original: “Where such comments are self-critical, they often represent a preventive measure anticipating criticism from others” (HÜBLER, 2011, p. 110).

2013MuA101 ((17:30–17:53))

01 A5: diskuTIE:RN sie.
discutam

02 (.) gibt es KULtuelle unterschiede;
há diferenças culturais

03 falls ↑JA: (.) wie äußern sich diese?
caso positivo como se exprimem

04 und wIe kann man damit UMgehen.
e como se pode lidar com elas

05 (1.0)

06 A3: <<sorrindo> °hh;>

07 → ich nehme an zwischen UNserm land und dem zIel
land;=ne?
suponho entre nosso país e o país destino né

08 nich zwischen unsern [verSCHIEdenen] zielländern;=
não entre nossos países destinos diferentes

09 A2: [ja:;]
sim

10 A1: [=ja.]
sim

11 A2: → [<<suspirando> =a:ch] ich find das so immer SCHWIErig;
ah eu sempre acho isso tão difícil

12 → innerhalb (-) europas <<p> von so großen kulturellen
UNterschieden zu sprechen>;=
de falar dentro de Europa de tipo grandes diferenças culturais

13 A5: =hm:,

14 A2: → also KLA:R gibt_s da kleinigkeiten;
então claro que há coisinhas

15 A1: hm_m,

Depois que A5 leu a pergunta, ela continua, após uma pausa, com um enunciado metacomunicativo (L07-08) que se refere à relação entre proposição e expressão que serve à asseguuração da compreensão (SCHMITTER; ADAMZIK, 1982). Nisso, ela mesma dá a resposta à dúvida colocada, uma vez que o autor da pergunta está ausente, e realiza uma “precisão metacomunicativa”²⁰ (MEYER-HERMANN, 1978, p. 131-132) da pergunta. Na L10, A2 é o primeiro que se posiciona acerca da pergunta iniciada pela interjeição *a:ch*, que, por meio da inspiração simultânea, soa suspirada. Com isso, A2 não apenas se posiciona quanto à resposta à pergunta, mas é também sua atitude com relação à pergunta em si o que torna o enunciado implicitamente metacomunicativo. Ele generaliza a referência dada por não usar um pronome demonstrativo (*esta pergunta*) ou o artigo definido (*a pergunta*), mas por deixar o objeto referencial opaco pelo uso simples de *das so* (*isso*) junto ao adverbial *immer* (*sempre*). Assim, ele elabora uma referência interdiscursiva apontando que esse tipo de questão aparece frequentemente e que já se estabeleceu um tratamento (auto-)reflexivo e (auto-)dinâmico com relação a isso. Dessa diluição direcional resulta uma mesclagem metacomunicativa na qual seu posicionamento se mistura com uma predicação avaliativa da pergunta feita (MEYER-HERMANN, 1978), uma vez que A2 aplica um *verbum dicendi* (*sprechen=falar*, L12) para destacar por que se retira de uma resposta específica.

Depois que A2 se posiciona negativamente, ele concede delimitações da validade da própria afirmação através da sequência “proposição” (L11-12) e “concessão” (L14), sequência típica para a construção que Antaki e Wetherell (1999) chamam *show concession*. Porém, após o segundo ato, ele interrompe a construção, que consiste, na verdade, em três passos, sendo a última a “reprise”, mas aqui A5 continua a fala. Todavia, aproximadamente dez minutos depois, A2 retoma o assunto:

((25:55–26:04))

- 01 A2: ((bate nas coxas))
 02 → ja:;
 sim
 03 → (-) also ich hab_s ja jetzt schon geSAGT;
 então como agora já tinha falado
 04 → (.) also innerhalb von euROpa,
 então dentro da Europa

²⁰ Do original: “metakommunikative Präzisierung” (MEYER-HERMANN, 1978, p. 131-132).

- 05 → also <<gesticulando com os braços> KLA::R;>
 então claro
 06 → (-) klar hat man ↑UNterschiede;
 claro que se tem diferenças
 07 → aber das is jetzt nich so wIchtig für große
 konFLIKte ge <<batendo com os dedos nas coxas e olhando
 na câmera> wesen;>
 mas isso não foi tão importante para os grandes conflitos

Nas linhas 02-03, A2 realiza uma enunciação metacomunicativa entre-posta (*zwischen-geschaltet*) (TECHTMEIER, 2001) ao retomar seu posicionamento anterior, criando, desse modo, um elo ao contexto atual. De acordo com a classificação voltada para os atos de fala de Meyer-Hermann (1979), pode-se chamar esse ato de uma “constatação da realização de atos de fala” através do uso do *verbum dicendi* “dizer” (*sagen*). Também em termos estruturais, observa-se uma retomada do tópico anterior, uma vez que A2 não apenas repete a construção “show concession” mas agora a termina: a “proposição” (1) assume a função da representação da hipótese ameaçável; a concessão (2), introduzida por um marcador concessivo, a função de uma concessão parcial e a “reprise” (3), que por sua vez começa com uma conjunção adversativa, a função de uma repetição ou de um fortalecimento da hipótese inicial (ANTAKI; WETHERELL, 1999):

1. ‘Proposition’ então dentro da Europa (L04)
2. ‘Concession’ claro que se tem diferenças (L05-06)
3. ‘Reprise’ mas isso não foi tão importante para os grandes conflitos (L07)

Pela retomada quase idêntica do tópico, bem como do padrão estrutural, torna-se saliente que o participante busca corroborar seu ponto de vista. É contundente não apenas a batucada nervosa dos dedos nas pernas que acompanha a voz alongada e distendida, mas também o olhar rápido na câmera logo antes do término do turno, o que indica que o falante está consciente do circundante (*bystander*) (GOFFMAN, 1981) atrás da câmera.

A1, que como A2 tem a Polônia como país de destino, está irritada pelo posicionamento do coparticipante e finalmente tematiza sua opinião aproximadamente meia hora depois, quando o grupo passa a falar sobre amizade e A2 é questionado por A3 novamente se ele espera diferenças relacionadas a esse tópico entre seu país de origem e o de destino:

2013MuA101 ((15:15-15:41))

- 01 A2: also ich würd das genauso sehn wie <<aponta a mão aberta a A3>
DU das gesagt hast.>
então eu veria isto do mesmo jeito como você falou
- 02 das kommt halt (.) ECHT darauf an;
no fundo depende realmente muito
- 03 was das für ↑LEUte sind;
que tipo de pessoas são
- 04 nicht unbedingt auf die nationaliTÄT;
não necessariamente da nacionalidade
- 05 (-) also (.) das is ja individu[ELL ob man sich jetzt]
então é que é individual se a gente agora
- 06 A1: [<<sussurrando> ja::;>]
sim
- 07 A2: ((muda a direção do olhar para A1))
- 08 A1: → 'WEISS ich nich.
não sei
- 09 → <<movimentando a cabeça com gesto de ponderação> das k/es is
→ immer s_sehr diplomatisch AUS[gedrückt;]
é sempre exprimido muito diplomaticamente
- 10 A2: [haHA;]
- 11 A2: ((olha rapidamente na câmera))
- 12 A1: aber WENN man;
mas quando se
- 13 man hört ja auch von leuten die in aMERika sagen;
se escute também da gente que fala na América
- 14 eh WA:RN,
ah foram
- 15 die danach einfach erzÄhlen;
que depois simplesmente contam

- 16 ↑es (.) !IST! (.) sO:,
é simplesmente assim
- 17 dass ameriKAner (.) da irgendwie viel schneller auf einen
zugEhn;
que americanos de alguma forma são muito mais abertos
- 18 und sagen ↑ey komm lass uns TREFFen und so;
e dizem ei vamos encontrar e assim
- 19 aber das sind dann keine freundschaften für_s LE:ben.
mas que então não são amizades para a vida

A2 enfrenta a pergunta com o mesmo posicionamento (*stance*) anteriormente adotado, a saber, ele argumenta que amizades dependeriam mais de preferências individuais do que de fatores nacionais. Em L05-06, há uma sobreposição de A1 e de A2 quando A1 entra na conversa com a partícula *ja::;* (*sim*), que é prosodicamente marcada por ser prolongada, sussurada e falada em frequência muito baixa, o que indica dissenso, que é, inclusive, verbalizado a seguir quando ela diz WEISS ich nich (*não sei*). Com isso, ela aplica uma estratégia de polidez negativa, que Brown e Levinson (1987 [1978], p. 144) descrevem da seguinte maneira: “Não presuma/assuma (mantenha distância ritualística do interlocutor)”²¹ Isso implica que a posição dela não é formulada abertamente, o que é mantido na L09 quando ela usa o ato metacomunicativo *es is immer s_sehr diplomatisch AUS[gedrückt;]* (*é sempre exprimido muito diplomaticamente*), no qual o interlocutor é despersonalizado e a construção passiva é usada em vez da construção ativa, que indicaria o agente. A estratégia é adicionalmente ressaltada pelo movimento da cabeça, que sinaliza ponderação. O ato metacomunicativo em si trata da relação entre proposição e expressão e apresenta, pela primeira vista, o que Schmitter e Adamzik (1982) etiquetam como função “estética”, ou seja, o comentário refere-se ao modo da expressão. Porém, a ação comunicativa de A1 vai além disso. Ela também revela o interesse ‘verdadeiro’ dele na manutenção de uma face politicamente correta, o que se mostra no uso do termo *diplomatisch* (*diplomaticamente*) e é salientado na reação de A2: ele responde com duas partículas de riso curtas que têm um efeito banalizador (SCHWITALLA, 2001). O fato de que A2 está olhando para a câmera de novo exatamente nesse momento confirma mais uma vez que a performance dele se direciona também ao circundante atrás da câmera e que

²¹Do original: “Do not presume/assume (keep ritual distance from the interlocutor)” (BROWN; LEVINSON, 1987 [1978], p. 144).

ele se sente ‘apanhado’ agora. Por fim, A1 fortalece sua posição mais uma vez na linha 30, na qual ela apresenta um exemplo de relatividade cultural para o qual ela dá um “acento *verum*” (HÖHLE, 1992) ao verbo de ligação: †es (.) !IST! (.) sO: (é *simplesmente assim*). Desse modo, ela salienta sua posição.

4.3 Tem que falar muito mais devagar

Em oposição a esse estilo metacomunicativo mais explícito e voltado para posturas perante diferenças culturais, na conversa entre os brasileiros, encontraram-se mais ocorrências de metacomunicação implícita, que incluíram marcadores discursivos indicando uma função interacional.

Na seguinte sequência, B4 está tomando o turno, posicionando-se com relação ao tópico de que os alemães seriam mais diretos do que os brasileiros, que foi introduzido por B2 no turno anterior:

2013MuBr01 ((18:08–19:34))

01 B4: hm hm vai eu senti isso (aguar) desse esse último final do;
 02 desse segundo curso de língua que a gente estava fazendo;
 03 → com professora: <<acc> com alguma professora enfim;>
 04 (.) e (.) a gente queria fazer uma apresentação,
 05 e (.) <<acc> tipo sobre um tema que a gente->
 06 as cartas e fez a apresentação de um tema.
 07 → e depois (-) Ela (.) ah simplesmente falou assim.
 08 → †ah não mas tem que falar com desse tema para todas as pessoas
 que tão aqui,
 09 → enfim (.) já com a gente já tinha acordada é a última aula
 → digamos assim para (que eu assisti).
 10 → tinha gente mais tímida gente mais extrovertida enfim.
 11 mas uma coisa que eu faço no alemão;
 12 que uma eu acho sensato que agora muDEI?
 13 era falar eu falava muito rápido (inteirão);
 14 tipo entre entr tô tá construindo uma frase muito rápido;

15 porque para MIM,
 16 (.) é mais natural uma pessoa falar em alemão rápido;=
 17 → =enten[deu,]
 18 B3: [uh_HUM,]
 19 B2: [UH:_hm,]
 20 B3: [heheHE;]
 21 B4: [então: falar] (-) [devagar,]
 22 B5: [sei.]
 23 B4: como eu tô estou buscando as palavras na minha cabeça.=
 24 =mas tipo ehm;
 25 → <<acc> e ela falou para mim assim;>
 26 → †uai eu fiz isso aqui errado nessa apresentação;
 27 eu tentei falar,
 28 (-) como se tivesse uma naturalidade maior do que ah que eu
 realmente tenho mais assim?
 29 → e daí ela falou assim †NÃO ah uh;
 30 → <<acc> a tua apresentação foi muito boa;
 31 → mas tem que falar muito mais devagar do que tava falando;>
 32 B3: hm_hm he [HE-]
 33 B4: → [entende.]
 34 pah depois daquilo eu (.) (xxx) pior;=ne,
 35 [realmente.]
 36 B3: [<<rindo> pior.>]
 37 B4: e agora comecei a falar bem (.) bem diferente.
 38 do que eu falava antes (.) assim.
 39 tento pelo menos me (regrato) <<p> foi que [fiz.>]
 40 B3: [uhm,]
 41 B4: → (-) isso é um ponto <<olhando para a camera> positivo eu
 → acho.>
 42 [uhm;=ne?]
 43 B3: [é:,]

B4 inicia seu turno com uma narração que pode ser descrita como “historinha”²² (KÖNIG, 2010, p. 43) através de um anúncio metacomunicativo ao empregar o pronome demonstrativo *isso* na L01, que estabelece a referência anafórica com o que foi dito por B2 anteriormente. Concomitantemente, cria o espaço mental ‘sala de aula’, no qual a narração a seguir se enquadra, e, logo depois, inicia um prefácio narrativo (*story preface*) expansivo por meio do qual ele *zooms into* (GÜNTNER, 2011) o cenário original. Não obstante, na verdade, ele constantemente está oscilando entre a situação descrita e seus comentários sobre ela: ele começa a retratar os outros estudantes como personalidades extrovertidas e tímidas (L10) e dá uma justificativa detalhada e antecipada do motivo por que ele tinha falado alemão tão rapidamente (L11-28). Ao inserir repetitivamente explicações desse tipo, a historinha torna-se cada vez mais expandida até chegar, finalmente, ao comentário crucial que foi feito pela professora com relação à apresentação oral dele:

25 <<acc> e ela falou para mim asSIM;>
 26 †uai eu f fIz isso aqui erRAdo nessa apresentação;
 27 eu tentei falar,
 28 (-) como se tivesse uma naturalidade maiOr do que ah que eu
 realmente TENho mais assim?
 29 e daí ela falou assim †NÃO ah uh;
 30 <<acc> a tua apresentação foi MUIto boa;
 31 mas tem que falar MUIto mais devagar do que tava falando;>

Note-se que B4 primeiro delinea o comentário da professora ao usar o modo do discurso indireto anunciando a citação (L25) enquanto concomitantemente acelera o tempo do enunciado. Depois, ele mescla as perspectivas de forma polifônica (cf. BAKHTIN, 1981 [1930]) na citação a seguir (L26-27) ao representar, por um lado, a voz da professora como discurso direto e, por outro lado, ao trazer à luz a perspectiva atual de B4 ao substituir o pronome pessoal *você* por *eu*. Depois, ele de novo usa um anúncio para introduzir o discurso indireto (L28), seguido pelo discurso direto (L29-31), sendo o último um potencial ato ameaçador da face dele (BROWN; LEVINSON, 1987 [1978]). Porém, é prefaciado por um elogio (L30), sinalizando uma estratégia de polidez positiva redirecionada para manter a

22 Do original: “small story” (KÖNIG, 2010, p. 43).

harmonia social com o intercambista. Adicionalmente, a narração é atenuada pela grande variedade de marcadores discursivos que também indicam o posicionamento inseguro de B4 perante o conteúdo relatado e perante a reação (ausente) dos interlocutores:

- *digamos assim* (L09) apresenta, como descrito na seção teórica, uma expressão idiomática metacomunicativa cuja função pode ser caracterizada como modalizadora (BAPTISTA DE MORAIS, 2010) e que, no caso presente, compensa o *frame* da narração;
- *assim* (L07, 25, 28, 38), que geralmente assume a função de “marcador conversacional topográfico”, especialmente em lugares relevantes para transição (LRT) como sinal de que a unidade entonacional terminou, é usado para demarcar que o falante pretende manter o turno (BAPTISTA DE MORAIS, 2010);
- *enfim* (L03, 09, 10), que define os limites da narração por uma síntese conclusiva, que sempre corresponde a uma reformulação do enunciado e assume, por conseguinte, uma função metacomunicativa (MARCÁRIO LOPES, 2008);
- *tipo* (L05, 14, 24), que é frequente na fala cotidiana, usado sobretudo por adolescentes, como sinal de busca pela expressão apropriada para moldar o que querem dizer (HUSEBY, 2010, p. 56; CASTELANO; LADEIRA, 2010), mas também, mais especificamente, é usado como “marcador sequencial”, “introdução a uma sequência explicativa”, “hesitação” ou “abrandamento” em momentos de mitigação ligada a assuntos delicados, como alteridade, conforme revelou um estudo baseado no corpus do NUCOI (CARNEIRO MENDES, no prelo);
- *entendeu* (L17), que fortalece a proposição e com isso assume uma função argumentativa e interativa a partir de uma perspectiva metacomunicativa (BAPTISTA DE MORAIS, 2010, p. 415);
- *então* (L21), que é caracterizado por Macedo e Silva (1996) como tendo uma função de conclusão olhando para trás e resumindo o dito.

Esse grande uso de meios metacomunicativos implícitos é particularmente interessante considerando que os outros quatro participantes dão *tokens* responsivos mínimos e parecem até um pouco constrangidos com a narração expansiva de B4. Até dois coparticipantes nem olham para ele enquanto ele narra o ocorrido, ao passo que B4 termina a narração em L41 ao usar uma avaliação metacomunicativa explícita da diferença cultural reportada etiquetando o ser direto alemão como positivo: *isso é um ponto positivo eu acho*. Ora, o que chama atenção é que ele concomitantemente está olhando para a câmera. De acordo com Goffman (1981), isso coloca em pauta a questão se os coparticipantes brasileiros aqui realmente apresentam os recipientes endereçados ou se B4 primeiramente se direciona ao circundante (*bystander*) atrás da câmera, que, nesse caso, é representado pela pesquisadora alemã. Como a conversa não se baseia em uma

situação autêntica, mas arranjada, é preciso considerar a estrutura de participação com multicamadas em andamento ao analisá-la como interação complexa. Nesse sentido, o olhar para a câmera revela a consciência do participante quanto ao ouvinte-espião (*eaves-dropper*) semirratificado que analisará a conversa depois da gravação. Por conseguinte, as explicações expansivas, relacionadas ao uso dos meios metacomunicativos, podem ser vistas como pistas pragmaticamente calibradas e direcionadas também à representante da cultura alemã, a qual talvez esteja presente para interpretar a sensibilidade intercultural do falante.

5. Considerações finais

Até agora, a metacomunicação foi abordada a partir de várias perspectivas: como fenômeno pertencente ao domínio dos atos de fala na pragmática e acerca dos seus traços estrutural-funcionais na linguística textual. Sob a égide das pesquisas no campo de reparo, a análise da conversa levou um aspecto importante da metacomunicação para a interação real. E, finalmente, na sociolinguística norte-americana e na linguística antropológica, criou-se a noção da “metapragmática” para dar conta da reflexividade da língua como um todo. Não obstante, poucos pesquisadores perguntaram pela conexão entre processos cognitivos e sua visibilidade na interação multimodal. Criar tal ponte entre a abordagem funcionalista e cognitivista foi o objetivo da pesquisa apresentada.

A análise das sequências trouxe à tona como os mecanismos para a calibração de atitudes comunicativas e extracomunicativas se dão e como estas são criadas interativamente. Nisso, o tópico delicado da diferença cultural revelou uma reciprocidade de vários níveis reflexivos que se tornaram especialmente visíveis em momentos em que os coparticipantes saem do seu processo comunicativo atual para olhar para seus produtos comunicativos. Esses processos cognitivos entram novamente na própria interação como variáveis condutoras metacomunicativas. Mostrou-se como os interlocutores se tornam objeto de si mesmos a partir do olhar do *alter ego* (MEAD, 1967 [1934]) e reintroduzem o estoque de conhecimento social sobre a avaliação negativa de tipificações no manejo de alteridade em seus atos comunicativos. É a partir dessa relação dupla que os participantes enfrentam o paradoxo de que, por um lado, eles inevitavelmente têm que recorrer a tipificações para responder às perguntas e, por outro lado, querem prescindir de tipificações para se adequar à norma socialmente ancorada de uma compreensão reflexiva da interculturalidade.

Sob o viés da análise da conversa, o estudo também aponta a necessidade de ir além de formatos meramente sequenciais, bem como de categorizações de atos metacomunicativos extracomunicativamente elaboradas. Isso pelo menos se torna indispensável se não se quer perder o olhar acerca da interação como evento holístico. Ao se despedir também

de um *mind reading* (SPERBER; WILSON, 2002) psicológico que atribui intenções individuais aos interlocutores, adicionalmente se tornou saliente que o tratamento de metacomunicação em busca de uma integração de aspectos cognitivos continua sendo incompleto. Destarte, é necessário também refinar o olhar no que tange a reparos como fenômeno *sui generis*.

Atos metacomunicativos não apenas assumem funções padronizadas para a manutenção e a condução do andamento da comunicação em si, mas também manifestam procedimentos de (auto-)apresentação complexos, como revelaram todos os três exemplos quanto à questão da face e de encenações de si mesmo, seja com uma tendência mais interacional, como se mostrou no exemplo brasileiro, seja de forma mais introspectiva, como vimos nos exemplos alemães. Tais encenações mostraram também a importância do olhar além do enunciado isolado, uma vez que isso revelou como os coparticipantes sintonizam seus atos metacognitivos e metacomunicativos no contexto de constelações de participação com multicamadas.

Atualmente, observa-se, por um lado, na análise da conversa e na pragmática, um aumento de interesse em questões cognitivas e, por outro lado, na linguística cognitiva, uma orientação em direção a uma análise de processos cognitivos *online* na interação social e multimodal (DEPPERMAN, 2012). O estudo apresentado teve como intuito ilustrar como nossas interações comunicativas disponibilizam “pontos de acesso” a nossos atos cognitivos e metacognitivos.

Anexo: Resumo das convenções de transcrição de GAT 2

[]	sobreposição e fala simultânea
[]	
°h/h°; °hh/hh°	ins-/expiração em dependência da duração
(.)	micro pausa estimada em até 0,2 seg de duração aprox.
(-)	pausa curta estimada em aprox. 0,2 – 0,5 seg de duração
(--)	pausa intermediária estimada em aprox. 0,5 – 0,8 seg de duração
(---)	pausa longa estimada em aprox. 0,8 – 1,0 seg de duração
(0.5)/(2.0)	pausa mensurada em aprox. 0,5/2,0 seg de duração (até o décimo de segundo)
e_ah	cliticizações dentro de unidades

((ri))	descrição de atividades não verbais	<<cresc> >	crescendo, aumentando o volume
<<rindo> >	descrição de atividades acompanhando a fala com indicação de escopo	<<dim> >	diminuendo, diminuindo o volume
(xxx xxx)	duas sílabas incompreensíveis	<<acc> >	acelerando, aumentando a velocidade
(posso)	termo presumido	<<rall> >	rallentando, diminuindo a velocidade
=	continuação rápida e imediata com um novo turno ou segmento (<i>latching</i>)		
:	alongamento, de aprox. 0,2-0,5 seg.		
::	alongamento, de aprox. 0,5-0,8 seg.		
:::	alongamento, de aprox. 0,8-1,0 seg.		
?	ruptura (<i>cut-off</i>) por fechamento glotal		
Sílaba	acento focal		
sílaba	acento secundário		
!Sílaba	acento focal extra forte		
?	movimento entonacional final alto ascendente		
,	movimento entonacional final ascendente		
-	movimento entonacional final nivelado		
;	movimento entonacional final descendente		
.	movimento entonacional final baixo descendente		
↑	pulo entonacional para cima		
↓	pulo entonacional para baixo		
<<l> >	frequência mais baixa		
<<h> >	frequência mais alta		
en`TÃO	movimento entonacional descendente		
en´TÃO	movimento entonacional ascendente		
en̄TÃO	movimento entonacional nivelado		
en^TÃO	movimento entonacional ascendente-descendente		
en~TÃO	movimento entonacional descendente-ascendente		
<<f> >	forte, alto		
<<all> >	allegro, rápido		
<<len> >	lento, devagar		

REFERÊNCIAS

- ANTAKI, C.; WETHERELL, M. Show concessions. **Discourse Studies** 1 (7), p. 7–27, 1999.
- AUER, P. **Sprachliche Interaktion**. Eine Einführung anhand von 22 Klassikern. Tübingen: Max Niemeyer Verlag, 1999.
- BAKHTIN, M. M. The Dialogic Imagination: Four Essays. In: HOLQUIST M. (Ed.). Tradução Caryl Emerson e Michael Holquist. Austin/London: University of Texas Press, 1981 [1930].
- BAPTISTA DE MORAIS, A. J. **Narrativas Conversacionais**. A Introdução de Enunciados Narrativos em Situação de Interação Oral. Tese (Doutorado em Linguística). Departamento de Língua e Cultura Portuguesas, Universidade Aberta, Lisboa, 2010. Disponível em: <<http://hdl.handle.net/10400.2/3280>>. Acesso em: 01 ago. 2017.
- BATESON, G. **Steps to an ecology of mind**. New York: Ballantine, 1972 [1950].
- BROWN, P.; LEVINSON, S. **Politeness: some universals in language usage**. Cambridge: Cambridge University Press, 1987 [1978].
- BUBLITZ, W.; HÜBLER, A. **Metapragmatics in use**. Amsterdam: John Benjamins, 2007.
- BÜHLER, K. Das Ganze der Sprachtheorie, ihr Aufbau und ihre Teile. In: KAFKA, G. (Org.). **Bericht über den XII. Kongreß der Deutschen Gesellschaft für Psychologie in Hamburg vom 12.–16. abr. 1913**. Jena: Gustav Fischer, 1932. p. 95–122.
- BÜHLER, K. **Sprachtheorie: die Darstellungsfunktion der Sprache**. Stuttgart: Fischer, 1992 [1934].
- CAFFI, C. Some remarks on illocution and metacommunication. **Journal of Pragmatics**, 8, p. 449–467, 1984.
- CARNEIRO MENDES, M. As expressões *tipo*, *assim*, *tipo assim* e *assim tipo* e suas funções nas falas de uma interação em grupo. In: SCHRÖDER, U.; CARNEIRO MENDES, M. (Orgs.). **Comunicação (Inter-)Cultural em Interação**. Belo Horizonte: Editora da UFMG. No prelo.
- CASTELANO, K. L.; LADEIRA, W. T. Funções discursivo-interacionais das expressões “*assim*”, “*tipo*” e “*tipo assim*” em narrativas orais. **Letra Magna: Revista de Divulgação Científica em Língua Portuguesa, Linguística e Literatura** 6(12), p. 1-17. 2010.
- DEPPERMANN, A. How does ‘cognition’ matter to the analysis of talk-in-interaction? **Language Sciences**, 34, p. 746–767, 2012.
- GOFFMAN, Erving. **Frame Analysis: an essay on the organization of experience**. New York: Harper & Row, 1974.
- _____. **Forms of talk**. Philadelphia: University of Pennsylvania Press, 1981.
- GÜLICH, E.; KOTSCHI, T. Les marqueurs de la réformulation paraphrastique. **Cahiers de Linguistique Française**, 5, p. 305–351, 1983.
- GÜNTNER, S. **Discourse strategies**. Cambridge: Cambridge University Press, 1982.
- _____. The Construction of Emotional Involvement in Everyday German Narratives – Interactive Uses of ‘Dense Constructions’. **Pragmatics** 21(4), p. 573–592, 2011.
- HAYASHI, M.; RAYMOND, G.; SIDNELL, J. Conversational repair and human understanding: an introduction. In: HAYASHI, M.; RAYMOND, G.; SIDNELL, J. (Org.). **Conversational repair and human understanding**. Cambridge: Cambridge University Press, 2013. p. 1–39.
- HEIDEGGER, M. **Sein und Zeit**. Tübingen: Niemeyer, 1957 [1927].
- HILGERT, J. G. Atenuação e cortesia em intervenções metaenunciativas na conversa. **Filologia Linguística Portuguesa**, 16(2), p. 365–379, 2014.
- HÖHLE, T. N. Über Verum-Fokus im Deutschen. In: JACOBS, J. (Org.). **Informationsstruktur und Grammatik**. Opladen: Westdeutscher Verlag, 1992, p. 112–141.
- HÜBLER, A. Metapragmatics. In: BUBLITZ, W.; NORRICK, N. R. (Org.). **Foundations of Pragmatics**. Berlin: De Gruyter Mouton, 2011. p. 107–136.
- HUSEBY, S. **Las funciones de tipo como marcador del discurso en el lenguaje juvenil de Buenos Aires: Un estudio descriptivo**. Tesis (Maestría Spansk språk og latinamerikastudier). Bergen: Universitetet i Bergen. Institutt for fremmedspråk/Departamento de Lenguas Extranjeras, 2010. Disponível em: <<http://hdl.handle.net/1956/4060>>. Acesso em: 01 ago. 2017.
- HUSSERL, E. **Logische Untersuchungen**. Bd. 2, Zweiter Teil: Elemente einer phänomenologischen Aufklärung der Erkenntnis. Halle: Max Niemeyer, 1921 [1901].
- JAKOBSON, R. Metalanguage as a linguistic problem. In: RUDY, S. (Org.). **Selected writings VII: contributions to comparative mythology**. Studies in linguistics and philology, 1972–1982. Berlin: Mouton Publishers, 1985 [1957]. p. 113–121.
- KOLB, K. Über zwei Aspekte allen Erlebens und Erkennens. Eine historiographische Skizze eines fächerübergreifenden Problemfelds. **Beiträge zur Geschichte der Sprachwissenschaft** 20(1), p. 65–78, 2010.
- KÖNIG, K. Sprachliche Kategorisierungsverfahren und subjektive Theorien über Sprache in narrativen Interviews. **Zeitschrift für Angewandte Linguistik**, 53, p. 31-57, 2010.
- LANGACKER, R. W. **Foundations of Cognitive Grammar**. Volume I: Theoretical Prerequisites. Stanford: Stanford University Press, 1987.
- LOENHOFF, J. ‘Innen’ und ‘Außen’ – Eine problematische Leitdifferenz in Kommunikationstheorien 1.

und 2. Grades. In: FISCHER, H. R.; SCHMIDT, S. J. (Orgs.). **Wirklichkeit und Welterzeugung**. In memoriam Nelson Goodman. Heidelberg: Carl-Auer-Systeme Verlag, 2000. p. 278–289.

LUCY, J. A. (Org.). **Reflexive language**. Reported speech and metapragmatics. Cambridge: Cambridge University Press, 1993.

MACEDO, A. T. de; SILVA, G. M. de. O. Análise sociolinguística de alguns marcadores conversacionais. In: MACEDO, A. T.; MOLLICA, M. C. de M.; RONCARATI, C. (Orgs.). **Variação e Discurso**, Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1996. p. 11-49.

MARCÁRIO LOPES, A. C. “Enfim.” **Estudos Linguísticos/Linguistic Studies**, 2, p. 61-76, 2008.

MEAD, G. H. **Mind, self, & society from the standpoint of a social behaviorist**. Chicago: The University of Chicago Press, 1967 [1934].

MEYER-HERMANN, R. Aspekte der Analyse metakommunikativer Interaktionen. In: MEYER-HERMANN, R. (Org.). **Sprachen – Handeln – Interaktion**. Ergebnisse aus Bielefelder Forschungsprojekten zu Texttheorie, Sprechakttheorie und Konversationsanalyse Tübingen: Max Niemeyer Verlag, 1978. p. 103–142.

_____. **Studien zur Funktion von Metakommunikation (am Beispiel gesprochener portugiesischer und französischer Sprache)**. Habilitationsschrift, Universität Bielefeld, 1979.

SCHEGLOFF, E. A. Repair after next turn: the last structurally provided defense of intersubjectivity in conversation. **American Journal of Sociology**, 97(5), p. 1295–1345, 1992.

_____.; JEFFERSON, G.; SACKS, H. The preference for self-correction in the organization of repair in conversation. **Language**, 53(2), p. 361–382, 1977.

SCHMIDT, T.; WÖRNER, K. EXMARaLDA – Creating, analysing and sharing spoken language corpora for pragmatic research. **Pragmatics**, 19, p. 565–582, 2009.

SCHMITTER, P.; ADAMZIK, K. Überlegungen zur Funktion von Metakommunikation. In: DETERING, K.; SCHMIDT-RADEFELDT, J.; SUCHAROWSKI, W. (Org.). **Sprache beschreiben und erklären**. Akten des 16. Linguistischen Kolloquiums. Band 1. Tübingen: Niemeyer, 1982. p. 61–79.

SCHWITALLA, J. Metakommunikation als Mittel der Dialogorganisation und der Beziehungsentention. In: DITTMANN, J. (Org.). **Arbeiten zur Konversationsanalyse**. Tübingen: Niemeyer, 1979. p. 111-143.

_____. Lächelndes Sprechen und Lachen als Kontextualisierungsverfahren. In: ADAMZIK, K.; CHRISTEN, H. (Orgs.). **Sprachkontakt, -vergleich, -variation**. Tübingen: Niemeyer, 2001. p. 325–344.

_____. **Gesprochenes Deutsch**. Eine Einführung. Berlin: Erich Schmidt Verlag, 2012.

SELTING, M. et al. Um sistema para transcrever a fala-em-interação: GAT 2. Traduzido e adaptado por Ulrike Schröder, Mariana Carneiro Mendes, Caroline Caputo Pires, Diogo Henrique Alves da Silva, Thiago da Cunha Nascimento e Flavia Fidelis de Paula (UFMG). Revisão técnica de Paulo Cortes Gago (UFJF/UFRJ). **Veredas**, 20 (2), p. 6–61, 2016.

SILVERSTEIN, M. Metapragmatic discourse and metapragmatic function. In: LUCY, J. A. (Org.). **Reflexive language**. Reported speech and metapragmatics. Cambridge: Cambridge University Press, 1993. p. 33–58.

SPERBER, D.; WILSON, D. Pragmatics, modularity and mind-reading. **Mind and Language**, 17, p. 3–23, 2002.

TECHTMEIER, B. **Das Gespräch**. Funktionen, Normen und Strukturen. Berlin: Akademie-Verlag, 1984.

_____. Metakommunikative Äußerungen – ein Beweis für die Bedeutung antizipatorischer Aktivitäten in der sprachlichen Kommunikation. **Zeitschrift für Phonetik, Sprachwissenschaft und Kommunikationsforschung**, 38, p. 40–46, 1985.

_____. Metakommunikation in Institutionen. **Zeitschrift für Phonetik, Sprachwissenschaft und Kommunikationsforschung**, 43, p. 167–174, 1990.

_____. Form und Funktion von Metakommunikation im Gespräch. In: BRINKER, K. et al. (Org.). **Text- und Gesprächslinguistik: ein internationales Handbuch zeitgenössischer Forschung**. 2. Halbband. Gesprächslinguistik. Berlin, New York: de Gruyter, 2001. p. 1449–1463.

UNGEHEUER, G. Kommunikative und extrakommunikative Betrachtungsweisen in der Phonetik. In: KOLB, K.; SCHMITZ, H. W. (Org.). **Sprache und Kommunikation**. Münster: Nodus Publikationen, 2004 [1972]. p. 22–34.

UNGER, F. Wie implizit kann Metakommunikation sein? **Zeitschrift für Phonetik, Sprachwissenschaft und Kommunikationsforschung**, 43, 1990, p. 186–200.

VERSCHUEREN, J. Notes on the role of metapragmatic awareness in language use. In: JAWORSKI, A.; COUPLAND, N.; GALASIŃSKI (Org.). **Metalanguage**. Social and ideological perspectives. Berlin: Mouton de Gruyter, 1998. p. 53–73.

WATZLAWICK, P.; BEAVIN, J. H.; JACKSON, D. D. **Pragmatics of Human Communication**. A Study of Interactional Patterns, Pathologies, and Paradoxes. New York: W. W. Norton & Company, Inc., 1967.

WELTE, W.; ROSEMANN, P. **Alltagssprachliche Metakommunikation im Englischen und Deutschen**. Frankfurt am Main: Peter Lang, 1990.

WUNDERLICH, D. Die Rolle der Pragmatik in der Linguistik. **Der Deutschunterricht**, 22(4), 1970, p. 5–41.

Talking about learning German and its motivations in Brazil: a metaphor analysis¹

Luciane Corrêa Ferreira²

Universidade Federal de Minas Gerais

ABSTRACT: The present study aims to investigate how foreign language learners at the German for Academic Purposes (GAP) program at a Brazilian federal university interact in their mother tongue about their motivations to learn a foreign language, as well as their motivations to participate in study abroad programs. Data were collected using focus group methodology with three focus groups of six students each (A1, A2 and B1-levels). We chose to analyze the A1 group. We conducted metaphor-led discourse analysis of the data in order to examine metaphors and metonymies. We were able to identify the presence of the image schema of FORCE, as well as the use of systematic metaphors, especially vehicle repetition.

KEYWORDS: cognitive linguistics; applied linguistics; German for academic purposes; systematic metaphor; conceptual metaphor.

¹ I thank the Brazilian Funding Agency CAPES (grant Bex 1825/14-3) for financing my stay at Prof. Raymond Gibbs' lab in the Psychology Department at University of California, Santa Cruz. I acknowledge Cássio Morosini (UFMG/Probic/CNPq) for reviewing the article.

² Professor at Faculdade de Letras, Universidade Federal de Minas Gerais (FALE, UFMG), member of Programa de Pós-Graduação em Estudos Linguísticos (POSLIN). Current research project on metaphorical frames in mídia discourse about refuge e immigration in Brazil and in the world. Post doctor (University of California, Santa Cruz), invited professor at University of Bielefeld, Germany, 2015. E-mail: lucianeufmg@gmail.com.

1. Introduction

Language plays a central role in education and metaphor is one of its most powerful tools of persuasion. Teachers employ metaphors to mediate knowledge and better explain their class contents, and students use metaphors as a tool of persuasion when speaking and writing their essays. Metaphors and metonymies are everywhere (LAKOFF; JOHNSON, 2003), permeating the daily discourses in society, expressed in a variety of forms: verbally, in images and gestures. They are both a cognitive and a discursive device, which enable us to conceptualize our experiences.

Why is it important to elicit data on students' talk about their experience with learning a foreign language? There is evidence that when learners try to explain how a foreign language is learned, they try to conceptualize abstract experiences, and those notions of teaching and learning end up being explained through metaphors and metonymies (PAIVA, 2008). In the present study, we aim at looking at the way students talk in a group about their motivations for learning German for Academic Purposes, how they explain their learning process, i.e. how and where they learn, and what their expectations concerning the international exchange program and their stay at a University in Germany are. An emic perspective has been adopted. The broader goal is to reveal students' strategies for learning German and their conceptions on foreign language learning and learning methods. Cameron (2003) has pointed out the importance of metaphor as a pedagogical tool for description, explanation, exemplification, restatement, and evaluation. It has also been claimed that metaphor has a meta-discursive function (LOW; LITTLEMORE; KOESTER, 2008). The present study is an attempt to reveal how all these notions appear in learners' talk.

Although there are some studies on teachers' metaphors about learning and teaching (CAMERON, 2003; EDWARDS et al., 2004; LITTLEMORE; LOW, 2006), there are not many studies available that show the metaphors used by the learners themselves describing their experiences from an emic perspective (for a study from an emic perspective, see PAIVA, 2008). Most studies on this topic were carried out with learners of English as a Foreign/Second Language (LITTLEMORE et al, 2011; LOW; LITTLEMORE; KOESTER, 2008; FALCK, 2012; FERREIRA, 2007; SILVA, 2013; GOMES, 2015). Some studies investigating students' experience on learning a foreign language other than English, for instance Norwegian as a foreign language (GOLDEN, 2012), were conducted using other research methodology, for instance, Golden's study employs corpus linguistics methodology.

Departing from those preliminary findings, the present study deals with empirical data gathered with undergrad students, all Brazilian Portuguese native speakers, learners of German for Academic Purposes, pursuing to acquire language proficiency in order to take part in the

exchange programs offered by the Federal University of Minas Gerais³, Brazil. Our aim is to investigate Foreign Language Learning (FLL) departing from an experientialist perspective, where learners are regarded as part of the environment and in constant interaction with it. Participants describe their experience of FLL as a process, where they move through paths and journeys, where they interact with the learning contents, and where they project their FL learning experiences and their results in the future, when they will be living this new academic and life experiences in Germany, i.e. studying in a German university and getting in touch with a new environment.

In the next section, some previous work on metaphor/metonymy and FLL are discussed.

2. Research on metaphor/metonymy and Foreign Language Learning

On a study on language learning stories (LLS), Paiva (2008) investigates personal reflections, framed by the 'landscape of learning', which includes educational events, personal experiences, identity issues, beliefs, fears, desires, preferences, as well as personal and institutional relationships. Paiva claims that the learner's view on how languages are learned may provide insights into Second Language Acquisition. The author argues that a research which focuses on the learner's experiences helps researchers to change from an objectivist to an experientialist paradigm, also helping to understand how languages are learned from a learner's perspective, departing from an emic view. Paiva (2010) suggests that foreign language learners' narratives give voice to the learners, who express their experience, memories and emotions by delivering their own explanations on how they learn or on how they have learned a foreign language. The results of this study present some more evidence, which supports this view.

Ferreira (2014) carried out a study where university students had been asked to conceptualize their experience of learning German as a Foreign Language. The discursive metonymy *LEARNING IS A CONTAINER* appeared in expressions such as "to speak German is to be **inside**, not to know German is to be **outside**", "[...] it is to **walk into a labyrinth** and not being able to find the **way out**", "[...] sometimes to know German is as if you were **on a lonely island**". Participants have also expressed their experience with German as a Foreign Language as something negative, using discursive metaphors like "...it was a wrong decision **on my way**". Results of the first part of the study carried out with the A1 level group pointed out the use of conceptual metaphors such as *LEARNING IS FOOD*, which motivate linguistic

³ <https://www.ufmg.br/dri/programas/aluno-da-ufmg/editais-antiores/minas-mundi/>

metaphors like “speaking German is like eating a cake with topping⁴”, “not knowing German is as if you would not eat the cake with topping”; “not knowing German is as if you would **not miss something** that you don’t know if you like because you haven’t **tasted** yet”⁵, as well as LEARNING IS A JOURNEY, as used in expressions such as “to know German is as if you would **travel to an unknown place**”⁶; “to learn German is funny. At the start, you are **helpless**, but then you **find** your **own way**”⁷. Metaphors which describe the learning process like “**to bang your head against a brick wall**”⁸ point to the difficulties faced by students. In order to express those difficulties, one student talked about “**crossing a river without being able to swim**”⁹. Students have also employed conceptual metaphors as LEARNING IS DISCOVERY and LEARNING IS TO GO THROUGH HURDLES to talk about their experience with learning German.

3. Identifying metaphor/metonymy patterns in discourse

The analysis departed from patterns of metaphorical instances of language use identified in the data and a top-down, i.e. conceptual metaphor and image schematic analysis, as well as a bottom-up analysis, i.e. from the linguistic, discursive data upwards, was conducted, whose aim was to find out which metaphors and metonymies create emergent topics across discourse events.

In order to identify linguistic metaphors, words or phrases with anomalous, incongruent meaning in the on-going discourse were selected. Their meaning can be built in context. The incongruous vehicle words and mainly phrases are called metaphorical vehicle terms. We followed the Metaphor Identification Vehicle (MIV) method, as defined by Cameron (2003). We have also conducted metaphor-led discourse analysis (CAMERON et al., 2009), which is designed to shed some light on how representations are communicated through narratives and other forms of expression.

4 In Brazilian Portuguese, “comer bolo com cobertura.”

5 In Brazilian Portuguese: “Não saber alemão é como não sentir falta de algo que você ainda não provou para poder gostar.”

6 In Brazilian Portuguese: “Saber alemão é como viajar para um lugar desconhecido.”

7 In Brazilian Portuguese: “Aprender alemão é engraçado. Você fica perdido no começo, mas depois começa a se virar.”

8 In Brazilian Portuguese: “Dar murro em ponta de faca.”

9 In Brazilian Portuguese: “Atravessar um rio sem saber nadar.”

4. Research questions

It is of particular interest to analyze attitudes, beliefs and values, and how figurative language such as metaphors and metonymies emerge in their talk, as participants interact verbally around the topic of learning German for Academic Purposes, as well as to investigate their motivation to participate in the study abroad programs called Minas Mundi and Science without Borders¹⁰.

5. Questions

Which metaphors and other figurative language appear in learners’ talk when they try to explain how they learn German for Academic Purposes?

Other related questions¹¹:

- Why do participants learn German?
- What difference does an exchange program make in this process? Why?

6. Method

The data were collected from a structured focus group discussion with three groups of learners of German for Academic Purposes (levels A1, A2 and B1)¹² at the Federal University of Minas Gerais. In the present study, only the data of the German A1 proficiency group is discussed. Students were requested to answer thirteen questions related to their experience with learning a foreign language in general, and, particularly, to elaborate on their experience with learning German for Academic Purposes at the University¹³. It was tried to elicit which metaphors students employ when attempting to explain their learning practices, and which learning models underlie such metaphors. Since learning cannot be directly observed, an attempt was made to describe what someone does when learning a foreign

10 www.ufmg.br/dri/programas/aluno-da-ufmg/editais-anteriores/minas-mundi/
<http://www.cienciasemfronteiras.gov.br/web/csf>

11 Adapted from Silva (2013).

12 According to the Common European Frame of Reference. In fact, we collected data with A1, A2 and B1 levels, but we analyzed here only A1 level.

13 I would like to thank the AFA teachers, including the GTA (Capes/ DAAD), of the German for Specific Purposes program (Alemão para Fins Acadêmicos/ AFA) at the Faculty of Letters (FALE) at the Federal University of Minas Gerais (UFMG), who allowed me to collect data during their classes. I also would like to thank Catarina Flister (PROBIC-FAPEMIG), who assisted me with the transcription of the data and with the review of the article.

language, i.e. the tools learners use. Learners were encouraged to recall their previous learning practices and to relate them to their current experience and motivations for learning German for Academic Purposes.

A modified version of the MIV method, as defined by Cameron (2003), was adopted. Metaphor vehicles were identified and coded. After that, metaphor vehicles were grouped into families. For instance, words or expressions related to foreign language learning were grouped together, etc. Linking categorizations to metaphor vehicles and discourse topics allowed the identification and characterization of the systematic metaphors and metonymies.

As Cameron, Low & Maslen (2010, p. 91) posit, ‘Within the discourse dynamics framework, a systematic metaphor is a collecting together of related linguistic metaphors that evolve and are adapted as the discourse proceeds’. Hence, a top-down as well as a bottom-up analysis was adopted in proposing a number of systematic metaphors and metonymies in the discourse of the participants and then linking them to themes across the discourse event, in order to identify the trajectories of possible systematic metaphors.

7. Participants and procedures

Six voluntary participants, aged between 17 and 44 years-old, three men and three women, students at undergraduate level at the Federal University in Belo Horizonte (UFMG), Brazil, took part in the study in May 2014¹⁴. In order to promote the discourse interaction during the focus group discussion, one member of the research team acted as moderator in the discussion. The session (5,641 words) lasted about 40 min. A total of 123 metaphors were identified and students employed 21,82 metaphors per 1,000 words. Focus group discussions usually last between 1-2 hours (DÖRNYEI, 2007). However, the data of this study were collected just before finals started; students were already writing exams and this fact led some students to be late for the session or to skip class due to other exams. That fact had, as a consequence, a shortening in the duration of data collection sessions.

Each session was video recorded¹⁵, although only the audio part was used in the analysis presented here. The transcription was double checked by the research team in order to guarantee accuracy. Pseudonyms were adopted to protect the participants’ identities. Since students are not proficient in German yet, the data collection was conducted in their

¹⁴ The project was previously approved by the Federal University of Minas Gerais research ethics committee.

¹⁵ The recordings were transcribed by two members of the research team using the software for qualitative analysis *atlas.ti*.

mother tongue, which is Brazilian Portuguese.

The transcribed data were subjected to metaphor-led discourse analysis (CAMERON et al. 2009). The data were coded for metaphors, metonymies, discursive topics, and image schemas. Individual metaphors and metonymies were grouped together to find systematic patterns and framing metaphors were identified. The steps followed in the study are explained below.

When reading the transcriptions of the focus group discussion, some metaphors and metonymies (i.e. their respective vehicles) were recurrent across the discourse produced by the participants under the discourse topic ‘learning German for Academic Purposes’, and such metaphors seemed to describe their beliefs and ideas about the roles ‘German as a foreign language’ has played in building their attitudes towards foreign language learning, as it is shown in the following section.

8. Metaphor use in learners’ discourse about learning German for Academic Purposes

A discourse event like a focus group discussion emerges from the interaction among its participants. The emergent metaphorical language delivers ways of talking-and-thinking (CAMERON, 2003), which end up stabilizing in discourse due to the salience of metaphorical language. In the following extract, a focus group interaction is analyzed, which shows clearly how the metaphor dynamics evolves and how participants co-construct an idea through the use of subsequent systematic metaphors and metonymies in the flow of talk. As Cameron, Low & Maslen assert: “our objects of concern are not isolated linguistic metaphors but strings of connected metaphors and the patterns of meaning that they produce or reflect” (2010, p. 6). Therefore, the goal here is to use metaphor as a research tool in order to uncover people’s thoughts, emotions and beliefs, as it is shown in Extract 1, presenting data of A1 level learners.

With the next question, there is an attempt to address the different motivations for the students to learn German.¹⁶

Question 1: Why do you learn German?

Extract 1

¹⁶ Intonation units (IUs) are stretches of speech that include ideas of people, objects, events, and states. IUs are seen as playing both cognitive and interactive roles in spoken discourse (STELMA; CAMERON, 2007, p. 367).

298. **Joaquim:** eu primeiramente,
 299. eu acho que inicialmente eu queria ir pro Reino Unido,
 300. porém eu vi algumas,
 301. na internet já comecei a conhecer alguma sfaculdades alemãs,
 302. né?
 303. achei interessante,
 304. questão de ensino,
 305. principalmente por parte da engenharia,
 306. ..são muito **fortes**,
 307. né?
 308. questão educacional,
 309. **Nelson:** Hum,
 310. ..meu,
 311. meu pai
 312. ele trabalha numa ..multinacional alemã,
 313. então sempre teve bastante estímulo pra gente aprende=r,
 314. alemão láem casa,
 315. ..e aí somou ao,
 316. ..ao fato do “Ciência sem Fronteiras”,
 317. e=,
 318. **Marta:** [nosso curso ser **forte** lá.]
 319. **Nelson:** [nosso curso ser] **forte** na Alemanha,
 320. ..eles têm uma **vertente** de pesquisa muito,
 321. ..muito interessante sobre aeroespacial lá na Alemanha.
 322. **Ana:** é,
 323. eu também caio um pouquinho nessa questão do curso,
 324. que engenharia mecânica a Alemanha,
 325. ..é muito **forte**,
 326. ...então,
 327. talvez não,
 328. não tanto,
 329. ..só pelo interesse de ir prá lá,

330. tem o interesse sim,
 331. que,
 332. igual a Marta falou,
 333. também tem o interesse,
 334. muito de sair **do** Brasil,
 335. de,
 336. ..conhecer outras culturas,
 337. outr- outras visões no= trabalho mesmo,
 338. mai=s,
 339. ..ah,
 340. perdi que que eu ia falar,
 341. mas essa questão de tipo assim,
 342. de=,
 343. de **ampliar** também,
 344. não só,
 345. pra poder ir,
 346. ..mas poder também,
 347. se eu precisar buscar algum material,
 348. estudar,
 349. ..buscar os materiais que vêm assim da **origem** mesmo,
 350. assim,
 351. da onde eu sei que tem a mecânica **forte**.
 352. igual eu tenho um conhecido que ele=,
 353. foi de intercâmbio pra estudar medicina **na** Alemanha,
 354. ele fala que ele voltou,
 355. ..ele assim,
 356. a quantidade de livros que ele lia,
 357. ema lemão,
 358. pra conseguir aprender a medicina,
 359. ..era muito alto,
 360. então acontece,
 361. segunda opç--
 362. segunda fonte assim.

[**Joaquim:** firstly I, / I think that initially I wanted to go to the UK, / however I saw some, / on the internet I've already started to know some German colleges, / right? / I found it interesting, / the learning issue, / specially concerning engineering, / ..they are very **strong**, / right? / educational issue. / **Nelson:** Hum, / ..my, / my father, / he works in a.. German multinational, / so there's always been a lot of stimulus for us, / to learn German in our house, / ..and then to that added the, / ..the fact of "Science without borders", / a=nd, / **Marta:** [our course being **strong** there.] / **Nelson:** [our course being] **strong** in Germany. / ..they have a research **branch** that's very, / ..very interesting on aerospace there in Germany. / **Ana:** yeah, / I also turn a little to the issue of the course, / that in mechanic engineering Germany, / ..is very **strong**, / ...so, / maybe not, / not so, / ..not only for the interest of going there, / there's the interest, / that, / like what Marta said, / there's also the interest, / of getting out **of** Brazil, / of, / ..meeting other cultures, / oth- other visions o=n work, / mo=re, / ..ah, / I lost what I was going to say, / but this issue of like, / ..o=f, / of **broadening** too, / not only, / to be able to go, / ..but also to be able, / if I need to get some material, / study, / ..search for the materials that come like **from the real source**, / like, / from where I know that has a **strong** mechanical, / like there's someone I know, / who went to study medicine as an exchange student **in** Germany, / he says he came back, / ..he like, / the amount of books he read, / in German, / to be able to learn medicine, / ..was too **high**, / so it happens, / second cho-- / second source like that.]

When describing their motivations for learning German for Academic Purposes, Joaquim, Nelson, Marta, and Ana introduce the vehicle '**strong**' (*forte* in Brazilian Portuguese) to refer to different aspects of learning, as how good the Universities in Germany are in their field of interest, which is Aerospace and Mechanical Engineering. One participant also mentioned that learning German would enable him to '**broaden**' (*ampliar*) his knowledge. As Cameron (2003) points out, in educational discourse, the development of the vehicle often builds a key part of explaining an idea through metaphor. The participants Nelson, Marta, and Ana (lines 306, 318, 319, 325) employ here vehicle repetition (CAMERON, 2008, p. 57), since a vehicle is introduced into discourse with the goal of developing it through repetition and explication, in order to talk about the topic of learning. It is striking how the three participants recur to the vehicle '**strong**' and how the dynamics of talk evolve on this emergent topic.

The image schema SOURCE-PATH-GOAL often appears when people talk about their learning trajectories. In the data, learners talked about the importance of German classes, where the teacher would show the 'direction', i.e. what they should learn, the sequence. It is interesting to note how students acknowledge the role of formal instruction and the importance the language teacher has in their learning process. Spatial metaphors of con-

tainment (for instance, in class, outside) are recurrent along the focus group interaction and corroborate Edwards et al. findings that "the representations by learners and staff proved to be largely those of containment and movement in and through contained spaces" (2004, p. 43). The author also indicates that education and education colleges are represented as containers full of desirable objects, activities and social relationships, which are windows of opportunity. Spatial metaphors are nested in the institutional practices and discourses of those within education.

Question 2: What lead you to deepen the study of German through the course German for Academic Purposes¹⁷?

Extract 2

883. **Marta:** eu fazia o cu--
 884. o curso online,
 885. e como=,
 886. como eu disse era ..pra viagem,
 887. sabe,
 888. era umas--
 889. num te explicava muito,
 890. eu sempre **senti** que tava faltando alguma coisa,
 891. entendeu?
 892. era umas coisas básicas,
 893. cores,
 894. números,
 895. é--
 896. estou--
 897. umas frases,
 898. então,
 899. eu quis **aprofundar** por causa disso,
 900. porque eu não queria saber,

¹⁷ The course German for Specific Purposes is, in this first phase, a general course. However, the idea is to offer German for Specific Purposes in the near future.

901. ..por exemplo,
 902. eu não ta--
 903. a minha ideia não é só ir viajar,
 904. a minha ideia é ir e ficar,
 905. então eu tinha que saber mais,
 906. ...que **aquilo**.
 907. **Joaquim:** chegar numpáís que é totalmente **diferente**,
 908. e c- cê tem que compreender pelo menos,
 909. ..o básico,
 910. né?
 911. por isso que=,
 912. motiva mais você pelo menos chegar lá,
 913. ter pelo menos o básico conhecimento pra você pro--
 914. **aprofundar**,
 915. igual aqui,
 916. ..você **aprofunda** mesmo quando cê tive=r,
 917. vivendo a situação **ali**.
 918. **Benício:** é que a cultura é diferente,
 919. tudo diferente,
 920. então,
 921. cê acha que só saber o idioma não é o suficiente,
 922. cê tem que chegar lá e saber,
 923. ..como co--
 924. o tipo de pessoa que cê tá,
 925. que você está assim,
 926. eh,
 927. convivendo,
 928. e=h,
 929. ...tudo,
 930. até=,
 931. gastronomia,
 932. sei lá,
 933. tudo da língua alemã tem que ser,

934. ..sei lá,
 935. pra mim **chamativo**,
 936. então--
 937. de alguma forma **buscar**,
 938. ..isso em outros cursos.
 939. **Marta:** e como eu quero estudar também,
 940. eu quero fazer curso san-
 941. graduação sanduíche,
 942. eu..tenho que ter mais que só um curso pra viagem,
 943. sabe?
 944. porque o professor na p--
 945. pelo menos eu imagino,
 946. que professor ele num,
 947. ..num vai falar frases básicas,
 948. ..então por isso que eu quis **aprofundar**,
 949. <xx> vim aqui saber mais.
 950. e é lógico que lá
 951. cê vai ter uma noção muito maior quando cê tiver lá,
 952. ..mas eu preciso **carregar** um conhecimento pra ir,
 953. pra chegar lá,
 954. e aprender,
 955. ..o resto,
 956. **terminar**..a aprendizagem,
 957. mas eu acho que a gente sempre vai estar aprendendo,
 958. né,
 959. alemão.
 960. **Ana:** é,
 961. e vai tá--
 962. porque igual eu tinha comentado,
 963. eu acho que esse primeiro contato com a língua,
 964. é muito **chocante**,
 965. então é importante a gente,
 966. ..**carregar** já alguma coisa com a gente,

967. algum conhecimento prévio assim,
 968. então=,
 969. no=,
 970. **no** AFA,
 971. a gente acaba **vendo**,
 972. ..bem **acelerado** né?
 973. que a gente vê o A1 em um semestre,
 974. ..ma=s,
 975. mas é bom que cê tem um **contato**,
 976. assim,
 977. ..cê num,
 978. num vai dominartudo,
 979. ..mas cê vai ter esse primeiro contato,
 980. no segundo contato cê já **pega** muito mais fácil,
 981. na minha opinião.
 982. **Nelson:** primeiro conta--
 983. um primeiro **contato** que estimula um,
 984. **Marta:** um segundo.
 985. **Nelson:** ..um segundo,
 986. né?
 987. **Ana:** é,
 988. e você correr atrás,
 989. **busca=r.**

[**Moderator:** ãh,/ right,/ ..ãh,/ in case you study German outside of UFMG,/ what led you to deepen,/ ..the study of German through German for Academic Purposes?/ Some of you attend other courses,/ right?/ **Marta:** I did the co--/ the online course,/ and as as I said it was..for travelling,/ you know,/ they were some--/ it didn't explain a lot,/ I always **felt** that it was missing something,/ you know?/ there were some basic things,/ colors,/ numbers,/ eh--/ I'm--/ some sentences,/ so,/ I wanted to **deepen** because of that,/ because I didn't want to know,/ ..for instance,/ I wasn--/ my idea is not just to go and travel,/ my idea is to go and stay,/ so I had to know more,/ ..than **that**./ **Joaquim:** arriving in a country that is **totally different**./ and yo- you have to understand at least,/ ..the basics,/ right?/ that's why i=t,/ motivates you more at least getting **there**./ having at least the ba-

sic knowledge for you to--/ **deepen**./ like here,/ ..you really deepen when you ha=ve,/ lived the situation **there**./ **Benício:** the culture is different,/ everything is different,/ so,/ you think just knowing the language isn't enough,/ you have to get there and know,/ ..like--/ the kind of person you're with,/ that you're like,/ eh,/ living with,/ e=h,/ ..every-thing,/ eve=n,/ gastronomy,/ I don't know,/ everything of German language has to be,/ ..I don't know,/ flashy for me,/ so--/ some way of searching,/ ..this in other courses./ **Marta:** and since I want to study too,/ I want to take course--/ sandwich graduation,/ I..have to have more than a travelling course,/ you know?/ because the teacher in p--/ at least I imagine,/ that the teacher won't,/ ..won't say basic sentences,/ ..so that's why I wanted to **deepen**./ <xx> came here to know more./ ..and of course there,/ you'll get a much greater notion when you're there,/ ..but I have to **carry** some knowledge to go,/ to get there,/ and learn,/ ..the rest,/ **finish**..the learning process,/..but I think we will always be learning,/ right,/ German./ **Ana:** yes,/ and will be--/ because as I had said,/ I think that this first contact with the language,/ is very **chocking**./ so it's important that we,/ ..**carry** something with us,/ some previous knowledge,/ so=,/ a=t,/ **at** AFA,/ we end up **seeing**./ .. pretty **fast**right?/ that we see A1 in one semester,/ ..bu=t,/ but it's good that you have a contact, / like,/ ..you won't,/ you won't dominate everything,/ ..but you'll have this **first contact**./ at the ..second contact you **get it** a lot easier,/ in my opinion./ **Nelson:** first conta--/ first **contact** that stimulates a,/ **Marta:** a second./ **Nelson:** ..a second,/ right?/ **Ana:** yes,/ and you search for it./**get it**.]

When asked about the importance of the international exchange program to their process of learning a foreign language, participants recur again to spatial and movement metaphors and metonymies in order to express their expectations of being '**immersed**' (*imersoin* Brazilian Portuguese) in the language and culture of the country whose language they are learning. In a cross-cultural study, Cortazzi and Jin (1999) provide some metaphors of learning, teaching, and language found in their data. Learning was identified as 'movement', 'click', 'light', 'taking', and a 'jigsaw'. Of these five, metaphors of movement were the most popular. The notion of learning as a movement or journey is not surprising if we think of the educational goal of transforming a person (EDWARDS et al., 2004). Martha (l. 899) talks about her concern for **deepening** (*aprofundar* in Brazilian Portuguese) the knowledge of the German language because she would like to spend a year in Germany on a program called sandwich undergraduation¹⁸. Joaquim goes on talking about the same topic and uses vehicle repetition, employing **deepen** to elaborate on the experience of living and

¹⁸ Sandwich graduation is a program for undergraduate students of the Brazilian Science without Borders program.

studying abroad. Depth and breath play an important part in discourses of learning, with ‘deep’ and ‘surface’ learning indicating various strategies used by students (EDWARDS et al., 2004). Both participants draw attention to the importance of living in the country and the fact that you are going to **deepen** your language knowledge because you are **there**, experiencing it.

Martha, Ana and Benício talk, in different sequences, about the role of culture. Benício highlights the fact that the German culture is very different and, therefore, there is a need to get to Germany knowing how to behave. He mentions that everything related to the German language (culture is probably implicit here) calls his attention, hence he needs to **search** (*buscar* in Brazilian Portuguese) for it in other language courses. ‘Search’ appeared previously as a framing metaphor, when Ana claimed that learning German is a ‘**search on your own**’ (FERREIRA, 2016). Martha conceptualizes language knowledge as something that can be **loaded** (line 952) and refers to the learning process as something that can be concluded (*terminar* in BP), as if there was a “limit” for acquiring knowledge. Ana echoes the same metaphorical vehicle ‘load’ (*carregar*) previously used by Martha, i.e. employing systematic vehicle repetition, and concludes asserting that students ‘got to go for it, on the **search**’ (*correratrás, buscar* in Brazilian Portuguese).

Final remarks

Results of a study on the motivation of Brazilian students for learning German as a Foreign Language at the Federal University of Minas Gerais revealed an instrumental view of the Brazilian learners, who expect the language to support them on their career (MERICKA, 2015). This view was reflected on the metaphors employed by participants in the present study.

Those findings are strong evidence that the discursive data analyzed in the present study is motivated by embodiment (JOHNSON, 1987; GIBBS, 2006). The fact that those linguistic, systematic metaphors emerge along the discourse event together with other cognitive metaphors, both motivated by the same discourse topic, support Gibbs & Coulson’s (2012) claim that “we need to seek convergences between different levels of analysis” (p. 343), for instance from the conceptual to the linguistic level, and try to reveal the dynamic couplings which link them.

REFERÊNCIAS

- CAMERON, L. **Metaphor in Educational Discourse**. London: Continuum, 2003. 294 p.
- _____. In: ZANOTTO, M.; CAVALCANTI, M. (Eds.) **Confronting Metaphor in Use**. Amsterdam: John Benjamins, 2008.
- _____. et al. The Discourse Dynamics Approach to metaphor and Metaphor-Led Discourse Analysis. **Metaphor and Symbol**, v.24, n. 2, p. 63-89, 2009.
- _____.; LOW, G.; MASLEN, R. Finding systematicity in metaphor use. In: CAMERON, L.; MASLEN, R. (Eds.) **Metaphor analysis: Research practice in applied linguistics, social sciences, and the humanities**. London: Equinox, 2010. p. 116-146.
- CORTAZZI, M.; JIN, L. Bridges to Learning, metaphors of teaching, learning and language. In: CAMERON, L.; LOW, G. (Eds.) **Researching and Applying Metaphor**. Cambridge: Cambridge University Press, 1999. p. 149-176.
- DÖRNYEI, Z. **Research Methods in Applied Linguistics**. OUP, New York, 2007. 336 p.
- EDWARDS, R. et al. **Rhetoric and Educational Discourse: Persuasive Texts**. London: Routledge Falmer, 2004. 208 p.
- FALCK, M. J. Metaphor variation across L1 and L2 speakers of English: Do differences at the level of linguistic metaphor matter? In: MACARTHUR, F. et al. (Eds.) **Metaphor in Use: Context, culture, and communication**. Amsterdam/Philadelphia: John Benjamins Publishing Company, 2012. p. 109–134.
- FERREIRA, L. C. **A Compreensão da Metáfora em Língua Estrangeira**. 2007. 219 f. Tese (Doutorado em Letras) - Instituto de Letras, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre.
- _____. Lernmetaphern: Eine Studie über die Motivation für das DaF-Lernen. In: Deutscher Akademischer Austauschdienst (Ed.). **Germanistik in Brasilien: Herausforderungen, Vermittlungswege, Übersetzungen**. Göttingen: Wallstein Verlag, 2014, p. 74-76.
- _____. How Brazilian Students Conceptualize the Experience of Learning German for Academic Purposes. **Pandaemonium**, São Paulo, v. 19, n. 28, p. 124-152, set.-out. 2016.
- GIBBS, R. **Embodiment and cognitive science**. Cambridge University Press, 2006. 348 p.
- GIBBS, R.; COLSTON, H. **Interpreting figurative meaning**. New York: Cambridge University Press, 2012. 390 p.
- GOLDEN, A. Metaphorical expressions in L2 production: The importance of the text topic in corpus research. In: MACARTHUR, F. et al. (Eds.) **Metaphor in Use: Context, Culture, and Communication**. Amsterdam/Philadelphia: John Benjamins Publishing Company, 2012. p. 135-148.

GOMES JR, R. C. **Metáforas do Eu: Investigando as identidades metaforizadas de um grupo de aprendizes universitários de inglês do Brasil e de Hong Kong**. 2015. Tese (Doutorado em Letras) - Faculdade de Letras, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte.

JOHNSON, M. **The body in the mind: the bodily basis of meaning, imagination, and reason**. Chicago/London: The University of Chicago Press, 1987. 272 p.

LAKOFF, G.; JOHNSON, M. **Metaphors we live by**. London: University of Chicago Press, 2003. 276 p.

LITTLEMORE, J.; LOW, G. **Figurative Thinking and Foreign Language Learning**. Basingstoke/New York: Palgrave Macmillan, 2006. 239 p.

LOW, G.; LITTLEMORE, J.; KOESTER, A. Metaphor use in three UK university lectures. **Applied linguistics**, v. 29, n. 3, p. 428-455, 2008.

LITTLEMORE, J. et al. Difficulties in metaphor comprehension faced by international students whose first language is not English. *Applied Linguistics*, v.32, n. 4, p. 208-429, 2011.

MERICKA, K. **Motiv für das Lernen von Deutsch als Fremdsprache**. 2015. Masterarbeit - Philologisch-Kulturwissenschaftliche Fakultät, University of Vienna.

PAIVA, V. M. O. Multimedia language learning histories. In: KALAJA, P.; MENEZES, V.; BARCELOS, A.M.F. (Eds.) **Narratives of learning and teaching EFL**. London: Palgrave-Macmillan, 2008. p. 199-213.

_____. A metonímia como processo fractal multimodal. **Veredas**, Juiz de Fora, v.14, n.1, p.7-19, 2010.

SILVA, M. M. S. **Metáforas de aprendizagem: um olhar sobre narrativas multimodais de aprendizes de língua inglesa**. 2013. Dissertação (Mestrado em Letras) - Faculdade de Letras, Universidade Federal de Minas Gerais. Belo Horizonte.

STELMA, J. H.; CAMERON, L. J. Intonation units in spoken interaction: developing transcription skills. **Text & Talk**, v. 27, n.3, p. 361-393, 2007.

Mesclagem e processamento conceptual de inferências na Doença de Alzheimer

Jan Edson Rodrigues Leite¹

Universidade Federal da Paraíba

Mábia Nunes Toscano²

Universidade Federal da Paraíba

Marinésio Joventino Gonçalves³

Universidade Federal da Paraíba

RESUMO: No intuito de investigar as inferências conceptuais e os processos de mesclagem, este capítulo apresenta dois estudos empíricos. O primeiro tem como foco a observação da compreensão de humor considerando o elemento surpresa que emerge com a mudança de *frames* em *inputs* classificados como piadas e frases engraçadas. O segundo observa o processamento das inferências em expressões metafóricas convencionais e não convencionais (expressões idiomáticas). Em ambas as pesquisas, os indivíduos com a Doença de Alzheimer apresentaram diferenças significativas em relação ao grupo de controle na execução de tarefas. No primeiro teste, a frequência de acertos e os tempos de reação dos sujeitos com DA foi inferior aos do grupo de controle. No segundo, o grupo experimental obteve frequência de acertos inferior à dos sujeitos sem DA. A partir desses resultados, discutimos como os *deficits* neurais associados ao Alzheimer afetam diretamente a capacidade inferencial dos indivíduos, o que corrobora discussões anteriormente

1 (UFPB/CNPq - Professor Associado - Programa de Pós-Graduação em Linguística– PROLING - Doutor em Linguística - jan.edson@icloud.com).

2 (UFPB/CAPES - Doutoranda do Programa de Pós-Graduação em Linguística– PROLING - Mestre em Linguística - mabia_toscano@hotmail.com).

3 (UFPB - Mestre em Linguística pelo Programa de Pós-Graduação em Linguística– PROLING - marinesiojg@gmail.com).

empreendidas em estudos etnográficos e neurobiológicos como os de Noguchi (1998) e de Damasceno (1999).

PALAVRAS-CHAVE: compreensão; alzheimer; inferências; mesclagem.

1. Introdução

Este capítulo investiga a compreensão de inferências por sujeitos com a Doença de Alzheimer (DA). Tomamos como base para o entendimento do processo de compreensão a premissa da Linguística Cognitiva, segundo a qual, a linguagem oferece pistas sobre o funcionamento da cognição humana. Desse modo, estudar a compreensão em sujeitos com DA permite-nos explorar os efeitos dessa doença sobre a utilização da linguagem para fins de comunicação, pensamento e raciocínio.

O estudo da compreensão de linguagem na Doença de Alzheimer tem sido um tema amplamente debatido por pesquisadores de diferentes áreas das neurociências, como a neurobiologia, a psicologia e a linguística. Um aspecto constantemente evocado nessa relação é a observação de que a capacidade de compreensão de inferências por indivíduos acometidos por Alzheimer já se mostra afetada nos primeiros estágios de evolução da demência.

A Linguística tem se ocupado do estudo da compreensão de linguagem em diferentes situações. A Linguística Cognitiva entende que o estudo da linguagem é uma porta de acesso ao entendimento do funcionamento da mente humana, de modo que analisar a linguagem em um sujeito com comprometimento cognitivo pode ser revelador de especificidades da patologia em questão. No caso da inferência, presente em construções metafóricas, metonímicas, analogias e contrafactuais, por exemplo, entendemos que é exigido do sujeito um tipo de processamento cognitivo capaz de integrar domínios de diferentes fontes informacionais, necessário para a construção não só da gramaticalidade, como da própria significatividade das elaborações linguístico-conceptuais. A produção e a compreensão de estruturas que requerem esse tipo de processamento é um desafio para indivíduos com comprometimento cognitivo. Verificar o desempenho desses sujeitos diante do tipo de construção linguística que atualiza uma inferência conceptual pode fornecer informações relevantes para o conhecimento da patologia.

Sendo assim, questionamos sobre as capacidades preservadas pelos sujeitos com Alzheimer diante de tarefas de compreensão de pequenos textos de humor, bem como diante de construções metafóricas. Acreditamos que, de um modo geral, a doença de Alzheimer deve prejudicar o desempenho desses indivíduos, o que deve ser observado tanto na

frequência de acertos na execução dessas tarefas, quanto no tempo que esses indivíduos precisam para responder a determinadas questões de testes.

Portanto, objetivamos investigar o comportamento de portadores da doença de Alzheimer no trabalho de compreensão/processamento de inferências, sejam elas provenientes do humor ou de construções metafóricas. Para fundamentar esta pesquisa, tomamos como base as noções de compreensão inferencial postuladas por Marcuschi (2008), a teoria da metáfora conceitual elaborada por Lakoff e Johnson (1999) e reelaborada por Grady (1997), a teoria da integração conceitual proposta por Fauconnier e Turner (2002), as noções sobre *frameshifting* de Coulson (1997) e de Coulson e Kutas (1998).

Inicialmente, discutiremos as questões relacionadas à compreensão de humor nos sujeitos com a doença de Alzheimer, apresentando os aspectos teóricos envolvidos e descrevendo os testes aplicados. Em seguida, trataremos da compreensão de metáforas e expressões metafóricas, comentando os experimentos aplicados e seus resultados. Concluindo, faremos algumas considerações finais sobre o estudo.

2. Inferências de humor na doença de Alzheimer

O objetivo principal dos testes aplicados é observar se os sujeitos com Alzheimer utilizam mais tempo na compreensão do elemento surpresa de um trecho de humor em relação ao tempo utilizado na compreensão de um elemento surpresa em um trecho não humorístico. A primeira hipótese experimental é a de que os sujeitos portadores de Alzheimer irão precisar de um tempo significativamente maior para compreender o elemento surpresa se ele estiver dentro de uma narrativa de humor do que se ele estiver em uma narrativa não humorística. A segunda hipótese experimental é a de que os indivíduos com DA vão necessitar de um período de tempo significativamente maior para compreender qualquer texto humorístico do que os sujeitos do grupo de controle (sem Alzheimer).

Acreditamos que os processos de integração conceitual e de deslocamento (ou saltos) de *frames*, ambos responsáveis por ativar o elemento surpresa e conduzir o leitor para a compreensão do humor de um texto, devem ser afetados pelos impedimentos cognitivos, leves ou moderados, provocados pela demência.

As sentenças de humor e de não humor são constituídas por duas partes. Na primeira parte da sentença, é dado um *frame* pressuposto. A segunda parte aciona outro *frame*, que irá trazer o elemento surpresa, o qual tem a função de recuperar e preencher as possíveis falhas de coerência no texto. Vejamos como isso ocorre no exemplo a seguir:

(1) Sempre quis ter corpo de atleta. Graças ao Ronaldo, isso já é possível.

Percebemos que na primeira parte da sentença é ativado um *frame* que nos remete ao mundo esportivo, especificamente ao estereótipo do corpo de um atleta. Em seguida, o *frame* desloca-se para a condição real do jogador Ronaldo no momento da elocução, trazendo o elemento surpresa para a construção “corpo de atleta” e provocando o humor.

Podemos também descrever o processo de compreensão desse enunciado analisando-o a partir da teoria da integração conceitual (FAUCONNIER; TURNER, 2002). Teríamos, então, um espaço base, que contém o sujeito enunciador (A), o seu físico inicial (B) e uma meta a ser conquistada, que seria obter um corpo de atleta (C). Ao mesmo tempo, é aberto um *input* (espaço-foco), estruturado segundo o *frame* que inclui o perfil convencional de um atleta. O sujeito enunciador presente no espaço base projeta-se para o sujeito-atleta localizado no *input* 1 (A'), o seu físico inicial (B) projeta-se para sua contraparte (B'), que corresponde a um físico esculpido pelo resultado do treino (C'). Existe ainda um *input* 2, que corresponde ao elemento concreto que serve de parâmetro para a comparação, no caso, o ex-jogador Ronaldo, que virou alvo de piadas no fim da carreira, por se manter acima do peso, fora do padrão comum para um atleta. Nesse *input* 2, temos o próprio Ronaldo (a), um elemento que corresponde ao treino do jogador (b) e, por último, o resultado obtido (c), que nesse caso não seria um resultado ideal esperado para um jogador de futebol. Por fim, esses elementos são projetados em uma mescla conceitual, na qual o falante pode alcançar um tipo físico ‘atlético’ mesmo se encontrando fora dos padrões estabelecidos para tal. Logo, uma das estruturas emergentes da mescla é o salto de significado (*frameshifting*) da construção “corpo de atleta”, que passa a ser essencial para que a inferência humorística possa ser compreendida adequadamente. Os mapeamentos realizados na configuração da rede de integração conceitual que se forma a partir dessa sentença podem ser representados na figura 1 a seguir:

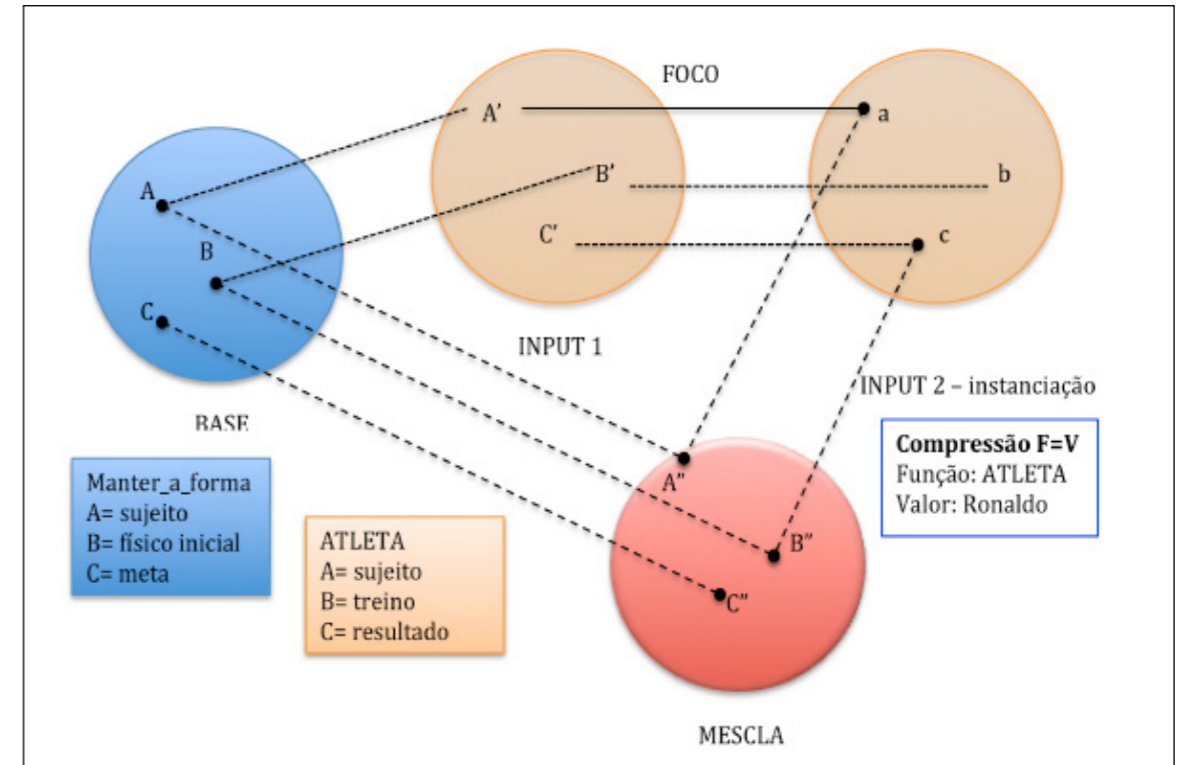


Figura 1 - Rede de integração conceitual

Fonte: Elaboração dos autores

Para o teste experimental, foram recrutados três indivíduos com pré-diagnóstico para a doença de Alzheimer e dezesseis idosos sem a doença. Ambos os grupos tinham uma média de idade de 60 anos. Foi contabilizado o tempo de resposta dos sujeitos em uma tarefa de compreensão, bem como a precisão nas respostas a essa tarefa. Como variável independente, elegemos o humor das sentenças, que foi manipulado em três níveis: sentenças humorísticas convencionais (piadas), sentenças humorísticas não convencionais (frases engraçadas) e sentenças não humorísticas, contendo mudança de frame. Essa forma de manipular a variável independente permite-nos investigar os efeitos de humor a partir de uma gradação que se inicia com o humor mais explícito, ligado a um gênero textual específico, passa por uma condição intermediária, representada pelas frases engraçadas, chegando à ausência (formal) de humor. As variáveis dependentes foram o tempo de resposta nas tarefas de compreensão e o número de acertos/erros dos informantes. Segue um quadro ilustrativo das condições experimentais utilizadas, bem como exemplos dos comentários apresentados na tarefa de compreensão:

Tipos de humor	Condições experimentais	Tarefa de compreensão (Respostas: SIM/NÃO)
Piadas	- Eu já completei 15 anos, posso usar sutiã? - Eu já disse que não, Paulo André!	O autor da primeira frase era quem esperávamos.
Frases engraçadas	Se um dia você perder o controle, calma: levante-se e mude de canal manualmente.	Nessa frase, entendemos que “perder o controle” significa “ficar irritado”
Sentenças não humorísticas com mudança de <i>frame</i>	O turista visitou o sertão paraibano durante a seca e confirmou que choveu muito.	Esta foi uma viagem típica ao sertão nordestino.

Quadro 1 - Condições Experimentais

Fonte: Elaboração dos autores

Nove exemplos de sentenças, organizadas em três níveis de humor, foram exibidos aleatoriamente na tela de um aparelho de *lpad* através da plataforma Qualtrics. Era pedido que os sujeitos lessem as narrativas e as frases e, em seguida, realizassem um teste de compreensão, pressionando “SIM” ou “NÃO” na tela do *lpad*. Os dados coletados foram analisados em R.

O grupo experimental apresentou um tempo de resposta significativamente maior na leitura dos textos humorísticos em relação aos não humorísticos ($p = 0,01$). Esse grupo também exibiu um tempo de resposta significativamente maior em comparação ao grupo de controle na realização das tarefas de compreensão das narrativas de humor ($p = 0,02$). A diferença na frequência de erros mostrou-se significativa entre os grupos ($p = 0,02$). Essas informações estão demonstradas nos gráficos 1 e 2 a seguir:

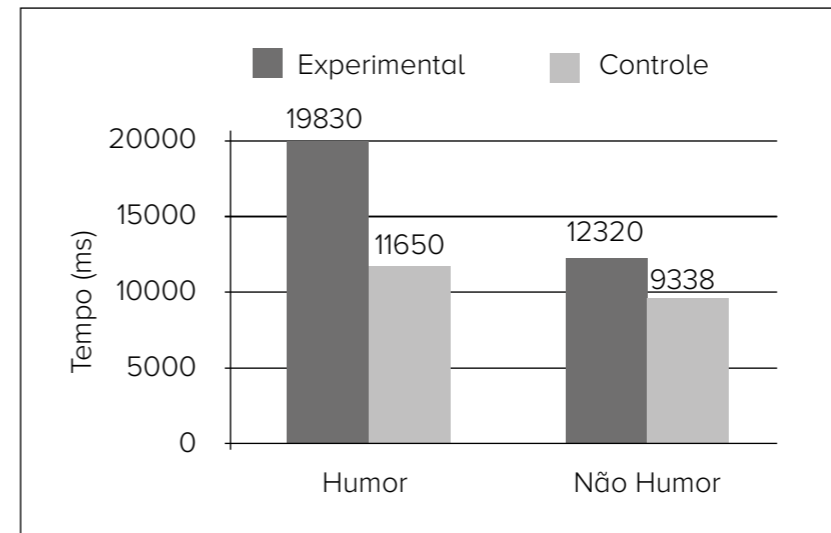


Gráfico 1 - Tempo de resposta para humor e não humor

Fonte: Elaboração dos autores

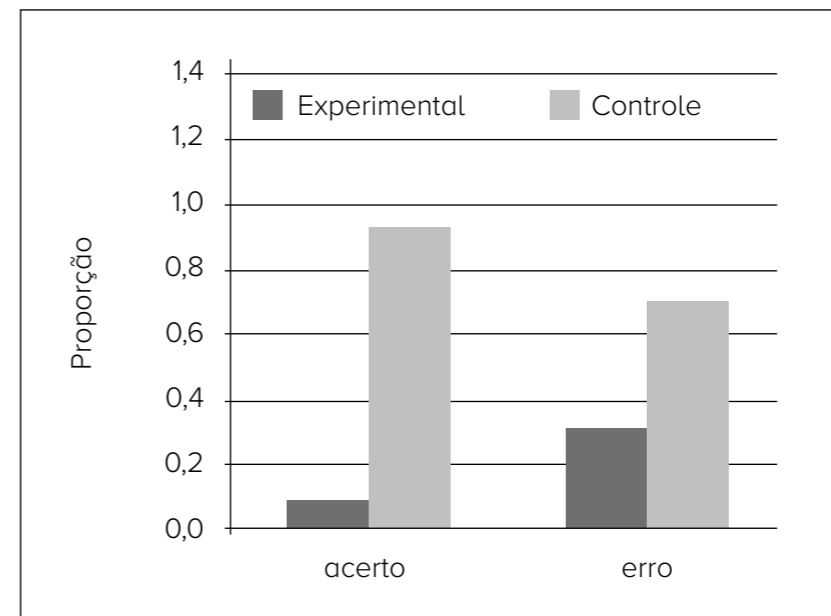


Gráfico 2 - Frequência de acertos para humor e não humor

Fonte: Elaboração dos autores

Os dados sugerem que o impedimento cognitivo classificado de leve a moderado proveniente da DA pode ter influência na compreensão de humor, especialmente porque os sujeitos com a doença realizam o processo de deslocamento de *frames* e de integração conceitual de maneira mais lenta, tornando a atividade inferencial e seu processamento mais custosos. Essa pequena amostra sugere uma tendência, de modo que esses resultados devem ser confirmados através da análise de outros processos inferenciais e da reaplicação do experimento em amostras maiores.

Do ponto de vista da atividade de compreensão das inferências desencadeadas pelos estímulos apresentados, passamos a analisar as condições experimentais ilustradas no quadro 1:

(2) “Se um dia você perder o controle, calma: levante-se e mude de canal manualmente.”

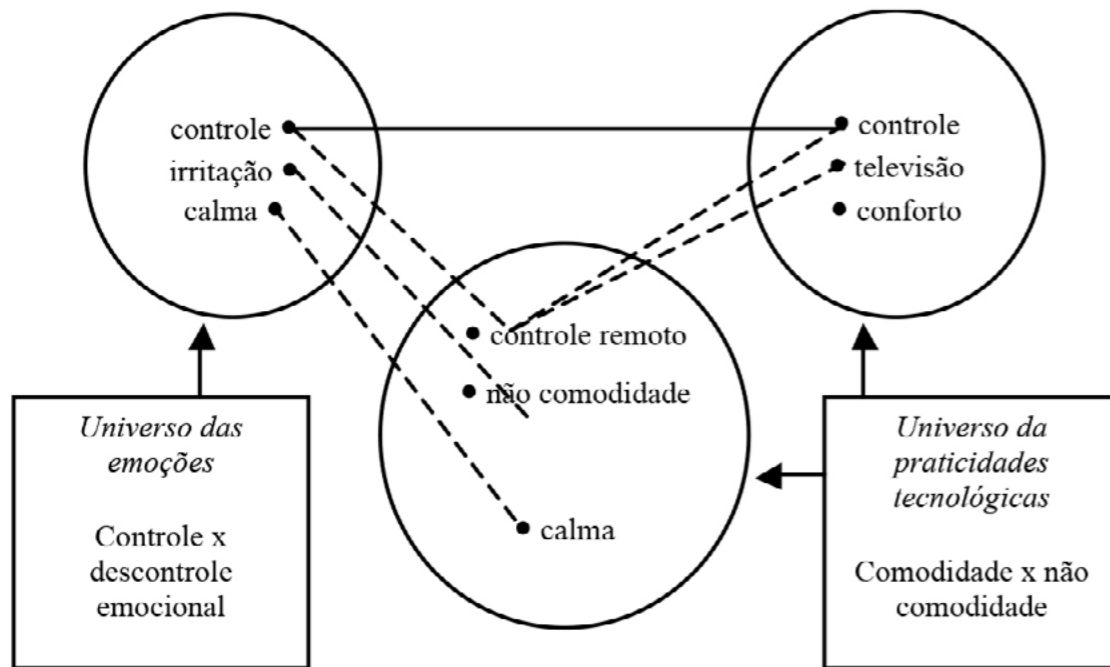


Figura 2 - Mesclagem: 'Controle'

Fonte: Elaboração dos autores

Nessa sentença (2), a palavra “controle” é a chave para as mudanças de frame ocorridas ao longo da interpretação. A primeira parte da sentença ativa um frame que remete ao universo das emoções, envolvendo questões como autocontrole, irritação, calma, e podemos afirmar que incorpora traços do gênero “autoajuda”, pois tem um caráter de conse-

lhamento acerca de uma determinada situação emocional. A própria estrutura oracional da sentença marca a divisão entre a enunciação do problema, inserida até antes dos dois pontos, e a solução do problema enunciado.

É justamente no momento em que se enuncia a solução do problema que ocorre a mudança de frame, pois o leitor, que havia criado um espaço mental em torno do universo das emoções, vê-se mobilizando o frame referente ao universo das praticidades tecnológicas: a expressão “mude de canal manualmente” esclarece que a informação anterior não dizia respeito a autocontrole, mas a controle remoto. A perda do controle não era emocional e a desestabilidade produzida por ela tinha a ver com a perda da comodidade que o controle remoto proporciona aos usuários da televisão.

Nesse caso, a ambiguidade da palavra controle (autocontrole x controle remoto), a simulação do gênero “texto de autoajuda” na primeira parte da sentença e a palavra “calma” seguida de dois pontos direcionam as expectativas do leitor para uma interpretação relacionada a controle de emoções, porém, “mudar de canal” funciona como o disjuntor, que recruta na memória de curto prazo um novo significado para substituir o que estava sendo construído. Além disso, o verbo “levante-se” reforça o contraste entre a comodidade de se usar um controle remoto e a não comodidade de se ir até a televisão.

Essa conclusão leva-nos à resposta “não” ao comentário: “Nessa frase, entendemos que ‘perder o controle’ significa ‘ficar irritado’”. Em nosso teste, três informantes com DA (IB, IC, ID) e sete sem DA (I4, I6, I7, I12, I14, I15 e I16) erraram a resposta e não pudemos contabilizar a resposta de I8 devido a um problema de conexão no momento da realização do teste.

(3) “– Eu já completei 15 anos, posso usar sutiã? – Eu já disse que não, Paulo André!”:

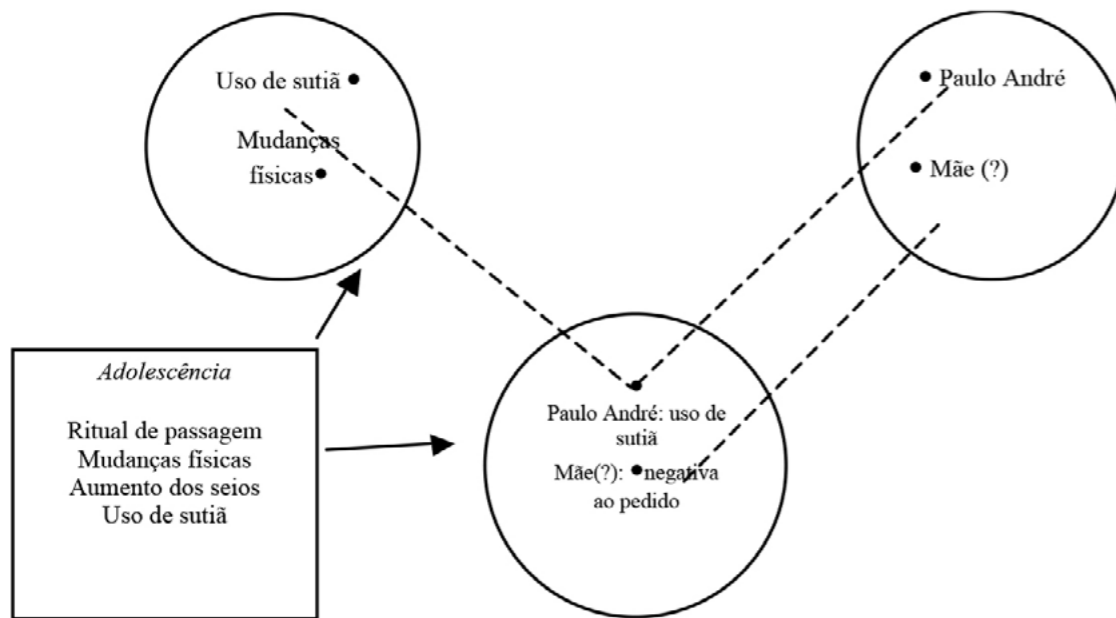


Figura 3 - Mesclagem: Identidade
Fonte: Elaboração dos autores

O *frame* ativado no primeiro turno do diálogo “Eu já completei 15 anos, posso usar sutiã?” remete a uma cena de adolescência, em que uma moça, devido a mudanças físicas ocorridas pela fase, solicita o uso de sutiã. Além disso, a expressão “15 anos” estabelece também uma correlação com um típico ritual de passagem de nossa sociedade em que as meninas adolescentes, ao completarem 15 anos, são “apresentadas” à sociedade como moças. A solicitação do uso de sutiã, marcada pela referência aos 15 anos, assinala que quem enuncia a primeira fala pretende enquadrar-se nesse ritual, no sentido de iniciar uma nova fase de sua vida.

Evidentemente a inferência de que a frase seria dita por uma moça também faz parte do conjunto de expectativas culturais contido no *frame* ativado, e essas expectativas acabam sendo responsáveis pelo efeito de humor pretendido na piada, quando lemos o segundo turno do diálogo: “Eu já disse que não, Paulo André!”.

O nome “Paulo André” quebra as expectativas feitas de início, motivando uma mudança de *frame*: em lugar de um rito de passagem típico para uma jovem moça, tem-se a tentativa de um rito de passagem que explicitaria a homossexualidade do jovem (aliás, mais

uma tentativa, como podemos observar pela pressuposição ativada pelo *já*). O duplo rito de passagem, físico e social (uso de sutiã, aos 15 anos, pela debutante) mostra-se inadequado para quem enuncia a primeira fala, segundo os padrões binários de gênero em nossa sociedade.

Partindo do nosso modelo cultural, sutiãs são usados em situações cotidianas como parte da indumentária feminina, e não masculina, por isso, o nome “Paulo André”, estrategicamente colocado no fim do período, funciona como o disjuntor que provoca a mudança de *frame* do sentido até então construído.

Em nosso teste, dois informantes com DA (IB e IC) e quatro informantes sem DA (I2, I12, I14 e I15) não perceberam a mudança de *frame* e erraram a resposta.

(4) “O turista visitou o sertão paraibano durante a seca e confirmou que choveu muito.”:

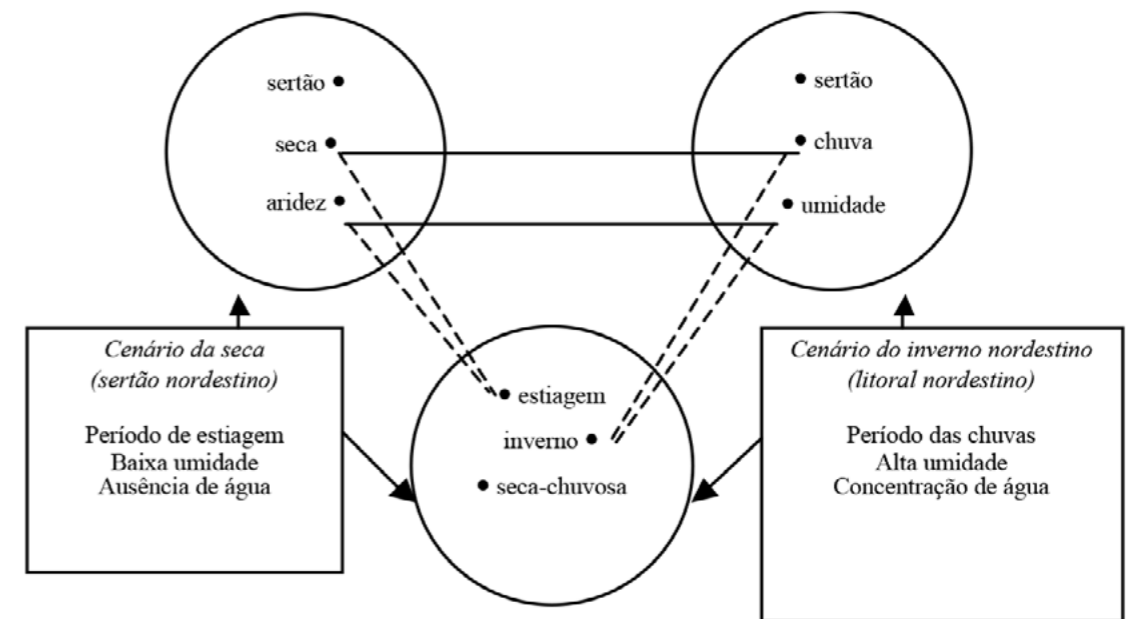


Figura 4 - Mesclagem: Dessemelhança x Estereótipo
Fonte: Elaboração dos autores

Em (4), temos a contraposição entre duas orações coordenadas, sendo que a segunda carrega uma terceira oração encaixada (“choveu muito”), formando uma rede conceptual na

qual o sujeito observa um evento, produzindo como mescla, a factualidade desse evento (confirmação de que choveu muito). Para fins de análise da contrafactualidade, analisaremos o processamento da informação contida na primeira oração e da mescla contida na oração encaixada. A primeira desencadeia o *frame* de um cenário típico de seca nordestina, cujas imagens recorrentes envolvem aridez, falta de água, morte da vegetação e dos rebanhos, extremo calor e desolação em todo o entorno.

Esse cenário é desencadeado pela expressão adverbial “durante a seca”, que funciona como um construtor do referido espaço mental. A construção temporal estabelece que, no momento em que o turista esteve no sertão paraibano, desenrolava-se um estado de seca cuja conceptualização estereotipada recria uma cena típica, que contém os sinais acima descritos.

Contrapondo-se a essa cena, a confirmação do turista de que chovia muito em sua visita durante esse período de seca quebra as expectativas criadas para o cenário anterior, obrigando o leitor a mobilizar outro *frame*, agora de uma cena de inverno tipicamente nordestino (mais comum, aliás, em regiões como o litoral e o agreste nordestinos): muita chuva, alta umidade, provável abundância de água. O novo cenário se opõe ao anterior e a informação de que choveu muito obriga a uma reanálise do sentido originalmente construído pelo leitor.

Cabe considerarmos aqui, por parte dos sujeitos testados, a possibilidade de interpretação de (4) como exemplo de situação comum à seca verde, fenômeno climático no qual a vegetação chega a florescer com chuvas que se precipitam esporadicamente. Porém, analisando essa sentença, não nos parece que a leitura de (5) como um cenário da seca verde seja a inferência proeminente aqui, pois entendemos que o enunciado não estabelece um contraste lógico-semântico, que serviria justamente para indicar esse fenômeno:

(4a) “O turista visitou o sertão paraibano durante a seca, **mas** confirmou que choveu muito.

(5) “**Embora** o turista tenha visitado o sertão paraibano durante a seca, confirmou que choveu muito.”

De fato, a presença do verbo “confirmar” faz-nos inferir que havia uma informação anterior, ainda incerta, acerca das chuvas, que passou a ser ratificada com a verificação, *in loco*, do turista. Mesmo assim, entendemos que a inferência que se destaca é a que contrasta os *frames* ativados pela oração coordenada e pela mescla das orações encaixadas, resultando em um espaço emergente híbrido e incomum, no qual o sertão passaria por uma situação de seca com chuva.

Nesse sentido, “confirmar”, em lugar de sinalizar, para a chuva que caracteriza a seca verde, reforçaria o sentido inesperado de uma situação de seca com chuva, no momento da visita do turista. Em lugar da estiagem, o turista confirmou que, em sua visita durante a seca, choveu muito.

A resposta ao comentário “Esta foi uma viagem típica ao sertão nordestino” é “não”, e mesmo que considerássemos que os sujeitos interpretaram (16) como um exemplo do fenômeno da seca verde, o cenário descrito, em que “choveu muito” “durante a seca”, ainda é atípico e remete à resposta “não”.

Em nosso teste, três informantes com DA (IB, IC e ID), e quatro sem DA (I3, I4, I7 e I16) marcaram a opção errada e consideraram a situação da viagem como típica.

3. Inferências metafóricas na doença de Alzheimer

O experimento descrito nesta seção teve como meta testar se os sujeitos com doença de Alzheimer têm alto ou baixo nível de precisão nas respostas a testes relativos a inferências metafóricas, em comparação com um grupo de controle. A hipótese experimental é a de que os portadores de DA teriam uma frequência de erros maior para os testes de compreensão envolvendo *inputs* linguísticos metafóricos do que o grupo de controle. Foram testados dois idosos pré-diagnosticados com Alzheimer e quatro idosos saudáveis, ambos os grupos com média de idade de 60 anos.

Foi aplicado um experimento *offline* contendo um *input* visual que consistia na leitura de sentenças em um dispositivo móvel do tipo *Ipad*. Foram apresentadas nove sentenças simples, seguidas por questões de compreensão. Elegemos como variável independente o tipo de *input* linguístico apresentado, sendo operacionalizado em três níveis: metáforas convencionais (IMC), metáforas não convencionais (IMNC) e sentenças literais (IL), sendo essas as três condições experimentais trabalhadas. Como variável dependente, mensuramos a precisão das respostas nas tarefas de compreensão, ou seja, a frequência de erros/acertos. Segue um quadro ilustrativo das condições experimentais:

Inputs metafóricos convencionais (IMC)	Inputs metafóricos não convencionais (IMNC)	Inputs literais (IL)
Os preços têm subido muito, o governo precisa fazer alguma coisa.	Ela resolveu pedir um aumento ao chefe, afinal, quem não chora não mama.	Nós recebemos nosso salário hoje, mas temos muitas contas para pagar.
Não consigo tirar nenhuma ideia da minha cabeça a essa hora da noite.	Ele bebeu tanto que acabou enfiando o pé na jaca.	Ele ficou embriagado depois de ter bebido muito vinho.
Quando lembro onde comecei na empresa, fico muito feliz de ter chegado até aqui.	Agradei pelo anel mesmo sem ter gostado, pois a cavalo dado não se olha os dentes.	Ganhei vários presentes de aniversário esse ano, ainda bem que gostei de todos.

Quadro 2 - Condições experimentais – Metáforas

Fonte: Elaboração dos autores

Os sujeitos deveriam ler os textos apresentados aleatoriamente e, então, relacioná-los a uma das alternativas apresentadas nos testes de compreensão. Segue um quadro exemplificando como eram organizados os enunciados de compreensão:

Condições experimentais		Frases de compreensão
IMC	Os preços têm subido muito, o governo precisa fazer alguma coisa.	1) Os produtos estão cada vez mais caros. 2) Os preços ficam em lugares altos no supermercado. 3) O preço da cesta básica está menor a cada mês.
IMNC	Ela resolveu pedir um aumento ao chefe, afinal, quem não chora não mama.	1) Ela precisa pedir ao chefe para ganhar um salário maior. 2) Ela estava endividada, por isso chorou na frente do chefe. 3) Ela não teve coragem de pedir o aumento ao chefe.
IL	Nós recebemos nosso salário hoje, mas temos muitas contas para pagar.	1) Vamos pagar nossas contas com o salário que acabamos de receber. 2) Não recebemos dinheiro, vamos atrasar as contas de água e luz. 3) Fomos despedidos, não teremos dinheiro para pagar as contas.

Quadro 3 - Tarefa de compreensão – Metáforas

Fonte: Elaboração dos autores

Neste tópico, procuraremos discutir a estrutura conceitual das condições experimentais: *input* metafórico convencional (IMC) e *input* mesclado não convencional, (IMNC) utilizadas nos experimentos aplicados nesta pesquisa. As estruturas mescladas são extremamente complexas, porém elaboradas naturalmente e de modo inconsciente pelos seres humanos. A mesclagem conceptual está presente na nossa organização conceitual interna e possibilita o desenvolvimento da criatividade humana expressa nas artes em geral, na matemática, na ciência, e nos permite, por exemplo, compreender, sem nenhum problema, o que significa dizer que um vírus está na quarentena no nosso computador, apesar de os termos *vírus* e *quarentena* terem sido tomados do vocabulário originado no âmbito da medicina.

Ancorados nos postulados teóricos das redes de integração conceptual, demonstraremos como as condições experimentais com as estruturas metafóricas manipuladas nos testes organizam-se produzindo uma mescla e uma estrutura emergente, ambas frutos de uma rede de alcance único. Apresentaremos, a partir de agora, a análise da estrutura conceitual de sentenças utilizadas nas condições experimentais. Ilustraremos as condições IMNC e IMC (exemplificadas no quadro 3) e descreveremos a análise de sua estrutura para a de-

monstração do que ocorre nas outras condições experimentais. Vejamos a sentença que se segue, que exemplifica o *input* metafórico não convencional (IMNC):

(6) Ela resolveu pedir um aumento ao chefe, afinal, quem não chora não mama.

A expressão “quem não chora não mama” é utilizada para designar pessoas que “arriscam” pedir alguma coisa que talvez não possa ser alcançada, pois, se pelo menos não tentarmos pedir algo, não sabemos se poderemos obter o que queremos. Sabemos que a expressão “quem não chora não mama” está originalmente ancorada no conhecimento de que os bebês, quando estão famintos, costumam chorar para indicar que querem ser alimentados.

No *input* 1, encontramos um espaço mental organizado pelo enquadre comunicativo de um ambiente de trabalho, que tem como elementos um chefe, uma funcionária, um salário etc. No *input* 2, identificamos outro espaço mental, organizado pelo frame de nutrição e de cuidado infantil, no qual podemos elencar um bebê, a mãe, o leite materno. Ambos os *inputs* compartilham relações de dependência e de providência entre as entidades envolvidas (filho/mãe e empregado/patrão).

Do *input* 1, projeta-se o elemento *funcionária* para o elemento *bebê* do *input* 2 e ocorre uma relação de analogia entre eles. Do mesmo modo, ocorrem projeções e relações de analogia entre *chefe* e *mãe*, *salário* e *leite materno*. Esses elementos com os quais ocorrem relações de analogia projetam-se para o espaço mescla. No espaço mescla, projeta-se o enquadre comunicativo do ambiente de trabalho. Surge então uma estrutura emergente por composição na qual as relações que se constituem entre os elementos não existiam nos domínios isolados. Desse modo, a expressão “quem não chora não mama” pode ser compreendida na figura de uma funcionária que arrisca pedir um aumento ao chefe, ou seja “chora para sinalizar que quer se alimentar”, pois, se ela não sinalizar, pode não receber o suposto aumento, espontaneamente. Essa estrutura está representada no esquema (figura 5):

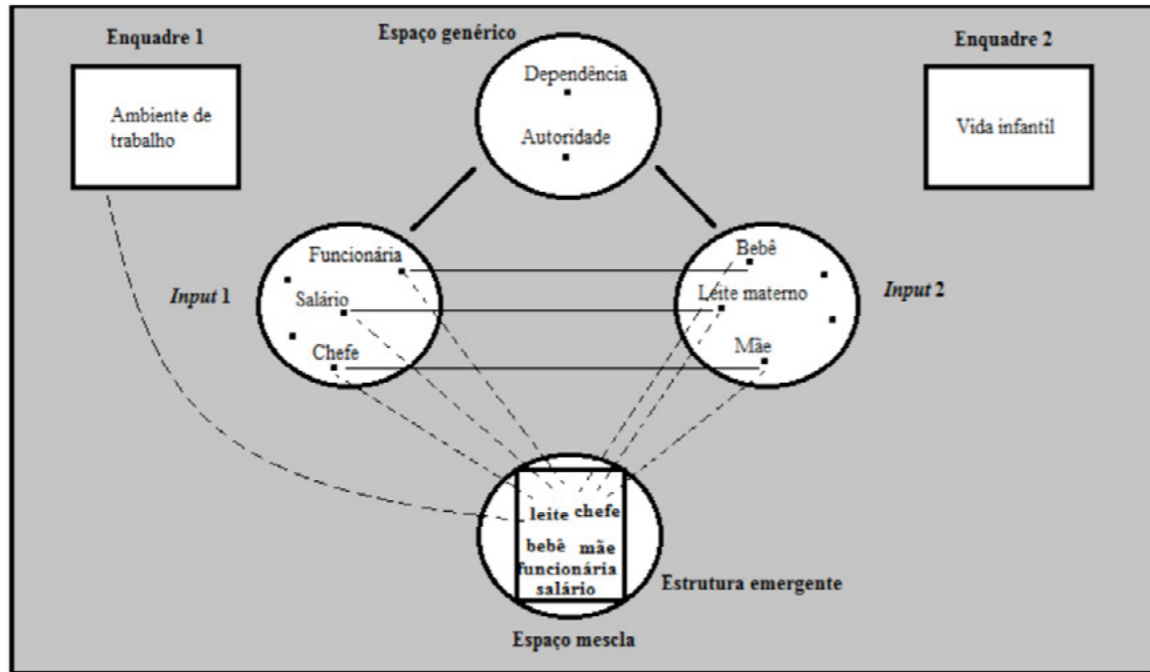


Figura 5 - Diagrama de representação da condição experimental (IMNC)

Fonte: Elaboração dos autores

A seguir, apresentamos um exemplo da formação estrutural das condições experimentais do tipo metafóricas convencionais (IMC):

(7) Os preços têm subido muito, o governo precisa fazer alguma coisa.

Nesse exemplo, a estrutura que revela uma mescla conceptual é exatamente “os preços têm subido muito”. O *input 1* possui elementos relacionados ao enquadre de comércio, como *preços, produtos, compra, venda, barato, caro, promoção*. O *input 2* é o espaço mental organizado a partir do enquadre relacionado às noções que temos das dimensões de alto e baixo, um esquema imagético de base corpórea. O espaço genérico tem como elemento compartilhado pelos dois espaços influentes a adoção do esquema Verticalidade. O elemento *preço* projeta-se para a noção de *alto* e há uma relação de analogia entre eles. Essa analogia é ancorada em Verticalidade, a partir do qual desenvolvemos o pensamento de que MAIS É PARA CIMA. Essa noção é resgatada de experiências que permeiam nossa vida cotidiana. Quando pensamos em uma pilha de livros, por exemplo, quanto mais livros existem, mais alta é essa pilha. A partir desse tipo de experiência, podemos estender a noção de MAIS É PARA CIMA e conceptualizar que mais dinheiro também é para cima, ou mais caro é para cima. Os elementos *preço* e *alto*

projetam-se para o espaço mescla, mas apenas o enquadre do comércio projeta-se para organizar a mescla. Na estrutura emergente, temos um conceito diferenciado dos dois espaços influentes, originando a metáfora conceptual CARO É PARA CIMA. Vejamos, no esquema a seguir (figura 6), como essa análise se organiza:

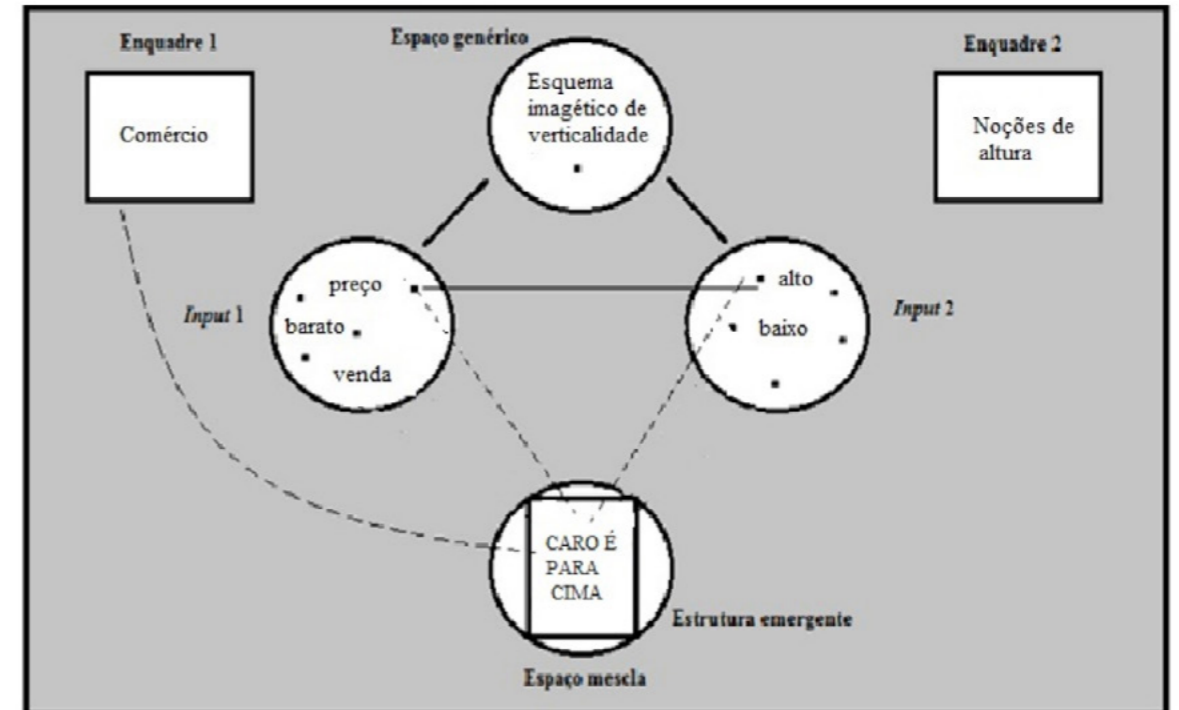


Figura 6 - Diagrama de representação da condição experimental (IMC)

Fonte: Elaboração dos autores

Vejamos novamente a hipótese do experimento:

Os sujeitos com DA apresentarão uma frequência de erros nas perguntas de compreensão dos *inputs* linguísticos metafóricos significativamente maior do que os participantes sem Alzheimer.

Segue a tabela que apresenta a frequência de respostas dos sujeitos com e sem Alzheimer, para cada um dos tipos de resposta analisados, a saber, a leitura esperada e a leitura não esperada:

	Leitura Esperada para as condições IMC/IMNC	Leitura literal/não autorizada (Inesperada) para as condições IMC/IMNC	TOTAL
Sujeitos sem DA	12	0	12
Sujeitos com DA	7	5	12
TOTAL	19	5	36

Quadro 4 - Frequência de Acertos/Erros na Compreensão Metafórica Convencional/Não Convencional
Fonte: Elaboração dos autores

Como vemos, os sujeitos com DA apresentam uma frequência de erros na associação das frases de compreensão maior do que os sujeitos sem DA, que acertaram todas as associações. Utilizando mais uma vez o *R*, calculamos o *qui-quadrado* em busca de se saber o grau de confiabilidade de que esses números não ocorreram ao acaso. O gráfico a seguir representa os valores encontrados:

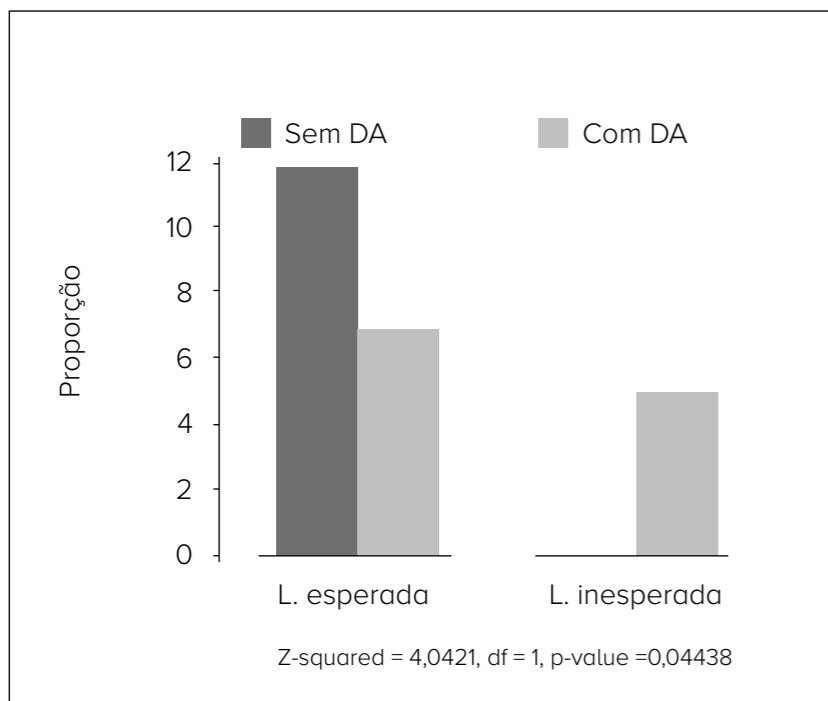


Gráfico 3 - compreensão inferencial de *inputs* linguísticos metafóricos pelos grupos experimental x controle
Fonte: Elaboração dos autores

Nesse caso, os resultados da análise estatística confirmam a hipótese experimental. O teste *qui-quadrado* revelou $\chi^2 = 4.0421$, grau de liberdade = 1, valor de $p = 0,04438$ ($p < 0,05$). Considerando o nível de significância de 5% ($p = 0,05$), esses resultados têm uma grande probabilidade de não terem ocorrido ao acaso. Sabendo que o mal de Alzheimer atinge diretamente a memória e sendo a memória um elemento básico para a compreensão inferencial de estruturas metafóricas, as quais resgatam um conhecimento armazenado na mente dos falantes para produzir significado, imaginamos que os indivíduos com DA demonstram essa “falha” de acesso aos arquivos cognitivos nos erros de associações às frases de compreensão.

4. Discussões

A DA tem um efeito direto na memória semântica de longo prazo. Este tipo de memória é crucial para a compreensão inferencial de estruturas metafóricas que recrutam um conhecimento armazenado necessário para se engajar na construção do significado. Idosos com Alzheimer podem ter algum tipo de impedimento no acesso a esses conhecimentos, o que resulta na dificuldade na associação nas frases de compreensão aos *inputs*. O resultado pode ser indicativo de que esse tipo de compreensão é um processo de alto custo para esses idosos. Além disso, os dados coadunam com a ideia de que a inferência metafórica tem relação com domínios do conhecimento específicos, cuja ativação deve recrutar informações seguras da memória.

Nas estruturas metafóricas, o acesso aos mapeamentos ocorre de modo peculiar, uma vez que a estrutura emergente, ou a inferência metafórica, depende do sucesso da reestruturação dos domínios cognitivos. A perda de memória parece afetar esse processo, bem como afetar a compreensão inferencial dessas estruturas. O tamanho da amostra nesta pesquisa permite apenas que indiquemos uma tendência nos dados. Entendemos que amostras maiores devem ser testadas de modo a demonstrar a confiabilidade desses resultados.

Esses resultados podem ser utilizados para se respaldarem empiricamente alguns postulados da teoria da integração conceptual, segundo a qual recuperamos diferentes domínios do conhecimento, os quais são estáveis e dinâmicos, durante a produção/recepção de significado. Nas estruturas metafóricas, o mapeamento desse acesso é bastante peculiar, pois a compreensão inferencial final, isto é, a assimilação da estrutura emergente, depende essencialmente do sucesso da recuperação dos domínios cognitivos. A perda de memória leva consigo parte desse conhecimento adquirido, o que deve prejudicar a compreensão inferencial desse tipo de estrutura. Mais uma vez, ressaltamos que esses testes devem ser aplicados/replicados em uma população maior, para que essas conjecturas sejam por fim completamente confirmadas.

5. Considerações finais

Neste capítulo, apresentamos, de forma sucinta, alguns resultados sobre a compreensão de inferências por sujeitos idosos com doença de Alzheimer. Vimos que, nos dois experimentos realizados, os indivíduos acometidos por essa demência tiveram um desempenho inferior nas tarefas de compreensão de inferências, o que pode indicar que a degeneração causada pelo Alzheimer deve prejudicar a compreensão de humor e de metáforas na população estudada.

Acreditamos que esses resultados podem ter desdobramentos interessantes, pois oferecem indicações para uma melhor compreensão da condição do indivíduo com Alzheimer. Entendemos que pensar em testes capazes de tomar a língua como um processo de construção de sentidos, e não apenas um inventário de palavras requeridas pontualmente pela memória, é uma forma de aprofundar os estudos da linguagem relacionados aos impedimentos cognitivos. Pesquisas sobre a relação entre compreensão de humor e DA, ou sobre a compreensão de metáforas, baseados nos pressupostos da Teoria da Mesclagem Conceptual e da Mudança de frame, podem servir como incremento aos testes de linguagem aplicados aos sujeitos com suspeita de DA.

Por fim, reiteramos a necessidade do aprimoramento dos testes aqui descritos, sua replicação em populações maiores e uma análise mais aprofundada, para que possam ser feitas considerações mais gerais sobre o tema abordado. No momento, apenas oferecemos a demonstração de uma tendência recorrente e restrita à amostra que foi submetida aos experimentos.

REFERÊNCIAS

- COULSON, S. **Semantic leaps**. The role of frame-shifting and conceptual blending in meaning construction. San Diego, CA: UCSD, 1997.
- COULSON, S.; KUTAS, M. Frame-shifting and sentential Integration. **Technical Report CogSci**. San Diego, CA: UCSD, 1998.
- DAMASCENO, B. P. Envelhecimento cerebral: o problema dos limites entre o normal e o patológico. **Arq. Neuropsiquiatr.**, São Paulo, v. 57, p. 78-83, 1999.
- FAUCONNIER, G.; TURNER, M. **The way we think**. Conceptual blending and the mind's hidden complexities. Basic Books, 2002.
- GRADY, J. **Foundations of Meaning: Primary Metaphors and Primary Scenes**. 1997. 299 f. Dissertations, Department of Linguistics, University of California, Berkely, 1997.
- LAKOFF, G.; JOHNSON, M. **Philosophy in the flesh**: the embodied mind and its challenge to western thought. New York: Basic Books, 1999.
- MARCUSCHI, L. A. **Produção textual, análise de gêneros e compreensão**. São Paulo: Parábola Editorial, 2008.
- NOGUCHI, M. S. **A Linguagem na Doença de Alzheimer**: reflexões sobre um modelo de funcionamento linguístico-cognitivo. Dissertação (Mestrado em Neurociências). São Paulo, Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP).

